UNIVERSIDADE ESTADUAL DE MONTES CLAROS – UNIMONTES
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM DESENVOLVIMENTO SOCIAL

PAULA CRUZ PIMENTEL

“QUANDO A RUA VIRA TRABALHO” DISPUTA PELO ESPAÇO URBANO ENTRE AMBULANTES E PODER PÚBLICO EM FLORIANÓPOLIS/SC

Montes Claros – MG
2026

Paula Cruz Pimentel

“QUANDO A RUA VIRA TRABALHO” DISPUTA PELO ESPAÇO URBANO ENTRE AMBULANTES E PODER PÚBLICO EM FLORIANÓPOLIS/SC

Tese apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Social (PPGDS), da Universidade Estadual de Montes Claros (Unimontes), como requisito parcial para obtenção do título de Doutora em Desenvolvimento Social.

Área: Desenvolvimento Social
Linha: Relações Socioeconômicas e Estado
Orientador: Antônio Dimas Cardoso

Montes Claros – MG
2026

P644q

Pimentel, Paula Cruz.

"Quando a rua vira trabalho" disputa pelo espaço urbano entre ambulantes e poder público em Florianópolis/SC [manuscrito] / Paula Cruz Pimentel. – Montes Claros (MG), 2026.

210 f. : il.

Bibliografia: f. 207-210.

Tese (Doutorado) - Universidade Estadual de Montes Claros - Unimontes, Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Social/PPGDS, 2026.

Orientador: Prof. Dr. Antônio Dimas Cardoso.

1. Espaços urbanos. 2. Trabalhadores ambulantes. 3. Trabalho. 4. Resistência. 5. Conflito. I. Cardoso, Antônio Dimas. II. Universidade Estadual de Montes Claros. III. Título.

Catalogação: Biblioteca Central Professor Antônio Jorge

AGRADECIMENTOS

Em primeiro lugar, agradeço aos trabalhadores e às trabalhadoras ambulantes que me receberam em seus pontos de trabalho (esquinas, barraquinhas) e que, com a sabedoria da prática da sobrevivência, elemento adaptável, mostraram-me, em suas vivências, as relações de poder envolvidas no trabalho informal presente nos espaços públicos da cidade.

No âmbito do Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Social, da Universidade Estadual de Montes Claros (Unimontes), sou extremamente grata aos professores e às professoras pelas sugestões e contribuições preciosas neste processo de formação, em especial, ao meu orientador de tese, professor doutor Antônio Dimas Cardoso, pela confiança e parceria de sempre. Sou muito grata ao nosso encontro, que me permitiu voltar ao universo acadêmico e me dedicar à pesquisa de um fenômeno tão próximo de nós e, ao mesmo tempo, tão distante.

Agradeço aos professores doutores Gilmar Ribeiro, Maria da Luz, Giancarlo Machado, Elton Xavier, Anete Marília Pereira e Geraldo Reis, que participaram das discussões em sala de aula para a evolução do meu trabalho, a fim de que eu trilhasse caminhos mais viáveis neste processo. Ao meu supervisor de estágio doutoral, professor doutor Casimiro Balsa, por ter acolhido o meu projeto na Faculdade de Ciências Sociais e Humanas (FCSH), na Universidade NOVA de Lisboa, com o apoio financeiro do Programa de Doutorado Sanduíche no Exterior (PDSE), da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES).

Aos amigos e colegas de mestrado e doutorado do curso de Pós-Graduação em Desenvolvimento Social (PPGDS/Unimontes), que me incentivaram, foram apoio e, ao mesmo tempo, formaram uma grande comunidade de estudantes, muitos vindos de fora, e que, assim como eu, encontraram, nos montes-clarenses, afeto, cordialidade e leveza. Sou extremamente grata aos montes-clarenses, que me acolheram de forma generosa, uma forasteira do Norte Fluminense, do estado do Rio de Janeiro, da cidade de Campos dos Goytacazes/RJ. Para além da formação acadêmica, tive o privilégio de construir memórias afetivas de laços de amizades que nunca serão desfeitos. Foram entre esses encontros, com histórias de vida tão distintas, que esse trabalho germinou e foi materializado nestas páginas.

Agradeço, em especial, aos amigos e às amigas que me acompanharam nesta trajetória, Zeca Medrado, Renata Oliveira, Tarso Guilherme, Jefferson Almeida, Álber

Santos, Éder Beirão *(In memoriam)*, Luiz Otávio (*In memoriam*), Rodrigo Araújo, Carol Campolino. Agradeço também especialmente à amiga Thasya Tomé e a toda família Tomé: a Tânia Tomé, a sua mãe, Márcia Tomé, e ao seu, Tio Toni.

Agradeço à amizade e à cumplicidade do amigo querido Junio Matheus da Silva Cruz. Nossos passeios e conversas pelo Mercado Municipal e pelo Corredor Cultural da cidade sempre me renderam boas reflexões.

Às amigas Ruth e Catherine e aos amigos Sérgio Gomes e Georgino Neto, que me contaram sobre as histórias locais e me introduziram à cultura Norte Mineira. Percebo, a partir desses encontros, durante o nosso percurso, sempre em conjunto, o quanto a cultura do Norte de Minas Gerais é valiosa, agregadora e de uma humanidade ímpar.

Aos amigos e às amigas que moram em terras portuguesas, do outro lado do Oceano (que nos separa em corpos), mas que nunca foi empecilho para a nossa forte conexão cultural, agradeço pela cordialidade e receptividade, em especial, ao casal Neyviane Nascimento e Carlos, que me acolheram para que eu pudesse realizar o meu estágio doutoral na Universidade Nova de Lisboa, na Faculdade de Ciências Sociais e Humanas. À amiga Mariana Bortolotti, agradeço a amizade, a presença e o apoio, nesse caminho trilhado. A você, também, sou grata por hoje conhecer o casal Neyviane e Carlos.

Meus sinceros agradecimentos à dona Maria Amélia, uma senhora portuguesa e proprietária da chácara que conseguiu, com o seu afeto, transformar nossos finais de semana em grandes encontros regados a sardinhas, galinha do campo, cabidela e sopas portuguesas.

É fundamental agradecer às pessoas que foram e ainda são as inspirações para a minha formação enquanto pesquisadora, aos professores doutores Arno Vogel (UENF) e Maria Regina Abreu (UNIRIO). Foram os meus primeiros orientadores na vida acadêmica, permitindo a descoberta, em mim, da vocação e do comprometimento no exercer do ofício de Cientista Social – apesar dos percalços vividos nesta longa trajetória de formação.

Ao amigo Zeca Medrado, agradeço o apoio, à amizade e às valiosas revisões deste trabalho de Tese. Agradeço à amiga e professora mestre Evilázia Martins (Unimontes), especialista na área de Letras, que realizou as correções finais de revisão.

À Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES), pela concessão da bolsa de doutorado, que tornou possível a realização de um dos meus maiores projetos como profissional e pesquisadora: a continuação da minha formação enquanto pesquisadora.

Agradeço à minha família pelo apoio e incentivo. Às minhas irmãs, Gabriela Pimentel e Isabela Pimentel, e a minha mãe, Rosângela, que sempre incentivou a minha formação acadêmica, presenciando as dores e as alegrias do caminho trilhado.

APRESENTAÇÃO

As temáticas do trabalho informal e do comércio popular acompanham a trajetória desta pesquisadora desde a infância, em razão de sua inserção em um contexto familiar diretamente vinculado ao trabalho autônomo. Filha de trabalhadores do setor informal, cresceu em um ambiente de produção doméstica voltado à confecção de equipamentos de proteção individual (EPIs). Nesse arranjo familiar, a mãe era responsável pelo processo de costura, enquanto o pai realizava a comercialização das mercadorias em estabelecimentos comerciais no estado do Espírito Santo, local de nascimento da autora.

Durante a adolescência, a pesquisadora e as suas duas irmãs também participavam das atividades produtivas da pequena confecção doméstica. As tarefas incluíam a arrematação de jalecos, a confecção de pregas em máscaras respiratórias, a fixação de botões e outros processos manuais relacionados à produção. A rotina era marcada por intensa carga de trabalho e prazos apertados, com jornadas que frequentemente variavam entre dez e dezesseis horas diárias, especialmente para a mãe, responsável pela maior parte da produção. Esse ambiente de trabalho familiar contribuiu para o desenvolvimento de reflexões iniciais acerca da condição dos trabalhadores autônomos no Brasil, que frequentemente se organizam de forma flexível para atender às necessidades materiais de sobrevivência, situando-se fora da chamada sociedade salarial.

No contexto brasileiro, o mercado de trabalho historicamente se constituiu como um espaço desigual, no qual milhões de trabalhadores desenvolvem suas atividades no setor informal. Esse setor, no Brasil, atinge cerca de 37,5% da população ocupada, conforme dados da PNAD Contínua (IBGE, 2026). A trajetória familiar ilustra, em pequena escala, esse fenômeno mais amplo. Com baixa escolaridade, tendo cursado apenas até a quarta série do ensino fundamental, o pai da pesquisadora enfrentou dificuldades de inserção no mercado de trabalho formal. Após um período de desemprego, decidiu iniciar um pequeno empreendimento familiar, estratégia recorrente entre trabalhadores que buscam alternativas de subsistência fora das estruturas formais de emprego.

As atividades comerciais, entretanto, não estavam isentas de riscos. As viagens realizadas para a venda de mercadorias eram frequentemente marcadas pelo receio de abordagens policiais e possíveis apreensões de produtos, em razão da ausência de documentação fiscal adequada. Paralelamente, a rotina de trabalho da mãe era marcada por elevada intensidade e poucas possibilidades de interrupção do processo produtivo, mesmo em

situações de doença ou exaustão. Esse modelo de trabalho familiar se manteve por aproximadamente dezoito anos.

Uma mudança significativa ocorreu quando a mãe da pesquisadora conseguiu retomar os estudos e concluir o curso de Licenciatura em Pedagogia, por meio de uma bolsa concedida pela Prefeitura do município de Campos dos Goytacazes, no estado do Rio de Janeiro (RJ), cidade de origem da família materna. A conclusão do curso superior possibilitou sua inserção no mercado de trabalho formal como professora, em uma escola particular, abrindo novas perspectivas de estabilidade profissional.

O interesse acadêmico pelos temas relacionados ao trabalho, ao comércio e à cidade começou a se consolidar durante a graduação em Ciências Sociais na Universidade Estadual do Norte Fluminense Darcy Ribeiro (UENF), em Campos dos Goytacazes/RJ. Nesse período, a pesquisadora iniciou as suas primeiras investigações sobre o comércio local e as dinâmicas urbanas, o que resultou em sua monografia de conclusão de curso, defendida em 2013, sob orientação do professor doutor Arno Vogel, intitulada “A história de vida como método etnográfico: trajetórias de empresários em Campos dos Goytacazes/RJ”.

O professor Arno Vogel desempenhou papel fundamental na formação intelectual da pesquisadora, incentivando o contato com obras clássicas das Ciências Sociais. Entre os autores frequentemente discutidos em suas aulas, destacavam-se Émile Durkheim; Marcel Mauss e Max Gluckman. Esses referenciais teóricos contribuíram para ampliar o horizonte analítico da formação sociológica e antropológica desta autora.

Seguindo a trajetória acadêmica, em 2014, a pesquisadora foi aprovada no processo seletivo para o curso de mestrado no Programa de Pós-Graduação em Memória Social da Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro (UNIRIO), sob orientação da professora doutora Maria Regina Abreu. Na dissertação de mestrado, dedicou-se à análise do espaço urbano central da cidade de Campos dos Goytacazes/RJ, utilizando narrativas de comerciantes locais como fonte empírica para discutir questões relacionadas à memória social e ao patrimônio cultural.

Posteriormente, em 2015, ocorreu a mudança para a cidade de Florianópolis/SC, motivada inicialmente por oportunidades profissionais. A vivência na cidade e o contato cotidiano com diferentes espaços urbanos despertaram novas inquietações sociológicas, especialmente em relação às dinâmicas sociais presentes no centro histórico da cidade. A condição de recém-chegada, ocupando a posição de forasteira em um contexto cultural distinto, contribuiu para intensificar o olhar analítico sobre fenômenos urbanos locais. A experiência profissional como entrevistadora em projetos de levantamento socioeconômico

permitiu a circulação por diferentes bairros da cidade, desde áreas de alta renda até regiões marcadas por vulnerabilidade social. Esse contato direto com múltiplos territórios urbanos evidenciou contrastes significativos entre áreas valorizadas da cidade e bairros periféricos marcados por precariedade urbana.

Foi nesse contexto de observação cotidiana da cidade que emergiu o interesse em investigar o crescimento da presença de trabalhadores ambulantes no espaço público do centro histórico de Florianópolis. A recorrência de conflitos envolvendo ambulantes e agentes de fiscalização chamou a atenção para a complexidade das disputas em torno do uso do espaço urbano.

Essas observações iniciais indicavam a existência de tensões entre diferentes interesses sociais. De um lado, comerciantes estabelecidos e instituições públicas, preocupados com a regulação do espaço urbano e a proteção do comércio formal. De outro, trabalhadores ambulantes que utilizam o espaço público como estratégia de sobrevivência econômica. Tais dinâmicas revelam a presença de uma cidade marcada por fortes processos de estratificação social, nos quais diferentes grupos disputam legitimidade e acesso ao espaço urbano.

Nesse sentido, o fenômeno do trabalhador ambulante foi selecionado como objeto central desta pesquisa, com o objetivo de investigar as relações que os trabalhadores ambulantes estabelecem com a cidade de Florianópolis. Essas relações são marcadas por tensões, conflitos e negociações permanentes, evidenciando as múltiplas formas de mediação social que estruturam o uso e a regulação do espaço urbano.

O fenômeno trabalhador ambulante foi também observado no contexto da cidade de Lisboa/PT, durante o seu estágio doutoral, no ano de 2024. Essa experiência permitiu ampliar a análise do fenômeno social e observar as similaridades e distinções dos contextos urbanos turísticos em um quadro social marcado por intensos fluxos migratórios e regulatórios.

À minha mãe, Rosângela de Amaral Cruz Pimentel, com todo o meu afeto e gratidão.

RESUMO

O trabalho ambulante constitui um fenômeno recorrente nas dinâmicas urbanas, especialmente em cidades do *trade turístico*, isto é, marcadas pela centralidade da atividade turística. Esta tese analisa como os trabalhadores ambulantes se configuram e se organizam no centro histórico da cidade de Florianópolis, capital catarinense, tomando como recorte empírico dois cruzamentos de ruas, situados nas proximidades do Mercado Público Municipal da cidade – espaços de intensa circulação de pessoas e de relevância social e econômica. O estudo incorpora ainda observações diretas realizadas na cidade de Lisboa, capital portuguesa, como campo ampliado de problematização do fenômeno em contexto também marcado pela intensificação do turismo e pela regulação do espaço público. Neste trabalho de tese, parte-se da hipótese de que o trabalho ambulante não se explica exclusivamente pelas oposições entre formal e informalidade, mas se constitui em um espaço intermediário de negociação entre os vendedores ambulantes e o poder público municipal. A dinâmica é compreendida à luz do conceito de "transação social" (Rémy, 2016), que permite evidenciar as negociações, as ações práticas provisórias e, sobretudo, os conflitos que atravessam a regulação dos vendedores ambulantes no espaço urbano. A pesquisa dá ênfase às observações das interações e das articulações entre os atores sociais envolvidos nos processos de apropriação, regulação e fiscalização do espaço público do centro da cidade. Os dados qualitativos coletados revelam tensões entre os mecanismos jurídico-administrativos de ordenamento urbano e as táticas desenvolvidas pelos vendedores ambulantes, para garantir seu lugar no espaço da cidade, por meio de práticas de negociação, adaptação e enfrentamento das normas vigentes. Metodologicamente, a investigação fundamentou-se em abordagem etnográfica exploratória, combinando observação participante, entrevistas semiestruturadas realizadas com os vendedores ambulantes e os agentes institucionais vinculados à gestão urbana municipal e análise fotográfica.

Palavras-chave: espaço urbano; trabalho; trabalhadores ambulantes; resistência; conflito.

ABSTRACT

Street vending constitutes a recurrent phenomenon in urban dynamics, particularly in cities strongly shaped by the tourism industry, that is, cities where tourism plays a central role in the local economy. This thesis analyzes how street vendors are configured and organized in the Historic Center of the city of Florianópolis, Brazil, taking as its empirical focus two street intersections located near the Municipal Public Market, areas characterized by intense pedestrian circulation and significant social and economic relevance. The study also incorporates direct observations conducted in the city of Lisbon, Portugal, as an extended field for problematizing the phenomenon in a context likewise marked by the intensification of tourism and by the regulation of public space. The research is based on the hypothesis that street vending cannot be explained solely through the opposition between formality and informality; rather, it constitutes an intermediate space of negotiation between street vendors and the municipal public authorities. This dynamic is interpreted through the concept of social transaction (Rémy, 2016), which highlights the negotiations, provisional practical arrangements, and, above all, the conflicts that permeate the regulation of street vendors in urban space. The research emphasizes the observation of interactions and articulations among the social actors involved in the processes of appropriation, regulation, and enforcement of public space in the city center..The qualitative data collected reveal tensions between, on the one hand, the legal-administrative mechanisms of urban ordering and, on the other, the strategies developed by street vendors to secure their place in the city's public space through practices of negotiation, adaptation, and resistance to existing regulations. Methodologically, the investigation is grounded in an exploratory ethnographic approach, combining participant observation, semi-structured interviews conducted with street vendors and institutional agents involved in municipal urban governance and photographic analysis.

Keywords: urban space; work; street vendors; resistance; conflict.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1: Mapa da ilha de Florianópolis e as suas pontes que a ligam à parte continental
Figura 2: Circuito de vendas dos “ambulantes fixos” e “ambulantes móveis” no espaço urbano da cidade de Florianópolis, 2023
Figura 3: “Ambulantes móveis” escapam das fiscalizações no espaço urbano da cidade de Florianópolis, 2023
Figura 4: “Ambulante móvel” estrangeiro aguarda a fiscalização passar, para voltar ao seu ponto de venda, 2023
Figura 5: Comerciantes lojistas em manifestação no espaço público da cidade, protestando contra o comércio ambulante na cidade de Florianópolis, no ano de 2016
Figura 6: Edital nº 001/PMF/SMSP/SUSP/2017 (Centro), 2017
Figura 7: Circuito de venda ambulante na Rua Augusta, em Lisboa, 2024
Figura 8: Ambulante estrangeiro nas imediações da Baixa-Chiado com suas mercadorias, 2024
Figura 9: Circuito de venda ambulante nas proximidades da Baixa-Chiado, em Lisboa, 2024
Figura 10: Ambulantes estrangeiros comercializando, expondo seus produtos no espaço urbano, na Rua Augusta, em Lisboa, 2024
Figura 11: Ambulante estrangeiro comercializando sua mercadoria no espaço urbano de Lisboa, na Rua Augusta, 2024
Figura 12: Ambulante estrangeiro comercializando seu produto na Rua Augusta, em Lisboa, 2024
Figura 13: Mercadorias e itens pessoais de um ambulante estrangeiro nas imediações da Baixa-Chiado, em Lisboa, 2024
Figura 14: Circuito de venda ambulante na Rua Augusta, em Lisboa, 2024
Figura 15: Ambulante estrangeira confeccionando suas pulseiras coloridas para a venda no espaço urbano de Lisboa, na Baixa-Chiado, 2024
Figura 16: As pulseiras coloridas expostas do casal de ambulante estrangeiro, na calçada em Lisboa, região da Baixa-Chiado 2024
Figura 17: Turista fotografando os Arcos na Rua Augusta, em Lisboa, e o ambulante estrangeiro com as suas mercadorias estendidas no chão, 2024
Figura 18: Circuito ambulante de vendas nas imediações da Baixa-Chiado, em Lisboa, 2024
Figura 19: “Ambulantes fixas” com o seu carrinho de churros em frente ao terminal de ônibus do centro da cidade de Florianópolis, 2023

Figura 20: Circuito de venda ambulante na cidade, Florianópolis, 2023
Figura 21: Ambulante com o seu carrinho de mercadorias na cidade, Florianópolis, 2023
Figura 22: Ambulante com o seu carrinho de morangos no espaço urbano, Florianópolis, 2023
Figura 23: Ambulante comercializando panos de prato em seu carrinho no espaço urbano, Florianópolis, 2023
Figura 24: Circuito de venda ambulante em uma das ruas do centro da cidade, Florianópolis, 2023
Figura 25: Ambulante vendendo sombrinha em dia de chuva em uma das ruas, Florianópolis, 2023
Figura 26: Banca de venda do casal de ambulante em frente a uma Igreja no espaço urbano, Florianópolis, 2023
Figura 27: “Ambulante móvel” estrangeiro comercializando seus produtos no espaço urbano, Florianópolis, 2023
Figura 28: “Ambulantes móveis” (estrangeiro e brasileiro) em descolamento ao escapar das fiscalizações policiais, Florianópolis, 2023
Figura 29: “Ambulante móvel” estrangeira se preparando para deslocamento na paisagem urbana, Florianópolis, 2023
Figura 30: “Ambulante móvel” estrangeiro preparando a sua banca para as vendas no circuito ambulante da cidade, Florianópolis, 2023
Figura 31: Ambulantes comercializando frutas e os seus clientes, Florianópolis, 2023
Figura 32: Ambulantes protestam no espaço urbano da cidade, Florianópolis, 2018
Figura 33: Ambulantes protestam segurando cartazes, Florianópolis, 2018

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO 14

Procedimentos de pesquisa 25
Etnografia e observação participante 29
O ponto de observação 33
O perfil dos interlocutores e as diversas situações ambulantes 38

CAPÍTULO 1: MODOS DE APROPRIAÇÃO DO ESPAÇO EM CIDADES DO "TRADE TURÍSTICO" 45

1.1 Florianópolis e Lisboa: Cidades do "*trade* turístico" 45
1.2 Florianópolis e os circuitos de venda ambulante 48
1.3 Florianópolis e o ecoturismo de luxo 52
1.4 O desenvolvimento da cidade de Florianópolis/SC 55
1.5 O conflito na cidade e os "espaços intermediários" 60
1.6 Florianópolis e Lisboa: "cidades intermediárias" 67
1.7 O ambulante na dinâmica urbana 73
1.8 A visão institucional: entre o provisório e o permanente 83

CAPÍTULO 2: ETNOGRAFIA NA CIDADE DE LISBOA 98

2.1 Ambulantes estrangeiros em Lisboa 98
2.2 Circuitos ambulantes e estratégias de permanência no espaço 114
2.3 Similaridades e distinções entre Lisboa e Florianópolis 118

CAPÍTULO 3: TRAJETÓRIAS, DISTINÇÕES E SENTIDOS DA INFORMALIDADE NO TRABALHO AMBULANTE 130

3.1 Se tornar um ambulante 130
3.2 "Ambulantes móveis" e "ambulantes fixos" 136
3.3 A pandemia do Covid-19 e a atuação da Associação dos Ambulantes 139

CAPÍTULO 4: ESPAÇO PÚBLICO E DINÂMICAS DE REGULAÇÃO 145

4.1 Os recém-chegados na cidade 145
4.2 Trabalho ambulante na história da cidade de Florianópolis 148
4.3 Venda ambulante nos circuitos das cidades 150
4.4 Os grupos ambulantes heterogêneos e os conflitos no espaço 154

CAPÍTULO 5: REGULAÇÃO URBANA E ECONOMIA AMBULANTE: DESAFIOS, LIMITES E CAMINHOS DE INTEGRAÇÃO 174

5.1 Espaço público nas cidades 174
5.2 O impasse: o direito ao trabalho e o direito à cidade 179
5.3 Entre manifestações e negociações 182
5.4 Desafios e limitações da regulação de uma economia itinerante 190
5.5 Possíveis saídas para a integração do comércio ambulante na cidade 197

CONCLUSÕES **202**

REFERÊNCIAS **207**

INTRODUÇÃO

A presente tese objetiva analisar como o fenômeno trabalhador ambulante se configura e se organiza em cidades cuja economia está fortemente estruturada em torno do turismo, tomando como campo empírico de observação a cidade de Florianópolis/SC. Assim, esse estudo investiga como os trabalhadores ambulantes se inserem na dinâmica urbana da cidade, dando destaque para as tensões, as disputas e as negociações que atravessam o uso do espaço público. Para isso, considerou-se a cidade de Lisboa, capital de Portugal, o campo ampliado de observação do fenômeno.

O fenômeno trabalho ambulante é abordado não apenas como expressão da informalidade econômica, mas como prática social diretamente vinculada à economia do turismo e à circulação de pessoas e mercadorias. A análise centra-se na figura do trabalhador ambulante, sujeito social que exerce atividades de comércio informal em espaços públicos urbanos. Essas atividades são caracterizadas pela mobilidade, flexibilidade organizacional e inserção em circuitos econômicos não plenamente regulados, em cidades orientadas pelo chamado *trade turístico*[1], como é o caso de Florianópolis/SC (IBGE, 2024). Neste contexto, a economia local se organiza, de maneira central, em torno do conjunto de empresas, serviços e agentes que compõem a cadeia produtiva do turismo, como hotéis, restaurantes, agências de viagem, transporte e comércio voltado aos visitantes – o espaço urbano tende a assumir papel estratégico na dinâmica econômica.

Nessas cidades, a gestão da paisagem, da circulação e do uso do espaço público torna-se elemento fundamental para a manutenção da atratividade turística e da competitividade no mercado de destinos. Ao mesmo tempo, tais espaços concentram atividades econômicas que se estruturam de maneira mais flexível e informal, como é o caso dos trabalhadores ambulantes, que se beneficiam diretamente dos fluxos de visitantes e da concentração de consumidores, em áreas centrais, em praias e em circuitos turísticos[2].

---

[1] Segundo pesquisa do Ministério do Turismo em parceria com o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, "Santa Catarina atraiu 1,025 milhão de viagens domésticas em 2023. O número é 60% maior do que o registrado em 2021 (640 mil), e movimentou cerca de 2,1 bilhões na economia estadual" (IBGE, 2024). Acesso: Em 2023, Santa Catarina atraiu 1 milhão de viagens, movimentando cerca de R$ 2,1 bilhões na economia estadual — Ministério do Turismo, acessado: 17/03/2026.

[2] A Prefeitura Municipal de Florianópolis (PMF, 2015) incluiu em editais a permissão para comércios de mantas e redes, artigos de praia, tererê, peças de artesanato e chapéus, fator que indica que o trabalho ambulante não se configura apenas como prática informal, mas como atividade parcialmente institucionalizada, especialmente em áreas de interesse turístico, onde o poder público define quem pode ocupar e explorar economicamente esses espaços. Acesso ao edital: 28_10_2015_16.36.46.c904f15c8fc0819780b4a3b8e8fa446a.pdf acesso em 19/03/2026.

Assim, o trabalhador ambulante emerge como parte constitutiva dessas dinâmicas urbanas contemporâneas ao mesmo tempo em que a ocupação do espaço se torna alvo de disputas, regulações e negociações com o poder público. A cidade de Florianópolis, reconhecida como um dos principais destinos turísticos do Brasil (Ministério do Turismo, 2025), apresenta intenso fluxo de trabalhadores ambulantes, especialmente durante o período de verão, quando ocorre significativo aumento da circulação de turistas na cidade. A situação coloca desafios para a gestão municipal, que busca regulamentar o uso do espaço público e organizar as atividades comerciais em áreas de grande concentração de visitantes.

As cidades turísticas tornam-se espaços privilegiados para observar as tensões e negociações que envolvem o uso do espaço público e a presença do trabalho ambulante. Florianópolis, capital do estado de Santa Catarina, destaca-se no cenário nacional e internacional como destino turístico consolidado, caracterizado pela forte valorização de suas paisagens naturais, pela expansão do setor de serviços e pelo crescimento do turismo associado ao chamado ecoturismo de luxo ou alto padrão. A intensificação dos fluxos turísticos, sobretudo durante a alta temporada de verão, amplia, significativamente, a circulação de pessoas em áreas centrais, praias e circuitos turísticos da cidade, criando condições favoráveis para a presença de vendedores ambulantes que buscam inserir-se nessas dinâmicas econômicas.

De modo complementar, a cidade de Lisboa, capital de Portugal, também foi introduzida neste trabalho de investigação como campo ampliado de observação do fenômeno. Nas últimas décadas, a capital lisboeta experimentou uma forte expansão do turismo internacional, acompanhada por transformações urbanas e processos de regulação do espaço público voltados à valorização das áreas centrais da cidade (Santos, 2019)[3]. Nesse contexto, assim como em Florianópolis, o trabalhador ambulante se articula diretamente aos fluxos turísticos e à circulação de consumidores, tornando-se parte visível das dinâmicas econômicas e sociais que atravessam os espaços urbanos mais frequentados por visitantes.

Essas cidades frequentemente se tornam polos de atração para indivíduos provenientes de diferentes regiões. Eles chegam movidos pelo sonho de melhoria de vida e pela expectativa de encontrar novas oportunidades de trabalho. A expansão da atividade turística, especialmente em destinos consolidados, contribui para intensificar os fluxos migratórios e ampliar a presença de trabalhadores migrantes, muitos dos quais encontram, no comércio ambulante, uma possibilidade imediata de geração de renda.

[3] *Cf* : Santos, J. R. (2019) "Espaço Público, Turismo e Mobilidade: Projetos, Impactos e Tensões na Dinâmica da Regeneração Urbana de Lisboa", *The Journal of Public Space*, 4(2), pp. 29–56. doi: 10.32891/jps.v4i2.1203.

Cidades com vocação turística como Florianópolis e Lisboa[4] caracterizam-se, também, por atrair trabalhadores migrantes que buscam oportunidades de inserção no mercado de trabalho. Esses trabalhadores podem atuar tanto nos setores formais da cadeia do turismo, como hotéis, restaurantes e serviços, quanto em atividades informais que orbitam em torno da economia turística. O trabalhador ambulante insere-se, portanto, nesse contexto mais amplo de expectativa de mobilidade social e territorial, no qual migrantes se deslocam para cidades turísticas em busca de oportunidades de trabalho.

Na cidade de Florianópolis e Lisboa, muitos trabalhadores acabam se inserindo em atividades informais, como o comércio ambulante, especialmente em áreas urbanas centrais marcadas por intensa circulação de turistas e consumidores. Em cidades inseridas no circuito do *trade turístico*, esses espaços tornam-se particularmente disputados, pois concentram fluxos econômicos relevantes para diferentes agentes sociais. Vendedores ambulantes dessas cidades disputam a permanência e o uso desses espaços com comerciantes locais estabelecidos em lojas físicas; com outros trabalhadores informais, já presentes nesses circuitos; e com os próprios dispositivos de regulação do poder público municipal, responsáveis por ordenar e controlar as atividades econômicas no espaço urbano.

Esse cenário tem gerado episódios de tensão e conflito na cidade de Florianópolis. Alguns desses conflitos foram amplamente repercutidos nas mídias locais e acabaram por exigir dos agentes municipais novas formas de abordagem do fenômeno, para além de medidas estritamente repressivas, como operações policiais e ações de retirada dos trabalhadores do espaço público.

A ilha de Florianópolis, capital do estado de Santa Catarina, possui 587.486 habitantes (IBGE, 2025) e caracteriza-se por uma configuração territorial singular, que se compõe por uma ilha, conhecida também por "ilha da magia"[5], conectada à parte continental pelas pontes "Hercílio Luz" (1926), "Colombo Salles" (1975) e "Pedro Ivo Campos" (1991). Popularmente conhecida como "Floripa", como é chamada pelos seus habitantes, a ilha possui atributos naturais, contando com 42 praias oficialmente identificadas. Elas estão distribuídas ao longo da ilha e em alguns pontos do litoral do território continental. Essas praias apresentam características geográficas variadas – desde extensas faixas de areia, com forte infraestrutura

[4] Apesar das similaridades relacionadas à centralidade do turismo e à presença de grupos de trabalhadores ambulantes, inclusive de origens étnicas semelhantes, Florianópolis e Lisboa configuram-se como contextos urbanos estruturalmente distintos, com diferenças significativas em termos históricos, econômicos, políticos e institucionais, inclusive, se distinguindo na maneira de regular o trabalho ambulante em seus espaços públicos.

[5] Denominação que articula elementos da paisagem natural exuberante à tradição cultural de matriz açoriana presente na formação histórica do município. As narrativas populares envolvendo bruxas, encantamentos e histórias ligadas ao universo da pesca artesanal contribuíram para a consolidação de um imaginário simbólico particular, foi posteriormente incorporado às estratégias de promoção turística da cidade.

turística, como as localizadas no norte da ilha (Jurerê Tradicional e Jurerê Internacional)[6], até áreas mais preservadas e de acesso restrito, no leste e sul – o que contribui para a diversidade do perfil de visitantes e para a intensa dinâmica sazonal que, em época de veraneio, marcam a economia local.

O Centro Histórico de Florianópolis, espaço central delimitado para realização da pesquisa, constitui-se como um dos núcleos centrais do circuito turístico, marcado pela presença de edificações históricas, praças públicas, igrejas e equipamentos culturais com características do período colonial e de influência açoriana. Nesse principal quadrado central, situam-se os seus principais marcos arquitetônicos e urbanos, dentre eles, destacam-se o Mercado Público de Florianópolis, tradicional espaço de comércio e sociabilidade; a Praça XV de Novembro, onde se localiza a Figueira Centenária; e a Catedral Metropolitana de Florianópolis, referência religiosa e histórica da cidade. A área central abriga ainda sedes de órgãos públicos municipais e estaduais, bancos, lojas populares, comércio formal diversificado e intenso fluxo diário de trabalhadores, moradores e turistas.

Nesse cenário, os trabalhadores ambulantes inserem-se como prática social e econômica situada em uma zona de tensão permanente entre formalidade e informalidade, legalidade, entendida a partir dos marcos jurídico-administrativos definidos pelo poder público municipal, e a legitimidade, visibilidade econômica e marginalização institucional, cujos limites ora se intensificam, ora são objeto de negociação. Assim, a investigação do fenômeno propõe analisar essas disputas em torno das apropriações do espaço urbano, bem como quais caminhos levam às estratégias de negociação, adaptação e resistência, que são mobilizadas pelos trabalhadores ambulantes diante dos dispositivos jurídico-administrativos de controle, já que as normas e os códigos de postura municipais são utilizados para regular e controlar a ocupação do espaço da cidade. Além disso, essas normas se modificam, traçando novos mecanismos, como a formulação de novas regras para os editais anuais de licenciamento do trabalho ambulante.

O estudo sobre o trabalhador ambulante em cidades como Florianópolis contribui para o debate acerca das transformações do mundo do trabalho, das desigualdades socioespaciais[7]

[6] As praias de Jurerê Tradicional e Jurerê Internacional, localizadas no norte da Ilha de Florianópolis/SC, são conhecidas por sua inserção no circuito turístico nacional e internacional, destacando-se pela intensa valorização imobiliária e pela consolidação de um turismo de alto padrão.

[7] De acordo com Jean Rémy (2015), o espaço urbano não é neutro, mas socialmente produzido, refletindo relações de poder, processos de valorização imobiliária, políticas de ordenamento e dinâmicas de exclusão e inclusão. Para Rémy, a produção do espaço na dinâmica urbana relacional existe uma interação de agentes desiguais com diferentes prioridades, "o que prevalece em última análise, não resulta de uma coerência geral, mas de uma luta de poder entre atores cujas perspectivas são parcialmente diferentes" (Rémy, 2015, p. 46). Citação traduzida pela autora da tese.

e das formas de regulação urbana do espaço, evidenciando como a economia do turismo reconfigura relações de poder, pertencimento e acesso à cidade. Busca-se investigar de que modo o trabalhador ambulante se insere e se mantém no espaço central da cidade. A questão central que orienta esta tese consiste em investigar como se configuram essas interações e negociações entre vendedores ambulantes e o poder público municipal na gestão e no controle do trabalho ambulante no espaço urbano do centro histórico.

Parte-se da hipótese de que a presença no espaço público dos trabalhadores ambulantes – aqueles que possuem pontos fixos na paisagem urbana e os que utilizam da mobilidade nos circuitos de venda ambulante, se explica pela existência de um espaço intermediário de negociação entre os ambulantes e as instâncias institucionais de regulação urbana. Esse espaço pode ser compreendido a partir da noção de transação social, proposta por Jean Rémy (2016), que permite analisar os acordos práticos, os conflitos e as acomodações que estruturam a permanência desses trabalhadores no espaço público. A partir dessa perspectiva, esta tese busca ainda analisar as táticas de permanência dos vendedores ambulantes, os dispositivos de regulação mobilizados pelo poder público municipal e as formas pelas quais a economia do turismo reconfigura as disputas em torno do uso e da apropriação do espaço urbano.

No caso aqui tratado, a cidade de Florianópolis, será visto como políticas de regulação do espaço urbano vão definindo, de maneira seletiva, quais grupos ambulantes podem permanecer, circular e exercer atividades econômicas no espaço público e quais são submetidos a processos de restrição, controle ou exclusão. Assim, a escolha de Florianópolis como campo empírico justifica-se não apenas por sua expressiva relevância turística, mas por constituir um espaço privilegiado para a análise das tensões entre o desenvolvimento econômico orientado ao turismo, a regulação institucional do espaço urbano e as estratégias de sobrevivência no âmbito da informalidade.

Florianópolis e Lisboa apresentam características que permitem aproximá-las analiticamente no âmbito das discussões sobre dinâmicas urbanas em contextos marcados pelo turismo e pela presença de trabalhadores ambulantes imigrantes em circuitos ambulantes. Durante o desenvolvimento da investigação desta tese, observou-se, em ambas as cidades, a atuação de grupos de trabalhadores vendedores ambulantes com alta mobilidade. Esses trabalhadores ambulantes se inserem em circuitos específicos de comercialização ambulante[8],

[8] No caso de Lisboa/PT, foi possível incluir nesta investigação, as observações diretas no espaço urbano em áreas delimitadas pelas proximidades da estação de metrô da Baixa-Chiado e na Rua Augusta. Nessas

frequentemente vinculados a áreas de intensa circulação turística, como em núcleos centrais, e desenvolvem táticas de adaptação e permanência por meio de suas redes de apoio e sociabilidade no espaço.

Florianópolis e Lisboa são cidades que, embora não possuam o peso demográfico, político ou econômico das grandes metrópoles globais, desempenham papéis relevantes nas redes urbanas, articulando dinâmicas locais com espaços mais amplos de circulação econômica, turística e cultural. Essas cidades funcionam como espaços de mediação entre escalas distintas: local, nacional e internacional, articulando fluxos de pessoas, atividades econômicas e práticas sociais diversas.

Nesse sentido, as cidades de Florianópolis/SC e Lisboa/PT são analisadas, nesta tese, pela perspectiva das "cidades intermediárias", conceito discutido por Jean Rémy (2013), no Colóquio realizado pela Rede Interdisciplinar e Internacional sobre as Desigualdades (RIIDE)[9]. Para Rémy, as "cidades intermediárias" (Cardoso; Vaz, 2022; Rémy, 2015) podem ser compreendidas como espaços urbanos nos quais diferentes lógicas sociais se encontram e se negociam cotidianamente. A cidade constitui, assim, um lugar onde se articulam múltiplos interesses e formas de apropriação do espaço, sendo marcada por interações permanentes entre atores sociais distintos. Desse modo, o espaço urbano pode ser entendido como um campo de encontros e de transações entre grupos sociais portadores de interesses, posições e projetos diversos (Rémy, 2016).

A cidade de Lisboa foi mobilizada nesta pesquisa como campo ampliado de observação do fenômeno trabalho ambulante, permitindo refletir sobre como, em contextos urbanos fortemente marcados pelo turismo, são articuladas a circulação de visitantes e as formas de regulação do trabalhador ambulante no espaço público. Durante a pesquisa empírica, observou-se que, assim como em Florianópolis, em Lisboa, a figura do trabalhador ambulante encontra-se diretamente articulado à dinâmica turística e à circulação de consumidores nos espaços centrais da cidade, evidenciando a relação entre crescimento do setor turístico, transformações urbanas e a reconfiguração das formas de trabalho informal em circuitos de vendas ambulantes nas cidades.

---

localidades observou-se a presença de trabalhadores ambulantes móveis de origem senegalesa e equatoriana, assim como no centro da cidade de Florianópolis/SC.

[9] Colóquio: "Ação Pública e Problemas Sociais em Cidades Intermédias" que discutiu a relação entre a escala das cidades, com o foco nas "cidades intermediárias" e a expressão dos problemas sociais teve a participação de Jean Rémy como conferencista. O Colóquio foi organizado pelo CICS.NOVA, Centro Interdisciplinar de Ciências Sociais, Universidade NOVA de Lisboa, o PPGDS, Programa de Pós-graduação em Desenvolvimento Social da Universidade Estadual de Montes Claros (PPGDS/Unimontes), e a Chaire Francophone de Travail Social e Politiques Sociales, da Universidade de Fribourg, e realizado em Lisboa, entre 23 e 26 de janeiro de 2013.

A observação realizada em espaços de trabalho ambulante na cidade de Lisboa funcionou como campo ampliado de análise do fenômeno, contribuindo para a formulação da hipótese central da pesquisa de tese: o fenômeno trabalhador ambulante em cidades turísticas não se constitui apenas pela oposição entre formal e informal, mas por um espaço intermediário de negociação, que pode ser compreendido a partir da noção do conceito de "transação social" (2016), formulado pelo sociólogo Jean Rémy. Portando, o estudo propõe perceber como se dá esses processos de mediação, ao observar as ações dos distintos grupos em situações ambulantes no espaço e de como vão se construindo esses "espaços intermediários" (Rémy,2015) de negociação, nos quais tais transações se materializam no cotidiano das ações práticas dos sujeitos sociais.

Na cidade de Florianópolis/SC, observam-se duas situações de trabalhadores ambulantes no espaço da região do centro histórico, próximo ao mercado municipal da cidade: o grupo dos trabalhadores "ambulantes fixos" e o grupo dos trabalhadores "ambulantes móveis", que se movem pela cidade. Esses diferentes grupos sociais de vendedoras e vendedores ambulantes compostos de habitantes migrantes e habitantes locais podem ser encontrados ao longo do dia em seus pontos de venda em comum, em específicos cruzamentos de ruas: nas esquinas próximo do Mercado Municipal da cidade. O que os diferenciam são as diferentes maneiras de apropriação do espaço público e a forma como trabalham, tendo em vista que os "ambulantes móveis" são atores sociais pertencentes a uma economia nômade que flutua em diversos espaços da cidade. Esses personagens da vida urbana são pessoas comuns e são vistos em no cotidiano urbano. Eles vivem a cidade diariamente em seu comércio popular informal.

Determinados grupos de vendedores ambulantes que atuam no centro histórico de Florianópolis configuram grupos sociais que vivem em permanente mobilidade no espaço urbano, estabelecendo relações de negociação e de tensão com os dispositivos de regulação da política municipal. Esses grupos se diferenciam quanto à sua situação ambulante. De um lado, encontram-se os trabalhadores ambulantes classificados pelos agentes municipais como "ambulantes locais" ou "tradicionais", que atuam em seus pontos de venda e estão presentes há décadas na paisagem urbana; de outro, há os "ambulantes móveis", que circulam pelo espaço urbano conforme o fluxo de transeuntes, sendo compostos tanto por habitantes locais quanto por indivíduos de outros estados brasileiros e de fora do país, como imigrantes equatorianos, peruanos e senegaleses.

Essa dinâmica na cidade pode ser compreendida a partir do conceito de "proximidade e distância", formulado por Georg Simmel (2005), que permite analisar como determinados

grupos sociais podem estar simultaneamente próximos e distantes das estruturas institucionais da cidade. No caso do comércio ambulante na cidade, a relação manifesta-se na interação cotidiana entre trabalhadores, vendedores ambulantes e agentes da gestão urbana, especialmente em contextos de negociação para a sua permanência no espaço.

A relação entre ambulantes e gestores torna-se particularmente visível em momentos de crise ou intensificação das ações de controle. Nessas situações, observa-se que a possibilidade de integração do trabalhador ambulante à dinâmica urbana tende a ser condicionada à aceitação de determinados perfis considerados legítimos pela gestão municipal, enquanto outros, sobretudo, aqueles associados à venda de produtos classificados como piratas ou réplicas, são frequentemente excluídos. Aqueles que se afastam das normas institucionais são, muitas vezes, descritos pelo poder público como "invasores" ou "desconhecidos" do espaço urbano. Nesse contexto, a relação entre esses trabalhadores e a cidade passa a se configurar por movimentos alternados de aproximação e distanciamento, evidenciando formas instáveis de reconhecimento e pertencimento no espaço urbano.

Nessa perspectiva, propõe-se uma análise situacional dessas relações institucionais regulamentadoras, nas quais os vendedores ambulantes, ora são vistos como aliados da cidade, agregando valor e garantindo certa complementaridade à sua infraestrutura de serviços, ora como inimigos, sendo a presença do trabalhador ambulante, no espaço, interpretada pela gestão municipal como um elemento que compromete a estética urbana e prejudica a ordem pública.

Esses discursos e essas ações institucionais assumem diferentes formas na política de gestão do espaço urbano, oscilando entre a repressão/expulsão e a integração/incorporação dos ambulantes na dinâmica da cidade. Assim, procura-se investigar como se configura essa transação[10] (Rémy, 2005) no âmbito do trabalhador ambulante, entendido simultaneamente como expressão de criatividade e estratégia de sobrevivência, em contextos marcados por desigualdades estruturais. O ambulante encarna um modo de vida que mobiliza autonomia, prática, inventividade e capacidade de adaptação, contudo, essa autonomia não é exercida em um vazio social, mas dentro de limites impostos por hierarquias econômicas e regulações institucionais.

[10] Conforme Jean Rémy (2005) o conceito de transação social, enquanto uma categoria analítica, propõe compreender a vida social como resultado de iniciativas dispersas que, sob constrangimentos estruturais, produzem coordenações provisórias, no qual, os atores individuais e coletivos ajustam posições, reinterpretam normas e reconfiguram relações de poder sem que isso implique necessariamente conflito aberto ou ruptura institucional. Na transação existem situações de jogo de distância e proximidade, poder e contrapoder, adesão e distanciamento, produzindo transformações graduais nas normas e nas formas de regulação social.

É importante notar, nesta trama, as nuances das ações das forças político-econômicas que atuam na cidade. Elas são representadas por atores sociais institucionais que estão presentes na arena pública da cidade, tais como: os políticos locais, os fiscais estaduais, o presidente da Câmara dos Dirigentes Lojistas-CDL, e os representantes do aparato de segurança pública. Todos esses atores sociais, representantes de grupos de interesses, possuem força política que reverberam em ações conjuntas de políticas espaciais repressivas[11]. A escolha do centro da cidade como campo empírico fundamenta-se em dois aspectos principais. Em primeiro lugar, trata-se de um dos núcleos estruturantes da ilha de Florianópolis, caracterizado por intensa circulação de habitantes e turistas. Em segundo lugar, deve-se aos recorrentes conflitos envolvendo vendedores ambulantes e operações de fiscalização, promovidas pela gestão municipal[12]. Visto isso, a seguir, apresentamos os capítulos que compõem esta tese e, em seguida, a Conclusão.

Esta tese está dividida em 5 capítulos. O Capítulo 1, "Modos de apropriação do espaço em cidades do *trade* turístico", contextualiza as cidades de Florianópolis/SC e Lisboa/PT como contextos de observações empíricas de problematização do fenômeno social do trabalhador ambulante nas cidades e discute especificamente a formação urbana de Florianópolis, a sua inserção no circuito do "*trade* turístico" e as transformações associadas à expansão do setor de serviços e do ecoturismo de alto padrão. O Capítulo também incorpora as observações do fenômeno trabalhador ambulante realizadas em Florianópolis/SC e Lisboa/PT, cidades marcadas pela intensificação do turismo e pela regulação do espaço público, permitindo ampliar a compreensão das dinâmicas de apropriação e de controle do espaço urbano. Ainda são abordados, no Capítulo 1, os seguintes temas: centralidade do turismo nas economias locais, fluxos migratórios recentes e processos de valorização e ordenamento urbano, que situam o contexto no qual o trabalho ambulante se insere.

O Capítulo 2, "Etnografia na cidade de Lisboa", se atém à observação do fenômeno trabalhador ambulante em um campo ampliado de análise. A partir da experiência etnográfica realizada nas regiões da Baixa-Chiado e da Rua Augusta, o Capítulo aborda os circuitos de venda ambulante na cidade, as táticas de permanência no espaço urbano e a presença de trabalhadores estrangeiros. O Capítulo 2 destaca as aproximações e distinções em relação ao

[11] No ano de 2018 as operações contra o comércio ilegal repercutiram em matérias locais jornalísticas, principalmente, com a ocupação do espaço público por ambulantes imigrantes advindos do Senegal e do Haiti, conforme a matéria destaca, link de acesso: Operação da prefeitura combate comércio ilegal no Centro de Florianópolis - NSC Total, acessado em 02/06/2025.

[12] Um dos acontecimentos pela disputa de espaço resultou na prisão do ambulante senegalês, link de acesso a reportagem jornalística: Senegalês preso durante ação da Guarda em Florianópolis é solto, acessado em 04/03/2026.

contexto de Florianópolis/SC, permitindo tensionar a hipótese da pesquisa em um cenário urbano distinto, mas que se aproxima analiticamente a partir do conceito de “cidade intermediária”, na medida em que ambas operam como espaços de mediação entre diferentes escalas: local, nacional e internacional, e concentram fluxos que intensificam as disputas pelo uso e pela apropriação do espaço urbano.

Também são temas discutidos pelo Capítulo 2: os modos de apropriação do espaço público pelos trabalhadores ambulantes, as suas táticas de permanência, a mobilidade e a adaptação às ações de fiscalização, bem como os arranjos práticos que os trabalhadores ambulantes constroem no cotidiano urbano. Ao observar as interações estabelecidas entre trabalhadores ambulantes, consumidores e agentes do poder público, o Capítulo 2 demonstra como a informalidade se configura não apenas como ausência de regulação, mas como campo de negociações, disputas e acomodações situacionais.

O Capítulo 3, “Trajetórias, distinções e sentidos da informalidade no trabalho ambulante”, analisa as dinâmicas que estruturam o uso e a regulação do espaço público a partir das situações concretas observadas em campo, na cidade de Florianópolis/SC. O Capítulo analisa a constituição social dos trabalhadores ambulantes, explorando suas trajetórias, formas de inserção na atividade e distinções internas entre diferentes grupos, como “ambulantes fixos” e “ambulantes móveis” e aborda os impactos de processos recentes, como a pandemia da covid-19, nas dinâmicas do trabalhador ambulante, evidenciando a heterogeneidade das experiências e os sentidos atribuídos à informalidade pelos próprios sujeitos.

O Capítulo 4, “Espaço público e dinâmicas de regulação”, dedica-se à análise das relações entre os trabalhadores ambulantes e os dispositivos institucionais de controle do espaço urbano na cidade de Florianópolis. A partir de uma abordagem situacional, são examinadas as interações entre ambulantes, agentes de fiscalização, gestores públicos e comerciantes formais, apresentando como se constituem as disputas, negociações e formas de regulação no cotidiano. O Capítulo 4 mostra que o espaço público se constitui como uma arena relacional, marcada por tensões permanentes entre diferentes projetos de cidade.

O Capítulo 5, “Regulação urbana e economia ambulante: desafios, limites e caminhos de integração”, retoma as discussões anteriores para analisar os impasses que atravessam a relação entre o direito ao trabalho e o direito à cidade. O Capítulo discute as limitações dos modelos de regulação existentes na cidade de Florianópolis, bem como as possibilidades de integração do trabalho ambulante nas dinâmicas urbanas. O Capítulo 5 enfatiza que a presença dos trabalhadores ambulantes nas cidades não pode ser compreendida como um

problema social a ser excluído e combatido por mecanismos exclusivamente repressivos, punitivos e normativos institucionais, mas se sustenta em processos contínuos de negociação no espaço urbano.

Por fim, na Conclusão, afirma-se que o trabalho ambulante em cidades intermediárias como Florianópolis e Lisboa constitui-se em um espaço de transação social, no qual diferentes atores negociam, de forma contínua e situada, as condições de uso e permanência no espaço urbano, evidenciando a centralidade das relações entre conflito, regulação e adaptação na produção da cidade.

Procedimentos de Pesquisa

Nesta pesquisa de tese, os dados empíricos coletados foram orientados por uma abordagem etnográfica, utilizando a técnica observação participante e, simultaneamente, a realização de entrevistas formais semiestruturadas e conversas informais, ocorridas ao longo do trabalho de campo. A escolha pela entrevista semiestruturada justifica-se por sua flexibilidade metodológica, permitindo a condução de um roteiro previamente elaborado, ao mesmo tempo em que abre espaço para a emergência de temas, percepções e experiências trazidas espontaneamente pelos participantes (Minayo, 2001). Segundo Maria Cecília de Souza Minayo (2001), as entrevistas qualitativas constituem uma técnica para acessar sentidos, valores e interpretações dos sujeitos sociais, permitindo aprender dimensões subjetivas da realidade social. Deste modo, a escolha da abordagem qualitativa, por meio da utilização das técnicas observação participante, entrevistas formais semiestruturadas e conversas informais para coleta de informações, possibilita analisar questões relevantes ao objeto de estudo sem limitar a dinâmica da interação, favorecendo uma escuta mais sensível e contextualizada.

Na cidade de Florianópolis, a investigação se deu no ano de 2023, em duas etapas. A primeira, entre os meses de janeiro, fevereiro e março, e, posteriormente, a segunda, realizada no mês de setembro do mesmo ano. Na cidade de Lisboa, a investigação se deu nos meses de setembro e outubro do ano de 2024, nas regiões da Baixa-Chiado e Rua Augusta. A escolha das cidades de Florianópolis e Lisboa como campos empíricos desta investigação fundamenta-se na possibilidade de estabelecer uma aproximação analítica, e não comparativa, da presença do fenômeno trabalhador ambulante em contextos urbanos que compartilham lógicas estruturais distintas, mas que se aproximam. Essas cidades se assemelham especialmente com relação à centralidade do turismo na organização econômica e à consequente intensificação dos usos do espaço urbano por trabalhadores ambulantes. A presença desses trabalhadores nesses espaços intensificam as fiscalizações e regulações pelo poder público. Visto isso, esta pesquisa mobiliza a cidade de Lisboa como um campo ampliado, que permite expandir a análise do fenômeno trabalhador ambulante na dinâmica urbana.

Em ambas as cidades, são observadas dinâmicas marcadas pela concentração de trabalhadores ambulantes migrantes em diversos circuitos de seus núcleos urbanos, intensificando a presença de mecanismos institucionais de ordenamento urbano que incidem diretamente sobre as práticas que resultam nessa concentração. São cidades que operam como

polos de atração de trabalhadores migrantes e como espaços de mediação entre diferentes escalas de circulação, podendo ser compreendidas como "cidades intermediárias", conforme o conceito proposto por Jean Rémy (Cardoso; Vaz, 2022; Rémy, 2015).

Diante desses conflitos presentes no espaço público, a investigação propõe uma compreensão do contexto estudado por meio de categorias analíticas, com objetivo de interpretar essas "situações de rua", nas quais atuam os trabalhadores ambulantes. Para isso, tomou-se como base a análise das narrativas de agentes municipais e dos trabalhadores ambulantes de Florianópolis, para a construção dessas categorias, inspirada na Teoria do Interacionismo Simbólico[13] e *Grounded Theory*, proposta por Anselm Strauss e Juliet Corbin (2008). Nessa análise axial, busca-se reconstruir o fenômeno investigado a partir das relações entre as suas condições estruturais, as ações e interações dos atores sociais e as consequências decorrentes dessas ações**.**

A codificação axial adotada nessa tese é entendida como o processo de relacionar categorias entre si, como estratégia para compreender os processos sociais que estruturam o trabalho ambulante (Strauss; Corbin, 2008). Inicialmente, a codificação aberta permitiu identificar temas, práticas, tensões e ações recorrentes presentes nos relatos e nas observações de campo. Em seguida, a codificação axial possibilitou reconstruir esses elementos em um sistema relacional, evidenciando como condições estruturais, como a regulação urbana, o turismo e as desigualdades sociais; interações cotidianas, como negociações, táticas de sobrevivência e redes de apoio; e suas consequências, como precarização, conflitos e formas de resistência, se articulam na disputa pelos espaços públicos. O Quadro 1, a seguir, resume a regulamentação do espaço público urbano para ambulantes em Florianópolis em 2023.

Quadro 1: A regulação urbana do comércio ambulante em Florianópolis/SC como dispositivo de poder

CONDIÇÕES	AÇÕES/INTERAÇÕES	CONSEQUÊNCIAS
Códigos de postura/regras	Operações policiais	Instabilidade permanente
Editais restritivos	Fiscalização seletiva	Invisibilização dos direitos; Criação de zonas nômades ou novos circuitos informais
Modelo de uma cidade turística; Crises migratórias.	Controle estético do Centro da cidade; Contratação de fiscais de veraneio para reprimir recém-	Aumento de conflitos e tensões

[13] Perspectiva sociológica que compreende a ação social como orientada pelos significados construídos e compartilhados nas interações entre os indivíduos, sendo tais significados produzidos, negociados e transformados no curso da vida social (Mead, 1934; Blumer, 1969). Essa abordagem fundamenta metodologias interpretativas, como a *grounded theory*, ao privilegiar a análise dos processos de interação e da construção de sentidos pelos atores sociais (Strauss; Corbin, 2008).

	chegados	
Pressão de lojistas, agentes institucionais e mídia local.	Produção do ambulante como ilegal/intruso/*outsider*	Expulsão ou precarização da presença ambulante

Fonte: Pesquisa de campo, 2023. Org.: PIMENTEL, 2026.

As informações presentes no Quadro 1 foram obtidas por meio de entrevistas com os agentes municipais (representantes institucionais) de Florianópolis. Eles estão envolvidos diretamente na gestão do espaço urbano e articulam ações conjuntas relacionadas à administração do espaço público. A realização dessas entrevistas semiestruturadas possibilitou acessar questões envolvidas nas negociações e nas regulações para a atuação dos ambulantes na cidade. As entrevistas formais foram previamente agendadas em contato com os seus respectivos gabinetes, e realizadas em ambientes acordados com os interlocutores, garantindo condições adequadas para o registro das falas. Todas as entrevistas com os representantes institucionais foram gravadas em áudio, com o consentimento dos participantes. A utilização do gravador constituiu um recurso fundamental para captar nuances como pausas, entoações e outros elementos que enriqueceram a interpretação dos dados.

Além das 3 entrevistas semiestruturadas com os agentes institucionais, foram realizadas, na cidade de Florianópolis, 12 entrevistas informais com trabalhadoras e trabalhadores ambulantes, 8 homens e 4 mulheres. Embora nem todas as conversas informais tenham sido gravadas, devido às circunstâncias em que ocorreram (em cruzamentos específicos de ruas), buscou-se registrar seus conteúdos por meio de anotações, em diário de campo, realizadas logo após as interações.

Nos casos em que houve possibilidade de gravação de trabalhadores e trabalhadoras, elas somente foram realizadas após autorização verbal expressa dos participantes. Posteriormente, foram transcritas. Ressalta-se que, em virtude de conteúdos sensíveis a alguns interlocutores, especialmente envolvendo tensões entre o poder público e os trabalhadores ambulantes, optou-se pela utilização de nomes fictícios, para preservar o anonimato desses trabalhadores, garantindo a confidencialidade dos participantes. Essa combinação de registros (gravações e notas de campo) permitiu preservar a riqueza dos relatos e minimizar perdas de informação, ao mesmo tempo em que assegurou o compromisso ético da pesquisa.

A observação participante em Florianópolis foi realizada em um ponto estratégico da cidade, situado no cruzamento de duas vias de intensa circulação no centro da cidade, caracterizado pelo fluxo contínuo de moradores locais e turistas. A escolha desse espaço se deu em função de sua centralidade na dinâmica urbana e da presença significativa de

trabalhadores ambulantes, o que possibilitou a observação privilegiada das interações e práticas cotidianas nesse contexto.

Inicialmente, foram abordadas três trabalhadoras ambulantes que mantinham pontos fixos na paisagem urbana, as quais se tornaram posteriormente as informantes-chave da pesquisa. A partir dessas interlocuções, foi possível compreender a organização do trabalho, as redes de sociabilidade e as distinções internas ao grupo. Esses pontos fixos também serviram como base para a observação da circulação de outros ambulantes que não permanecem em um único local, deslocando-se constantemente pelo espaço urbano. Assim, a articulação entre entrevistas semiestruturadas e conversas informais permitiu construir um material empírico mais denso e situado, combinando, de um lado, a sistematicidade da entrevista como técnica de investigação e, de outro, a espontaneidade das interações cotidianas próprias do trabalho etnográfico.

Essas três principais informantes-chave da pesquisa foram as primeiras a indicar os representantes institucionais como referências de pessoas conectadas às articulações políticas locais. Posteriormente, o Presidente da Associação dos Ambulantes corroborou essas indicações, mencionando os mesmos nomes. Esse procedimento de indicação se caracteriza como amostragem em bola de neve, em que os participantes iniciais da pesquisa apontam outros interlocutores relevantes, permitindo a construção de uma rede de contatos (Corbin; Strauss, 2008).

A partir disso, é possível concluir que as conversas informais em Florianópolis desempenharam papel fundamental na construção do material empírico do trabalho etnográfico, uma vez que se inscrevem na experiência cotidiana compartilhada entre pesquisadora e interlocutores. Tais interações, vivenciadas em contextos não formais, como deslocamentos, intervalos ou situações ordinárias da vida social, permitem o acesso a narrativas e significados que emergem de maneira mais espontânea, articulados às práticas e temporalidades do grupo investigado. Nessa perspectiva, o dado etnográfico não se restringe a dispositivos formais de coleta, mas é construído na relação, na convivência e na inserção do pesquisador no campo, o que possibilita uma compreensão mais densa e situada do fenômeno estudado (Eckert; Rocha, 2008).

Por outro lado, em Lisboa, foi adotada a técnica de observação não participante, realizada nas imediações da Baixa-Chiado e da Rua Augusta, pois o contexto lisboeta é marcado por maior intensidade de fiscalização e por barreiras linguísticas, uma vez que muitos ambulantes se comunicam em seus idiomas nativos. Isso limitou a possibilidade de interações mais prolongadas, reforçando o caráter mais distanciado da observação realizada.

Nessa técnica, a pesquisadora acompanhou as dinâmicas sociais a partir de uma posição mais distanciada no campo.

Visto isso, não foi possível constituir, em Lisboa, uma rede de entrevistados ou informantes-chave, em razão das especificidades desse campo. Ainda assim, ocorreram aproximações pontuais com um casal de ambulantes de origem equatoriana, com trajetória migratória por diferentes países e cidades, e com um vendedor ambulante senegalês, cujas interações contribuíram para a compreensão situada das práticas observadas. Tais interações foram diálogos curtos em conversas informais, não se tratando de entrevista semiestruturada. As observações de campo foram registradas no diário de campo, para serem analisadas posteriormente em conjunto com as fotografias registradas dessas localidades.

Nesse sentido, é importante destacar, conforme discutem Claudia Eckert e Ana Luiza Carvalho da Rocha (2008), que a produção do conhecimento etnográfico não se restringe à observação participante clássica, podendo também se constituir a partir de diferentes graus de inserção no campo. A técnica de observação não participante permitiu à pesquisadora observar o fenômeno entre os atores sociais em sua dimensão situacional e relacional, mesmo diante de um menor grau de inserção. Esse distanciamento relativo da pesquisadora permitiu também apreender dinâmicas, ritmos e formas de organização do cotidiano que emergem da própria circulação e da observação atenta dos espaços urbanos.

O último recurso que integra o conjunto de técnicas etnográficas adotadas nesta pesquisa é a fotografia. Essa técnica não se constitui apenas como registro ilustrativo, mas como ferramenta analítica na apreensão das práticas e interações no espaço urbano em ambas as cidades. Ao possibilitar a captura de situações, disposições espaciais e gestualidades frequentemente difíceis de descrever apenas por meio da escrita, a fotografia contribui para a documentação das dinâmicas cotidianas do trabalho ambulante, especialmente no que se refere às formas de ocupação, circulação e negociação no espaço público. Ademais, seu uso permitiu um olhar mais atento e reflexivo sobre o campo, operando como suporte à memória da pesquisadora e como recurso complementar na interpretação dos dados, em diálogo com os registros do diário de campo. Assim, as imagens produzidas foram incorporadas ao processo analítico não como evidências neutras, mas como construções situadas, atravessadas pelo olhar da pesquisadora e pelas condições específicas de produção no contexto da pesquisa, conforme discutido por Sarah Pink (2007).

Etnografia e observação participante

A abordagem etnográfica e o uso das técnicas, como a observação participante e as entrevistas, constituem-se como estratégia central para apreender as dinâmicas sociais que estruturam a atuação dos vendedores ambulantes no espaço público urbano, por meio da inserção prolongada nesse lugar. A inserção no campo ocorreu inicialmente durante os meses de veraneio, janeiro, fevereiro e março de 2023, período marcado por maior circulação de pessoas na região central da cidade. Posteriormente, o trabalho de campo foi retomado no mês de setembro de 2023. Buscou-se observar como esses trabalhadores constroem suas interações cotidianas, organizam suas práticas e estabelecem relações entre si, bem como com outros atores que compõem o cenário urbano.

A partir da Etnografia é possível compreender a alteridade e considerar as diferentes posições, interesses e recursos mobilizados pelos sujeitos envolvidos. Isso permite analisar as formas de organização interna do grupo e os modos pelos quais configuram suas táticas de permanência e circulação na cidade. Nesse processo, a observação participante possibilita também compreender os tensionamentos estabelecidos entre os ambulantes e a gestão municipal, especialmente no que se refere às políticas de regulação e uso do espaço público. Assim, torna-se possível captar a complexidade dessas relações, evidenciando como as práticas, negociações e conflitos contribuem para a constante (re)configuração das formas de ocupação e pertencimento no espaço urbano (Eckert; Rocha, 2008).

A observação participante possibilitou o acompanhamento contínuo de situações de tensão entre os vendedores ambulantes e o poder público. Esses conflitos se manifestam, sobretudo na atuação de agentes responsáveis pelo controle e fiscalização do espaço urbano, como fiscais municipais e guardas da Guarda Municipal, além de envolver, em determinados momentos, figuras públicas como gestores municipais e atores políticos locais, que dispõem de instrumentos legais capazes de influenciar a regulação e o controle do uso do espaço público. A observação participante mostrou-se fundamental para a compreensão dessas dinâmicas, uma vez que, conforme destacam Eckert e Rocha (2008), essa técnica de pesquisa pressupõe a inserção regular da pesquisadora em um determinado mundo social ou grupo social, participando de sua rotina e acompanhando suas práticas cotidianas, de modo a possibilitar uma compreensão mais contínua da vida social do grupo investigado.

Inicialmente foi adotada a apresentação formal aos interlocutores do campo, apresentando-me como estudante pesquisadora. Com o passar do tempo, e a partir das incursões cotidianas realizadas no espaço de pesquisa, foi possível estabelecer um diálogo mais próximo com as primeiras três informantes-chave, que são vendedoras ambulantes que

atuam de forma fixa na paisagem urbana. As interlocutoras desenvolviam suas atividades utilizando carrinhos de transporte ou barraquinhas improvisadas.

Uma das inspirações para a realização da etnografia, que envolve o exercício da técnica da observação participante junto ao grupo estudado, foi a obra "Sociedade de Esquina", de William Foote Whyte (2005)[14]. Ao analisar o mundo social do trabalhador ambulante na cidade de Florianópolis, a inserção na rotina dos trabalhadores ambulantes revelou diversas inquietações ao longo do trabalho de campo. As narrativas e situações observadas evidenciam as relações de poder que se estabelecem na cidade, especialmente no que se refere ao direito à cidade e ao direito ao trabalho no espaço público, envolvendo seus usos e formas de apropriação. O estudo visa, portanto, compreender como esses atores sociais constroem suas táticas para ocupar e utilizar determinados espaços urbanos para a prática da venda ambulante evidenciando as tensões envolvidas nessa ocupação.

Este trabalho orienta-se também pela prática da etnografia urbana "de perto e de dentro", conforme proposta pelo antropólogo José Guilherme Cantor Magnani (2002). Essa perspectiva de investigação busca compreender os atores sociais como sujeitos que produzem e organizam a paisagem urbana por meio de diferentes arranjos coletivos, articulando-se em redes e sistemas relacionais no cotidiano da cidade.

No decorrer do trabalho de campo, os diálogos estabelecidos com os vendedores ambulantes[15] possibilitaram a identificação de informantes-chave, bem como a indicação de representantes institucionais considerados relevantes para a compreensão interpretativa das dinâmicas sociais e institucionais relacionadas aos trabalhadores ambulantes.

A definição desses pontos de observação permitiu acompanhar, de maneira situada, a constituição de um universo social heterogêneo, no qual diferentes perfis de trabalhadores compartilham o espaço urbano, articulando práticas econômicas, formas de sociabilidade e modos de ocupação, que refletem as condições mais amplas de funcionamento da cidade. Esses cruzamentos, portanto, configuram-se como espaços estratégicos para a análise das dinâmicas do trabalho ambulante, na medida em que concentram fluxos, interações e práticas

[14] Trata-se da pesquisa clássica de William Foote Whyte (2005), na qual o autor realizou um estudo etnográfico com grupos de jovens de um bairro operário da periferia de Boston, nos Estados Unidos, caracterizado pela presença de populações de origem imigrante, especialmente descendentes de italianos. Whyte acompanhou as interações cotidianas desses jovens em espaços públicos do bairro, sobretudo nas esquinas, onde se constituíam importantes pontos de encontro e convivência. A partir dessa convivência prolongada, o autor evidenciou como nesses espaços se organizavam formas de sociabilidade, modos de vida, estratégias de sobrevivência e processos de tomada de decisão coletiva, estruturados por redes de relações sociais.

[15] Os contatos diretos estabelecidos com os vendedores ambulantes, no contexto desta pesquisa, foram realizados em conformidade com os procedimentos éticos vigentes, tendo sido previamente aprovados por Comitê de Ética em Pesquisa. Os participantes foram informados sobre os objetivos do estudo, e sua participação ocorreu de forma voluntária.

que tornam visíveis os modos pelos quais o espaço público é apropriado no cotidiano urbano pelos trabalhadores ambulantes.

Durante o contato com os colaboradores da pesquisa, a investigação consistiu principalmente em formular perguntas e escutar atentamente seus relatos. Posteriormente, com a transcrição dos depoimentos, novas questões emergiram, o que motivou novos retornos ao campo, com o objetivo de compreender os enigmas presentes naquele universo de significados. Reconhece-se, contudo, que a compreensão da totalidade social é sempre limitada. Nesse sentido, conforme argumenta Roberto DaMatta (1978), o desafio de estudar outros grupos sociais consiste justamente em realizar o exercício de transformar o exótico em familiar e, ao mesmo tempo, o familiar em exótico.

Com as observações diárias, foi possível perceber o ambiente urbano em suas múltiplas facetas cotidianas, marcadas pela diversidade de atividades laborais que ocorrem simultaneamente naquele espaço. Ao mesmo tempo, tornou-se evidente as estruturas físicas organizadas por trabalhadores que ocupam diariamente esse local, montadas com lonas e estruturas de madeira ou alumínio: pontos de venda ambulante, que objetivam garantir as vendas do dia. Aos poucos, foi possível estabelecer uma relação de confiança com alguns desses trabalhadores, que passaram a compartilhar suas narrativas individuais sobre as questões coletivas enfrentadas pelos trabalhadores ambulantes na cidade.

Nessa perspectiva, o conceito de “pedaço”, elaborado por José Guilherme Cantor Magnani (1992), aproxima-se da ideia de circulação dos sujeitos pelo espaço urbano. Trata-se de uma noção que envolve simultaneamente uma ordem espacial e simbólica. Segundo o autor, o “pedaço” no espaço urbano corresponde a “um ponto concreto de referência em torno do qual se estabeleciam vínculos com base em redes já existentes, como as de parentesco, vizinhança e procedência, e que se expressavam por meio de códigos comuns de reconhecimento” (Magnani, 1992, p. 200).

Os “ambulantes fixos” apropriam-se de determinadas esquinas da cidade, denominadas “pedaços”, formando pequenas comunidades com laços sociais consolidados. Esses grupos estabelecem interações ocasionais com “ambulantes móveis”, compreendidos pela gestão municipal como os “de fora” ou “espertalhões”, que permanecem em constante deslocamento e adotam táticas de resistência baseadas na mobilidade. Enquanto os “ambulantes fixos” ocupam e organizam um território específico, os “ambulantes móveis”

operam em uma economia informal[16] caracterizada pela transitoriedade e pela atuação à margem da legislação vigente.

A partir do campo exploratório da etnografia, emergiram questões de investigação, sobretudo quando o campo se abriu para a pesquisadora. Nesse contexto, iniciou-se o processo de coleta de dados e, posteriormente, a sua análise. A partir desse movimento, buscou-se estabelecer algumas conexões de similaridade capazes de reconstruir unidades de um sistema relacional, conforme proposto por Anselm Strauss e Juliet Corbin (2008). Nessa metodologia, a coleta e análise de dados ocorrem em sequências alternativas, sendo a própria análise dos dados àquela que orienta as etapas subsequentes de coleta (Strauss; Corbin, 2008).

Anselm Strauss e Juliet Corbin (2008) descrevem o modelo de análise axial como o processo de "relacionar categorias às suas subcategorias", por meio da identificação das condições que dão origem ao fenômeno, das ações e interações mobilizadas pelos atores e das consequências que emergem dessas ações. No âmbito desta pesquisa, o procedimento analítico mostrou-se particularmente relevante para articular os dados produzidos pela observação etnográfica a partir da construção progressiva de categorias analíticas. Essa etapa implicou deslocar a análise de um nível meramente descritivo para um nível explicativo. Inspirada por essa proposta analítica, a pesquisa passou a orientar-se por algumas questões centrais: (1) sob quais condições esse fenômeno ocorre? (2) como os atores respondem em suas interações a essas condições? (3) quais estratégias são mobilizadas? e, por fim, (4) quais consequências são produzidas?

Os dados coletados no trabalho de campo, aqui apresentados, resultam de um processo de pesquisa que contou com anotações diárias sobre a rotina do trabalhador ambulante, bem como com as transcrições de conversas formais e informais com os sujeitos sociais envolvidos. Dessa forma, os dados da pesquisa, durante à análise, suscitaram novas questões a serem investigadas. Por esse motivo, os retornos ao campo mostraram-se imprescindíveis, com o objetivo de responder as questões que surgiam.

O ponto de observação

Em dois cruzamentos de ruas específicas, definidos como espaços delimitados de pesquisa, realizou-se a observação participante, estabelecendo-se o que foi denominado "ponto de observação". Foi nesse contexto que se iniciaram os primeiros contatos com os

[16] As atividades informais correspondem às práticas econômicas que se desenvolvem fora, à margem ou em zonas parciais de regulação estatal, caracterizando-se pela ausência — total ou parcial — de registro legal.

informantes que posteriormente se tornaram colaboradores da pesquisa. A presença da pesquisadora foi gradualmente naturalizada a partir da terceira semana de trabalho de campo, em decorrência das frequentes incursões realizadas no local.

A escolha dos dois cruzamentos de ruas como ponto de observação, Rua Conselheiro Mafra com a Rua Deodoro e da Rua Conselheiro Mafra com a Rua Trajano, não se deu de forma aleatória, mas esteve diretamente relacionada aos objetivos analíticos desta pesquisa. Trata-se de espaços localizados na região central da cidade, próximos ao Mercado Público Municipal, caracterizados por intensa circulação de pessoas, tanto moradores quanto turistas, e, consequentemente, por elevada concentração de atividades econômicas formais e informais. Esses cruzamentos configuram-se como pontos estratégicos da dinâmica urbana, na medida em que concentram fluxos, visibilidade e oportunidades de comercialização, tornando-se áreas privilegiadas para a atuação dos trabalhadores ambulantes. Ao mesmo tempo, são espaços monitorados e regulados pelo poder público municipal, o que os transforma em arenas de tensão, negociação e conflito em torno do uso do espaço urbano. Dessa forma, a delimitação empírica nesses dois cruzamentos permitiu observar, de maneira situada, como se articulam as práticas dos ambulantes, as suas formas de organização e mobilidade, bem como os mecanismos de controle e regulação acionados pela gestão municipal, possibilitando analisar, em escala micro, processos mais amplos que estruturam a disputa pelo espaço urbano na cidade.

A escolha desses cruzamentos como campo empírico fundamenta-se, portanto, na sua capacidade de observar, em escala localizada, processos mais amplos que estruturam a vida urbana da cidade, especialmente aqueles relacionados à circulação de pessoas, ao consumo e à ocupação do espaço público para fins de trabalho. Nesses pontos, observa-se a presença de trabalhadores inseridos em atividades de comércio ambulante que se organizam a partir de diferentes táticas de permanência e mobilidade, evidenciando formas diversas de inserção econômica no espaço urbano. Trata-se, em sua maioria, de sujeitos vinculados a trajetórias marcadas por inserções precárias no mercado de trabalho, que encontram no trabalho ambulante uma possibilidade de geração de renda, atuando em um contexto de intensa competitividade e constante adaptação às dinâmicas da cidade.

As vendedoras ambulantes estavam localizadas no quadrante central no qual se concentrou a pesquisa de campo. Durante as observações realizadas nesse cruzamento de ruas, foram relatadas diversas histórias relacionadas às situações de fiscalização e às estratégias de resistência no espaço central da cidade. Ao longo dessas narrativas, surgiram também referências a atores institucionais considerados relevantes para a regulação do uso do

espaço público, os quais foram posteriormente indicados como possíveis interlocutores para entrevistas. Entre esses atores, destacam-se o Presidente da Associação dos Ambulantes, o Presidente da Câmara de Dirigentes Lojistas-CDL, o Secretário de Segurança Pública Municipal e o Presidente do Conselho Estadual de Combate à Pirataria-CECOP.

Nesses dois cruzamentos, há ruas centrais onde se concentra os trabalhadores ambulantes na Capital. Essas ruas caracterizam-se por intenso fluxo de pedestres, além de apresentarem uma significativa poluição sonora decorrente das táticas utilizadas pelos vendedores para atrair a atenção dos frequentadores.

A cidade de Florianópolis altera significativamente sua dinâmica durante os meses de veraneio, ou alta temporada de verão. Nesse período a gestão municipal intensifica a fiscalização do espaço público, uma vez que o número de turistas aumenta consideravelmente, tanto no que se refere ao turismo interno quanto ao turismo internacional. Desse modo, busca-se transmitir aos visitantes a sensação de segurança e de organização da cidade.

Entre as medidas adotadas pelas instituições de segurança pública, destacam-se as recorrentes operações policiais voltadas à apreensão de mercadorias comercializadas de forma ilegal na área central da cidade. Um exemplo ocorreu em agosto de 2022, conforme noticiado pela imprensa local, com a manchete: “quase 400 produtos são apreendidos em operação de combate ao comércio ilegal em Florianópolis”. A matéria também informa que cinco vendedores ambulantes foram detidos pelos crimes previstos nos artigos 184 e 190 do código penal”[17].

Além disso, durante os meses de veraneio, a Prefeitura intensifica a fiscalização cotidiana das ruas por meio da contratação de fiscais temporários, conhecidos como “fiscais de rua”, responsáveis por ampliar o monitoramento das atividades comerciais no espaço público.

O quadrante do centro histórico da cidade envolvia as ruas Conselheiro Mafra e Jerônimo Coelho, ruas frequentemente percorridas pela pesquisadora, por fazer parte do trajeto até o escritório onde trabalhava. Nesse deslocamento cotidiano, tornava-se possível observar a dinâmica urbana e a presença do comércio popular ambulante nas ruas. Com o passar dos anos, percebeu-se um aumento no número de trabalhadores ambulantes naquele espaço, bem como a ampliação de práticas de exposição de mercadorias em panos estendidos no chão, situação que passou a chamar a atenção do poder público municipal. Esse processo

[17]Link de acesso a matéria jornalística, “Quase 400 produtos são apreendidos em operação de combate ao comércio ilegal em Florianópolis”, em 05 de agosto de 2022, que detalha a operação contra o comércio ilegal: https://ndmais.com.br/seguranca/prefeitura-deflagra-operacao-contra-o-comercio-ilegal-de-ambulante/, acessada em 07/02/2025.

de observação do cotidiano possibilitou um exercício de estranhamento daquilo que inicialmente parecia familiar, procedimento que, segundo Gilberto Velho (1978), constitui um movimento fundamental para a construção do olhar antropológico sobre a realidade social.

O espaço que anteriormente era considerado pelos agentes municipais como um ambiente “organizado e limpo” passou a apresentar outra configuração, aproximando-se da dinâmica observada em grandes centros comerciais populares, como a Rua 25 de Março, na cidade de São Paulo, em razão do aumento de sua ocupação para o trabalho ambulante. Ressalta-se que essa ocupação não constitui um fenômeno inteiramente novo, uma vez que os “ambulantes fixos” sempre estiveram presentes nesse espaço. Contudo, novos processos passaram a se manifestar, intensificando as tensões de forma mais frequente. Entre esses processos destaca-se a chegada de outros grupos de vendedores ambulantes que realizavam suas atividades sem as permissões formais de trabalho, sendo frequentemente classificados pela gestão municipal como ambulantes “de fora” ou “invasores do espaço”.

No decorrer das observações empíricas, e a partir das narrativas institucionais, foi possível identificar uma mudança na forma como o espaço urbano central de Florianópolis passou a ser percebido e classificado. Até determinado período, especialmente anterior à intensificação recente do turismo e ao aumento do número de trabalhadores ambulantes, observado com maior evidência a partir da década de 2010 e, mais recentemente, no período pós-pandemia de covid-19, o espaço era frequentemente descrito pelos agentes municipais como “organizado” e “limpo”, em uma lógica de ordenamento urbano voltada à valorização estética e turística da cidade.

Com o crescimento da presença de vendedores ambulantes, sobretudo nos cruzamentos estratégicos da cidade, essa mesma área passou a ser reinterpretada por esses agentes como um espaço “desordenado”, “ocupado” ou “degradado”. Essa mudança não diz respeito apenas a uma transformação física do espaço, mas revela, sobretudo, uma reconfiguração dos processos de transformação social e, consequentemente, a implementação de novos critérios institucionais que legitimam quem pode ocupar a cidade, evidenciando que as noções de “ordem” e “desordem” são socialmente construídas e atravessadas por disputas de poder.

A etnografia permitiu identificar uma classificação nativa entre os próprios trabalhadores, que se autodenominam “ambulantes móveis”, aqueles que circulam pela cidade, e “ambulantes fixos” ou “tradicionais”, associados a pontos específicos e mais estáveis. A distinção revelou-se fundamental para a compreensão das dinâmicas de uso do

espaço urbano, das estratégias de trabalho e das formas de pertencimento construídas no interior desse universo social.

No caso dos senegaleses, por exemplo, esses grupos de vendedores ambulantes eram frequentemente expulsos, sob a justificativa de que representavam uma forma específica de cultura popular de rua, característica de países da África Ocidental, expressa em seu modo de ocupação e apresentação no espaço público. Esses vendedores costumam estender tapetes no chão para expor suas mercadorias, prática que, do ponto de vista institucional e dos comerciantes estabelecidos na área, subverte a ideia de uma cidade ordeira. A percepção é reforçada por representantes do poder público municipal. Nas palavras do Secretário Municipal de Segurança Pública da época, "existe a ideia de que aquilo é feio, é ruim, que não é compatível com a cidade, ainda mais em áreas turísticas como esta".[18].

Na perspectiva institucional, o núcleo central da cidade deve ser preservado de seus supostos "invasores de fora". Contudo, apesar das práticas espaciais repressivas voltadas à manutenção da cidade livre desses "invasores" ou "espertalhões", assim classificados pela gestão, por comercializarem mercadorias sem o pagamento de tributos ao Município, observa-se a existência de um perfil de vendedor ambulante que tende a ser aceito pelos gestores públicos, aqueles reconhecidos como "ambulantes fixos tradicionais" ou "locais".

Os ambulantes considerados "fixos/tradicionais" também enfrentam dificuldades para obter as permissões para atuarem nas ruas. Ainda assim, continuam a ocupar o espaço e a desenvolver suas atividades em uma espécie de "área limiar" ou "zonas de sombras normativas". Isso ocorre porque, de acordo com o regulamento municipal, a atividade ambulante possui caráter temporário e as permissões são concedidas por meio de sorteio. Diante da elevada demanda por licenças, muitos desses "ambulantes fixos tradicionais" conseguem permanecer no espaço por meio de negociações com as autoridades locais, o que possibilita, na prática, a extensão dos prazos de suas licenças.

Por esse motivo, a escolha metodológica partiu, primeiramente, da técnica da observação participante nesses cruzamentos de ruas. A permanência junto aos trabalhadores ambulantes e a observação de suas rotinas permitiram identificar algumas pistas sobre como eram estabelecidas as interações entre os diferentes grupos de ambulantes, bem como sobre as formas pelas quais lidavam com as políticas espaciais de controle e fiscalização do espaço público.

[18]O Secretário de Segurança Pública da cidade de Florianópolis, em entrevista concedida, 2023.

Nesse caso, o método da etnografia das ruas, com ênfase no objeto de estudo, os trabalhadores ambulantes e as táticas que envolvem a disputa pela apropriação do espaço urbano, aproximou-se do que Howard S. Becker denomina de prática artesanal das Ciências Sociais (Becker, 2015). Trata-se do desafio de escrever sobre aquilo que se está realizando enquanto pesquisadora no decorrer de uma investigação exploratória. Desse modo, a "exploração de descoberta", conforme proposta por Becker (2005), sugere um movimento contínuo de vai-e-vem entre a teoria e os dados empíricos, que são constantemente confrontados ao longo do processo de pesquisa (Becker, 2005, p. 60).

A entrada no campo ocorreu em meio a muitas dúvidas. Sabia-se apenas que o mundo social dos vendedores ambulantes constituía um universo complexo e diverso, embora, ao mesmo tempo, relativamente familiar, enquanto frequentadora de centros urbanos. Em muitos espaços públicos, como praias, shows públicos, praças e ruas de diferentes cidades, a presença de ambulantes é recorrente. No entanto, o cotidiano nas ruas revela um universo muito mais complexo, marcado por diferentes táticas e artimanhas que envolvem o "estar lá", isto é, a prática concreta da atividade ambulante.

Aproxima-se, portanto, da perspectiva de Michel de Certeau (2001), ao compreender que os sujeitos ordinários produzem o espaço urbano por meio de suas práticas cotidianas, acionando táticas criativas que lhes permitem operar nas brechas das estruturas instituídas. Assim, o trabalho ambulante pode ser entendido como um conjunto de práticas que se reinventam no cotidiano, nas quais os trabalhadores ambulantes mobilizam saberes práticos, deslocamentos e táticas de adaptação para garantir sua permanência e atuação no espaço público.

O perfil dos interlocutores e as diversas situações ambulantes

A partir das observações de campo e das interações realizadas, foi possível delinear um perfil geral dos trabalhadores ambulantes, evidenciando a heterogeneidade do grupo, mas também alguns padrões recorrentes. De modo amplo, trata-se de uma população composta majoritariamente por homens e mulheres adultos, muitos deles, chefes de família, cuja inserção no trabalho ambulante está diretamente relacionada à necessidade de geração de renda e à dificuldade de acesso ou permanência no mercado formal de trabalho.

A rua não é apenas local de trabalho, mas também espaço de sociabilidade, troca e construção de redes, ainda que atravessado por conflitos, disputas e relações assimétricas com o poder público, na medida em que este detém os mecanismos de regulação, controle e

fiscalização do espaço urbano, enquanto os trabalhadores ambulantes, inseridos em condições de informalidade, dispõem de menor capacidade de intervenção institucional, sendo frequentemente levados a negociar, contornar ou resistir às normas estabelecidas.

Do ponto de vista da organização do trabalho, os ambulantes operam de forma autônoma, ainda que inseridos em redes de apoio e cooperação. Como aponta um dos interlocutores, “quaisquer mil reais você começa o negócio”, destacando que o início depende, muitas vezes, de pequenos investimentos próprios ou de ajuda de pessoas próximas. O ambulante ressalta, “um ajuda o outro”, seja por meio de empréstimos, compartilhamento de mercadorias ou apoio entre familiares e conterrâneos, indicando que, apesar da aparente autonomia, há uma dimensão relacional importante na organização desse trabalho.

O trabalho ambulante aparece em algumas trajetórias dos interlocutores como uma prática social aprendida ao longo da vida, muitas vezes herdada de experiências familiares ou construída em circuitos migratórios, nos quais o “saber fazer” da rua se torna um recurso central. As experiências precoces de inserção no trabalho ambulante revelam que o fenômeno não surge como escolha ocasional, mas, em alguns casos, como continuidade de uma socialização prática no universo do trabalho de rua, sendo posteriormente reatualizado no contexto urbano da cidade, como estratégia de sobrevivência diante das limitações impostas pelo mercado formal. No caso dos ambulantes estrangeiros, trazem consigo repertórios culturais e experiências prévias vinculadas ao trabalho ambulante em seus países de origem, contribuindo para a reprodução dessa prática no contexto urbano local.

Em termos de trajetória social, observa-se a presença significativa de migrantes, tanto de outras regiões do Brasil quanto de outros países, que encontram no trabalho ambulante uma alternativa viável de sobrevivência econômica nas cidades. Esses sujeitos frequentemente apresentam trajetórias marcadas por deslocamentos, sejam em função de crises econômicas, desastres ambientais, busca por melhores condições de vida ou ausência de oportunidades em seus locais de origem.

As condições de vida desses trabalhadores revelam uma dinâmica marcada por precariedade e instabilidade, na qual a adaptação deve ser entendida como resposta a constrangimentos estruturais, e não como atributo positivo, evidenciando estratégias de sobrevivência produzidas no interior da informalidade e da ausência de proteção social. Muitos vivem em áreas periféricas da região metropolitana, enfrentando longos deslocamentos diários até os pontos de venda nos núcleos urbanos centrais ou nas regiões da orla litorânea.

A renda desses ambulantes é variável e depende diretamente dos fluxos urbanos, sobretudo dos fluxos de turistas, o que implica em períodos de maior abundância, como na alta temporada, seguidos de momentos de escassez. Além disso, o acesso a crédito formal, políticas públicas e direitos trabalhistas é limitado, o que faz com que esses trabalhadores ambulantes recorram a redes informais de apoio, empréstimos alternativos e táticas coletivas de sobrevivência.

Conforme os relatos dos interlocutores, a atividade ambulante é oscilante e a variação da renda aparece diretamente vinculada aos fluxos urbanos e à sazonalidade do turismo. Alguns interlocutores evidenciaram essa oscilação. Em determinados períodos, como a alta temporada de férias nas praias de Canasvieiras e Ingleses, há maior circulação de pessoas e, consequentemente, maiores possibilidades de ganho, chegando a faturamentos significativamente elevados em curtos intervalos de tempo, enquanto em outros momentos, há instabilidade da atividade.

Essa dinâmica aparece de forma clara no relato de um dos interlocutores: “na semana de pagamento o fluxo é maior, eu consigo bem tranquilamente, uns dois, três mil, por semana”. Em outros períodos, o trabalho se torna incerto e dependente do movimento nas ruas. Essa variação também se articula à lógica sazonal da cidade, especialmente nas praias, onde, segundo ele, “só em janeiro e fevereiro [...] dá muita gente”, evidenciando como o fluxo de pessoas estrutura diretamente as possibilidades de ganho. Essa dependência do fluxo também se expressa na sua tática de mobilidade entre cidades e eventos, deslocando-se conforme as oportunidades de venda e evitando locais ou períodos de maior fiscalização.

Os relatos indicam que, diante da ausência de acesso à crédito formal e de garantias institucionais, esses trabalhadores mobilizam alternativas informais para sustentar e expandir suas atividades. Alguns interlocutores destacam as dificuldades de acesso a financiamentos bancários, mencionando a necessidade de recorrer a empréstimos informais, inclusive com agiotas, para conseguir investir em mercadorias ou adquirir bens como veículos, fundamentais para o trabalho. A segunda opção para começar a trajetória ambulante e a manutenção da atividade depende, muitas vezes, de pequenos investimentos próprios e do apoio de redes próximas, como familiares e conhecidos, que viabilizam a compra inicial de mercadorias e a continuidade do negócio. Esses elementos evidenciam que a reprodução econômica da atividade ambulante se ancora em uma combinação entre fluxos urbanos instáveis e mecanismos informais de financiamento, reforçando o caráter precário, porém taticamente organizado, dessa atividade.

No que se refere à escolaridade, predomina um perfil de baixa ou média escolarização, embora também tenham sido identificados casos de trabalhadores com ensino médio completo e até ensino superior, indicando que o trabalho ambulante não se restringe exclusivamente a segmentos com baixa qualificação formal. Ainda assim, a inserção nesse tipo de atividade está menos associada à formação educacional e mais às condições concretas de acesso à renda e à flexibilidade que o trabalho autônomo proporciona.

No que se refere ao perfil etário dos ambulantes, observa-se uma ampla variação de idades, abrangendo desde adultos mais jovens até trabalhadores em idade avançada. De modo geral, a maioria dos interlocutores concentra-se na faixa adulta, aproximadamente entre 30 e 50 anos, período da vida marcado por maior responsabilidade econômica e inserção ativa no mercado de trabalho.

Entretanto, chama atenção a presença significativa de trabalhadores ambulantes mais velhos, com idades superiores a 60 anos, que permanecem em atividade. Esses casos indicam que o trabalho nas ruas se configura, muitas vezes, como uma alternativa de continuidade da geração de renda diante da ausência de aposentadoria suficiente ou da impossibilidade de inserção no mercado formal em razão da idade. Por outro lado, também foram identificados trabalhadores em faixas etárias intermediárias, com trajetórias marcadas por rupturas profissionais, desemprego ou dificuldades de reinserção no mercado formal, o que os levou a ingressar na atividade ambulante como estratégia de sobrevivência.

O perfil etário observado revela que o trabalho ambulante não se restringe a uma fase específica do ciclo de vida, mas atravessa diferentes momentos da trajetória dos sujeitos, configurando-se tanto como alternativa diante da exclusão do mercado formal quanto como possibilidade de permanência econômica. Essa diversidade etária pode ser interpretada como um indicativo estrutural do fenômeno trabalho ambulante, uma vez que revela sua capacidade de absorver sujeitos em diferentes momentos do ciclo de vida, em contextos marcados pela precarização do trabalho e pela fragilidade das redes de proteção social.

Neste mundo social, é possível distinguir, analiticamente, dois perfis principais: os trabalhadores “ambulantes fixos” e os “ambulantes móveis”. Os “ambulantes fixos” tendem a ocupar pontos relativamente estáveis no espaço urbano, frequentemente utilizando estruturas como bancas, carrinhos ou barracas, e estabelecendo relações mais duradouras com o espaço, com outros trabalhadores e com a própria clientela. Em geral, apresentam maior tempo de atuação na atividade e um conhecimento mais aprofundado das dinâmicas locais, incluindo regras informais de ocupação do espaço e formas de negociação com a fiscalização.

Por outro lado, os “ambulantes móveis” caracterizam-se pela constante circulação no espaço urbano, deslocando-se conforme o fluxo de pessoas, a intensidade da fiscalização ou as oportunidades de venda. Esse grupo inclui, com frequência, trabalhadores em situações mais vulneráveis, como migrantes recentes e vendedores de mercadorias consideradas irregulares, que adotam estratégias mais flexíveis e táticas de evasão, operando de maneira mais instável e precária. A mobilidade, nesse caso, constitui não apenas uma escolha, mas uma necessidade imposta pelas condições de trabalho e pelas formas de controle exercidas sobre o espaço público.

De maneira geral, tanto os “ambulantes fixos ou locais” quanto os “ambulantes móveis” compartilham características comuns, como a informalidade das relações de trabalho, a ausência de garantias legais, a instabilidade da renda e a constante necessidade de adaptação às condições do ambiente urbano. Ao exercer a atividade ambulante, esses trabalhadores se compreendem nessa prática que articula sobrevivência econômica, conhecimento prático do espaço e táticas cotidianas de permanência no espaço público.

Em relação às mercadorias comercializadas nos circuitos ambulantes que fazem parte, é possível observar que os trabalhadores ambulantes possuem uma tendência para o comércio popular de mercadorias. Entre os produtos mais recorrentes estão artesanatos de pulseiras, colares, brincos (especialmente de origem indígena), roupas, acessórios, bonés, meias, luvas, gorros, brinquedos infantis, alimentos como bombons, churros, pipoca, frutas da temporada como morangos e jabuticabas, garrafas de água plástica, sobretudo, itens de baixo custo, muitos dos quais associados à lógica da novidade e da rotatividade rápida.

No contexto das praias, diferente do circuito do centro da cidade, destacam-se produtos voltados diretamente ao público turístico, como serviços de tranças, bebidas, chapéus de praia, cangas, lembranças como *souvenirs* e principalmente itens sazonais da temporada de verão. A escolha das mercadorias não é aleatória, mas responde a uma racionalidade econômica baseada na rápida circulação do capital, na adaptação às demandas do público e na possibilidade de reposição constante dos produtos.

As observações realizadas na cidade de Lisboa foram conduzidas em espaços urbanos que apresentam similaridade com aqueles investigados em Florianópolis, especialmente por se tratar de regiões centrais caracterizadas por intenso fluxo de turistas, concentração de lojas de marcas famosas e proximidade com estações de metrô, locais de fluxos. Nesses locais, identificou-se a presença de trabalhadores ambulantes que comercializam produtos semelhantes aos observados em Florianópolis, com destaque para a atuação de vendedores senegaleses na venda de réplicas de itens como bolsas, bonés, camisetas e *shorts* de marcas.

Observou-se, ainda, a adoção de táticas organizacionais semelhantes no uso do espaço público, como a disposição das mercadorias em panos estendidos no chão e a rápida mobilidade como forma de escapar das fiscalizações. Em Lisboa, assim como no contexto brasileiro, esses trabalhadores frequentemente se organizam em grupos étnicos específicos, como senegaleses e bangladeshianos.

Durante as observações do fenômeno trabalhador ambulante na cidade lisboeta foi possível estabelecer uma relação de proximidade com um casal de ambulantes equatorianos e com um vendedor senegalês, cujas interações e conversas informais contribuíram para a compreensão situada das dinâmicas sociais e das táticas de permanência no espaço urbano da cidade.

As mercadorias comercializadas pelos ambulantes em ambas as cidades são produtos considerados réplicas de marcas e constituem uma das principais preocupações dos agentes institucionais envolvidos na fiscalização do comércio ambulante, sendo frequentemente mobilizadas como justificativas para ações de controle e repressão. A partir da perspectiva desses agentes, o problema não reside necessariamente na atividade ambulante em si, mas na natureza das mercadorias que circulam nesses circuitos informais.

A gestão municipal considera que “o problema está no produto ilícito e não na atividade” (fiscal do estado de Santa Catarina, 2024), destacando que muitos trabalhadores ambulantes, ao longo do tempo, acabam incorporando mercadorias ilícitas às suas vendas como estratégia de aumento de renda. Essa compreensão institucional evidencia uma preocupação central com a ilegalidade associada à pirataria, entendida tanto como infração à legislação quanto como prática que impacta a arrecadação fiscal e a concorrência com o comércio formal.

Ao relatar sua trajetória no trabalho ambulante na cidade de Florianópolis, o líder da Associação dos Ambulantes pondera, “hoje temos o reconhecimento da Prefeitura, podemos trabalhar em paz, mas foi à custa de muito corre-corre, resistência e luta” (2023). Isso indica que a relativa estabilidade atual não elimina a dimensão histórica de conflito que marca essa atividade. De modo semelhante, um dos interlocutores, com mais de quarenta anos de atuação nas ruas, sintetiza essa transformação ao afirmar que “antigamente nós corríamos até a ponte para escapar dos agentes fiscais” (2023), enquanto, no presente, enfatiza a existência de maior diálogo com os agentes de fiscalização, explica o “ambulante fixo”:

> Acontece um diálogo com os fiscais, com a Prefeitura também, sobre as regras da ocupação das ruas e calçadas, não pode chegar aqui e estender um pano enorme obstruindo a passagem dos passantes. É bom deixar num cantinho, não ocupar muito

> espaço, obedecer às regras, deixar limpinho (Ambulante da cidade de Florianópolis, em entrevista concedida, 2023).

Por outro lado, essa aparente normalização não elimina a instabilidade cotidiana, sobretudo para aqueles que se encontram à margem dos processos de credenciamento, como evidenciado na experiência dos “ambulantes móveis” em ambas as cidades (Florianópolis e Lisboa) que, diante da aproximação da guarda municipal, recolhe rapidamente suas mercadorias, evidenciando um trabalho ainda marcado pela vigilância constante e pelo risco iminente de perda do capital investido. Essas situações de rua observadas nos relatos etnográficos indicam que, embora haja avanços no plano institucional, a atividade ambulante permanece atravessada por uma tensão permanente entre regulação, tolerância e repressão.

CAPÍTULO 1: MODOS DE APROPRIAÇÃO DO ESPAÇO EM CIDADES DO "TRADE TURÍSTICO"

O Capítulo 1, "Modos de Apropriação do Espaço em Cidades do "*Trade* Turístico", propõe analisar os modos de apropriação do espaço urbano em cidades inseridas no circuito do "*trade turístico"*, tomando como campo de análise empírica as cidades de Florianópolis/SC e Lisboa/PT. Parte-se da compreensão de que a intensificação dos fluxos de pessoas, capitais e mercadorias nesses contextos urbanos reconfigura as formas de uso e disputa pelo espaço público, tornando-o central na dinâmica urbana.

O Capítulo discute a inserção dessas cidades no "*trade* turístico*"*, ao evidenciar a centralidade do turismo na organização de suas economias e na produção do espaço urbano. Em seguida, analisa os circuitos de venda ambulante em Florianópolis, destacando as formas de organização, circulação e atuação desses trabalhadores no espaço público. Na sequência, apresenta o desenvolvimento urbano de Florianópolis, com ênfase na expansão do ecoturismo de luxo e na valorização de determinadas áreas, bem como nos conflitos associados a esse processo de transformação urbana, que se expressam nas instituições e nos diferentes usuários do espaço urbano, sendo analisados à luz da noção de "espaços intermediários" (Rémy, 2015).

Na sequência, propõe-se uma aproximação analítica entre Florianópolis/SC e Lisboa/PT a partir do conceito de "cidades intermediárias" (Cardoso; Vaz, 2022; Rémy, 2015), evidenciando como, em ambos os contextos, a intensificação dos fluxos urbanos incide diretamente sobre as formas de uso, ocupação e regulação do espaço público. Por fim, analisa-se a inserção do trabalhador ambulante na dinâmica urbana e a maneira como essa atividade é percebida e regulada institucionalmente, destacando as tensões entre permanência, controle e negociação no uso do espaço público.

1.1 Florianópolis e Lisboa: Cidades do "*trade* turístico"

O termo "*trade* turístico" refere-se ao conjunto articulado de atividades econômicas diretamente vinculadas à produção, à mediação e ao consumo do turismo, englobando setores como hotelaria, gastronomia, transporte, agenciamento, comércio e serviços diversos (Santos et al.,2012).

As chamadas cidades do "*trade* turístico" podem ser compreendidas como centros urbanos cuja estrutura econômica e organização espacial são profundamente condicionadas

por esse conjunto de atividades, tendo no turismo um de seus principais vetores de dinamização.

Uma das principais características dessas cidades reside na mobilidade socioespacial, na dinâmica dos fluxos internos e externos. Trata-se de espaços marcados por intensas circulações, de pessoas, capitais, mercadorias e informações, que se intensificam em função da atividade turística. Esses fluxos não apenas atravessam a cidade, mas contribuem ativamente para a produção e reconfiguração do espaço urbano, orientando investimentos, redefinindo centralidades e promovendo a valorização seletiva de determinadas áreas, especialmente aquelas dotadas de atratividade paisagística, cultural ou histórica.

O espaço urbano passa a ser continuamente organizado para acolher, direcionar e capturar esses fluxos, o que implica a expansão da infraestrutura turística e a diversificação dos serviços voltados ao consumo. O comércio, em particular, assume papel estratégico, posicionando-se como interface direta entre a cidade e o visitante. Não se trata apenas de um setor econômico, mas de um elemento estruturante das dinâmicas urbanas, articulando práticas de consumo, usos do espaço e formas de sociabilidade.

É nesse cenário que o trabalhador ambulante se insere de maneira particularmente significativa em circuitos ambulantes urbanos. Os trabalhadores ambulantes atuam justamente nos pontos de maior densidade de fluxos, apropriando-se de espaços de circulação intensa, como áreas centrais, orlas e zonas turísticas, para oferecer produtos e serviços alinhados às demandas do público visitante. Isso evidencia as dinâmicas urbanas, ao mesmo tempo em que revela as tensões inerentes à disputa pelo espaço urbano, sobretudo no que se refere à regulação, à visibilidade e às fronteiras entre formalidade e informalidade. No entanto, a oposição entre formal e informal mostra-se insuficiente para compreender o fenômeno do trabalhador ambulante, uma vez que muitas dessas atividades se situam em uma zona intermediária de regulação, marcada por negociações, permissões provisórias, tolerâncias institucionais e práticas cotidianas de adaptação.

A intensificação dos fluxos turísticos, ao impulsionar setores formais do *trade*, também contribui para a ampliação de atividades informais. Esse processo evidencia o caráter contraditório dessas cidades: ao mesmo tempo em que promovem modernização, investimentos e valorização espacial, também geram condições para a expansão de formas de trabalho mais precárias, como o trabalho ambulante, que se insere de maneira flexível e adaptativa nas brechas desses circuitos econômicos formais.

Essa lógica pode ser observada em cidades inseridas em diferentes contextos geográficos e socioculturais, como Florianópolis, no Brasil, e Lisboa, em Portugal. Apesar de

situadas em continentes distintos, América Latina e Europa, ambas apresentam similaridades enquanto cidades do "*trade* turístico". Destacam-se, nesse sentido, a dependência dos fluxos turísticos, a valorização de áreas litorâneas e centrais, a reorganização do comércio voltado ao visitante e a presença expressiva de atividades informais como a presença de trabalhadores ambulantes em seus centros urbanos, associados à circulação de pessoas.

Compreende-se, portanto, que Florianópolis e Lisboa são "cidades intermediárias" (Rémy, 2015), pois são cidades com escalas urbanas relativamente semelhantes e com inserção significativa em circuitos turísticos internacionais. Configuram-se como espaços urbanos dinâmicos e complexos, marcados pela coexistência entre áreas urbanizadas, com as suas regiões centrais e porções menos urbanizadas (como zonas rurais). Por outro lado, possuem características espaciais e socioeconômicas específicas e distintas. Em Florianópolis, por exemplo, há comunidades tradicionais, como as pesqueiras. Essa heterogeneidade espacial se articula a processos intensos de valorização imobiliária e elevação do custo de vida, especialmente nas áreas centrais mais diretamente impactadas pelos fluxos turísticos.

Em ambas as cidades observa-se ainda a presença expressiva de trabalhadores ambulantes, incluindo ambulantes de origem estrangeira, que se inserem nesses circuitos urbanos de forma dinâmica, acompanhando e explorando os fluxos de visitantes. Compreender essas cidades do "*trade* turístico", a partir da centralidade dos fluxos, permite evidenciar como ocorrem as negociações em "cidades intermediárias" (Cardoso; Vaz, 2022) que precisam lidar com fenômenos globais, como os circuitos que envolvem o trabalhador ambulante na cidade em que atua como agente de transformação urbana, reconfigurando práticas econômicas, usos do espaço e formas de trabalho.

O fenômeno trabalhador ambulante em cidades como Florianópolis e Lisboa, não apenas acompanha os fluxos, mas emerge como resposta concreta às desigualdades e oportunidades produzidas por esse modelo de cidade. Inseridos em um contexto de alta valorização urbana e barreiras de acesso ao mercado formal, esses ambulantes, frequentemente atravessados por dinâmicas migratórias, contribuem, ainda que de maneira marginal, para a sustentação cotidiana da economia da cidade, ao mesmo tempo em que revelam as contradições que estruturam essas cidades.

Discute-se, portanto, como acontecem essas apropriações do espaço urbano dessas cidades, sendo que, apropriação do espaço envolve práticas cotidianas, usos e atribuição de sentidos pelos diferentes atores sociais. A apropriação do espaço urbano não se dá de forma unilateral ou previamente determinada, mas resulta de processos contínuos de ajuste entre diferentes atores sociais. Nesse sentido, pode ser compreendida como uma forma de transação

social, conforme proposto por Jean Rémy (2016), na qual práticas, usos e significados são produzidos por meio de interações marcadas por negociações implícitas, relações de poder e margens de liberdade situadas.

Mais do que negociações formais, essas dinâmicas envolvem processos difusos e contínuos de adaptação, nos quais os atores constroem "zonas de acordo" possíveis em contextos parcialmente conflitivos, articulando interesses, valores e constrangimentos estruturais (Rémy, 2005). A apropriação do espaço em cidades como Florianópolis e Lisboa pode ser interpretada como resultado de "transações sociais" (Rémy, 2005), que envolvem residentes, turistas, mercado e poder público, produzindo formas específicas e contingentes de uso e significação do espaço urbano.

1.2 Florianópolis e os circuitos de venda ambulante

A cidade de Florianópolis é constituída por diversos núcleos centrais que desenham, na cidade, circuitos ambulantes de comércio nas proximidades do comércio formal. Fazem parte desses circuitos de trabalhadores ambulantes tanto os que possuem suas permissões regularizadas, para atuarem em espaços públicos, quanto os trabalhadores ambulantes que atuam sem a permissão para o trabalho ambulante em áreas turísticas, como o centro da cidade e bairros em outras extremidades da ilha, como Canasvieiras, Lagoa da Conceição e Ingleses. Nesses bairros, o fluxo de pessoas transitando nos meses de dezembro, janeiro e fevereiro, considerado período de alta temporada, é quase na mesma intensidade da região do centro da cidade, porém, é na área central que os conflitos se intensificam, principalmente com as ações de fiscalização por operações policiais.

O trabalho ambulante em Florianópolis constitui uma importante estratégia de inserção econômica para trabalhadores, muitos deles migrantes, que encontram na cidade oportunidades associadas à dinâmica urbana e turística. No entanto, essa atividade se desenvolve em meio a tensões constantes com o poder público municipal que regula e controla o uso do espaço urbano. Esses trabalhadores ambulantes, frequentemente oriundos de diferentes regiões do Brasil e de outros países, atuam em espaços de intensa circulação, negociando cotidianamente sua permanência e suas formas de trabalho em meio a dinâmicas urbanas em constante transformação. O trabalhador ambulante, portanto, se configura como um campo de tensões, marcado pela relação ambígua com o poder público, que ora regula, ora restringe e, em certos casos, permite sua atuação por meio de mecanismos institucionais específicos. Essas tensões se expressam na disputa pelo uso do espaço urbano, na definição de

quem pode ou não ocupar determinadas áreas e nas formas de controle do espaço urbano exercidas sobre esses trabalhadores ambulantes.

A presença de vendedores ambulantes, artistas de rua e pequenos comerciantes integra a paisagem cotidiana do centro da cidade, configurando o espaço urbano como uma arena de disputas simbólicas e materiais em torno do uso e do controle do espaço público. O fenômeno do trabalhador ambulante, presente na cidade, emerge, assim, como elemento constitutivo da dinâmica urbana, revelando tensões entre os dispositivos institucionais de ordenamento urbano, os interesses econômicos associados à atividade turística e as estratégias de sobrevivência de trabalhadores inseridos no campo da informalidade.

A gestão municipal regula a atividade ambulante por meio de códigos de posturas e editais de credenciamento, buscando institucionalizar o trabalho e, ao mesmo tempo, estabelecer limites para sua atuação no espaço urbano. Essa dimensão normativa aparece de forma institucional quando os agentes municipais destacam que existe um regramento que define quem pode trabalhar, o que pode ser vendido e onde essas pessoas podem se estabelecer, evidenciando o caráter seletivo desse processo. Trata-se de uma política de regulação do espaço que opera com “número limitado de vagas de pontos de comércio ambulante estabelecido na cidade” (Secretário de Segurança Pública de Florianópolis, 2023), e que estabelece classificações específicas de mercadorias e serviços autorizados, bem como as áreas permitidas para o exercício da atividade. Nesse sentido, a regulação não apenas organiza o trabalhador ambulante no espaço, mas também produz delimitações concretas sobre quem pode ou não acessar esse circuito econômico, configurando um mecanismo institucional que ordena e, simultaneamente, restringe a presença desses trabalhadores no espaço da cidade.

No que se refere às operações de fiscalização, a atuação do poder público se materializa por meio de operações regulares de controle sobre o espaço que atuam os ambulantes, especialmente nas áreas de maior circulação da cidade. Essa dimensão aparece na atuação do poder público, como explica o Secretário Municipal ao afirmar que “a fiscalização é contínua, principalmente no centro, onde há maior concentração de ambulantes” (2023), destacando que o objetivo é coibir atividades irregulares e garantir o cumprimento das normas estabelecidas. Segundo o agente institucional, quando identificadas situações fora do regramento, como, por exemplo, ambulantes que não possuem licenças para atuarem como ambulantes, em suas próprias palavras, “a mercadoria pode ser apreendida e o trabalhador é orientado a se retirar” (2023), o que evidencia o caráter coercitivo das ações.

Ao mesmo tempo, o discurso institucional enfatiza a ideia de ordenamento do espaço urbano, indicando que a fiscalização busca “organizar a cidade” e “garantir que cada atividade ocorra dentro do que está previsto” (2023). No entanto, como apontam os relatos dos ambulantes, essas ações são vivenciadas no cotidiano como fonte de instabilidade, reforçando a tensão entre regulação formal e a necessidade de sobrevivência. Essa percepção aparece na fala de um dos interlocutores, ao afirmar que “é difícil trabalhar aqui no centro” (2023), especialmente em função da presença constante da fiscalização e das restrições impostas ao comércio ambulante. Seu depoimento evidencia que, mesmo em áreas de grande circulação, onde há maior possibilidade de venda, o trabalho é atravessado por incertezas e pela necessidade de constante vigilância. Nesse sentido, o centro se configura simultaneamente como espaço de oportunidade e de restrição, no qual os ambulantes precisam negociar continuamente sua permanência, ajustando suas práticas às condições impostas pelo poder público e às dinâmicas do fluxo urbano.

A cidade se configura como um espaço de negociação permanente entre diferentes racionalidades: de um lado, a lógica institucional, que busca ordenar, regular e, por vezes, restringir o uso do espaço urbano; de outro, a lógica prática dos trabalhadores ambulantes, que reivindicam o direito ao trabalho e à permanência na cidade. As experiências empíricas dos usuários do espaço demonstram que essas relações não se dão apenas no plano do conflito aberto, mas também por meio de acomodações, ajustes e transações cotidianas que possibilitam a continuidade das atividades ambulantes, ainda que em condições precárias. Nesse sentido, compreender a presença dos ambulantes em Florianópolis implica reconhecer o caráter relacional e processual da gestão urbana, na qual o espaço público é continuamente produzido e disputado por múltiplos atores sociais.

No cotidiano observado, a presença dos trabalhadores ambulantes no centro histórico é constantemente tensionada pelas ações de regulação e fiscalização promovidas pelo poder público municipal. As abordagens institucionais, orientadas por dispositivos jurídico-administrativos, tendem a enquadrar a atividade ambulante como passível de controle, delimitação ou mesmo exclusão, sobretudo em áreas de maior visibilidade urbana. Entretanto, a experiência da observação empírica revela que tais práticas não se realizam de forma homogênea, sendo atravessadas por ambiguidades e variações.

Os relatos de trabalhadores ambulantes apontam sobre os episódios de apreensão de mercadorias, denúncias de favorecimento e percepções de seletividade na aplicação das normas, indicam que a relação com o poder público é marcada tanto por momentos de maior repressão quanto por períodos de relativa tolerância. Assim, o centro da cidade se configura

como um espaço de disputa, no qual o ordenamento urbano se confronta com práticas de trabalho informal que escapam às formas plenamente reguladas.

Na perspectiva dos trabalhadores ambulantes, o centro da cidade é apreendido como espaço de oportunidade, mas também de incerteza permanente. A etnografia evidencia que esses trabalhadores desenvolvem um conhecimento prático do espaço urbano, ajustando suas rotinas em função da circulação de pessoas, dos horários de fiscalização e das possibilidades de venda. Estratégias como a mobilidade constante, o uso de "panos" facilmente recolhidos e o estado de observação atenta da presença de agentes públicos revelam uma forma específica de habitar e trabalhar na cidade, marcada pela adaptação da necessidade de sobrevivência e a transitoriedade contínua no espaço.

Neste quadro social, configura-se uma problemática entre poder público e trabalhadores ambulantes que não se reduz a uma oposição entre formalidade e informalidade, mas compreendida como um campo relacional, no qual se produzem acordos tácitos, resistências e formas de negociação que permitem, ainda que de maneira precária e muitas vezes transitória, a permanência desses sujeitos sociais no espaço urbano. É nesse desencontro entre o espaço planejado pela gestão e o espaço praticado pelos ambulantes que se constitui, de forma mais evidente, a problemática central desta pesquisa.

Figura 1: Mapa da parte Continental e da Ilha de Florianópolis interligadas pelas pontes Hercílio Luz, Governador Colombo Machado Salles e Governador Pedro Ivo Campos.

Fonte:Autor Jefferson William Lopes Almeida.

A conexão física entre a parte insular e o continente, materializada pelas pontes que estruturam o acesso à cidade, sobretudo a sua parte do centro histórico, um dos principais núcleos urbanos da ilha de Florianópolis, não se restringe a um elemento de infraestrutura urbana, mas constitui um dispositivo fundamental na organização das dinâmicas de mobilidade socioespacial nos circuitos dos fluxos urbanos da cidade. Essas conexões viárias permitem a circulação cotidiana de trabalhadores, mercadorias e consumidores, articulando diferentes espaços e intensificando os fluxos que atravessam o centro histórico urbano. Nesse contexto, a ponte assume um papel estratégico ao integrar espaços com distintas funções econômicas e sociais, permitindo que trabalhadores ambulantes se desloquem entre áreas de maior concentração de circulação e consumo. Assim, mais do que uma ligação física, a ponte expressa à própria dinâmica relacional da cidade, na qual se entrelaçam mobilidade, oportunidades de trabalho e disputas pelo uso do espaço urbano.

1.3 Florianópolis e o ecoturismo de luxo

A dinâmica urbana da cidade tem sido marcada pela intensificação dos fluxos turísticos, especialmente aqueles provenientes do exterior, o que posiciona a cidade de Florianópolis entre os destinos mais visitados por turistas estrangeiros no Brasil (Ministério do Turismo, 2025)[19]. Sua configuração territorial, marcada pela presença de extensa faixa litorânea, ecossistemas lagunares e grande diversidade de paisagens naturais, contribui para a centralidade do turismo na economia local. Entre os espaços que se destacam nessa dinâmica está a Lagoa da Conceição, situada na região leste da ilha, reconhecida como importante polo de circulação social e econômica, que concentra atividades gastronômicas, esportivas e comerciais. A ilha possui aproximadamente 27,19% (Prefeitura Municipal de Florianópolis, 2023) do seu território municipal protegido por unidades de conservação, o que evidencia a relevância da preservação ambiental na configuração territorial de Florianópolis e reforça a imagem da cidade como destino associado ao ecoturismo e à valorização de seus recursos naturais. A economia do turismo imprimiu à cidade um ritmo marcado pela sazonalidade e

[19] Um levantamento da plataforma de viagens Booking.com, realizado entre 1º de agosto e 28 de outubro de 2025, no ranking nacional de destinos turísticos mais procurados na plataforma, aparece o Rio de Janeiro (RJ), com aumento de 12% na procura, Porto de Galinhas (PE), com crescimento de 35%; Maceió (AL), e Florianópolis (SC) com alta de 29%, que registrou aumento de 6%. Ubatuba (SP). No cenário internacional: Rio de Janeiro com aumento de 27% nas pesquisas, Florianópolis (SC), São Paulo (SP), Búzios (RJ) e Bombinhas (SC). Link de acesso: Brasil lidera interesse global para viagens de fim de ano, aponta levantamento — Ministério do Turismo, acessado: 17/03/2026.

pela intensificação dos fluxos populacionais durante a alta temporada combinando atividades náuticas como *Windsurf* e *kitesurf*[20].

Essa configuração territorial e econômica produz impactos diretos sobre o uso do espaço público, ampliando as disputas em torno da circulação, da permanência e da apropriação de áreas de maior visibilidade e concentração de visitantes. Nesses momentos, onde ocorre um aumento expressivo da circulação de turistas e visitantes em áreas de grande visibilidade e concentração de pessoas, ampliam-se as disputas em torno da circulação, da permanência e da apropriação do espaço público por diferentes grupos sociais e atividades econômicas.

No interior dessa dinâmica urbana, o centro histórico de Florianópolis constitui-se como um dos principais núcleos desse circuito turístico. Delimitado nesta pesquisa como espaço central de observação empírica, o centro histórico caracteriza-se pela presença de edificações históricas, praças públicas, igrejas e equipamentos culturais que remetem ao período colonial e à forte influência da colonização açoriana. Nesse quadrante central localizam-se importantes marcos arquitetônicos e urbanos, entre os quais se destacam o Mercado Público de Florianópolis, tradicional espaço de comércio e sociabilidade; a Praça XV de Novembro, onde se encontra a Figueira Centenária; e a Catedral Metropolitana de Florianópolis, referência religiosa e histórica da cidade.

Além de seu valor histórico e cultural, a área central da cidade abriga sedes de órgãos públicos municipais e estaduais, instituições financeiras, comércio formal diversificado e lojas populares, configurando-se como um espaço de intensa circulação cotidiana de trabalhadores, moradores e turistas. Do ponto de vista socioeconômico, o centro histórico caracteriza-se, portanto, como um espaço urbano marcado pela coexistência de diferentes práticas econômicas e sociais, onde atividades formais e informais convivem e disputam visibilidade e permanência no espaço público.

O entorno do Mercado Público de Florianópolis e as ruas adjacentes, que compõem o núcleo mais dinâmico do centro histórico, configuram-se como um espaço de intensa circulação e permanência, marcado pelo fluxo contínuo de trabalhadores, consumidores e turistas. Ruas como Conselheiro Mafra, Deodoro, Felipe Schmidt e Tenente Silveira, concentram comércio popular diversificado e apresentam calçadas, esquinas e entrocamentos viários que se tornam pontos estratégicos para a atuação de trabalhadores ambulantes. A proximidade com o Mercado Público potencializa essa dinâmica, ao mesmo tempo em que a

[20] A capital florianopolitana também é detentora do título de Reserva Mundial do Surfe e Cidade Criativa da Gastronomia pela Organização das Nações Unidas para a Educação, Ciência e Cultura (UNESCO).

presença do Terminal de Integração do Centro (TICEN), intensifica significativamente os fluxos cotidianos, concentrando a chegada e saída de ônibus urbanos e intermunicipais. Assim, o centro urbano se configura como espaço de passagem e transitoriedade, no qual diferentes sujeitos circulam, permanecem temporariamente e estabelecem formas situadas de interação.

Figura 2: Circuito de vendas dos “ambulantes fixos” e “ambulantes móveis” no espaço urbano da cidade de Florianópolis.

Legenda: A cena retratada acima mostra a coexistência de diferentes situações e formas de trabalhador ambulante no espaço urbano da cidade, marcadas por distintos graus de estabilidade e legitimidade. Enquanto o carrinho de pipoca apresenta uma estrutura mais consolidada e visível, a comercialização de roupas ocorre de maneira mais improvisada, ocupando áreas laterais da via. Essa disposição não resulta de uma organização formal previamente estabelecida, mas de ajustes práticos entre os próprios atores e as condições do espaço. A circulação de pedestres entre esses pontos, sem interrupção

> significativa, indica que a ordem urbana não se impõe de forma rígida, mas é continuamente produzida por meio de negociações situadas. Essa configuração mostra diferentes usos do espaço coexistentes a partir de arranjos provisórios, que articulam conflito, adaptação e tolerância. Assim, o espaço público se revela não como um espaço rigidamente regulado, mas como um campo relacional em constante construção pelos seus agentes. **Fonte**: pesquisa de campo, 2023. Org.: PIMENTEL, 2023.

O espaço urbano configura-se como um local intermediário de circulação, negociação e apropriação, no qual o trabalhador ambulante se insere de maneira estratégica. Foi possível observar a ocupação cotidiana das calçadas por bancas improvisadas, lonas estendidas no chão e estruturas móveis, que são montadas e desmontadas conforme a intensidade da fiscalização e o movimento de pessoas. Esses espaços, longe de serem aleatórios, são cuidadosamente escolhidos pelos ambulantes, que demonstram um conhecimento da dinâmica urbana, privilegiando pontos de maior visibilidade e rotatividade, especialmente nas imediações do mercado, do terminal e das vias que articulam diferentes áreas do centro. Trata-se, portanto, de um espaço marcado pela impermanência, no qual o fluxo não apenas organiza a circulação, mas também estrutura as possibilidades de trabalho, permanência e disputa no espaço público.

1.4 O desenvolvimento da cidade de Florianópolis/SC

Em cidades nas quais o turismo ocupa posição central na estrutura econômica local, o espaço público tende a ser objeto de processos intensos de ordenamento, normatização e estetização, orientados pela lógica do consumo e pela construção de uma imagem urbana atrativa para visitantes e investidores. Nesse cenário, determinadas atividades econômicas e grupos sociais passam a ser alvo de políticas de controle e regulação, especialmente quando sua presença é percebida como incompatível com os padrões estéticos e organizacionais projetados para os espaços turísticos.

O desenvolvimento urbano de Florianópolis esteve historicamente associado à expansão da atividade turística. A partir da década de 1960, a cidade passou a atrair, inicialmente, visitantes provenientes de estados do sul do Brasil, como Rio Grande do Sul e Paraná, bem como de cidades do interior de Santa Catarina. Posteriormente, o fluxo turístico ampliou-se para além das fronteiras nacionais, passando a incluir turistas de outros países da América Latina, especialmente da Argentina, Uruguai e Paraguai (Ministério do Turismo, 2013).

Esse processo contribuiu para não apenas intensificar os fluxos turísticos sazonais, mas também fluxos migratórios permanentes em direção à cidade, uma vez que a expansão do setor de serviços, do comércio e das atividades ligadas ao turismo passou a atrair trabalhadores provenientes de outras regiões do Brasil. Ao longo das décadas, Florianópolis passou a receber migrantes em busca de oportunidades de trabalho, melhores condições de vida e inserção na dinâmica econômica impulsionada pelo turismo e pelo crescimento populacional da cidade (Santos; Pereira, 2008), o que levou a reorganização do espaço urbano e a intensificação das disputas pelo uso de áreas centrais da cidade.

Com o desenvolvimento da cidade, a configuração demográfica do Município passou por transformações significativas, caracterizadas pelo aumento da presença de habitantes não naturais da cidade[21]. Dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) indicam que, em 2022, 39,1% da população residente em Florianópolis era proveniente de outros estados brasileiros, evidenciando a importância dos fluxos migratórios na formação da população local (IBGE, 2022).

Devido ao crescimento demográfico da ilha de Florianópolis, parte da população insularada passou a deslocar-se para municípios vizinhos da região continental, como São José, Biguaçu e Palhoça. Esse movimento esteve associado, entre outros fatores, ao processo de valorização imobiliária e à elevação dos custos habitacionais (Santos; Pereira, 2008). Dados demográficos indicam que a capital catarinense apresentou crescimento populacional expressivo nas últimas décadas, passando de 138.337 habitantes, em 1970, para 537.211 habitantes (IBGE, 2019). Esse crescimento populacional acompanha a consolidação de Florianópolis como destino turístico de relevância nacional e internacional, processo que contribuiu para intensificar tanto os fluxos migratórios quanto as transformações socioespaciais na cidade.

Nesse contexto, a valorização das áreas litorâneas tornou-se elemento central no processo de desenvolvimento urbano da cidade. A urbanização e a construção de infraestruturas nas orlas marítimas da cidade foram impulsionadas pela expansão do turismo, especialmente a partir das últimas décadas do século XX. A partir de 1990, intervenções urbanísticas da gestão municipal e estadual, voltadas para a melhoria da estrutura das praias e de seus entornos passaram a incluir a implantação de calçadões, ciclovias, equipamentos de lazer, iluminação pública e melhorias no acesso às áreas costeiras. As transformações buscaram consolidar a orla como espaço privilegiado de lazer, circulação e consumo,

[21] Os países que mais imigraram para o estado de Santa Catarina foram: Venezuela (26.977), Haiti (7.881), Argentina (2.520), Estados Unidos (1.349) e Portugal (986), segundo o Censo (IBGE, 2022).

reforçando a imagem da cidade como destino turístico atrativo. Essa estratégia do desenvolvimento para o turismo alcançou sucesso. Florianópolis no ano de 2013 ficou entre os cinco principais destinos turísticos brasileiros (Ministério do Turismo, 2013; Silveira, Rodrigues, 2015).

Ao mesmo tempo, a reestruturação das orlas também esteve associada à intensificação da valorização imobiliária e à expansão de empreendimentos voltados ao setor turístico, como hotéis, restaurantes e condomínios residenciais de alto padrão. Esse processo contribuiu para redefinir os usos do espaço urbano nas áreas costeiras, promovendo novas formas de apropriação do território e, em alguns casos, restringindo práticas tradicionais de uso do litoral por parte de determinados grupos sociais. Exemplos dessas restrições incluem a limitação da atividade de pescadores artesanais em determinadas áreas litorâneas, a regulamentação mais rígida do comércio ambulante nas praias e orlas urbanizadas, bem como a transformação de áreas, antes utilizadas coletivamente pela população local, em espaços voltados predominantemente ao turismo e ao consumo. Dessa forma, a construção e a valorização das orlas marítimas passaram a desempenhar papel estratégico na consolidação do modelo de cidade turística adotado por Florianópolis.

Durante a temporada de verão estimativas da Secretaria de Turismo (2025) indicam que aproximadamente dois milhões de turistas visitaram Florianópolis durante a alta temporada de 2024 (Prefeitura Municipal de Florianópolis, 2024). A cidade tem sido amplamente divulgada pela mídia nacional e internacional como destino turístico privilegiado, reconhecido por suas paisagens naturais e por sua infraestrutura voltada a segmentos de alto padrão, que inclui *resorts* de luxo, *beach clubs*, condomínios exclusivos e serviços voltados ao turismo de alto padrão.

Esse modelo de desenvolvimento urbano e turístico também foi reforçado por discursos institucionais e estratégias de *marketing* territorial constando ações planejadas e desenvolvidas pelo Município no Plano Estratégico do Turismo de Florianópolis: Visão 2033[22]. Em diferentes momentos, governos locais passaram a promover Florianópolis como "capital turística do Mercosul", reforçando uma representação simbólica da cidade associada à competitividade econômica e à capacidade de atrair investimentos (Sugai, 2002). Paralelamente, a capital catarinense consolidou-se também como polo de inovação no setor de tecnologia da informação, segundo o relatório da Secretaria de Turismo e Desenvolvimento

[22] Link do relatório elaborado pela Secretaria de Turismo e Desenvolvimento Econômico e Inovação de Florianópolis: Secretaria Municipal de Turismo, Desenvolvimento Econômico e Inovação, acessado em 08/03/2026.

Econômico e Inovação (2024), sendo reconhecida como a cidade mais inteligente e conectada do Brasil na edição 2024 do ranking *Connected Smart Cities* (2024), onde foi eleita com o título de a “capital nacional das startups” e como um dos melhores ecossistemas de inovação do país, ampliando ainda mais sua visibilidade e atratividade econômica.

Contudo, o discurso que apresenta Florianópolis como uma das melhores cidades para se viver no Brasil convive com processos de produção de desigualdades socioespaciais. As políticas de valorização urbana e os investimentos concentrados em determinadas áreas da cidade contribuíram para intensificar processos de segregação socioespacial, especialmente no que se refere à distribuição desigual de infraestrutura, serviços e oportunidades econômicas (Sugai, 2002).

Cabe destacar, por fim, que o desenvolvimento da porção continental da região metropolitana ocorreu de maneira mais tardia em comparação à ilha de Florianópolis, capital. Somente a partir da década de 1960, os municípios da parte continental São José, Biguaçu e Palhoça, passaram a receber investimentos mais significativos em infraestrutura e serviços públicos (Sugai, 2002). Esse processo contribuiu para consolidar uma estrutura urbana marcada por desigualdades espaciais, na qual a localização dos investimentos públicos e a distribuição das classes sociais desempenharam papel decisivo na produção de padrões de segregação urbana (Sugai, 2002).

Essa expansão da infraestrutura urbana também constitui um importante indicador das transformações ocorridas em Florianópolis ao longo das últimas décadas. A construção e ampliação de obras estruturais, como pontes de ligação entre a ilha e o continente, a reforma modernizante do aeroporto internacional “Hercílio Luz”, a presença de Universidades e a instalação de centros comerciais e equipamentos voltados ao turismo evidenciam um processo contínuo de modernização urbana. No campo educacional, a criação da Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC), em 1960, representou um marco importante para o desenvolvimento acadêmico e científico da cidade, contribuindo para atrair estudantes, pesquisadores e profissionais de diferentes regiões do país. Posteriormente, a criação da Universidade do Estado de Santa Catarina (UDESC), em 1965, reforçou o papel de Florianópolis como polo universitário regional (Sugai, 2002).

Paralelamente, o crescimento urbano da Capital esteve acompanhado pela expansão dos municípios vizinhos da região metropolitana. A partir das décadas de 1970 e 1980, cidades como São José, Palhoça e Biguaçu passaram a registrar crescimento populacional acelerado, impulsionado tanto pela expansão urbana quanto pela valorização imobiliária da ilha. Esse processo intensificou-se, sobretudo nas décadas de 1990 e 2000, quando parte da

população passou a buscar moradia nesses municípios vizinhos devido ao aumento do custo de vida e do preço dos imóveis em Florianópolis. Dessa forma, a expansão urbana ultrapassou os limites da ilha, consolidando uma dinâmica metropolitana marcada pela integração funcional entre a Capital e os municípios do entorno (Santos; Pereira, 2008; Sugai, 2002).

A intensificação da atividade turística e o crescimento urbano de Florianópolis contribuíram para transformar determinadas áreas da cidade em espaços altamente valorizados e estratégicos para o consumo e a circulação de visitantes. A valorização do espaço urbano, especialmente em áreas centrais e turísticas, passou a ser acompanhada por políticas de ordenamento e regulação do uso do espaço público, voltadas à organização das atividades econômicas e à construção de uma imagem urbana associada ao turismo e ao consumo.

A gestão do espaço urbano, particularmente em áreas centrais e turísticas, tende a privilegiar determinados usos e grupos sociais, enquanto outros passam a ser objeto de restrição, controle ou exclusão. Entre os grupos frequentemente afetados por essas dinâmicas, estão os vendedores ambulantes fixos e os considerados *outsiders,* ou seja, os "de fora", que atuam sem licença para o comércio ambulante, e são classificados pela gestão municipal como "ambulantes móveis"[23].

Embora a legislação municipal não utilize explicitamente o termo "ilegalidade" para os que atuam comercializando produtos proibidos no âmbito do comércio ambulante, normas do código de posturas e editais de credenciamento funcionam como dispositivos legais que estabelecem a proibição da comercialização de produtos de origem ilícita[24], o que inclui mercadorias falsificadas. Nesses casos, o exercício da atividade pode resultar na cassação do alvará, apreensão de mercadorias e penalidades administrativas, evidenciando que a venda de produtos piratas configura prática ilegal nos espaços públicos da cidade.

Esses trabalhadores, que não são compostos por grupos homogêneos (brasileiros e imigrantes), ora são tolerados e incorporados à paisagem urbana, especialmente quando suas

[23] No projeto de lei complementar nº:01960/2024 que regulamenta o comércio ambulante no município de Florianópolis, considera que existem dois tipos de ambulantes na cidade: o ambulante transportador: quando o ambulante desenvolve suas atividades em circulação comercializando produtos ou serviços junto ao seu corpo e o ambulante em ponto, quando desenvolve suas atividades fixas, em locais predeterminados em logradouros públicos utilizando-se de mesa ou carrinho com propulsão humana. Link de acesso ao documento institucional: Câmara Municipal de Florianópolis/SC, acesso: 20/03/2026. Em entrevista com o secretário de segurança municipal, o secretário destacou essa classificação como ambulante móvel e ambulante fixo.

[24] 1.4. É expressamente vedada a comercialização de produtos de origem ilícita ou falsificados, ficando o credenciado que inobservar tal norma sujeito às penas da Lei e a ter o seu alvará de licença cassado e mercadoria confiscada. Acessar: 30_09_2020_15.48.47.0e364b9e7a17734b8aeb3b0bb36d44e2.pdf acessado: 20/03/2026.

atividades se articulam aos circuitos comerciais existentes, ora são alvo de ações de fiscalização e repressão que buscam restringir ou impedir sua permanência no espaço público.

Assim, nesse cenário, que se inserem as disputas em torno da presença do comércio ambulante nas áreas centrais da cidade, a ampliação dos fluxos turísticos, a valorização imobiliária e a intensificação das políticas de controle e regulação do espaço público, criam condições específicas nas quais diferentes atores, como vendedores ambulantes, comerciantes formais e o poder público municipal, passam a disputar o uso e a permanência nesses espaços. Dessa forma, analisar a dinâmica do trabalho ambulante no centro histórico de Florianópolis implica analisar essas tensões e negociações que se estabelecem em torno da gestão e da apropriação do espaço urbano.

1.5 O conflito na cidade e os “espaços intermediários”

Os espaços públicos, para Isaac Joseph (1999), são espaços de sociabilidade que favorecem a mobilidade, mas também produzem situações de instabilidade entre indivíduos e grupos. Jean Rémy (2005) define essas interações como processos de transação social, caracterizados por negociações complexas entre diferentes atores sociais. Essas transações ocorrem em áreas intermediárias onde se estabelecem acordos, disputas e ajustes entre os envolvidos. Nesse contexto de conflitos socioespaciais, as posições ocupadas pelos atores no jogo social podem assumir maior ou menor força, configurando hierarquias e relações de poder entre os sujeitos.

Na cidade de Florianópolis, observam-se processos de negociação em torno do uso do espaço público, especialmente no que se refere à tentativa de regular o trabalhador ambulante. Contudo, é importante considerar que as estratégias adotadas pela gestão municipal são orientadas por normas e dispositivos jurídicos, o que tende a produzir relações hierarquizadas entre os diferentes atores envolvidos. Nesse quadro, a gestão municipal assume uma posição de autoridade legítima na regulação do uso do espaço público em relação aos demais sujeitos que o ocupam.

Henri Lefebvre, na obra “O Direito à Cidade” (2001), destaca um dos grandes desafios das democracias urbanas contemporâneas: a apropriação e a gestão administrativa do espaço público nas cidades. Para o autor, o “direito à cidade” não se restringe à ocupação do espaço físico urbano, mas envolve também o direito dos cidadãos de participarem ativamente das decisões políticas relacionadas às políticas urbanas, ao planejamento da cidade e ao uso desses espaços coletivos. A disputa pelo uso do espaço público entre a gestão municipal e os

trabalhadores ambulantes pode ser interpretada como uma expressão concreta das tensões relacionadas ao direito à cidade.

No caso dos “ambulantes móveis”, a condição de mobilidade no espaço urbano tende a levar os gestores públicos a adotar políticas de caráter mais repressivo voltadas à regulação do uso do espaço. Consequentemente, essas interações frequentemente geram conflitos entre os usuários do espaço público e os agentes responsáveis pela fiscalização. As tensões podem atuar como um elemento mobilizador, incentivando os indivíduos a se associarem e a reivindicarem o direito de permanecer e exercer suas atividades no espaço urbano. Essas dinâmicas podem ser compreendidas à luz da noção de “espaços intermediários”, proposta por Jean Rémy (2016), que se referem a arenas sociais onde diferentes atores negociam interesses e posições. Nesses espaços, tornam-se possíveis formas de contraposição às ações de governos tecnocráticos e aos interesses de grandes corporações e elites empresariais ligados, por exemplo, ao setor imobiliário e ao comércio local.

As manifestações públicas transformam o espaço urbano em uma arena de disputa política pelo direito de ocupar determinados lugares e de exercer a atividade ambulante. As crises emergem durante os processos de gestão do espaço público quando ocorrem embates entre diferentes formas de uso da cidade, especialmente entre a dimensão territorial da chamada cidade informal e os espaços associados à vida social e ao trabalho (Monnet, 2006).

Essas mediações, que se estabelecem no espaço urbano, evidenciam a dinâmica socioespacial dessas interações. Nesse contexto, as transações sociais, conforme formuladas por Jean Rémy (2001), funcionam como mecanismos de mediação dos conflitos, ao mesmo tempo em que tensionam os dispositivos de regulação do espaço urbano. Dessa forma, tais processos produzem arenas de negociação e mediação entre os diferentes atores envolvidos.

Jean Rémy (2001) argumenta que, nas relações entre atores públicos e privados, é necessário considerar a mobilidade nos espaços urbanos como um elemento central para a promoção da proximidade relacional na cidade (Rémy, 2001, p. 28). Assim, a forma como as pessoas circulam pela cidade influencia diretamente suas possibilidades de interação, cooperação e integração social. Nesse sentido, os tensionamentos que emergem dessas interações tornam-se relevantes para a construção de uma democracia urbana baseada na diversidade. No entanto, coloca-se uma questão fundamental: quais medidas legais e institucionais a gestão pública deve adotar para mediar essas relações que envolvem, simultaneamente, o direito à cidade e o direito ao trabalho?

Esses atores institucionais participam diretamente da formulação e da implementação de ações relacionadas às políticas socioespaciais do Município. As entrevistas contribuíram

para uma análise sociológica das estratégias adotadas pela gestão municipal, permitindo identificar os modelos representativos de perfis de vendedores ambulantes presentes no discurso institucional, conforme apresentado nos quadros 2 e 3, a seguir:

Quadro 2: Os perfis de ambulantes na visão institucional: o móvel e o fixo

O TIPO MÓVEL: OUTSIDER/ "DE FORA"	**O TIPO FIXO: ESTABELECIDO/LOCAL**
Os recém-chegados na cidade (Não aceitos)	Locais tradicionais (Aceitos)
Haitianos,venezuelanos,africanos,senegaleses, bolivianos, peruanos, (Flutuam na paisagem urbana).	Brasileiros, catarinenses e de outros estados do país, já fixados na paisagem urbana.
Crise após o Covid-19 aumentou ambulantes móveis (- Tolerância) (+ Expulsões diárias)	(+Tolerância) Ambulantes fixos (tolerados sem as permissões)
Crises migracionais (desordem no espaço) (+fiscalização)	Os locais podem agregar valor a cidade
Ambulantes Ilegais/invasores/criminosos/burladores	Legais/locais/trabalhadores
Permanência de conflitos sem mediações	Negociam
Desordeiros/desconhecidos	Conhecidos/estabelecidos
(-) Segurança jurídica	(+) Segurança jurídica
Não pagam impostos	Alguns pagam impostos (quando credenciam)

Fonte: Pesquisa de campo, 2023. Org.: PIMENTEL, 2026.

Quadro 3: Mobilidades como táticas de sobrevivência dos ambulantes móveis

Condições	**Ações/interações**	**Consequências**
Ausência de permanência garantida (ambulantes móveis)	Circular, correr, recolher Diversificar rotas e mercadorias	Flexibilidade e plasticidade adaptativa
Risco constante de apreensão	Detectar sinais de repressão	Circuitos móveis e redes de informações
Concorrência por pontos lucrativos	Evitar áreas vigiadas	Construção de "territórios nômades" na cidade

Fonte: Pesquisa de campo, 2023. Org.: PIMENTEL, 2026.

Durante a coleta de dados qualitativos realizada em 2023, por meio de entrevistas e conversas formais e informais no trabalho de campo, constatou-se que muitos dos vendedores ambulantes participantes da pesquisa eram oriundos de outros estados brasileiros e haviam migrado para Florianópolis há décadas. Esse movimento se insere em um processo mais amplo de mobilidade populacional. De acordo com dados do último censo do IBGE, o estado

de Santa Catarina tornou-se, entre 2017 e 2022, um dos principais destinos de migração interestadual no país (IBGE, 2025)[25].

Além do crescimento da migração interestadual, os dados também indicam que Santa Catarina passou a concentrar um dos maiores contingentes de estrangeiros e brasileiros naturalizados entre 2010 e 2022[26]. Nesse período, destacam-se os municípios de Chapecó (11.189), Florianópolis (10.517) e Joinville (7.854). Essa reconfiguração demográfica tem colocado novos desafios para a gestão municipal, especialmente no que se refere à formulação de políticas públicas capazes de responder às demandas de grupos recém-chegados, frequentemente situados em posições socialmente marginalizadas. Entre esses grupos, destacam-se trabalhadores migrantes que passaram a atuar no comércio ambulante no centro da cidade, como no caso de vendedores de origem senegalesa.

As tensões e disputas pelo espaço urbano são compreendidas pelos representantes institucionais como conflitos que repercutem de maneira negativa para o modelo de cidade turística adotada por Florianópolis. Na perspectiva da gestão municipal, o espaço público deve ser regulado e as atividades ambulante consideradas ilegais devem ser proibidas. No ano de 2018, a Câmara de Dirigentes Lojistas-CDL, divulgou, em seu *website*, uma nota sobre a realização de uma força-tarefa conduzida por autoridades policiais para fiscalizar as vendas consideradas ilegais. Como entidade que representa e apoiam os comerciantes e empresários locais, a CDL acompanha de perto essas operações de fiscalização voltadas ao trabalhador ambulante. Conforme descrito na nota institucional, tais ações teriam como objetivo "devolver o espaço público para a população e livrar a cidade dos ambulantes ilegais"[27].

A análise das narrativas institucionais contribui para a compreensão dos posicionamentos adotados por esses representantes no que se refere à definição de quais perfis de vendedores ambulantes podem ou não ocupar determinados espaços da cidade. Para essa análise, também foi considerado o fenômeno das ondas migratórias em Florianópolis, uma vez que essas dinâmicas populacionais têm contribuído para a diversificação dos perfis de vendedores ambulantes presentes no espaço urbano, sendo alguns mais aceitos institucionalmente do que outros.

---

[25] Santa Catarina recebeu 503.580 de imigrantes interestaduais entre os anos de 2017 a 2022, o que resultou em um aumento de 4,66% da população total, a maior taxa de crescimento por migração no Brasil no período. De acordo com o IBGE (2025), a maioria dos imigrantes interestaduais vieram de cidades como: Rio Grande do Sul 134.854, Paraná 96.110, São Paulo 62.414, Pará 44.901, Bahia 20.285, Rio de Janeiro 17.027, Maranhão 16.085, Minas Gerais 12.424, Pernambuco 11.199 , Amazonas 9.851 (IBGE, 2025).

[26] No ano 2010, o número de estrangeiro no estado era de 11.67, em 2022, o número passou para 72.793 (IBGE, 2025).

[27] Link de acesso a nota da CDL da cidade de Florianópolis/SC, CDL de Florianópolis acompanha ação para livrar a cidade dos ambulantes ilegais - Blog CDL Florianópolis, acessado em 25/02/2025.

A gestão municipal classifica os vendedores ambulantes em dois tipos sociais: “os ambulantes móveis”, caracterizados por não possuírem um ponto fixo e por adotarem estratégias de constante deslocamento no espaço urbano, e os “ambulantes tradicionais ou fixos”, que apresentam maior estabilidade espacial, possuindo pontos de venda mais definidos na cidade. Os representantes institucionais compreendem que os “ambulantes tradicionais” correspondem àqueles considerados “locais”, isto é, vendedores que atuam há décadas no trabalho ambulante de rua e que se encontram adaptados às dinâmicas desse tipo de atividade. No entanto, nem sempre esses ambulantes são naturais da cidade; o que os caracteriza como “locais” é o fato de estarem estabelecidos e integrados à paisagem urbana há longos períodos.

Mesmo em situações nas quais suas permissões de trabalho se encontram vencidas, esses “ambulantes tradicionais”, estabelecidos frequentemente, conseguem negociar sua permanência com a Prefeitura. A possibilidade de negociação está associada ao reconhecimento institucional que possuem, tanto pela presença de formas de representação política, como a Associação dos Ambulantes de Florianópolis, quanto pela sua integração consolidada no espaço urbano da cidade.

Na perspectiva da gestão municipal, torna-se necessária a adoção de políticas de conciliação que promovam uma mudança na forma de compreender o ambulante na cidade contemporânea, possibilitando sua integração à chamada cidade formal. Essa integração, contudo, costuma ser orientada por demarcações legalistas que estabelecem distinções binárias entre informal e formal, lícito e ilícito, regular e irregular. Entretanto, a observação empírica indica que, na prática, a atividade ambulante permanece constantemente em disputa no espaço urbano, sendo objeto de negociações contínuas entre os diferentes agentes envolvidos. Assim, o exercício dessa atividade tende a oscilar entre as dimensões do lícito e do ilícito, ora submetido a fiscalizações mais rigorosas, ora tolerado de maneira mais flexível pelas autoridades responsáveis pela regulação do espaço público.

Esse contexto evidencia como as dimensões formais e informais da cidade constituem espaços que, ao mesmo tempo, se complementam e se encontram em permanente disputa e negociação. Os circuitos do trabalhador ambulante em uma cidade como Florianópolis revelam a existência de brechas no ordenamento urbano que possibilitam práticas que tensionam e, em certa medida, subvertem a ordem estabelecida. Conforme argumenta Vera Telles (2006)[28], os circuitos de experiências de trabalho urbano precário evidenciam as

[28] *Cf.* TELLES, Vera da Silva. “O trabalho como experiência urbana: novas subjetividades e novas formas de vida”. In: ABRAMO, Pedro; MARICATO, Ermínia (orgs.). A cidade do pensamento único: desmanchando consensos. Petrópolis, RJ: Vozes, 2006. p. 165–192

tensões presentes na sobreposição entre o que é considerado regular e irregular. Nesse cenário, observa-se o enfraquecimento das mediações tradicionalmente associadas ao trabalho regulado, como os direitos trabalhistas e a atuação sindical, que, em outros momentos históricos, estruturavam os ritmos da vida social e os articulavam com os tempos políticos da cidade: "não mais as mediações do trabalho regulado, dos direitos trabalhistas e sindicatos, que ritmavam os tempos da vida e os articulavam com os tempos políticos da cidade" (Telles, 2006, p. 180).

Os critérios institucionais que, em determinados momentos, incluem certos perfis de trabalhadores ambulantes, em outros, excluem grupos. Nesse contexto, torna-se pertinente questionar de que maneira se daria essa integração ao espaço urbano regulado, quais sujeitos seriam considerados aptos a ela e quais permaneceriam à margem desse processo. Coloca-se a questão de como são definidos e negociados os limites que orientam essas formas de inclusão e exclusão.

A partir de 2010[29], observou-se uma intensificação das ondas migratórias estrangeiras na cidade de Florianópolis. Esse fenômeno social também produziu tensionamentos no espaço urbano, uma vez que contribuiu para transformações nas dinâmicas sociais, econômicas e culturais da cidade, especialmente com a presença e a inserção de diferentes perfis de trabalhadores ambulantes. A cidade de Florianópolis passou a receber um número significativo de imigrantes provenientes do chamado Sul Global[30], com destaque para migrantes oriundos de países africanos (Silva; Silveira; Muller, 2018).

Esse contexto de reconfiguração demográfica impôs novos desafios à gestão urbana, especialmente diante da insuficiência de políticas públicas voltadas ao atendimento dessas populações e das condições de vulnerabilidade enfrentadas por muitos refugiados e migrantes. Nesse cenário, diversos migrantes senegaleses passaram a ocupar o espaço urbano com a prática do comércio ambulante como estratégia de geração de renda, utilizando a mobilidade no espaço urbano como recurso. Apesar disso, os trabalhadores ambulantes conhecem os limites da cidade informal, cujas normas e delimitações encontram-se inscritas no espaço urbano.

Na perspectiva institucional, os ambulantes que comercializam mercadorias piratas são considerados aqueles que "perturbam" a ordem pública, uma vez que atuam vendendo

[29]Os haitianos em 2010, migraram devido ao terremoto no Haiti, posteriormente, em 2011, os senegaleses migraram em busca de uma estabilidade econômica e social, em 2015 os sírios migraram por razões humanitárias (Silva,Rocha,D`avila,2020).

[30] *Cf*: Silva K de S, Silveira HM da, Muller J. Santa Catarina no roteiro das diásporas: os novos imigrantes africanos em Florianópolis, 2018.

produtos ilícitos. Esses vendedores tendem a tensionar o comércio formal, cuja percepção os enquadra como concorrência desleal, gerando resistência à sua presença nos espaços urbanos.

A proposta para o enquadramento dos ambulantes na cidade consiste na elaboração de uma política que os organize como um segmento complementar às lojas físicas do centro urbano. Conforme a visão institucional, seria necessário a formalização do trabalhador ambulante promovendo uma transição da visão assistencialista para uma abordagem voltada ao empreendedorismo e à gestão de negócios. Essa formalização envolveria a incorporação de características próprias de um modelo racionalizado, alinhado à lógica econômica do empreendedorismo, incluindo a melhoria do padrão estético do comércio ambulante como condição para sua integração à cidade formal. As mudanças ainda em implementação propõem alterações na forma física e na organização do comércio de rua, de modo a compatibilizar as atividades ambulantes com os padrões urbanos planejados, conforme explicou o gestor:

> Precisamos incorporá-los no cenário da cidade, o desenho das bancas, a forma de negócio, reservar espaços para fazer com que eles **agreguem valor** ao espaço do centro. Estão presentes em outros bairros, mas **principalmente** na **área central**, onde a **presença deles é mais conflituosa**, embora com a característica multicêntrica de Floripa, tem a presença deles em Canasvieiras, na Lagoa da Conceição, Ingleses. Quase na mesma intensidade que no Centro da cidade, mas é onde isso se destaca. O desafio é **como mantê-los desejável, conversando e contribuindo com o modelo de comércio nas áreas de adensamento** (Secretário de Segurança Pública, em entrevista concedida, grifos meus, 2023).

As propostas de reorganização do trabalho ambulante na cidade evidenciam que a sua integração ao espaço urbano não ocorre de forma neutra, mas condicionada à adoção de padrões estéticos, organizacionais e econômicos definidos pela gestão municipal. Ao mesmo tempo em que se reconhece a presença desses trabalhadores como parte da dinâmica da cidade, sua permanência passa a ser mediada por critérios que visam enquadrá-los em um modelo de cidade ordenada, regulada e alinhada às exigências do mercado e do turismo. O processo revela que a formalização não implica necessariamente inclusão plena, mas a produção de novas formas de controle e seleção, nas quais apenas determinados perfis de trabalhador ambulante são considerados desejáveis. Assim, a inserção desses trabalhadores no espaço urbano configura-se como resultado de negociações contínuas, marcadas por tensões entre adaptação, permanência e regulação, evidenciando o caráter processual e disputado das formas de apropriação do espaço público.

1.6 Florianópolis e Lisboa: “cidades intermediárias”

Florianópolis/SC e Lisboa/PT podem ser compreendidas como “cidades intermediárias” na perspectiva conceitual proposta por Jean Rémy (2015). Longe de ser uma definição estritamente demográfica ou hierárquica, a noção de “cidade intermediária” remete a uma função relacional e funcional no interior das redes urbanas. Para Rémy, nessas cidades dinâmicas é possível uma configuração de múltiplos “espaços intersticiais”, isto é, “são espaços de transição onde habilidades sociais são adquiridas coletivamente antes que os indivíduos apareçam no palco público” (Rémy, 2015, p. 50).

A “cidade intermediária” configura-se como um espaço de intersecção, no qual se realizam múltiplas “transações sociais” (Rémy, 2016), entendidas como processos de negociação, ajuste e conflito entre atores portadores de interesses diversos, que se encontram e interagem em um mesmo espaço. Mais do que um ponto de fixação, trata-se de um espaço dinâmico de circulação e de mediação, cuja centralidade deriva menos da concentração de poder e mais da capacidade de articular fluxos e produzir conexões.

No caso de Florianópolis e Lisboa, essa condição se evidencia de forma particularmente expressiva. Embora não detenha o peso político-econômico de grandes metrópoles, a cidade desempenha um papel estratégico na articulação de circuitos turísticos, migratórios e econômicos. A expressiva inserção no mercado turístico nacional e internacional intensifica fluxos sazonais de pessoas, capitais e mercadorias, produzindo uma cidade marcada pela variação contínua de intensidade de circulação e maneiras diversas de apropriação e usos do espaço pelos seus usuários. Ao mesmo tempo, a configuração territorial de Florianópolis, que combina áreas insulares, parte continental e zonas em processo de urbanização, como as freguesias afastadas dos núcleos urbanos (comunidades pesqueiras), reforça sua função de mediação entre diferentes escalas.

A cidade de Lisboa, por sua vez, pode ser compreendida como uma “cidade intermediária” (Cardoso; Vaz 2022), na medida em que se configura como um espaço urbano de mediação entre diferentes escalas, local, nacional e global, articulando fluxos intensos de turistas, capitais e populações migrantes. Nas últimas décadas, a capital portuguesa consolidou-se como um importante polo do turismo internacional, processo que reconfigurou seus espaços centrais, especialmente áreas como a Baixa, o Chiado e a Rua Augusta, marcadas por forte valorização imobiliária e intensificação da circulação.

O espaço urbano lisboeta torna-se um campo relacional no qual diferentes atores sociais, entre eles trabalhadores ambulantes, comerciantes estabelecidos e agentes

institucionais, disputam, negociam e reconfiguram continuamente os usos e significados da cidade. Assim como em Florianópolis, Lisboa evidencia a presença de “espaços intermediários” (Rémy, 2005), nos quais se materializam formas de transação social que escapam às dicotomias rígidas entre formalidade e informalidade, revelando a cidade como um espaço de encontros, tensões e acomodações provisórias.

Destaca-se que essa posição é atravessada pela presença de trabalhadores ambulantes migrantes em ambas as cidades, esses trabalhadores circulam entre cidades e países, inserindo em redes mais amplas de mobilidade socioespacial (Rémy, 2016), nas quais a permanência tende a ser parcial estratégica e, muitas vezes, provisória.

Portanto, essa centralidade dos seus núcleos urbanos como polo de atração se configura em lugar de encontro onde o fenômeno trabalhador ambulante é atravessado por trajetórias de origens diversas. Essa dimensão aparece na fala de um dos interlocutores, “já conheci muita gente de fora trabalhando aqui” (trabalhador ambulante, 2023), referindo-se a ambulantes vindos de outras cidades e estados que se inserem nesse circuito ambulante de vendas na cidade de Florianópolis.

O interlocutor destaca ainda a circulação de trabalhadores estrangeiros, ao afirmar que “a turma dos senegaleses, eles vão embora pra São Paulo, Estados Unidos, Espanha, saem do país para atuar em outra área, outra profissão” (trabalhador ambulante, 2023), evidenciando que o comércio ambulante se articula a trajetórias marcadas por deslocamentos contínuos e por sucessivas reconfigurações ocupacionais. A observação permite compreender o trabalho ambulante não como um ponto de chegada, mas como parte de um percurso mais amplo, no qual diferentes circuitos são mobilizados de forma estratégica ao longo do tempo. Nesse sentido, as experiências desses trabalhadores ambulantes revelam que a inserção na atividade ambulante é conectada a dinâmicas transnacionais e a circuitos migratórios que extrapolam contexto local.

No entanto, o interlocutor problematiza essa permanência ao indicar que muitos desses trabalhadores “já foram embora”, evidenciando a dificuldade de se manter na cidade ao longo do tempo. Seu relato revela, portanto, que os grupos de trabalhadores ambulantes não são compostos por um grupo estável, mas por uma não fixação no espaço, marcando um contínuo fluxo de entrada e saída, reforçando a transitoriedade dessa atividade.

A cidade de Florianópolis se configura simultaneamente como espaço de atração e de passagem, no qual a permanência é sempre provisória e condicionada às possibilidades concretas de se manter na cidade, explica o trabalhador ambulante:

> Hoje em dia a Prefeitura atua mais na fiscalização, trabalhei nas praias agora, na praia dos Ingleses e na praia de Canasvieiras, mas aqui no Centro, segundo a Prefeitura, os apoios vão continuar, os fiscais vão continuar, mesmo após o verão. É o que dizem, mas não temos certeza disso. Porque todos os anos eles param de dar apoio, inclusive a turma dos ambulantes senegaleses, muitos deles vão embora para São Paulo, Estados Unidos, Espanha, saem do país para atuar em outra área, outra profissão. Eu conheço alguns que já foram para fora do Brasil. Eles saem do Brasil para terem outra profissão (Ambulante Ale, em entrevista concedida, 2023).

Isso significa que o caráter intermediário da capital florianopolitana não se fundamenta na concentração de funções de comando político ou econômico, como ocorre nas grandes metrópoles, mas na sua capacidade de articular fluxos de pessoas, mercadorias e práticas sociais, operando como um espaço de conexão entre diferentes escalas territoriais e circuitos de mobilidade.

Dessa forma, Florianópolis e Lisboa não se configuram apenas como destino final, mas como nós em circuitos mais amplos de circulação, funcionando como ponto de conexão entre trajetórias e fluxos diversos, nos quais se articulam diferentes escalas, do local ao internacional, e distintas formas de ação e pertencimento, muitas vezes marcadas por vínculos parciais, temporários ou móveis.

Na abordagem etnográfica, observou-se que trabalhadores ambulantes, em ambas as cidades, estão presentes não apenas no circuito ambulante dentro da cidade, mas também entre diferentes cidades e países, acompanhando oportunidades sazonais de trabalho, ao mesmo tempo em que, no caso de trabalhadores estrangeiros, essas trajetórias frequentemente se inscrevem em circuitos ainda mais amplos, incluindo passagens por outras cidades e países, evidenciando a dimensão transnacional dessas mobilidades. Em Lisboa, os ambulantes estrangeiros que trabalham em espaços centrais da cidade estão em permanente trânsito entre diferentes territórios, conforme os dados etnográficos. Os circuitos incorporam países da América Latina e países do continente africano como Senegal e Equador.

A cidade opera, simultaneamente, como espaço de chegada, de permanência temporária e de redistribuição de fluxos, evidenciando sua natureza intermediária. É justamente nessa condição privilegiada que se tornam visíveis as tensões e negociações em torno do uso do espaço urbano. Assim, compreender Florianópolis e Lisboa como “cidades intermediárias” permite apreender não apenas sua posição na rede urbana, mas, sobretudo, os processos sociais que nela se desenrolam, processos estes marcados por mobilidade, heterogeneidade e pela constante produção de mediações entre diferentes atores e interesses

As médias e grandes cidades constituem destinos frequentemente procurados por indivíduos que decidem migrar em busca de melhores oportunidades, como um emprego,

moradia, acesso à saúde e à educação. Durante o trabalho de campo, alguns ambulantes provenientes de diferentes estados brasileiros, como Pará, Paraná, Paraíba, Maranhão, Ceará, Minas Gerais, ou, de outros países, como Venezuela, Peru, Equador, Senegal, Haiti, relataram que a cidade de Florianópolis/SC, representava uma oportunidade de construir uma nova vida.

Dentre os perfis que migram para a cidade de Florianópolis, muitos buscam oportunidades de trabalho, como uma das interlocutoras relatou, "na minha cidade emprego é muito difícil! Vivíamos numa cidade pequena, lá as pessoas vivem mais de hotelaria e praia, então me adaptei melhor aqui, com a minha habilidade de comunicação com as pessoas" (trabalhadora ambulante, 2023). A ambulante trabalhou durante muitos anos em uma farmácia no centro da cidade. Após sua demissão, decidiu comprar um carrinho de churros e trabalhar nas ruas com a sua irmã, que migrou posteriormente, quando já estava estabelecida na cidade.

Como a atividade ambulante não se constitui em situações uniformes, existindo inúmeras situações e formas de organização do trabalho nas ruas da cidade. Isso pode ser observado, inclusive, nas diferentes estruturas utilizadas pelos vendedores ambulantes do centro da cidade de Florianópolis, como barraquinhas e carrinhos de diversos tipos como carrinho de mão, carrinho de transporte etc. Alguns contam com guarda-sol para proteção contra o sol e a chuva; outros procuram posicionar seus carrinhos sob marquises, buscando abrigo contra as intempéries. Em Lisboa, os ambulantes também levam os seus carrinhos de transportes pequenos com as suas caixas e panos para estender suas mercadorias no chão das ruas.

Moagi, 50 anos (Senegal), Sérgio, 45 anos (Peru), e Pablo, 40 anos (Equador), interlocutores ambulantes estrangeiros, relatam que seus processos migratórios foram motivados, de forma convergente, pela busca por melhores condições de vida. Casados e chefes de família, destacam que a decisão de migrar esteve diretamente relacionada à responsabilidade de prover sustento e estabilidade para seus núcleos familiares.

Ao chegarem ao Brasil, contaram com o apoio inicial de redes de parentesco já estabelecidas no país, que contribuíram para sua inserção inicial no território. Antes de se fixarem em Florianópolis, mencionam trajetórias marcadas por circulação entre diferentes cidades e países, até optarem pela capital catarinense em função da percepção de melhor qualidade de vida. No entanto, apontam contradições nesse processo, especialmente no que se refere ao alto custo dos aluguéis, o que os leva a residir em áreas mais afastadas das zonas centrais. Moagi, em particular, destacou sua insatisfação com os baixos salários oferecidos no mercado de trabalho formal brasileiro, assim como a sua experiência anterior no Senegal,

onde trabalhava em uma lanchonete, evidenciando os limites da inserção laboral desses migrantes no novo contexto.

Os conflitos em torno do uso do espaço público emergem como elemento central na experiência desses trabalhadores, especialmente nas áreas centrais da cidade. O trabalhador relatou a dificuldade de exercer a atividade ambulante na cidade, destacando a intensificação da fiscalização e a constante sensação de insegurança: “os haitianos e senegaleses estão espalhados pelas praias trabalhando, porque aqui no centro está difícil trabalhar, não é fácil trabalhar aqui não, desse jeito, preocupado a todo o momento, tendo que correr da polícia” (trabalhador ambulante, 2023). Sua fala evidencia como a atuação do poder público, por meio de práticas de controle e repressão, produz um ambiente de instabilidade que atravessa o cotidiano desses trabalhadores.

Em decorrência de conflitos recentes no centro de Florianópolis, muitos ambulantes passaram a deslocar suas atividades para as praias, revelando um movimento de reorganização espacial imposto pelas dinâmicas de regulação urbana. Tais conflitos expressam disputas mais amplas em torno do direito ao uso do espaço público, nas quais se confrontam diferentes interesses, entre a lógica de ordenamento urbano e as estratégias de sobrevivência dos trabalhadores, evidenciando, assim, relações marcadas por assimetrias de poder, negociação e constante tensão.

Há também ambulantes que improvisam suas exposições de mercadorias utilizando panos estendidos para expor seus produtos. Essa forma de organização permite que os vendedores recolham rapidamente suas mercadorias: o pano é rapidamente embrulhado, transformando-se em uma trouxa que facilita a mobilidade. Dessa forma, conseguem circular pelas ruas quando há e, posteriormente, retornar aos pontos de maior circulação de pedestres.

Existem momentos de maior tensão em que os gestores públicos, ao tentarem controlar a presença de diferentes grupos no espaço urbano, acabam impedindo todos, tanto os considerados “de fora” quanto os locais. A conquista da permissão para trabalhar nas ruas levou muitos anos para ser institucionalizada. Nas palavras do Presidente da Associação:

> **Nós que fazemos tudo certo e que só quer trabalhar não temos nada a ver com aqueles que estão atuando de maneira errada**. Então, nesses momentos usávamos sempre o celular, muito diálogo, discussão, e aí, começamos a ganhar nosso espaço. No ano de 2013, conseguimos ganhar a autorização, mesmo em caráter precário, pois no começo era de 15 dias, depois 30 dias. Trabalhávamos por 12 dias, os ambulantes já ficavam com medo, preocupados, às vezes meus colegas me pagavam a minha diária, porque eu também tenho família para sustentar, pagavam para eu ficar no pé da Prefeitura, do secretário, para **tentar renovar as permissões.** Daí, **conseguimos mudar para 30 dias, depois 60 dias, sempre essa correria.**

> **Hoje em dia o edital é de 2 em 2 anos. Graças a Deus! Foi muita luta!** Muita dificuldade! Hoje, graças a Deus, com as autoridades, as pessoas se preocuparam com nós na televisão, nas mídias sociais, muitas reuniões, pararam para nos ouvirem, viram a nossa realidade, que no meio desses trabalhadores existem muitas mulheres que são chefes de família, criança, idosa. **Muitos trabalham já aposentados, porque não conseguem pagar todos os seus remédios com a aposentadoria. Um salário mínimo não dá!** (Presidente da Associação dos Ambulantes, grifos meus, 2023).

O interlocutor evidencia que, no contexto da cidade de Florianópolis, existe uma classificação entre os diversos tipos de situações ambulantes. Os vendedores ambulantes que não possuem o licenciamento para trabalhar nas ruas são compreendidos pela administração municipal como ambulantes *outsiders,* ou seja, "ambulantes móveis". Já aqueles que possuem autorização para atuar são considerados ambulantes locais ou tradicionais.

O ambulante afirma que a presença dos "ambulantes fixos" na paisagem urbana deve ser regulada e reconhecida como um trabalho legítimo. Sua atuação política em defesa dos ambulantes fixos produziu consequências importantes, inclusive avanços na forma como a Prefeitura passou a gerenciar o espaço urbano. O líder da associação, que esteve à frente das negociações durante muitos anos, dialogou com diversos prefeitos da cidade sobre a permanência dos ambulantes no centro da cidade. Segundo ele, "quando César [Prefeito de Florianópolis, 2013-2016] assumiu, tivemos uma conversa e ele acabou regularizando todos os ambulantes. Disse que não iria nos retirar dali, porque quando era criança passava por aqui e via os mesmos ambulantes trabalhando nas ruas" (2023).

Em contraponto a essa perspectiva construída a partir da atuação e da mobilização dos ambulantes, os depoimentos dos gestores públicos evidenciam uma compreensão distinta sobre o uso do espaço urbano e a regulação dessa atividade. Embora o trabalho ambulante seja reconhecido como uma importante fonte de emprego e renda, sua presença no espaço público deve estar subordinada a princípios de "ordem pública", que envolvem controle, organização e delimitação das atividades.

Nessa perspectiva, o trabalho ambulante é concebido como uma prática que necessita de regulamentação estrita, sendo condicionado a autorizações formais, delimitação de espaços e cumprimento de normas estabelecidas pelo poder público. O gestor destaca ainda que o espaço urbano é limitado e, portanto, não comporta a atuação irrestrita de todos os interessados, o que justifica a criação de editais, critérios de seleção e mecanismos de controle. Por outro lado, existe a preocupação dos agentes institucionais de controlar os fluxos de pessoas que entram na cidade, "temos um fluxo grande de pessoas, alta renda per capita, isso atrai as pessoas. O trabalho ambulante é atrativo porque é uma expectativa de renda,

porque eles veem isso como algo maior do que trabalhar em um emprego formal" (Presidente da CDL, 2023).

Em situações de crises, a atuação fiscalizatória é reforçada, sendo considerada pelos agentes necessária para garantir a organização da cidade, especialmente em contextos de intensificação do turismo e aumento da circulação de pessoas, "outra novidade, foi o aumento do fluxo imigratório. O migratório já era de costume, por causa do verão, sempre vinham ambulantes de outros lugares do Brasil para vender aqui porque a lucratividade sempre foi alta" (Secretário de Segurança Pública, 2023).

Compreende-se pelos relatos que, enquanto os trabalhadores ambulantes reivindicam reconhecimento e permanência no espaço urbano, a partir de sua trajetória e prática cotidiana, a gestão pública tende a enquadrar essa presença a partir de uma lógica normativa e regulatória, evidenciando tensões entre diferentes formas de controlar e institucionalizar o uso do espaço público.

Por outro lado, as ações dos ambulantes nas cidades observadas estão situadas no fixar e no não fixar, assumindo um caráter de transitoriedade, que é observada em suas mobilidades pelo espaço. Frequentemente são classificados pela gestão como "ambulante móvel" ou "ambulante transportador" pela administração municipal, constituindo-se uma estratégia de incorporação momentânea na paisagem urbana.

1.7 O ambulante na dinâmica urbana

Ao observar o fenômeno do trabalhador ambulante na cidade, grupos heterogêneos, que atuam no espaço público, constroem formas de pertencimento a esses lugares, sobretudo entre aqueles que se estabelecem de maneira mais permanente, como os "ambulantes fixos". Desse modo, os espaços físicos atuam como mediadores das relações sociais e, por possuírem dinâmicas próprias, tornam-se relevantes para a análise das interações socioespaciais entre os grupos de trabalhadores ambulantes e as disputas políticas que atravessam esse contexto.

A análise situacional orientada por uma sociologia do espaço a partir do conceito remyniano de transação social contribui para compreender essas dinâmicas. Conforme argumenta Jean Rémy, "a análise das relações sociais é a análise dessas posições que determinam os termos de troca e de negociação entre os atores e que se impõem aos modos de construção da relação humana" (Rémy, 2016, p. 56). No caso dos grupos sociais de vendedores ambulantes, "fixos" e "móveis", observa-se que esses grupos e seus subgrupos se encontram em permanente disputa pela apropriação do espaço público.

O espaço urbano das cidades configura-se como um lugar onde se estabelecem alianças entre grupos portadores de interesses político-econômicos diversos. Tais grupos podem se articular em frentes coletivas, ora alinhadas, ora antagônicas, cada qual defendendo seus próprios interesses e formas de uso do espaço urbano. Nesse sentido, as transações sociais que ocorrem nesses espaços evidenciam o jogo social entre os diferentes atores envolvidos, revelando as negociações, tensões, estratégias e táticas que orientam a ocupação e a regulação do espaço público.

O conceito de "transação social", em Jean Rémy, pode ser compreendido como um conjunto de relações mutáveis estabelecidas entre os atores sociais. Nas palavras de Jean Rémy, "a transação dá prioridade à elaboração dos quadros sociais da proximidade para melhor compreender, nessa via, como eles se articulam com as trocas dominadas pelo caráter impessoal" (Rémy, 2016, p. 216). Rémy denomina de práticas antagônicas as oposições construídas entre os atores sociais a partir de interesses divergentes. A dinâmica pode ser observada no caso dos "trabalhadores ambulantes fixos" e "ambulantes móveis", cujas formas de apropriação do espaço público se diferenciam, produzindo também demandas táticas e estratégias distintas em relação ao uso e à permanência nesses espaços.

Os "ambulantes fixos" frequentemente questionam se os demais trabalhadores ambulantes que estão em outra situação como os "ambulantes móveis" teriam ou não o direito de permanecer nesse espaço. Isso ocorre porque os "ambulantes fixos" contam com uma frente de representação política própria, da qual não participam aqueles que se encontram em outras situações de trabalho ambulante. Esses últimos, em muitos casos, também não têm acesso aos editais de licenciamento que concedem permissões formais para o exercício do comércio no espaço público, o que reforça distinções internas.

Portanto, o conceito de "transação social" é mobilizado aqui para compreender o cenário situacional analisado. O grupo de lojistas estabelecidos do comércio formal da cidade, configurando-se como um grupo político dominante na cidade, entra frequentemente em conflito com os trabalhadores ambulantes. Essa situação desencadeia uma série de processos de negociação entre os diferentes atores e seus respectivos representantes institucionais. Nesse contexto, são realizadas operações de fiscalização e retirada dos ambulantes do espaço público, frequentemente denominadas operações de combate ao comércio ilegal. Tais ações costumam ser desencadeadas a partir de denúncias feitas pelos próprios lojistas, conforme relatado pelo Presidente do conselho de Combate à Pirataria: "quando vêm muitas denúncias, nós coordenamos operações no centro".

Para a gestão municipal os ambulantes que comercializam mercadorias consideradas piratas desenvolvem diferentes táticas para resistir às ações de fiscalização. O relato do agente fiscal estadual evidencia a dinâmica de adaptação e contraestratégia presente nas interações entre fiscais e ambulantes, revelando como as ações de controle estatal são constantemente respondidas por práticas de ocultação e mobilidade por parte desses trabalhadores, “sempre que íamos entrar em cena, eles sumiam, colocavam a mercadoria em algum lugar; então pensei que tínhamos que ficar de olho, saber onde eles entravam para esconder as mercadorias”.

Nessas interações sociais, interessa discutir como se articulam as estratégias administrativas municipais e as táticas de resistência mobilizadas pelos vendedores ambulantes no espaço urbano. Nesse caso específico, as práticas desses trabalhadores podem ser compreendidas, na perspectiva de Michel de Certeau (2001), como táticas cotidianas, marcadas pela astúcia e pela capacidade de operar no interior de espaços controlados por instâncias de poder, subvertendo temporariamente as normas estabelecidas. Diferentemente das estratégias institucionais, que buscam ordenar e estabilizar o uso do espaço, as táticas dos ambulantes se caracterizam por sua mobilidade, improvisação e dependência das oportunidades situacionais.

A análise dessas interações e situações evidencia, ainda, que tais práticas se desenvolvem em um campo relacional marcado por tensões, ajustes e negociações. Na perspectiva de Jean Rémy, “é no plano das práticas que a análise dos efeitos de meio passa a ocupar um lugar ao lado de outras abordagens, como a teoria dos grupos, a teoria da negociação, a teoria das organizações ou a teoria dos movimentos sociais” (Rémy, 2016, p. 35). Portanto, essa abordagem pode ser compreendida como uma teoria intermediária, capaz de investigar as práticas sociais enquanto processos simultaneamente reprodutores e transformadores das estruturas sociais. Trata-se, assim, de práticas que, embora situadas e muitas vezes efêmeras, revelam a capacidade dos atores de reconfigurar, ainda que provisoriamente, as formas de controle do espaço urbano.

A estruturação espacial da atividade ambulante revela uma dinâmica marcada pela mobilidade e pelo conhecimento prático da cidade. Os ambulantes desenvolvem um saber “fazer da rua” específico para o espaço urbano, identificando fluxos de pedestres, períodos de maior circulação (alta temporada turística) e zonas de maior ou menor incidência de fiscalização. Essa “leitura da cidade” orienta suas táticas de deslocamento, como a alternância entre praias e centro, a ocupação temporária de determinados pontos e a rápida dispersão

diante da presença de agentes de controle. Trata-se, portanto, de uma prática que combina improvisação e cálculo, na qual o espaço urbano é constantemente negociado e reinterpretado.

Esse caráter de transitoriedade e de constante circulação que marca o trabalhador ambulante no espaço pode ser interpretado à luz da reflexão de Georg Simmel (2005) sobre a figura do *estrangeiro*. Para Simmel (2005), o *estrangeiro* é aquele que, embora esteja fisicamente próximo, não se fixa plenamente, sendo definido por uma posição simultânea de proximidade e distanciamento. De modo similar, a figura do trabalhador ambulante estrangeiro, observados nas cidades de Florianópolis e Lisboa, ocupa o espaço urbano de forma marcada pela impermanência: está inserido na dinâmica cotidiana da cidade, participa ativamente das trocas econômicas e sociais, mas o faz a partir de uma posição relacional específica, marcadas por formas de pertencimento provisórias e negociadas, que evidenciam não uma exclusão absoluta, mas uma inserção intermediária no espaço urbano.

A presença dos trabalhadores ambulantes que possuem a mobilidade permanente como tática é tolerada, negociada ou contestada, dependendo das circunstâncias situacionais e das relações estabelecidas com o poder público e com o comércio formal. Assim, os núcleos centrais das cidades, enquanto espaços de fluxo e passagem, constituem também um lugar privilegiado para a emergência dessa condição “estrangeira”, na qual os ambulantes estrangeiros se situam simultaneamente dentro e fora da ordem urbana, construindo formas próprias de movimentos de fixação e não fixação na paisagem, ainda que marcadas pela instabilidade e pela constante necessidade de adaptação.

Nos centros urbanos cada rua apresenta uma configuração própria, resultante das práticas sociais que contribuem para a construção de identidades específicas dos lugares. Assim, determinados espaços passam a assumir características particulares e uma espécie de vocação para determinadas atividades, como ocorre no caso do comércio ambulante. Os diferentes grupos de trabalhadores ambulantes se renovam a cada temporada de verão; contudo, muitos permanecem atuando nesse local como principal área de venda ao longo dos anos. Dessa forma, é comum observar a presença de novos ambulantes comercializando mercadorias nessas ruas. Diante dessa situação, as operações policiais frequentemente se mobilizam para retirá-los do espaço público, sob a justificativa de que não possuem as devidas permissões para o exercício da atividade.

A gestão do espaço público é realizada pela Secretaria de Urbanismo e Serviços Públicos (SUSP). Dessa forma, cabe à Prefeitura Municipal definir as normas que autorizam o exercício da atividade ambulante em locais específicos, bem como regularizar a situação dos vendedores ambulantes.

Nesse sentido, considerando a mobilidade dos trabalhadores ambulantes nesse espaço público, surgem algumas questões: em que medida o espaço público admite ou rejeita a presença da figura do “intruso” ou “estrangeiro”? De que forma indivíduos recém-chegados ao espaço de venda ambulante são percebidos nesse ambiente? Como são identificados e quais estigmas podem ser, a eles, atribuídos?

A gestão municipal reconhece que o trabalho ambulante constitui uma importante fonte de emprego e renda. Conforme os depoimentos coletados dos gestores, a regularização da atividade é considerada essencial, uma vez que esses trabalhadores utilizam o espaço público para exercer suas atividades. Na compreensão dos gestores, é necessário manter a “ordem pública”, e as estratégias adotadas para regular essa atividade na cidade estão inscritas no Código de Posturas municipal desde a década de 1970, tendo passado por poucas modificações ao longo do tempo.

O Secretário de Segurança Pública de Florianópolis compreende que os editais de permissão para o comércio ambulante no município definem dois tipos de atuação na cidade: “os ambulantes fixos”, que podem ocupar pontos determinados e explorar a atividade de forma estável, utilizando quiosques ou carrinhos, e os “ambulantes móveis”, caracterizados por vendedores que adotam a tática de constante mobilidade pelo espaço urbano.

Os “ambulantes móveis” também devem seguir as normas municipais. Nesse caso, a área de atuação desses “ambulantes móveis” deve ser delimitada no espaço urbano, assim como os horários e os locais indicados na licença concedida, que pode estabelecer a atuação em uma rua específica ou em determinada praça. Caso essas normas não sejam respeitadas, os trabalhadores ambulantes estão sujeitos à aplicação de multas e à apreensão de suas mercadorias, conforme previsto no Código de Postura.

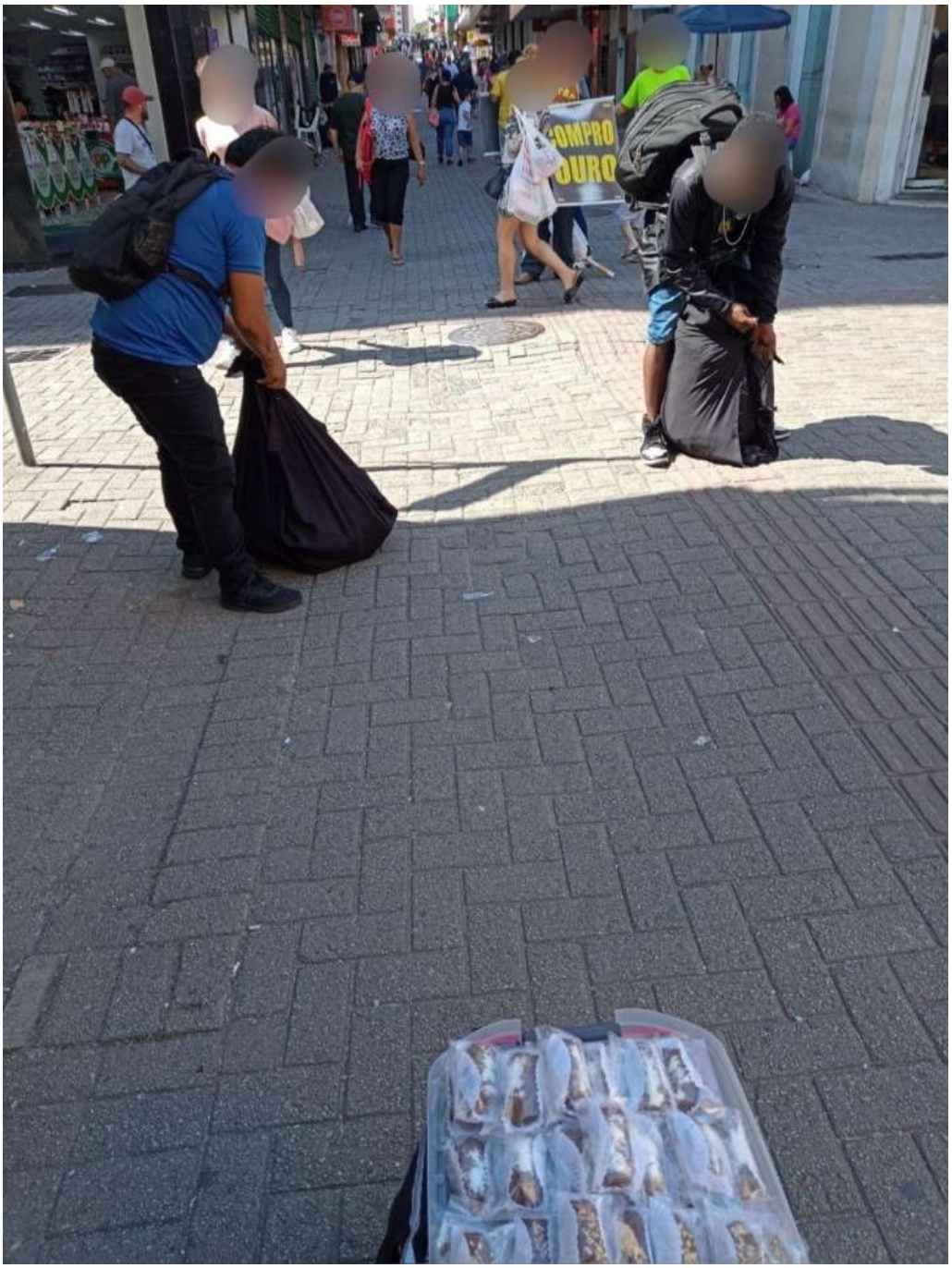
Outro desafio para a gestão do trabalho ambulante consiste em regular a atividade no espaço público, considerando que o número de interessados em concorrer aos editais de permissão para o trabalho ambulante é superior à quantidade de vagas disponíveis. O Secretário explicou que o poder público estabelece limites para o exercício de cada tipo de atividade dentro do comércio ambulante. O processo seletivo é realizado por meio de Edital que estabelece as regras de acesso à atividade. O Ministério Público do Estado de Santa Catarina[31] é a instituição responsável por definir os critérios de desempate entre os candidatos

[31] O Ministério Público do Estado de Santa Catarina - MPSC - faz um trabalho de fiscalizar o processo das permissões para o trabalho ambulante combatendo às fraudes, como aconteceu nos anos de 2011 e 2014. Em 2025 o MPSC firmou um Termo de Ajustamento de Conduta (TAC) com a Prefeitura com foco na regularização e desocupação do espaço público. Link de acsso: Florianópolis deve desocupar espaços públicos irregulares com novo acordo do MPSC | CBN Total acessado em 22/08/2025.

ao Edital do comércio ambulante, determinando que essa etapa seja realizada por meio de sorteio, com o objetivo de garantir a isonomia no processo administrativo. Essas medidas regulatórias provocam instabilidades entre os grupos de trabalhadores ambulantes que competem por um espaço na cidade.

A condição de ambulante na cidade se aproxima da figura do *estrangeiro*, descrita por Georg Simmel (2005). Isso pode ser observado, empiricamente, nos relatos de campo, nos quais a presença desses sujeitos no espaço urbano é constantemente marcada por pertencimentos parciais e pela instabilidade de sua permanência. A experiência de um dos ambulantes, vendedor senegalês, é emblemática nesse sentido: ao perceber a aproximação da fiscalização, recolhe rapidamente sua lona e se desloca, retornando ao mesmo ponto apenas após a passagem dos agentes, evidenciando uma presença sempre provisória, condicionada à vigilância e ao risco de perda de suas mercadorias. De modo semelhante, o interlocutor ambulante migrante do interior do estado do Paraná descreve, em sua trajetória, a necessidade do desenvolvimento do conhecimento prático da cidade para conseguir trabalhar, alternando entre diferentes pontos, horários e até cidades, conforme a intensidade da fiscalização e as oportunidades de venda, o que reforça essa inserção móvel e nunca plenamente estável. Esse conhecimento se evidencia na Figura 3, a seguir.

Figura 3: “Ambulantes móveis” escapam das fiscalizações no espaço urbano da cidade de Florianópolis.



Legenda: A cena observada apresenta um momento central da dinâmica do trabalho ambulante: a retirada rápida das mercadorias diante da iminência de fiscalização. Os trabalhadores, ao recolherem seus produtos de forma ágil e organizada, demonstram não apenas uma reação pontual, mas a incorporação de táticas que orientam sua atuação no espaço urbano. Essa capacidade de montar e desmontar rapidamente suas bancas de panos revela que a permanência no espaço público não se dá de forma contínua, mas por meio de ocupações temporárias e ajustadas às condições do momento. Essa dinâmica evidencia que o conflito entre a regulação institucional e a prática ambulante não se resolve pela eliminação de uma das partes, mas pela produção de arranjos provisórios. Assim, a retirada não representa o fim da atividade, mas um momento dentro de um ciclo contínuo de negociação, no qual presença e ausência se alternam como táticas de permanência no espaço urbano. **Fonte**: Pesquisa de campo 2023. Org.: PIMENTEL, 2023.

Ao mesmo tempo, essa posição de “estar e não estar” fixa, na paisagem urbana, também se manifesta nas relações sociais estabelecidas no cotidiano. Um das interlocutoras observa que, “a gente trabalha com ou sem o edital no centro da cidade” (Ambulante, 2023), explicitando que, embora exista um ordenamento institucional, a sobrevivência cotidiana não pode depender exclusivamente dele, sendo necessário negociar constantemente sua permanência no espaço urbano. Já outro interlocutor ambulante, rememora que “antigamente [anos 2000] nós corríamos até a ponte para escapar dos fiscais de apoio da Prefeitura, pra eles não nos pegar, e era cada enrascada que nós armávamos para os fiscais! Saiam umas confusões, umas brigas”. Indica que, mesmo com a ampliação do diálogo com o poder público, a experiência de décadas atrás desses trabalhadores é marcada por deslocamentos forçados e pela necessidade de adaptação contínua situacional. Assim, os ambulantes não apenas circulam em um espaço de fluxo, mas incorporam essa lógica em suas próprias trajetórias, configurando-se como sujeitos cuja inserção urbana se dá precisamente nessa tensão entre proximidade e distanciamento, presença e provisoriedade nas cidades. A Figura 4, a seguir, ilustra esse contexto.

Figura 4: “Ambulante móvel” estrangeiro aguarda a fiscalização passar, para voltar ao seu ponto de venda.

Legenda: A imagem do “ambulante móvel” sentado na calçada, com sua trouxa de mercadorias ao lado e o seu celular na mão, não representa um momento de inatividade, mas sim uma pausa tática inscrita na dinâmica de regulação do espaço urbano. Trata-se de uma espera socialmente produzida, na qual o trabalhador ambulante suspende temporariamente sua atividade em função da presença, ou da expectativa, da fiscalização. Esse intervalo revela que na medida em que se evidencia a negociação implícita entre momentos de fixação e não-fixação, de um momento transitório de espaço intermediário entre a permanência e a retirada do espaço público. O corpo atento, a mercadoria portátil e a posição marginal na calçada indicam uma forma de ocupação

provisória, adaptativa e constantemente reconfigurada diante dos dispositivos de controle urbano.
Fonte: Trabalho de campo 2023. Org.: PIMENTEL, 2023.

As dinâmicas contemporâneas observadas na cidade de Florianópolis evidenciam a intensificação de fluxos migratórios provenientes tanto de outros países quanto de diferentes regiões do Brasil. Nesse contexto, muitos desses migrantes buscam se inserir economicamente na cidade por meio de atividades ligadas ao comércio ambulante popular. No ano de 2025, a Prefeitura adotou uma estratégia de contenção voltada ao controle da chegada de novos migrantes à cidade. A medida foi amplamente criticada e considerada inconstitucional por restringir o direito de livre circulação. A estratégia consistia na instalação de barreiras e na atuação de agentes policiais no terminal rodoviário da cidade, com o objetivo de impedir a permanência de migrantes internos e internacionais que chegavam ao Município sem vínculos prévios de trabalho ou moradia. Na prática, tal iniciativa buscava limitar a fixação de indivíduos considerados "de fora" na cidade de Florianópolis.

O critério adotado para autorizar ou não a permanência de novos indivíduos na cidade baseava-se nos vínculos previamente estabelecidos no Município. Assim, pessoas que chegavam sem comprovação de emprego ou sem familiares residentes em Florianópolis poderiam ter sua permanência dificultada ou mesmo impedida. A estratégia proposta pelo prefeito da cidade, Topázio Neto, filiado ao Partido Social Democrático (PSD), consistia em conter a chegada de migrantes considerados *outsiders*, entendidos como indivíduos ainda não integrados às estruturas locais de moradia e trabalho. Nesse discurso, tais grupos apareciam implicitamente em contraposição aos chamados "cidadãos legítimos", isto é, aqueles já inseridos nas dinâmicas socioeconômicas da cidade.

A Prefeitura de Florianópolis denominou essa iniciativa de "posto avançado de assistência social", implementado no Terminal Rodoviário "Rita Maria", com o objetivo de monitorar a chegada de novos migrantes. Em entrevista ao portal de notícias[32], o Prefeito declarou que, nos casos em que os recém-chegados não possuíssem emprego ou local de moradia na cidade, seria oferecida uma passagem de retorno ao local de origem. Segundo o gestor municipal, algumas Prefeituras de cidades do interior do estado de Santa Catarina estariam financiando o deslocamento de pessoas em situação de vulnerabilidade para Florianópolis.

Segundo o prefeito, "não podemos impedir ninguém de tentar uma vida melhor em Florianópolis, mas precisamos manter a ordem e as regras. Quem aqui desembarca deve

[32] Manchete jornalística: "Prefeito de Florianópolis comemora "devolver" pessoas que chegam à cidade". Link de acesso : Florianópolis: Prefeito comemora devolver pessoas que chegam à cidade, acessada em 07/01/2026.

respeitar as nossas regras e a nossa cultura" (2026). Esse tipo de posicionamento político evidencia disputas em torno do direito à cidade e do reconhecimento de determinados grupos sociais como legítimos ou não para ter livre acesso à cidade.

Quando migrantes são impedidos de ingressar ou permanecer em uma cidade, observa-se a negação de políticas públicas fundamentais, como o acesso a programas de assistência social, políticas de empregabilidade e condições dignas de abrigo. Esse cenário configura um processo de exclusão social institucionalizada, no qual agentes estatais mobilizam mecanismos seletivos para regular quem pode ou não permanecer na cidade.

Esse movimento político de exclusão atua, portanto, como uma forma de delimitar quem é reconhecido como pertencente à comunidade política e quem é colocado à margem dela. Ao estabelecer fronteiras simbólicas e institucionais de pertencimento, tais práticas distinguem aqueles considerados merecedores de direitos, entre eles o direito fundamental de ir e vir, daqueles cujos perfis são associados à ideia de não pertencimento e, consequentemente, passíveis de exclusão do espaço urbano.

A presença de migrantes no espaço urbano tem sido atravessada por disputas políticas e simbólicas em torno de quem pode ou não ocupar legitimamente a cidade. Nesse contexto, observa-se a mobilização de discursos institucionais e cotidianos que associam determinados grupos migrantes à desordem urbana, reforçando fronteiras sociais entre aqueles considerados pertencentes e aqueles classificados como *outsiders*. Nesse cenário, a atividade ambulante frequentemente aparece como uma das formas mais visíveis de inserção econômica desses grupos, tornando-se também alvo de estratégias de controle e regulação do espaço público.

1.8 A visão institucional: entre o provisório e o permanente

As observações etnográficas indicam que os "ambulantes móveis" mobilizam, em sua rotina de trabalho nas ruas, táticas cotidianas de ação que podem ser compreendidas como "táticas", no sentido proposto por Michel de Certeau (2001). Para o autor, as táticas correspondem às práticas inventivas por meio das quais indivíduos ou grupos que não controlam as estruturas formais de poder se apropriam do espaço e das regras existentes de maneira circunstancial e oportunista. No caso do trabalhador ambulante, tais táticas manifestam-se em pequenas astúcias cotidianas, como a escolha de pontos de venda, a mobilidade constante, a adaptação rápida às fiscalizações e a negociação informal com diferentes atores urbanos, constituindo formas práticas de enfrentamento, adaptação e

negociação diante das estratégias institucionais de regulamentação e controle dos espaços públicos.

A atividade ambulante não constitui uma condição passageira, uma vez que há trabalhadores que exercem essa atividade no espaço público há décadas. A gestão compreende que o trabalho ambulante deveria ser reconhecido como uma atividade de caráter permanente, e não como uma prática temporária associada a políticas assistencialistas. Nesse sentido, o Gestor aponta a formalização por meio do registro como Microempreendedor Individual (MEI), como uma possível alternativa para a regularização desses trabalhadores.

> Quando você perde o viés assistencialista você ganha legitimidade para cobrar, que ele seja MEI [Microempreendedor Individual], que ele pague os boletos, que ele contribua, deixa de ser café com leite para ser um local em que as pessoas se profissionalizem. Assim como tem direito de andar com cabeça erguida e exercer a atividade que ele escolheu. Você como outro qualquer trabalhador da cidade precisa cumprir os seus deveres, pagar os seus impostos, taxas e claro, podem ser especiais, podem ser justos, progressivos, na medida que ele for se estabelecendo ele vai pagando mais imposto, conforme ele vai declarando (Secretário de Segurança Pública de Florianópolis, em entrevista concedida, 28/02/23).

A interpretação do fenômeno trabalhador ambulante a partir de uma perspectiva assistencialista, na visão institucional, tende a limitar a exigência do cumprimento de deveres cívicos por parte desses trabalhadores. Na avaliação do gestor, a atividade ambulante deveria ser compreendida como uma relação de reciprocidade, na qual os trabalhadores, ao exercer suas atividades, simultaneamente, contribuem com o pagamento de tributos municipais.

Uma das iniciativas adotadas pelo poder público para regular essa atividade consiste na publicação de editais municipais de permissão para o exercício do trabalho ambulante no espaço público, que funcionam como instrumentos regulatórios periódicos. Esses editais estabelecem normas específicas, como a delimitação do número de trabalhadores autorizados a atuar em determinadas vias ou pontos da cidade, bem como a definição dos tipos de mercadorias ou serviços que podem ser comercializados em cada local. Dessa forma, são fixados, por exemplo, quantitativos máximos de vendedores ambulantes de produtos como pipoca, picolés e meias em determinadas esquinas ou trechos do espaço urbano.

O Gestor da Segurança Pública do Município compreende que o uso do espaço público deve ocorrer em conformidade com os princípios estabelecidos na Constituição Federal de 1988, especialmente no Artigo 5º da Constituição Federal do Brasil, que assegura direitos fundamentais como o exercício do trabalho e a livre iniciativa, inclusive no que se refere às atividades informais. Contudo, segundo essa perspectiva institucional, o exercício dessas atividades deve também observar as normas estabelecidas pela legislação municipal, as

quais buscam regulamentar o uso do espaço público e promover um equilíbrio entre o direito ao trabalho e a organização das áreas coletivas da cidade.

O depoimento do Secretário de Segurança Pública revela uma interpretação institucional do trabalho ambulante que busca deslocar essa atividade de uma condição associada ao assistencialismo para uma lógica de formalização e responsabilização fiscal. Na perspectiva apresentada pelo gestor, o reconhecimento da atividade ambulante como uma ocupação permanente implica também a incorporação desses trabalhadores aos mecanismos formais de regulação econômica, especialmente por meio do registro como Microempreendedor Individual (MEI).

Sob a ótica analítica proposta por Strauss e Corbin (2008), ao analisar como os atores definem o problema e como os seus significados são construídos no discurso institucional, a narrativa do agente pode ser compreendida como parte de um processo de definição institucional do problema, na qual a informalidade é interpretada pelo Gestor como uma situação que deve ser gradualmente integrada aos dispositivos formais de regulação do trabalho e da tributação. Nesse discurso institucional, a formalização é apresentada como um mecanismo de legitimação da atividade, por meio do qual os trabalhadores ambulantes deixariam de ser associados a uma lógica assistencial e passariam a ser reconhecidos como agentes econômicos inseridos nos dispositivos formais de regulação, assumindo responsabilidades fiscais e administrativas próprias do exercício de uma atividade econômica regular.

No discurso institucional, observa-se a construção de uma relação normativa entre direitos e deveres. O gestor sustenta que o reconhecimento do direito ao trabalho no espaço público estaria condicionado ao cumprimento de responsabilidades vinculadas à formalização da atividade e ao pagamento de tributos. Nessa perspectiva institucional, a profissionalização e a regularização do trabalho ambulante são apresentadas como etapas de um processo de integração desses trabalhadores aos dispositivos formais de regulação econômica.

A fala do Gestor evidencia uma dinâmica de interação entre diferentes níveis hierárquicos do processo social. De um lado, as estratégias institucionais voltadas à regulação do espaço público e as tentativas de formalização da atividade ambulante, como o enquadramento dos ambulantes ao microempreendedorismo para, consequentemente, reconhece-los como contribuintes ativos portadores de direitos. De outro, as práticas e trajetórias dos trabalhadores ambulantes, que buscam garantir sua permanência no espaço sem as permissões de trabalho. O conflito e/ou a negociação entre esses diferentes

posicionamentos constituem elementos centrais para a compreensão das disputas em torno da legitimidade do trabalho ambulante na cidade.

As desigualdades presentes no mercado de trabalho evidenciam as contradições entre as perspectivas dos gestores municipais e as narrativas dos trabalhadores ambulantes. Essas situações revelam o protagonismo de indivíduos que mobilizam diferentes estratégias para se adaptar às condições do mercado de trabalho, frequentemente em posições marcadas pela marginalização social e econômica. Ainda assim, tais trabalhadores permanecem inseridos nas estruturas sociais e urbanas, desenvolvendo práticas que possibilitam sua permanência na atividade. Nesse contexto, torna-se pertinente problematizar a dimensão conflitiva das relações estabelecidas entre trabalhadores ambulantes e o poder público municipal.

No Brasil, o trabalho informal tem sido frequentemente associado à precariedade e ao contexto socioeconômico característicos de países em desenvolvimento. No imaginário social e em determinadas perspectivas institucionais, o trabalho ambulante tende a ser compreendido como uma atividade precária, geralmente vinculada a grupos socialmente mais vulneráveis. Entretanto, embora apresente especificidades, conforme os contextos históricos e territoriais em que se manifesta, o trabalho ambulante constitui um fenômeno social de caráter mais amplo, amplamente descrito e analisado em diferentes estudos acadêmicos (Coutinho, 2016; Machado, 2004; Pires, 2011; Rabossi, 2014; Stoller, 2012).

Essas pesquisas sociais demonstram que o trabalhador ambulante se configura como um fenômeno presente em diversas cidades do mundo, tanto em países considerados desenvolvidos quanto em países em desenvolvimento, como Lisboa, Ciudad del Este, Rio de Janeiro, Porto Alegre e Nova York. Apesar das diferenças históricas e institucionais entre esses contextos, no Brasil, os trabalhadores que atuam nas ruas das cidades, grupos sociais heterogêneos, desenvolvem distintas formas de inserção nos espaços urbanos e participam da circulação de mercadorias integradas a circuitos comerciais transnacionais, envolvendo destinos como Paraguai, São Paulo e China.

Em determinados contextos urbanos, a atividade ambulante é considerada irregular[33] e seu exercício tende a ser constantemente negociado e renegociado com o poder público municipal. Nesse sentido, observa-se que a existência de normas legais não impede necessariamente a realização dessa atividade, mas estabelece mecanismos de controle e regulação sobre sua prática. Assim, em diversos mercados classificados como ilegais, as leis

[33] Na visão do fiscal estadual de Florianópolis, a prática ambulante na cidade desencadeia outros problemas, em suas palavras, " nunca vai acabar porque é uma forma de sobrevivência, as pessoas acham que é legal, entre roubar e vender, é melhor vender, daí chega uma hora que ela começa a comprar coisas ilícitas para vender também no meio das coisas legais, é esse que é o problema, o produto ilícito e não na atividade em si".

que tentam regular a atividade ambulante no espaço "apresenta-se como um instrumento para gerir os ilegalismos, ora transformando-os em ilegalidade, ora, quando deixa de se aplicar, mantendo uma tolerância ou criando uma invisibilidade (...)" (Barbosa *et al*., 2013, p. 17).

No contexto das cidades brasileiras, o Código de Posturas Municipais constitui um dos principais instrumentos legais utilizados para regulamentar a atividade ambulante. No caso de Florianópolis, essa regulamentação está prevista na Lei nº. 1.224/1974 do Código de Posturas de Florianópolis, promulgada em 2 de setembro de 1974. No Capítulo 3 desse Código, são estabelecidas as normas que disciplinam o exercício do comércio ambulante nos espaços públicos da cidade. Conforme dispõe o artigo 155 do Código de Posturas de Florianópolis (1974):

> O exercício do comércio ambulante, de vendedores ou compradores, por conta própria ou de terceiros, em logradouros públicos ou lugares franqueados ao público, depende de licença da Prefeitura, obtida mediante requerimento do empregador ou do vendedor, quando este negocia - por conta própria (Artigo 155, Código de Postura do ano de 1974).

O artigo 158 do Código de Posturas de Florianópolis (1974) estabelece-se que, após a participação no processo de seleção por meio de Edital e a obtenção do alvará de licença, o trabalhador ambulante passa a receber da Prefeitura um cartão ou identificação indicativa do ramo de comércio autorizado. Esse documento funciona como comprovante da regularização da atividade no espaço público. Entretanto, caso o trabalhador não esteja portando essa identificação, ou seja, constatada alguma irregularidade no exercício da atividade, a legislação municipal prevê a aplicação de sanções administrativas, como multa e apreensão das mercadorias em seu poder [34].

A Gestão compreende que o Código de Posturas do Município apresenta-se atualmente desatualizado no que se refere à regulamentação da atividade ambulante, uma vez que ainda trata essa atividade como uma permissão pública para o exercício de uma atividade privada no espaço público coletivo. De acordo com o Gestor, a legislação distingue duas modalidades principais de comércio ambulante:

> **Os comerciantes de rua, que podem ter pontos fixos, exploram de maneira fixa o espaço: como um quiosque, um carrinho fixo**. **E os que são literalmente ambulantes**, aqueles que têm permissão de andar pela cidade **sem um ponto fixo, só com uma região delimitada**; fazendo o seu comércio (Secretário de Segurança Pública Municipal, em entrevista concedida, grifos meus, 2023).

[34] Acesso ao Código de Postura do município de Florianópolis/SC, link: INSTITUI O CÓDIGO DE POSTURAS MUNICIPAL. (pmf.sc.gov.br), acesso em 09/09/2024.

Nessa perspectiva do poder público, compreende que o uso do espaço público destinado à atividade ambulante deve ser delimitado e regulado por meio de instrumentos administrativos específicos. Entre esses mecanismos destacam-se os editais públicos de seleção, que estabelecem critérios para a concessão das permissões de trabalho, incluindo normas de conduta, requisitos de capacitação e documentação exigida dos candidatos. Nos casos de empate entre concorrentes, o critério adotado segue a orientação do Ministério Público de Santa Catarina (MPSC), que recomenda a realização de sorteio público como mecanismo de definição dos contemplados.

O trabalhador ambulante está presente em diversas capitais brasileiras, constituindo uma importante forma de inserção no mercado de trabalho urbano. Em muitos casos, essa atividade é assumida como uma alternativa rápida de adaptação por indivíduos que se encontram em situação de desemprego. Em outros contextos, o exercício da atividade ambulante surge como uma estratégia diante da escassez de oportunidades no mercado formal que ofereçam remunerações compatíveis com o custo de vida das cidades. No caso de Florianópolis, esse cenário torna-se ainda mais relevante diante do elevado custo de vida na capital, que ocupa a quinta posição entre as cidades brasileiras com o metro quadrado mais caro, segundo levantamento da Fundação Instituto de Pesquisas Econômicas (FIPE, 2025).

O índice FipeZAP demonstra os dados referentes a dezembro de 2025[35], em que as cidades brasileiras com os maiores valores médios do metro quadrado para venda de imóveis residenciais são, respectivamente: Balneário Camboriú (SC), Itapema (SC), Vitória (ES), Itajaí
(SC), Florianópolis (SC), São Paulo (SP), Barueri (SP), Curitiba (PR), Rio de Janeiro (RJ) e Belo Horizonte (MG). Diante do elevado custo de vida na Capital, uma das alternativas historicamente encontradas por parte da população de menor renda foi a ocupação dos morros situados nos entornos da região central da cidade. Entretanto, como essas áreas também apresentam limitações de espaço e de acesso à moradia, muitos trabalhadores acabam buscando habitações com valores mais baixos em bairros localizados na porção continental ou em municípios da região metropolitana, como Palhoça, Biguaçu e São José. Alguns trabalhadores ambulantes, embora já estejam plenamente inseridos na rotina do trabalho ambulante nas ruas da cidade, vivem sob constante incerteza quanto à regularização de suas atividades. Isso ocorre porque as permissões concedidas pelo poder público possuem prazo de

[35] Link de acesso aos dados do índice FipeZAP: fipezap-202512-residencial-venda-pub.pdf, acesso em 23/02/2026.

validade, mantendo o comércio ambulante enquadrado como uma atividade de caráter temporário e provisório.

Essa situação foi mencionada por uma das interlocutoras da pesquisa, identificada aqui como Carla, que relatou a expectativa pela abertura de um novo processo de licitação para a concessão das permissões, "nós estamos esperando uma nova licitação, um novo alvará. Só que eles estão deixando a gente trabalhar aqui na rua, entendeu? Por causa da política, ano que vem tem eleição, eles não querem fazer pressão"[36] (2023).

A narrativa da interlocutora sugere que a gestão dessas permissões não é percebida apenas como um procedimento técnico-administrativo, mas também como um processo influenciado por dinâmicas políticas locais. Ao mencionar a proximidade de um período eleitoral, a ambulante interpreta a tolerância momentânea do poder público em relação à permanência dos trabalhadores nas ruas como uma estratégia política de evitar conflitos ou pressões sobre esse grupo social.

Essa interpretação evidencia como os trabalhadores ambulantes constroem leituras próprias sobre as relações de poder que regulam o uso do espaço público. A fala indica que a permanência na atividade não depende apenas do cumprimento das normas formais, mas também de processos de negociação, tolerância e gestão situacional por parte do poder público. Dessa forma, o trabalho ambulante se configura como uma prática inserida em um campo de relações dinâmicas entre regulação institucional, interesses políticos e táticas cotidianas de sobrevivência desenvolvidas pelos trabalhadores.

A venda ambulante é frequentemente adotada como uma estratégia de geração de renda diante da necessidade de "se virar" para garantir a subsistência. Entretanto, em algumas situações, após um período de adaptação à dinâmica do comércio de rua, certos trabalhadores passam a atribuir significados positivos a essa forma de inserção laboral. Para alguns vendedores ambulantes, o trabalho por conta própria é percebido como uma condição que proporciona maior autonomia e dignidade em comparação ao trabalho assalariado, sobretudo pela possibilidade de organizar os próprios horários e pela ausência de subordinação direta a um empregador. Nesse sentido, a ideia de "ser o próprio patrão" emerge como um elemento simbólico importante na construção de sentidos atribuídos ao trabalho ambulante.

Um exemplo dessa situação é o da trabalhadora "ambulante fixa" Larissa, 35 anos, vendedora de panos de prato. Ao longo de sua trajetória laboral, Larissa exerceu diferentes ocupações no mercado de trabalho formal. Entretanto, em razão da necessidade de

[36] Ambulante Carla em uma de nossas conversas informais, em 14/09/23.

acompanhar sua mãe em consultas médicas por um período prolongado, tornou-se difícil manter a rotina e os horários exigidos por empregos com vínculo formal. Diante dessa situação, em diferentes momentos de sua trajetória profissional, a entrevistada retornou ao comércio ambulante como principal fonte de renda, atividade que atualmente afirma não pretender abandonar para retomar um emprego com carteira assinada.

Em Florianópolis, a ambulante Larissa chegou a trabalhar em uma loja de ótica, desempenhando funções como a distribuição de panfletos e a abordagem de clientes nas calçadas. Contudo, em decorrência da crise provocada pela covid-19, foi demitida durante o período da pandemia. Ao relatar sua trajetória no trabalho ambulante, Larissa enfatiza as dificuldades enfrentadas no início de sua inserção nessa atividade. Em sua narrativa, a entrevistada associa o crescimento do desemprego à necessidade de buscar alternativas imediatas de geração de renda no espaço urbano, afirma:

> **O desemprego está alto**, **tem que correr pra onde dá!** Não dá pra todo mundo conseguir o edital de credenciamento da Prefeitura! É muita gente! Isso que os haitianos estão passando eu já passei, **eu corria de cinco tipos de polícias diferente**, eu vendia CD, era considerado mercadoria pirata, **hoje temos o reconhecimento da Prefeitura, podemos trabalhar em paz, mas foi às custas de muito corre-corre, resistência e luta!** (Larissa, vendedora ambulante fixa, entrevista concedida, grifos meus, 2023).

No relato da ambulante a expressão “correr para onde dá” se refere à necessidade de “se virar como dá” para garantir o sustento familiar diante das dificuldades de inserção no mercado de trabalho formal, em sua fala, evidenciam-se as táticas de sobrevivência mobilizadas por trabalhadores que recorrem ao comércio ambulante como alternativa frente às limitações do mercado de trabalho.

Situação semelhante foi relatada por Carla e seu esposo, também trabalhadores ambulantes, ora fixos, ora móveis, que afirmaram ter deixado de buscar empregos com vínculo formal após se adaptarem à rotina do trabalho nas ruas. A preferência pela atividade ambulante está associada à percepção de que os salários oferecidos em empregos formais são baixos e pouco compatíveis com as exigências da jornada de trabalho, explica a ambulante.

> Ele nunca gostou de trabalhar com carteira assinada, **porque não ganha bem, não tem tempo pra nada**. Eu também não gosto. Aqui na rua a gente ganha a mesma coisa! E o INSS é muito ruim! Quando você precisa, nunca consegue! Eu tenho 15 anos já de carteira assinada (Ambulante Carla, em entrevista concedida, 2023).

Nas conversas informais realizadas com ambulantes que possuem pontos fixos, alguns relataram que, naquele momento, conseguiam exercer suas atividades com relativa

tranquilidade no espaço central da cidade. Entretanto, também destacaram que existem períodos em que episódios de conflito e fiscalização tornam-se mais recorrentes nesse espaço urbano.

A ambulante Larissa explica que essa situação é comparada à experiência vivida por trabalhadores ambulantes estrangeiros que atuam na comercialização de mercadorias consideradas ilícitas e que, são frequentemente fiscalizados pela guarda municipal. Ao estabelecer esse paralelo, Larissa rememora o início de sua própria trajetória como trabalhadora ambulante no centro de Florianópolis. Naquele período, afirmou que precisou "se virar como dava", comercializando CDs falsificados, prática que, segundo seu relato, era alvo constante das ações de fiscalização naquele momento.

O representante fiscal estadual explicou que a criação da instituição está relacionada ao contexto de intensificação das ações de fiscalização voltadas ao combate à pirataria de CDs e DVDs no Estado. Uma das iniciativas que impulsionaram esse movimento partiu de uma pequena empresária do setor, proprietária de uma videolocadora na cidade. A comerciante integrava a Câmara de Dirigentes Lojistas e atuava como coordenadora do núcleo de videolocadoras da entidade. Naquele período ocorreram operações de fiscalização que resultaram em apreensões significativas de produtos ilícitos, incluindo cigarros e bebidas alcoólicas. Ao recordar esse momento, o Gestor relata:

> Nessa época eu era gerente estadual da fiscalização, aí, eu fiz esse trabalho e veio a imprensa fazer uma entrevista e eu falei que pirataria é crime! Isso foi em 2005, 2006, em uma entrevista na rádio, e ela descobriu que tinha um fiscal da receita estadual que tinha interesse em combater a pirataria (Presidente do Conselho de Combate à Pirataria, em entrevista concedida, 2023).

Foi a partir desse contato que se estabeleceu uma aproximação entre o fiscal da Receita Estadual e a empresária do setor de videolocadoras, interessada em mobilizar ações de enfrentamento à pirataria de CDs e DVDs na cidade. A comerciante, então, solicitou o apoio do Gestor para organizar uma passeata contra a comercialização de produtos piratas. Para isso, convocou funcionários e proprietários de videolocadoras locais, com o objetivo de mobilizar o setor e dar visibilidade pública ao problema.

A iniciativa buscava ampliar o debate na sociedade civil e pressionar as autoridades públicas a adotarem medidas mais rigorosas de combate à pirataria. Após a realização da manifestação, os organizadores pretendiam apresentar um documento à Assembleia Legislativa de Santa Catarina, propondo a criação de uma legislação específica voltada ao enfrentamento dessa prática. Naquele momento, alguns colegas o alertaram sobre possíveis

conflitos de interesse, uma vez que ocupava um cargo público ligado à fiscalização estadual e a manifestação envolvia interesses do setor privado. Ainda assim, segundo o fiscal, sua participação foi justificada pela convicção de que o combate à comercialização de produtos piratas constituía um dever institucional. Essa mobilização coletiva resultou posteriormente em seu envolvimento direto no processo de elaboração de uma proposta legislativa voltada ao combate à pirataria, explica o Fiscal Estadual:

> No dia 03 de Dezembro de 2007, o presidente da Assembleia colocou em votação, e os deputados aprovaram. Todos queriam essa lei! Mas, ela não poderia ser feita na Assembleia, tinha que partir do poder executivo, aí mandaram para o Henrique da Silveira, naquela época, governador em 2008. Ele acabou concordando, ele não sabia quem iria estudar isso, aí mandou um Secretário da Fazenda, ele chamou o diretor e perguntou: quem é que pode cuidar disso? Eu já estava meio que famoso nessa época, nessa área, então o diretor me chamou e perguntou: **tu consegue fazer um grupo de estudo para fazer uma lei e criar um conselho?** Eu disse que conseguia. Então podemos te indicar? Dar o seu nome para o governador te convocar lá pra casa civil? Pode convocar! Respondi: não perdendo salário, eu vou! Foi assim que, em 2008 eu fui pra casa civil para coordenar um grupo de estudo, eu não sabia nada, eu chamei o Professor Pimentel que era o bam bam bam, dava aula no mestrado e doutorado de **propriedade intelectual**, na UFSC [Universidade Federal de Santa Catarina]. Chamei a Doutora Marceli, que era bam bam bam de **direito autoral**, propriedade intelectual, na UDESC [Universidade do Estado de Santa Catarina]. **Chamei polícia federal, polícia civil, delegado da receita federal, chamei todo mundo e sentei com eles. Fizemos uma proposta de lei e encaminhamos para o governador do estado** (Presidente do CECOP, grifos meus, 2023).

Em novembro de 2009, o documento oficial foi encaminhado à Assembleia Legislativa de Santa Catarina -ALESC. Após sua aprovação no legislativo estadual, o projeto seguiu para sanção do Governador. A pedido do então presidente do Conselho Estadual de Combate à Pirataria -CECOP, a lei foi sancionada em 3 de dezembro do mesmo ano, data que coincide com o dia internacional de combate à pirataria. No mês seguinte, o auditor fiscal foi convidado pelo governador do estado a assumir a presidência do conselho.

O relato indica que a criação desse dispositivo institucional teve origem em um processo de mobilização que envolveu diferentes atores sociais. A iniciativa, que começou com a organização de uma passeata promovida por comerciantes do setor de videolocadoras, evidencia a articulação entre interesses do setor privado e instâncias do poder público na construção de mecanismos institucionais de combate à pirataria. Nesse contexto, a mobilização coletiva pode ser interpretada como uma reação à expansão do trabalho ambulante que comercializava produtos considerados ilícitos, e que competia diretamente com o mercado formal.

A partir dessa articulação, o aparato estatal foi acionado para a elaboração de uma legislação destinada a restringir a circulação dessas mercadorias no espaço urbano. Entretanto,

como indicam os relatos de trabalhadores ambulantes entrevistados, a existência de dispositivos legais não eliminou a prática da comercialização desses produtos. A ambulante Larissa, por exemplo, relatou que, no início de sua trajetória no comércio ambulante, continuava vendendo CDs e DVDs, mesmo diante do risco de apreensões e da intensificação das ações de fiscalização.

O relato apresentado pelo Gestor Fiscal evidencia um processo de articulação política que envolveu diferentes atores sociais e institucionais. A mobilização teve início com a organização de uma passeata promovida por comerciantes locais do setor de videolocadoras, que buscavam reagir à perda de espaço econômico frente à expansão do comércio informal de produtos piratas ou falsificados. Em um segundo momento, essa mobilização extrapolou o âmbito do setor privado e passou a acionar instâncias do poder público, por meio da elaboração e encaminhamento de uma proposta legislativa voltada ao combate à pirataria. Esse processo resultou na criação de instrumentos legais destinados a restringir a circulação dessas mercadorias no espaço urbano.

Entretanto, os relatos dos trabalhadores ambulantes indicam que a existência de dispositivos legais não implicou a eliminação dessas práticas. A ambulante Larissa, por exemplo, relatou que, no início de sua trajetória como ambulante, continuava comercializando CDs e DVDs, mesmo diante do risco de apreensão das mercadorias durante as ações de fiscalização.

Mobilizações contrárias ao trabalho ambulante nas ruas também têm sido registradas na cidade, frequentemente articuladas por entidades representativas do comércio formal, como a Câmara de Dirigentes Lojistas -CDL, que reúne e mobiliza comerciantes proprietários de lojas físicas localizadas na região central de Florianópolis. Nessas ocasiões, os comerciantes costumam demandar do poder público medidas mais efetivas de fiscalização e controle do comércio informal na área central da cidade.

Essas reivindicações não se restringem apenas à comercialização de produtos falsificados ou pirateados, mas também dizem respeito à presença de vendedores ambulantes em geral, percebidos, por parte do comércio formal, como concorrência no uso do espaço urbano e na circulação de mercadorias. Um exemplo desse tipo de mobilização ocorreu em 2016, quando comerciantes organizaram um protesto que foi noticiado pela imprensa local com a seguinte manchete: “Comércio de Florianópolis fecha as portas contra ambulantes locais[37].

[37] Link de acesso a matéria jornalística: Comércio de Florianópolis fecha as portas contra ambulantes ilegais (ndmais.com.br), acessada em 09/09/2024.

Figura 5: Comerciantes lojistas em manifestação no espaço público da cidade, protestando contra o comércio ambulante na cidade de Florianópolis.

Legenda: Comerciantes locais lojistas protestam contra o comércio informal. A imagem da manifestação de comerciantes lojistas evidencia a dimensão conflitiva que estrutura o uso do espaço urbano no centro de Florianópolis. Ao associar o comércio ambulante à ilegalidade e ao desemprego, os manifestantes produzem uma narrativa que busca legitimar a exclusão desses trabalhadores do espaço público, ao mesmo tempo em que pressionam o poder público por ações mais intensas de fiscalização. Essa construção simbólica reforça que a presença dos ambulantes não se dá de forma neutra, mas se insere em um campo de disputas nos quais diferentes atores sociais mobilizam estratégias e contra-estratégias para garantir sua permanência ou excluir o outro. Nesse contexto, a configuração relacional não se apresenta como ausência de conflito, mas como resultado provisório dessas tensões.
Fonte: Jornal ND+ Notícias, 2016.

Nesse evento, comerciantes locais protestaram, reivindicando maior intensificação das ações de fiscalização para conter a presença de vendedores ambulantes no centro da cidade.

A expansão do comércio, considerado ilegal, produziria impactos negativos sobre o comércio estabelecido, sendo percebida pelos lojistas como uma forma de concorrência direta às lojas físicas da região central de Florianópolis. Esse tipo de manifestação costuma ocorrer em áreas de grande circulação de pedestres no centro histórico, especialmente no calçadão da Rua Felipe Schmidt, um dos principais eixos comerciais da cidade.

Em 2016, o então prefeito Cesar Souza Júnior declarou que a situação do trabalho ambulante no centro da cidade era comparável a “enxugar gelo”, em referência às dificuldades enfrentadas pelo poder público municipal para controlar o aumento do número de vendedores ambulantes nesse espaço. Na ocasião, o Prefeito também defendeu a necessidade

de intensificar ações de fiscalização por meio de operações conjuntas envolvendo diferentes órgãos de controle, como a Polícia Civil, a Polícia Federal e o Instituto Nacional de Metrologia, Qualidade e Tecnologia (Inmetro).

Uma das estratégias adotadas pelo poder público municipal para regular o exercício do trabalho ambulante no espaço público consiste na elaboração de editais de credenciamento que autorizam a atuação de vendedores ambulantes em diferentes áreas da cidade, incluindo regiões de grande fluxo turístico, como as praias durante a temporada de verão. Esses instrumentos administrativos estabelecem critérios e procedimentos para a concessão das permissões de trabalho, buscando organizar a ocupação do espaço público e delimitar o número de trabalhadores autorizados a exercer a atividade em determinados locais de Florianópolis.

Entre os critérios previstos nesses editais, destaca-se a adoção do sorteio público como mecanismo de seleção quando o número de interessados supera a quantidade de permissões disponíveis. Esse procedimento é descrito, por exemplo, no Edital de Credenciamento nº 012/PMF/SMSP/SUSP/2020, que regulamenta o processo de autorização para o exercício da venda ambulante no Município.

> 6.2 - O método de seleção para o preenchimento das vagas oferecidas será o SORTEIO entre os requerentes habilitados, sempre que o total de vagas solicitadas for maior que o número de vagas oferecidas pela Prefeitura Municipal de Florianópolis, considerando se as informações prestadas por meio dos documentos constantes nos processos de inscrição.[38]

Os trabalhadores ambulantes que participaram da pesquisa relataram que esse mecanismo regulatório nem sempre consegue atender à elevada demanda por credenciamento para o exercício da atividade. A ambulante Carla estava na época da pesquisa tentando uma permissão para comercializar produtos nas praias, e a quantidade de candidatos inscritos nos processos seletivos costumava ser superior ao número de vagas disponíveis. Na compreensão dos ambulantes esse cenário ocorre, entre outros fatores, porque trabalhadores provenientes de outras cidades também participam dos processos de seleção, observa a ambulante:

> Um absurdo esses editais de ambulantes nas praias, **as pessoas vêm de fora e ganham a permissão e a gente que já é daqui não ganha! Daí a gente tem que trabalhar clandestino mesmo, a gente vai do mesmo jeito!** Eles ainda cobram uma taxa para participar desse edital, ganham um dinheirão porque poucos

[38] Link de acesso ao edital de credenciamento: 30_09_2020_15.35.11.b0ca1403d60cea022ff89d3e49451b88.pdf (pmf.sc.gov.br), acessado em 06/09/24.

> conseguem. Estou pensando em vender outra coisa, porque o morango já não está dando muito dinheiro, preciso pensar em outra coisa![39].

As tentativas de regulação do trabalho ambulante por meio de editais de permissão constituem uma estratégia adotada pela Prefeitura há várias décadas. Entretanto, esse mecanismo ainda não se mostra suficiente para atender à demanda dos ambulantes interessados em exercer a atividade, uma vez que o número de candidatos costuma ser superior ao de permissões disponíveis. Diante dessa limitação, muitos ambulantes recorrem a diferentes estratégias para permanecer atuando nas ruas e garantir a continuidade de suas atividades comerciais.

A Figura 5, a seguir, ilustra um exemplo de edital publicado no ano de 2017, no qual são especificados os locais definidos pela Prefeitura para o exercício do trabalho ambulante, bem como as modalidades autorizadas de venda. A convocação dos interessados ocorre por meio de editais públicos que estabelecem os critérios de participação no processo de credenciamento e preveem, quando necessário, a realização de sorteio como mecanismo de desempate entre os candidatos às permissões de trabalho no espaço público de Florianópolis.

Figura 6: Edital nº 001/PMF/SMSP/SUSP/2017 (Centro)

EDITAL Nº 001/PMF/SMSP/SUSP/2017 – CENTRO

LISTAS DOS SORTEADOS

Todos os sorteados para atividades que envolvam alimentos deverão comparecer no dia marcado para o curso de Manipulação de Alimentos ministrado pela Vigilância Sanitária, sob pena de não emissão da licença para funcionamento. A data será divulgada no site da Prefeitura.

Os sorteados para a modalidade de Pipoca deverão comparecer à SUSP no dia 21/11/2017, às 11 horas para o sorteio do ponto de início do rodízio.

O sorteado para a modalidade de Sebo deverá comparecer à SUSP para definição do local.

LINK DO SORTEIO	NÚMERO	INTERESSADO	LOCAL	MODALIDADE
-	E 052483/2017	JOSE EDUARDO GOMES DA SILVA	DEFINIR O LOCAL DE TRABALHO NA SUSP	SEBO
-	E 049903/2017	SÉRGIO MENDONÇA GUEDES	LARGO DA ALFÂNDEGA	ERVAS
982778	E 054416/2017	LEONARDO CHAVES DE OLIVEIRA	PRAÇA FERNANDO MACHADO	PASTEL
982778	E 054564/2017	EVERTON PAULO DA SILVA	LARGO DA ALFÂNDEGA	PASTEL
982778	E 054568/2017	ELIANE MARIA DA SILVA	CATEDRAL	PASTEL
982280	E 054924/2017	FABRICIA CONRAT	LARGO DA ALFÂNDEGA	FRUTAS DA ESTAÇÃO
982281	E 050230/2017	ERNO DA SILVA	AV. HERCÍLIO LUZ – ANTIGA RODOVIÁRIA	ESPETINHO
982281	E 055574/2017	DIEGO RAMON GUTIERREZ	R. ANTÔNIO LUZ -ANTIGO TERMINAL	ESPETINHO
982282	E 051614/2017	DAVID LEMOS PERFEITO	CATEDRAL	ÁGUA DE COCO
982282	E 051825/2017	MARIA IZOLETE PERES	R. DEODORO COM R. TENENTE SILVEIRA- DEINFRA	ÁGUA DE COCO
982282	E 052551/2017	GERALDO EIJO KAMIA	PRAÇA FERNANDO MACHADO	ÁGUA DE COCO
982282	E 055262/2017	JAODFEN RIAN FARIAS	RUA FRANCISCO TOLENTINO – EM FRENTE AO CAMELÓDROMO	ÁGUA DE COCO

Fonte: Credenciamento para Comércio Ambulante (pmf.sc.gov.br).

[39] Ambulante Carla, em entrevista concedida.

O edital como dispositivo regulatório, assume um papel central na definição das condições de acesso e permanência dos trabalhadores ambulantes no espaço urbano, operando como um instrumento de seleção que delimita quem pode ou não exercer a atividade ambulante de forma legalizada no espaço público. Mais do que um dispositivo administrativo, o edital expressa uma forma de regulação que organiza o trabalho ambulante a partir de critérios previamente estabelecidos pelo poder público, definindo padrões de mercadoria, localização e forma de atuação.

Para os trabalhadores ambulantes, isso implica não apenas a possibilidade de inserção formal, mas também a produção de novas desigualdades, na medida em que nem todos conseguem atender às exigências impostas. Assim, o edital regulatório não elimina o trabalhador ambulante considerado irregular, mas contribui para reconfigurá-lo, deslocando parte desses trabalhadores para circuitos informais e reforçando dinâmicas de negociação, adaptação e conflito no uso do espaço público.

CAPÍTULO 2: ETNOGRAFIA NA CIDADE DE LISBOA

O capítulo anterior permitiu situar o fenômeno trabalhador ambulante no contexto das transformações urbanas associadas à expansão do turismo em cidades do chamado "*trade* turístico", com destaque para Florianópolis e Lisboa. Ao evidenciar a centralidade dos fluxos, as dinâmicas de valorização do espaço urbano e os processos de regulação institucional em Florianópolis, foi possível compreender o contexto mais amplo no qual se insere a atuação dos trabalhadores ambulantes, bem como as disputas em torno do uso e da apropriação do espaço público para fins da atividade comercial ambulante.

Neste capítulo 2, o foco desloca-se para a dimensão empírica da pesquisa, por meio da análise etnográfica desenvolvida na cidade de Lisboa. Busca-se, a partir das observações de campo, compreender como os trabalhadores ambulantes, em sua maioria migrantes, se inserem nos circuitos urbanos da cidade, mobilizando táticas de permanência, circulação e adaptação em contextos marcados por intensa regulação do espaço público e pela presença de fluxos turísticos.

Ao explorar as interações cotidianas entre trabalhadores ambulantes, consumidores e os agentes de fiscalização, este capítulo evidencia como o espaço urbano se configura como uma arena relacional, marcada por negociações, disputas e acomodações situacionais. A análise permite, ainda, estabelecer aproximações e distinções com o caso de Florianópolis, contribuindo para uma aproximação analítica do fenômeno das dinâmicas que estruturam a figura do trabalhador ambulante em cidades do "*trade* turístico".

2.1 Ambulantes estrangeiros em Lisboa

O fenômeno trabalhador ambulante na dinâmica urbana foi observado tanto na cidade de Florianópolis quanto em Lisboa, Portugal, a partir de incursões etnográficas realizadas em seus respectivos centros urbanos. Nos trajetos pelas ruas da região estação Baixa-Chiado e Rua Augusta, foi possível identificar diversos grupos de ambulantes comercializando produtos nas calçadas e praças, evidenciando a presença dessa prática em ambos os contextos. Ressalta-se, contudo, que tais ocorrências se inserem em contextos estruturais distintos, marcados por diferenças socioeconômicas, institucionais e regulatórias.

Essas situações de mobilidade permitem compreender de forma mais ampla o fenômeno social trabalhador ambulante e evidenciar que, em Lisboa, especialmente nas regiões da Baixa-Chiado e da Rua Augusta, observou-se a presença recorrente de grupos de vendedores

ambulantes estrangeiros móveis, majoritariamente imigrantes oriundos do Sul Global, que, antes de chegarem à cidade, circularam vendendo mercadorias em diferentes cidades ao redor do mundo. Eles ocupam áreas de intensa circulação de pedestres, distribuindo-se ao longo dos principais eixos turísticos, organizando suas atividades de venda em pontos estratégicos próximos a monumentos, praça e vias de grande fluxo. A dinâmica desses circuitos ambulantes caracteriza-se pela mobilidade constante, pela adaptação aos fluxos de transeuntes e pela atuação em espaços públicos regulados. A Figura 7, a seguir, ilustra esse fenômeno.

Figura 7: Circuito de venda ambulante na Rua Augusta, em Lisboa.

Legenda: A imagem dos vendedores ambulantes atuando na Rua Augusta, em um espaço turístico da cidade de Lisboa/PT, evidencia a inserção desses trabalhadores nas dinâmicas

econômicas e sociais da cidade, especialmente nos circuitos de intensa circulação de turistas. A organização das mercadorias sobre panos no chão revela uma forma de ocupação flexível e adaptável, que permite tanto a permanência quanto a rápida retirada em situações de fiscalização. Diferente de contextos marcados pelo confronto explícito, a cena indica um momento de coexistência entre diferentes usos do espaço urbano, no qual a presença dos ambulantes é tolerada de maneira provisória. Essa configuração se apresenta como um conjunto de negociações práticas que permitem a permanência desses trabalhadores no espaço público, ainda que de forma instável e não plenamente institucionalizada. **Fonte**: Pesquisa de campo, 2024. Org.: PIMENTEL, 2024.

O centro histórico de Lisboa, especialmente nas imediações da Baixa-Chiado e da Rua Augusta, configura-se como um dos principais núcleos urbanos da cidade. Nessa área concentram-se estabelecimentos comerciais voltados ao turismo, como lojas de grifes, bares e restaurantes, que atendem a um fluxo intenso e contínuo de visitantes. Trata-se de um espaço marcado pela circulação de pedestres, no qual se estrutura diversos circuitos turísticos.

Nesse mesmo núcleo, observa-se a presença de vendedores ambulantes que utilizam a dinâmica do fluxo de transeuntes para expor suas mercadorias, geralmente organizadas em panos estendidos no chão, ao longo das vias de maior circulação. A disposição dos produtos acompanha os trajetos mais movimentados, favorecendo a visibilidade e a interação com turistas que frequentemente interrompem seus deslocamentos para observar os itens expostos.

A área central se configura com importantes referências urbanas e simbólicas da cidade, como a Praça do Comércio com a estátua de Dom José I, o Arco da Rua Augusta, situada às margens do rio Tejo, além de monumentos históricos e eixos de circulação que conectam diferentes partes da cidade. Nas proximidades dessa região encontra-se o bairro de Alfama, o mais antigos de Lisboa, caracterizado por sua ocupação histórica e por sua relevância cultural. A dinâmica urbana do centro é intensificada pela circulação de bondes, ônibus e outros meios de transporte, compondo um cenário de mobilidade constante. A proximidade com o rio Tejo confere à área uma paisagem privilegiada, especialmente ao entardecer, quando há concentração de visitantes em pontos estratégicos para a observação do pôr do sol.

Durante as observações de campo, nos meses de setembro e outubro do ano de 2024, registrou-se a circulação frequente de viaturas policiais nesses espaços, com o objetivo de fiscalizar e coibir a atuação de trabalhadores ambulantes móveis. Nessas ocasiões, os vendedores ambulantes, em sua maioria estrangeiros, retiravam-se temporariamente de seus pontos de venda, deslocando-se pelas quadras adjacentes e retornando posteriormente aos mesmos locais. Esses deslocamentos ocorriam tanto

de forma individual quanto em agrupamentos organizados por vínculos étnicos. Observa-se ainda que os frequentadores habituais desses espaços reconhecem essa dinâmica, passando a procurar os ambulantes nas mesmas ruas após a sua reocupação do espaço. A Figura 8, a seguir, ilustra a ocupação do espaço urbano pelo ambulante.

Figura 8: Ambulante estrangeiro nas imediações da Baixa-Chiado com suas mercadorias

Legenda: A imagem do vendedor ambulante nas imediações da Baixa-Chiada, em Lisboa, mostra como as suas mercadorias estão expostas, no pano estendido na calçada com os produtos artesanais e acessórios, principalmente voltados ao público turístico. O ambulante senegalês está posicionado junto à fachada de um estabelecimento comercial formal evidencia de maneira contundente a

proximidade — e ao mesmo tempo a distância — entre diferentes formas de inserção econômica no espaço urbano. A disposição das mercadorias sobre o pano no chão, em contraste com a estrutura da loja ao fundo, materializa a coexistência entre formalidade e informalidade em uma mesma espacialidade. A posição do trabalhador, encostado na parede e ocupando uma zona liminar da calçada, revela uma forma de permanência que não é plenamente autorizada, mas tampouco imediatamente reprimida. Trata-se de uma ocupação negociada na prática, sustentada por acordos implícitos que permitem sua presença provisória. Nesse sentido, a imagem evidencia a dinâmica constitutiva do uso do espaço urbano, marcada por ajustes contínuos entre diferentes atores e interesses. **Fonte**: Pesquisa de campo, 2024. Og.; PIMENTEL, 2024.

No caso de Lisboa, a atuação da Câmara Municipal[40] estrutura-se a partir de um regulamento de venda ambulante normativo específico que regula o exercício do trabalho ambulante no espaço da cidade, definindo critérios de licenciamento, delimitação espacial e restrições quanto aos produtos comercializados. A fiscalização é realizada pela Polícia Municipal[41], por meio de operações de controle, apreensão de mercadorias e aplicação de sanções administrativas. A configuração evidencia uma articulação entre regulação formal e práticas de controle urbano, orientada tanto pela ordenação do espaço público quanto pela contenção da informalidade.

As licenças de autorização são concedidas a título precário, pessoal e intransmissível, exigindo renovação periódica e cumprimento rigoroso de normas, o que transforma a permanência na atividade em um processo continuamente condicionado. Por fim, critérios indiretos, como exigências relativas ao tipo de produto, equipamento e pagamento de taxas, operam como filtros adicionais, excluindo os segmentos mais vulneráveis. Nesse sentido, a gestão municipal lisboeta não apenas regula, mas produz ativamente uma economia ambulante formalizada e restrita, em contraste com um universo mais amplo de trabalhadores que permanecem na informalidade.

No que se refere à fiscalização, a própria Câmara Municipal de Lisboa atua de forma integrada com a Polícia Municipal de Lisboa, responsável pela execução de ações de controle e fiscalização no espaço público. Essas ações incluem a verificação de licenças, a apreensão de mercadorias em situação irregular e a aplicação de sanções administrativas, como multas e interdições de atividade. A fiscalização incide de maneira mais intensa em áreas centrais e de grande circulação turística[42], nas quais o controle do uso do espaço público é considerado estratégico. A dinâmica revela que a regulação do trabalhador ambulante não se limita à

[40] Diferente do Brasil, onde o Poder Executivo municipal é exercido pela Prefeitura, em Portugal, inserido em um regime parlamentarista, a gestão local é conduzida pela Câmara Municipal, órgão responsável pela administração do município, sob a presidência do presidente da câmara.

[41] "Fiscalização do exercício da atividade de venda ambulante, nomeadamente das licenças e a apreensão de artigos que estão a ser vendidos ilegalmente"(CML). Link de acesso a *website* da Câmara Municipal de Lisboa: Áreas de Fiscalização acesso: 20/03/2026.

[42] A atribuição do direito de uso do espaço público é feito através de sorteio público, link de acesso: Venda ambulante – atribuição do direito de uso do espaço público - Informações e Serviços, acessado em 20/03/2026.

formulação normativa, mas se concretiza no cotidiano por meio de práticas de vigilância e intervenção direta como as ações de apreensão de mercadorias dos trabalhadores ambulantes[43].

A gestão do comércio ambulante em Lisboa estrutura-se por meio de um dispositivo regulatório que articula de forma simultânea, mecanismos formais institucionais e práticas cotidianas situacionais de controle do espaço urbano. No plano jurídico-administrativo, a Câmara Municipal de Lisboa estabelece que o exercício da atividade dependa de licenciamento obrigatório com vagas limitadas que concede, ao ambulante, o direito de uso do espaço público, frequentemente realizado por meio de sorteio público e condicionado a critérios específicos de localização, tipo de atividade e pagamento de taxas. Essas autorizações possuem caráter precário e limitado, sendo válidas apenas para os locais e condições previamente definidos, o que evidencia um processo de formalização seletiva, condicionada a proteção das áreas de intensa circulação de fluxos turísticos. O regulamento prevê também que, em "casos excepcionais, ponderadas razões de ordem socioeconômica, poderá a CML atribuir diretamente às referidas licenças" (Município de Lisboa, nº 298, 1995).

O regulamento municipal determina que a atividade só possa ser exercida por vendedores devidamente autorizados e portadores de cartão válido, estando sujeita a regras rigorosas quanto à ocupação do espaço, horários, equipamentos e distâncias mínimas de determinados pontos urbanos estratégicos[44]. Para além desse enquadramento institucional, a gestão do trabalhador ambulante na cidade se realiza no cotidiano por meio de práticas de fiscalização e controle do espaço, que operam classificações implícitas entre ambulantes considerados legítimos, geralmente aqueles integrados ao sistema de licenciamento, e ilegítimos, frequentemente associados à informalidade e à ocupação não autorizada do espaço já que o regulamento delimita as zonas autorizadas e a aplicação de multas de 3 salários mínimos para os ambulantes que estiverem atuando fora da zona autorizada.

Em áreas centrais e turistificadas, como a Baixa e a Rua Augusta, essa regulação é intensificada pela pressão do turismo, orientando políticas de ordenamento que buscam preservar a estética urbana e proteger o comércio formal. Ainda assim, a persistência de ambulantes móveis não licenciados evidencia que o espaço urbano não é regulado de forma

[43] Vídeo do canal do YouTube da Câmara Municipal de Lisboa (CML) sobre as operações de fiscalização e apreensões de mercaodrias.Link de acesso: (726) Operação de fiscalização a estabelecimentos comerciais e à venda ambulante ilegal - YouTube

[44] Regulamento da venda ambulante no Conselho de Lisboa (Município de Lisboa, aviso nº 2981995), link de acesso: Scanned Document, acesso: 20/03/2026.

absoluta, mas produzido por meio de negociações práticas e tolerâncias situacionais, configurando um campo intermediário no qual normas institucionais e táticas de sobrevivência dos trabalhadores se confrontam e se ajustam continuamente.

Esse primeiro contato, durante as observações nessas zonas da cidade, revelou-se a importância das redes de sociabilidade entre migrantes ambulantes como tática de adaptação inicial ao novo contexto urbano. Durante esse período inicial, foram compartilhadas informações práticas relacionadas à mobilidade urbana, aos serviços públicos e às dinâmicas cotidianas da cidade, configurando uma espécie de aprendizado inicial sobre as formas de circulação e permanência no espaço urbano lisboeta.

As transformações urbanas na cidade de Lisboa, conforme os relatos de antigos moradores, como Maria Amélia[45], decorreram principalmente nos últimos cinquenta anos. Neste tempo, situado aqui entre os anos de 1980. Amélia, moradora e natural da Freguesia de Lousa, mantinha relações comerciais com estabelecimentos localizados em Lisboa, para os quais fornecia leite e queijo provenientes de uma pequena produção rural. Ao recordar de modo nostálgico esse período, expressou uma percepção nostálgica da cidade, contrastando a Lisboa do passado com a atual configuração urbana, marcada, segundo sua avaliação, pelo aumento do turismo e pela presença crescente de imigrantes.

Paralelamente a essas interações cotidianas com os habitantes, as observações realizadas nos espaços públicos da cidade indicavam uma intensa circulação de turistas, especialmente nas áreas centrais. A região histórica de Lisboa, caracterizada pela concentração de igrejas, mirantes, museus e outros pontos turísticos, apresentava grande fluxo de visitantes, configurando um ambiente urbano marcado pela forte presença da economia do turismo.

Carlos e Neyviane[46], casal de migrantes brasileiros, deslocaram-se para Portugal motivados por uma razão recorrente entre muitos migrantes: a busca por melhores oportunidades de trabalho. No Brasil, ambos trabalhavam em um supermercado na cidade de Florianópolis. Após a migração, passaram a atuar no setor de entregas em domicílio, adquirindo por meio de financiamento um veículo utilitário, denominado “carrinha”, no Português Europeu, utilizado para a realização de pequenas entregas.

[45] Dona Maria Amélia foi a responsável por ter alugado a primeira casa onde morei na Freguesia de Lousa, em Portugal.

[46] O casal de brasileiros me recebeu na cidade de Lisboa. No início da estadia em Portugal, eles frequentemente acompanhavam o meu deslocamento até o ponto de ônibus, de onde se iniciava o trajeto em direção ao centro de Lisboa.

Essa atividade caracteriza-se como uma forma de trabalho precarizado, uma vez que não estabelece vínculo formal com a empresa contratante. A rotina de trabalho do casal iniciava-se por volta das 8h30 da manhã e se estendia até aproximadamente às 20h, de segunda a sexta-feira. Apesar da longa jornada diária, Carlos frequentemente enfatizava aquilo que percebia como uma vantagem em relação ao trabalho anteriormente realizado no Brasil: a possibilidade de não trabalhar aos finais de semana e de organizar, ao menos parcialmente, o próprio horário de trabalho. Durante conversas cotidianas, repetia com frequência que poderia sair de casa no horário que desejasse, sugerindo uma tentativa de atribuir sentido positivo às condições laborais nas quais estava inserido.

A convivência cotidiana com o casal também evidenciava práticas de apoio e solidariedade entre migrantes. A capital portuguesa aparecia no imaginário de muitos migrantes, como um espaço cosmopolita associado a oportunidades de trabalho e à possibilidade de reconstrução de trajetórias de vida. No entanto, a inserção nesse contexto urbano ocorria, muitas vezes, por meio de formas de trabalho marcadas pela instabilidade e pela precarização das relações laborais.

Ao mesmo tempo, essa inserção no trabalho ambulante de rua aparecia como uma tática para escapar dos baixos salários oferecidos em determinados setores do mercado de trabalho formal, como alguns interlocutores relataram. Durante conversas informais com trabalhadores brasileiros residentes em Lisboa, bem como com algumas garçonetes de restaurantes frequentemente visitados durante o trabalho de campo, observou-se que o setor da restauração, como é denominado o ramo de restaurantes em Portugal, é amplamente percebido como um dos segmentos mais precarizados do mercado de trabalho. Os salários, em muitos casos, giravam em torno de 800 euros mensais, além de envolver jornadas de trabalho extensas e regimes de escala que frequentemente incluíam finais de semana.

Algumas garçonetes brasileiras relataram a intenção de retornar ao Brasil, uma vez que o projeto migratório de alcançar melhores condições de vida não vinha se concretizando. Além disso, o elevado custo dos aluguéis na cidade de Lisboa levava muitas dessas trabalhadoras a buscar moradia em áreas mais afastadas do centro urbano, como a região de Odivelas. Esse local era frequentemente utilizado como ponto de baldeação no trajeto em direção à Freguesia de Lousa durante o período de trabalho de campo.

Na região de Odivelas, havia uma presença significativa de moradores estrangeiros, sobretudo de origem africana, que também aguardavam o transporte público para retornar às suas residências após a jornada de trabalho. Essa composição social indicava a concentração de populações migrantes em áreas periféricas da região metropolitana de Lisboa, fenômeno

frequentemente associado aos altos custos habitacionais nas áreas centrais da cidade. O que mostra que Lisboa e Florianópolis, apesar de suas diferenças históricas e geográficas, apresentam dinâmicas urbanas semelhantes no que se refere à inserção de migrantes em ocupações precarizadas e à tendência de deslocamento dessas populações para áreas periféricas ou menos valorizadas das cidades. Em ambos os contextos, o acesso desigual à moradia e ao mercado de trabalho evidencia processos de segregação socioespacial que afetam, sobretudo, trabalhadores migrantes e racializados.

A etnografia desses espaços específicos da cidade de Lisboa evidencia a expressiva presença de vendedores ambulantes, o que inicialmente despertou grande interesse em investigação a dimensão desse fenômeno em um contexto estrangeiro. Esse entusiasmo inicial, no entanto, revelou-se em certa medida ingênuo, sobretudo quando analisado a partir da posição de uma pesquisadora oriunda do Sul Global. A observação do campo empírico evidenciou que processos de precarização e indignidade laboral tendem a atingir, de maneira recorrente, determinados grupos étnico-raciais em diferentes contextos urbanos (Brasil e Lisboa). A figura 9, a seguir, ilustra um dos circuitos de ambulantes estrangeiros na cidade.

Figura 9: Circuito de venda ambulante nas proximidades da Baixa-Chiado, em Lisboa.

Legenda: Na imagem acima, observa-se a comercialização de produtos como bonés, pulseiras, chapéus e acessórios diversos, dispostos sobre panos estendidos no chão nas duas vias do calçamento de pedra portuguesa, característica recorrente do comércio ambulante em circuitos turísticos. Nesse circuito, evidencia-se a presença de diversos vendedores ambulantes de origens diferentes ao longo da via, o que evidencia a constituição de um circuito ambulante de estrangeiros na cidade de Lisboa, organizado nas imediações da Baixa-Chiado, no qual os trabalhadores se distribuem taticamente em função do fluxo de pedestres. Esses produtos, leves e de fácil transporte, são pensados para um consumo imediato, voltado especialmente ao público turístico, reforçando a inserção do trabalhador ambulante nas dinâmicas econômicas da cidade. **Fonte**: Pesquisa de campo, 2024. Org.: PIMENTEL, 2024.

A cidade Lisboeta configura-se a partir de circuitos urbanos que articulam diferentes fluxos de pessoas, atividades comerciais e meios de transporte, a Rua

Augusta, de caráter pedonal, conecta a Praça do Comércio à Praça do Rossio, funcionando como um corredor de intensa circulação de turistas e habitantes locais, ao longo do qual se concentram estabelecimentos comerciais, serviços e práticas de consumo principalmente vinculadas ao setor do turismo.

A área do Chiado, por sua vez, compõe-se de espaços culturais, comerciais e de sociabilidade, conectando-se a outros pontos da cidade por meio de estações de metrô, como Baixa-Chiado, e por linhas de bondes e ônibus que intensificam a mobilidade na região. Esses circuitos de deslocamento e permanência produzem um fluxo contínuo de transeuntes, contribuindo para o dinamismo do espaço urbano, no qual diferentes práticas sociais se sobrepõem e se reorganizam cotidianamente. Observam-se também circuitos de venda ambulante, compostos, sobretudo por trabalhadores ambulantes estrangeiros, que se inserem nesses fluxos de ruas por meio de táticas de mobilidade e adaptação às dinâmicas e aos mecanismos de regulação do espaço urbano.

Nas imagens fotográficas registradas dos campos empíricos: Baixa-Chiado e Rua Augusta, observa-se que os ambulantes estrangeiros se misturam nos fluxos de pedestres, que são compostos principalmente de turistas de diversas nacionalidades, com as suas estruturas discretas no espaço urbano como caixotes de plástico e panos.

Os vendedores ambulantes estrangeiros abordam os transeuntes oferecendo suas mercadorias, geralmente comercializadas a preços inferiores aos praticados pelas lojas físicas. Essa diferença de preços evidencia a existência de um espaço de concorrência entre o comércio formal estabelecido e o comércio popular ambulante, sobretudo em áreas de intensa circulação, onde ambos disputam a atenção e o consumo do mesmo público. A figura 10, a seguir, ilustra a apropriação do espaço por ambulantes em circuitos de comércio lojista na cidade de Lisboa.

Figura 10: Ambulantes estrangeiros comercializando, expondo seus produtos no espaço urbano, na Rua Augusta, em Lisboa.

Legenda: A imagem dos vendedores ambulantes estrangeiros senegaleses organizando camisetas sobre um pano estendido no chão, em meio ao intenso fluxo de pedestres, evidencia a inserção ativa desses trabalhadores nos circuitos econômicos das áreas centrais da cidade. A disposição das mercadorias em um ponto de alta visibilidade indica uma tática voltada à maximização das vendas, ao mesmo tempo em que expõe o trabalhador a maiores riscos de fiscalização. A coexistência entre diferentes atividades comerciais no circuito lojista, formais e informais, no mesmo espaço revela uma dinâmica de uso compartilhado e disputado do espaço urbano. Nesse contexto, a presença do ambulante não se configura como permanente ou plenamente autorizada, mas como resultado de negociações práticas que permitem sua atuação de forma provisória entre os atores sociais. **Fonte**: Pesquisa de campo, 2024. Org.: PIMENTEL, 2024.

As mercadorias comercializadas pelos vendedores ambulantes estrangeiros na cidade de Lisboa apresentam semelhanças com aquelas observadas no contexto do centro histórico da cidade de Florianópolis, com destaque para a venda de brinquedos infantis, réplicas de bolsas, bonés, roupas e acessórios diversos. Esses produtos são geralmente expostos de forma portátil, facilitando o deslocamento rápido em situações de fiscalização.

No que se refere à composição desses grupos, observa-se a presença significativa de trabalhadores advindos de países como Bangladesh, Índia e Senegal, que, em muitos casos, utilizam seus idiomas nativos nas interações entre si, evidenciando vínculos culturais e redes de sociabilidade específicas. A atuação desses ambulantes estrangeiros móveis insere-se em circuitos migratórios mais amplos, articulados em escala global, nos quais a mobilidade e a inserção em economias informais urbanas constituem táticas recorrentes de trabalho e sobrevivência aos recém-chegados na cidade que, posteriormente, elaboram e (re)elaboram suas táticas de permanência . As figuras 11 e 12, a seguir, ilustram exemplos de situações ambulantes na cidade e como os ambulantes estrangeiros atuam também de forma autônoma.

Figura 11: Ambulante estrangeiro comercializando sua mercadoria no espaço urbano de Lisboa, na Rua Augusta.

Legenda: A imagem mostra o trabalhador ambulante estrangeiro mostrando a sua mercadoria para a cliente. A imagem evidencia uma forma de trabalhador ambulante caracterizada por baixa infraestrutura e alta mobilidade, na qual o ambulante utiliza uma pequena caixa como suporte para a exposição de mercadorias na Rua Augusta, em Lisboa. Diferentemente dos ambulantes que organizam seus produtos em panos estendidos no chão, observa-se aqui uma ocupação mais discreta do espaço urbano, o que pode ser interpretado como uma tática de adaptação às condições de fiscalização em que o trabalhador ambulante precisa rapidamente se dispersar do seu ponto de venda. A interação direta entre vendedor e cliente evidencia a realização da transação econômica no cotidiano da cidade, inserida em um fluxo intenso de pedestres. Essa configuração reforça a ideia de que o trabalhador ambulante se manifesta em diversos tipos de situações e formas, todas elas atravessadas por negociações e práticas que permitem sua permanência provisória no espaço público. **Fonte**: Pesquisa de campo, 2024. Org.: PIMENTEL, 2024.

Figura 12: Ambulante estrangeiro comercializando seu produto na Rua Augusta, em Lisboa.

Legenda: A imagem acima apresenta uma situação de trabalhador ambulante caracterizada por discrição e baixa ocupação do espaço urbano, na qual o ambulante expõe um número reduzido de mercadorias sobre uma pequena caixa. Situado em uma área de grande valor simbólico e turístico, na Rua Augusta, observa-se que a presença do ambulante se dá de maneira quase invisível, inserida no fluxo contínuo de pedestres. Essa configuração sugere uma estratégia de adaptação às condições de forte regulação do espaço, na qual a redução da visibilidade e da infraestrutura torna-se fundamental para a permanência no local. Nesse sentido, a imagem evidencia uma forma limite marcada por uma negociação discreta de sua infraestrutura que permite a presença do trabalhador ambulante, ainda que de forma instável e provisória. **Fonte**: Pesquisa de campo, 2024. Org. : PIMENTEL, 2024.

No caso de Lisboa, foi possível identificar a presença significativa de vendedores ambulantes estrangeiros, conforme as fotografias acima, especialmente de origem senegalesa e indiana. Esses trabalhadores são frequentemente encontrados em áreas de grande circulação turística, como a Rua Augusta e os arredores da estação de metrô Baixa-Chiado, locais que concentram intenso fluxo de pedestres e, consequentemente, maiores possibilidades de comercialização de mercadorias.

Em Lisboa é bastante comum a utilização de aplicativos de mobilidade, como o *Bolt*. Observou-se que, na maioria das vezes em que esse serviço era utilizado, os motoristas eram migrantes, principalmente indianos e brasileiros, sendo rara a presença de motoristas portugueses. Esse dado empírico sugere uma concentração de determinados grupos migrantes em ocupações marcadas por condições de trabalho mais instáveis.

A partir dessas observações, buscou-se delinear um panorama sobre quais grupos sociais ocupavam os postos de trabalho mais precarizados na cidade de Lisboa, caracterizados, em grande medida, pela ausência de proteção social. Esse fenômeno tem sido discutido à luz do concito sociológico da “uberização do trabalho” (Antunes, 2018; Abílio, 2019), conceito que expressa a lógica neoliberal de transformação dos trabalhadores em “empreendedores de si mesmos”, frequentemente desprovidos de garantias trabalhistas formais. Trata-se de um processo que se insere em um cenário mais amplo de precarização das relações de trabalho em escala global, observável tanto no contexto brasileiro quanto no português.

Embora tenham sido identificados trabalhadores ambulantes migrantes que operavam de maneira semelhante aos observados em Florianópolis, estendendo panos no chão para expor e comercializar seus produtos, em Lisboa também se observa a presença de outras modalidades de comércio ambulante voltadas especialmente para o setor turístico. Nesse sentido, Maria Fontes de Azevedo Coutinho (2016), em pesquisa sobre a venda ambulante na cidade de Lisboa, destaca que, a partir de 2013, passou a integrar a paisagem urbana lisboeta um novo perfil de ambulantes, acompanhado por diferentes formas de ocupação e vivência do espaço público.

Novos formatos de comércio ambulante passaram a surgir, incluindo iniciativas de venda associadas a pequenos empreendimentos móveis, como carrinhos de alimentação e modelos inspirados nos chamados *food trucks*. Coutinho (2016) relaciona o surgimento dessas novas modalidades de comércio de rua ao contexto da crise econômica enfrentada pelo país naquele período, articulando esse fenômeno tanto ao crescimento do mercado turístico na cidade quanto ao aumento do desemprego urbano.

Coutinho (2016) também chama atenção para a diversidade existente entre os vendedores ambulantes, reconhecendo as diferenças entre esses atores sociais e, ao mesmo tempo, compreendendo-os como parte de um mesmo nicho econômico: o mercado de rua. A autora propõe, assim, um olhar bidirecional sobre o fenômeno, que considera, por um lado, os agentes ambulantes enquanto praticantes dessa atividade econômica e, por outro, a forma como os agentes institucionais gerenciam as políticas urbanas relacionadas ao comércio ambulante. Nesse processo, tais políticas podem promover, em diferentes momentos, tanto a exclusão quanto a inclusão desses trabalhadores no espaço urbano (Coutinho, 2016, p. 17).

As imagens fotográficas apresentadas mostram que os ambulantes estrangeiros em Lisboa se inserem em dinâmicas urbanas marcadas pela mobilidade, pela adaptação e pela negociação contínua com o espaço e seus dispositivos de regulação. Mais do que uma condição de marginalidade, sua presença revela a constituição de "espaços intermediários", nos quais se articulam fluxos globais migratórios e práticas distintas de ocupação do espaço pelos ambulantes, configurando interações entre os atores de transação social que desafiam as fronteiras da formalidade e informalidade, que estão situados o comércio local estabelecido e o comércio popular ambulante no mesmo espaço.

2.2 Circuitos ambulantes e táticas de permanência no espaço

Durante a observação não participante nas proximidades da Rua Augusta e imediações da Baixa-Chiado, foi possível observar a rotina de alguns ambulantes advindos do Senegal e Equador.

O ambulante senegalês Mário encontrava-se trabalhando nas proximidades da estação de metrô Baixa-Chiado, em Lisboa. O ambulante comercializava pequenos produtos de origem senegalesa, como artefatos esculpidos em madeira e pulseiras confeccionadas com as cores da bandeira do Senegal. A área em que realizava suas vendas é caracterizada pela intensa circulação de pessoas, reunindo bares, restaurantes, livrarias e lojas de grifes internacionais. Trata-se de um espaço frequentado, sobretudo por turistas, que circulam pela região em busca de lazer e experiências culturais. Próximo à estação de metrô, é também comum a presença de músicos de rua que se apresentam em determinados horários do dia, atraindo a atenção de visitantes e contribuindo para a dinâmica cultural do local.

Durante essa interação, em uma de nossas conversas informais, Mário foi questionado sobre os motivos que o levaram a trabalhar nas ruas de Lisboa. O ambulante, então com 65 anos, relatou possuir uma origem familiar marcada por condições socioeconômicas precárias

e explicou que migrou para a cidade em busca de melhores oportunidades de vida. Segundo seu relato, trabalhou durante grande parte da vida como carpinteiro. No entanto, devido às exigências físicas dessa profissão, já não conseguia mais desempenhá-la em razão da idade.

Diante dessas limitações, optou por dedicar-se à venda ambulante, atividade que, de acordo com o próprio ambulante, exige menor esforço físico e lhe permite continuar gerando renda para sua subsistência.

Em outra ocasião, durante uma conversa informal, Mário relatou que, por não ter conseguido prosseguir com os estudos, optou por dedicar-se à venda ambulante de mercadorias de menor peso, o que lhe permitia transportar os produtos com mais facilidade. Segundo o ambulante, os itens comercializados, geralmente carregados em um pano branco que é estendido no chão, podem ser rapidamente recolhidos, quando necessário, prática comum entre ambulantes que atuam nas ruas do bairro da Baixa-Chiado. A figura 13, a seguir, ilustra a maneira tática do ambulante se apresentar no espaço da cidade.

Figura 13: Mercadorias e itens pessoais de um ambulante estrangeiro nas imediações da Baixa-Chiado, em Lisboa.

Legenda: A imagem acima apresenta as mercadorias do ambulante estendidas em seu pano na calçada, o ambulante comercializa itens de decoração como pequenas girafas de madeira e pulseiras, suas mercadorias são advindas do seu país de origem – Senegal – as mercadorias estão organizadas sobre um pano estendido no chão evidenciando uma forma de ocupação do espaço urbano baseada na rápida mobilidade e na adaptação da apropriação do espaço urbano. O ambulante sempre está ao lado de suas mercadorias, essa postura não indica uma abordagem direta ao cliente, mas sim uma vigilância discreta e constante no fluxo de pedestres nas condições do ambiente urbano. Essa posição sugere uma tática de permanência marcada pela discrição, na qual o ambulante mantém o controle do ponto de venda ao mesmo tempo em que se adapta às dinâmicas de circulação e fiscalização. **Fonte**: Pesquisa de campo, 2024. Org.: PIMENTEL, 2024.

O ambulante estrangeiro mencionou a existência de um amplo circuito de comércio ambulante na cidade de Lisboa. De acordo com sua descrição, esses circuitos concentram-se principalmente nos arredores da estação de metrô Baixa-Chiado, na Rua Augusta e na região do Cais do Sodré, áreas caracterizadas por intenso fluxo de pedestres e turistas. Esses locais

configuram importantes espaços de atuação para trabalhadores ambulantes migrantes que chegam à cidade em busca de oportunidades de trabalho. Nesse contexto, a venda ambulante aparece frequentemente como uma alternativa imediata de geração de renda para aqueles que necessitam de meios rápidos de subsistência.

Os ambulantes precisam circular constantemente pelas ruas para evitar que suas mercadorias sejam apreendidas pela fiscalização. Na região da Baixa-Chiado, observa-se a presença de diversos ambulantes que expõem seus produtos estendendo panos no chão. Alguns desses trabalhadores são grupos de migrantes, predominantemente de origem senegalesa, equatoriana, boliviana e indiana.

Na Rua Augusta, onde há intenso fluxo de pedestres e turistas, a atividade ambulante também se faz presente de forma significativa. Nesses espaços, os vendedores estendem suas mercadorias no chão e, diante da aproximação da fiscalização, recolhem rapidamente os produtos para evitar apreensões, retornando posteriormente ao local de venda.

Vendedores ambulantes de origem senegalesa, bangladeshiana e indiana comercializam produtos como roupas, bonés, camisas, bermudas e óculos, frequentemente réplicas de marcas conhecidas. A presença desses trabalhadores no comércio de rua insere-se em um contexto mais amplo de intensificação dos fluxos migratórios para Lisboa nas últimas décadas. Nesse cenário, a cidade tem incorporado à sua paisagem urbana a atuação de diferentes grupos de vendedores ambulantes estrangeiros, que desenvolvem suas atividades em meio a uma rotina marcada pela instabilidade e pela constante vigilância das autoridades, sendo frequentemente alvo de ações de fiscalização policial.

José Mapril (2010) argumenta que esse tipo de inserção de migrantes no mercado de trabalho evidencia formas de marginalidade excludente. Segundo Marpil, a existência de modos alternativos de inserção econômica, associados à economia informal ou subterrânea, contribui para a formação do que denomina de uma “economia das margens”. Esse processo estaria ligado ao desenvolvimento de formas específicas de “empresarialidade imigrante” ou “empresarialidade étnica”, como observado em sua etnografia realizada entre 2003 e 2006 com o grupo de migrantes bangladeshianos na cidade de Lisboa, particularmente na região da Praça Martim Moniz.

Na etnografia realizada em 2024, observou-se nos espaços da Baixa-Chiado e Rua Augusta a presença de grupos de ambulantes estrangeiros provenientes de Bangladesh, Equador, Bolívia e Senegal, indicando a continuidade dessas formas de inserção econômica no contexto urbano lisboeta. A atuação desses grupos no trabalho ambulante evidencia práticas que se organizam em torno da mobilidade, da ocupação tática do espaço e da

adaptação às dinâmicas de fiscalização, revelando modos específicos de inserção no mercado de trabalho urbano. Nesse sentido, os dados empíricos dialogam com a análise de Mapril (2010), ao apontar para a constituição de uma "economia das margens", ainda que, no caso observado, essas práticas não se limitem a uma condição de marginalidade excludente, sendo também atravessadas por processos de negociação e acomodação no espaço urbano.

2.3 Similaridades e distinções entre Lisboa e Florianópolis

As incursões realizadas na cidade de Lisboa, em 2024, dirigiam-se a pontos de cruzamento de ruas previamente selecionados para a observação do trabalho ambulante na cidade. Nessas ocasiões, buscava-se estabelecer um contraponto com as observações realizadas anteriormente na cidade de Florianópolis, em 2023, especialmente no que se refere à mobilidade socioespacial dos trabalhadores ambulantes. Em ambas as cidades, observou-se que a atividade ambulante constituía uma alternativa recorrente para muitos migrantes, que encontravam nesse tipo de ocupação uma possibilidade de geração de renda e de sustento para suas famílias.

A rotina dos trabalhadores ambulantes móveis em Lisboa apresenta semelhanças com aquela observada em outras cidades turísticas[47] como Florianópolis. Esses trabalhadores precisam constantemente contornar as ações de fiscalização, adotando como tática a retirada temporária do local de venda sempre que percebem a aproximação das autoridades, retornando posteriormente ao mesmo espaço.

Observa-se também que, em muitas situações, os ambulantes atuavam em pequenos grupos, geralmente compostos por duas ou três pessoas pertencentes ao mesmo grupo étnico-racial. Em alguns casos, tratava-se de laços familiares, como irmãos ou casais. Essas redes de sociabilidade desempenham um papel fundamental para a permanência desses trabalhadores no espaço público da cidade, pois possibilitam formas de cooperação e apoio mútuo no exercício da atividade.

Quando necessário, os ambulantes recolhem rapidamente suas mercadorias, geralmente organizadas em panos que funcionam como suporte de exposição dos produtos. Em seguida, afastam-se temporariamente do local, muitas vezes dando uma volta no quarteirão, para evitar a fiscalização, retornando pouco depois para retomar a atividade

[47] Na cidade de Paris, na França, também observei o mesmo fenômeno social nas ruas próximas à Torre Eiffel - grupos de ambulantes senegaleses vendendo *souvenirs* aos turistas precisavam se deslocar com frequência para evitar que as suas mercadorias fossem apreendidas, mas depois, retornavam aos seus pontos de vendas. Os turistas e clientes, já conhecendo a dinâmica de deslocamento desses grupos, ficavam aguardando o retorno para as transações que envolviam as negociações de preços com a clientela.

comercial. A figura 14, a seguir, ilustra o ambulante estrangeiro posicionando suas mercadorias de maneira tática em um dos circuitos de vendas na cidade de Lisboa.

Figura 14: Circuito de venda ambulante na Rua Augusta, em Lisboa.

Legenda: A imagem acima mostra um circuito de trabalho ambulante no contexto de fluxo turístico na Rua Augusta, em Lisboa. Nessa situação o ambulante está em um momento de reorganização de suas mercadorias, dispostas sobre um pano no chão, revelando sua posição frequentemente de transitoriedade na paisagem urbana: o constante ajuste e manejo dos produtos no espaço urbano. A postura agachada do ambulante sugere não apenas a organização para fins de venda, mas também a possibilidade de rápida retirada em situações de fiscalização. Inserido em um fluxo intenso de pedestres, o ambulante precisa adaptar continuamente sua disposição espacial, evidenciando que sua atividade não se limita ao ato de vender, mas envolve uma gestão permanente do risco e da permanência no espaço. A situação na imagem reforça a compreensão de um processo dinâmico, marcado por

ajustes constantes entre presença e possibilidade de retirada. **Fonte**: Pesquisa de campo, 2024. Org.: PIMENTEL, 2024.

A figura do trabalhador ambulante móvel pode ser ilustrada pelo caso de um casal de migrantes equatorianos, Marco e Sueli, que atuavam nas proximidades da região da Baixa-Chiado, em Lisboa. Antes de se estabelecerem na cidade portuguesa, o casal havia circulado por diferentes cidades da América Latina, como Cali e Bogotá, onde realizavam principalmente a venda de roupas em áreas centrais dessas localidades.

Em conversas informais durante o trabalho de campo, relataram que sempre trabalharam por conta própria. Antes de se dedicarem à atividade ambulante em Lisboa, utilizavam uma motocicleta para percorrer cidades do interior do Equador, deslocando-se por regiões montanhosas para comercializar peças de vestuário. Esse meio de transporte permitia que alcançassem localidades mais afastadas, ampliando suas possibilidades de venda e circulação.

Quando estavam na Colômbia, aos sábados e domingos permaneciam na capital, Bogotá, enquanto, durante os dias de semana, deslocavam-se para áreas rurais onde havia fazendas produtoras de frutas, café e leite. Nesses locais, era comum comercializarem peças de vestuário para os trabalhadores dessas propriedades, como calças, camisas, luvas e cintos.

“Essa é a nossa vida”, exclamou o ambulante Marco com certo pesar. Segundo o ambulante, a motocicleta era o veículo ideal para exercer a atividade, pois permitia ao casal acessar diferentes tipos de terreno, muitas vezes irregulares e distantes dos centros urbanos. Naquele período, descreveu a rotina como marcada por certo espírito de aventura, já que percorriam longas distâncias pelo interior para comercializar suas mercadorias. Ao mesmo tempo, reconhecia os riscos envolvidos, pois trabalhavam em um país que atravessava períodos de conflito político, que por vezes se desdobravam em episódios de violência e confrontos armados em algumas regiões.

Nos anos 2000, na Colômbia, a disputa pelo controle territorial era intensa, provocando episódios de violência armada em diferentes regiões do país. Em Bogotá, confrontos entre grupos guerrilheiros, como as Forças Armadas Revolucionárias da Colômbia - FARC e o Exército de Libertação Nacional - ELN, e as forças policiais compunham parte desse cenário de instabilidade política e social. O ambulante Marco carrega em sua perna uma “lembrança” desse período de conflito. Em um desses confrontos nas ruas de Bogotá, uma bala atravessou sua perna, obrigando-o a correr rapidamente para escapar dos disparos trocados entre a polícia e os guerrilheiros. Apesar da gravidade do episódio, ele afirma considerar-se um “sujeito de sorte”, pois o projétil atravessou sua perna sem deixar sequelas

permanentes. Por esse motivo, decidiram migrar para a cidade de Lisboa em busca de uma vida mais estável e tranquila. Durante o período de observação, era comum que o casal interrompesse momentaneamente suas conversas para confeccionar as pulseiras coloridas que vendiam na calçada, nas quais gravavam os nomes dos turistas que se aproximavam. Tratava-se de uma prática artesanal tradicional, associada à cultura equatoriana. Sueli, esposa de Marco, entrelaçava as linhas com rapidez e habilidade e, em aproximadamente três minutos, conforme prometia aos clientes, entregava a pulseira com o nome trançado e nas cores escolhidas pelo comprador.

Em uma dessas ocasiões, foi possível observar a venda das pulseiras para um grupo de residentes cubanos e cabo-verdianos que transitavam pela área onde o comércio ambulante costumava se concentrar. A presença dos vendedores, entretanto, não era constante naquele espaço, pois a configuração da rua variava de acordo com a intensidade das fiscalizações realizadas no local.

As figuras 15 e 16, a seguir, ilustram a ambulante estrangeira organizando as suas mercadorias em um dos circuitos de venda ambulante na cidade.

Figura 15: Ambulante estrangeira confeccionando suas pulseiras coloridas para a venda no espaço urbano de Lisboa, na Baixa-Chiado

Legenda: A imagem apresenta acima uma trabalhadora ambulante estrangeira pelas imediações da Baixa-Chiado, em Lisboa. A vendedora ambulante natural do Equador, na situação da imagem está comercializando pulseiras artesanais produzidas a partir de técnicas tradicionais da região andina, como o trançado manual de fios coloridos.Esses objetos, frequentemente associados a práticas culturais e identidades indígenas, são ressignificados no contexto urbano ao serem inseridos nos circuitos de comércio ambulante voltados ao turismo. A organização das pulseiras em fileiras sobre suportes improvisados evidencia não apenas a adaptação do artesanato à lógica de exposição e venda, mas também a transformação de um saber cultural em mercadoria. Nesse sentido, a presença da ambulante revela a articulação entre migração, cultura e economia, na qual práticas tradicionais são mobilizadas como tática de inserção no espaço urbano e de geração de renda. Seu carrinho de

transporte evidencia a rápida mobilidade com que arma e desarma a sua infraestrutura de maneira adaptada a contextos urbanos de intensa fiscalização. **Fonte**: Pesquisa de campo, 2024. Org.: PIMENTEL, 2024.

Figura 16: As pulseiras coloridas expostas do casal de ambulante estrangeiro, na calçada em Lisboa, região da Baixa-Chiado

Legenda: A imagem acima evidencia a estrutura material que sustenta o trabalho da ambulante no espaço da cidade lisboeta, destacando o uso de um carrinho improvisado como base de organização, armazenamento e transporte das mercadorias. Composto por uma caixa adaptada e acoplado a diferentes suportes, o carrinho funciona como uma infraestrutura móvel que substitui a necessidade de um ponto fixo de venda. Associado às placas que organizam as pulseiras e à trouxa de transporte, esse conjunto revela uma tática baseada na adaptabilidade e na mobilidade, permitindo ao ambulante montar e desmontar rapidamente seu ponto de venda conforme as condições do espaço urbano. A materialidade dos objetos utilizados não apenas viabiliza a atividade econômica, mas também expressa a negociação contínua com os dispositivos de regulação e fiscalização, evidenciando uma prática incorporada ao cotidiano do trabalho e o caráter transitório do indivíduo no espaço. **Fonte**: Pesquisa de campo, 2024. Org.: PIMENTEL, 2024.

Durante o trabalho de campo realizado na cidade, nos meses de setembro e outubro de 2024, o casal de ambulantes mantinha um ponto de venda relativamente fixo em uma praia

turística de Lisboa. No período do verão, esse local apresenta maior fluxo de visitantes, o que amplia as possibilidades de comercialização. Como já estavam estabelecidos nesse ponto havia algum tempo, os agentes policiais que atuavam na região já os conheciam.

Situação semelhante também pode ser observada na cidade de Florianópolis/SC, onde determinados espaços acabam sendo tolerados pelos agentes institucionais para a realização do comércio ambulante. Nesses casos, alguns vendedores conseguem manter pontos de venda relativamente fixos, embora nem sempre localizados em áreas de grande circulação, como ocorre na região da Baixa-Chiado, em Lisboa. A movimentação e a viabilidade desses pontos variam de acordo com a época do ano e com o fluxo turístico nas cidades.

Os pontos de venda localizados em áreas de praia, como em Cascais, apresentam maior movimento durante a temporada de veraneio. Por essa razão, é comum que os vendedores ambulantes circulem por diferentes espaços da cidade ao longo do ano. Nesse contexto, a mobilidade constitui uma tática para ampliar as possibilidades de venda e, consequentemente, aumentar os rendimentos obtidos com a atividade. Esse tipo de plasticidade espacial também foi observado entre alguns ambulantes na cidade de Florianópolis, que alternavam seus locais de trabalho entre diferentes pontos da cidade, incluindo áreas de praia, especialmente nos períodos de maior fluxo turístico.

Ao serem questionados sobre os valores pagos para manter a concessão de trabalho, o casal de ambulantes equatorianos informou que pagava cerca de 500 euros mensais para manter o ponto fixo na praia e, dessa forma, obter a permissão necessária para exercer a atividade. Segundo relataram, o valor pode variar de acordo com o tipo de atividade desenvolvida pelo vendedor ambulante. Caso não efetuassem esse pagamento, não poderiam continuar trabalhando no local. Por esse motivo, também declaravam regularmente seus rendimentos às autoridades fiscais, buscando evitar a aplicação de multas, que poderiam chegar a cerca de 80 euros.

Ao lado do casal havia diversos vendedores ambulantes senegaleses comercializando bonés e óculos escuros. Em determinado momento da tarde, Marco ofereceu-me um café expresso, pois precisava comprar algo para obter troco para seus clientes. Durante esse período de observação, foi possível observar que os ambulantes mantinham entre si relações de ajuda mútua, tanto no compartilhamento de trocados quanto na troca de informações sobre a presença da fiscalização. Esses trabalhadores demonstravam conhecer bem os horários mais favoráveis para a realização das vendas, assim como os momentos em que deveriam evitar ocupar as calçadas. Ao se familiarizarem com os padrões de atuação da fiscalização,

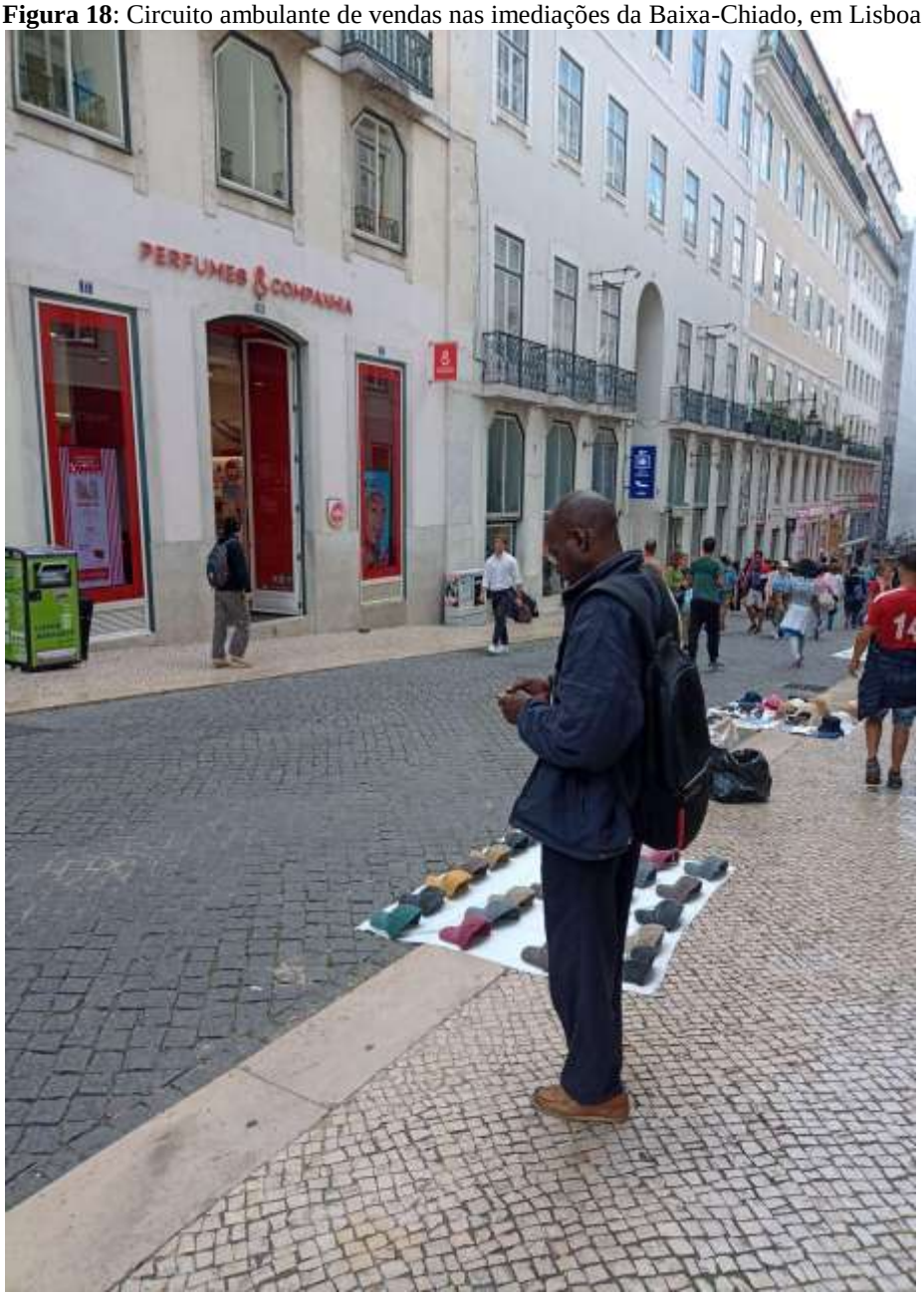
desenvolviam táticas que lhes permitiam proteger melhor suas mercadorias e garantir a continuidade da atividade no espaço urbano. As figuras 17 e 18, a seguir, ilustram os distintos circuitos de comércio ambulante na cidade de Lisboa que foram observados, a Rua Augusta e a região da Baixa-Chiado.

Figura 17: Turista fotografando os Arcos na Rua Augusta, em Lisboa, e o ambulante estrangeiro com as suas mercadorias estendidas no chão.

Legenda: A imagem evidencia um intenso fluxo de pedestres e uma turista agachada fotografando os Arcos da Rua Augusta, em Lisboa. Na imagem a presença de um trabalhador ambulante estrangeiro, à esquerda, em um dos espaços mais emblemáticos e turísticos situado sob o Arco da Rua Augusta. A disposição das mercadorias sobre um pano no chão, em contraste com a monumentalidade da arquitetura ao redor, explicita a coexistência de diferentes situações de ambulantes e formas de uso do espaço urbano. A posição do ambulante, diretamente inserido no fluxo de pedestres, revela uma tática voltada à maximização da visibilidade e das oportunidades de

venda, ao mesmo tempo em que o expõe a maiores riscos de fiscalização. Nesse contexto, a imagem demonstra que o comércio ambulante não se limita a áreas periféricas, mas se insere ativamente em espaços de alta centralidade, sustentado por negociações práticas que permitem sua permanência, ainda que de forma instável e transitório. **Fonte**: Pesquisa de campo, 2024. Org.: PIMENTEL, 2024.

Figura 18: Circuito ambulante de vendas nas imediações da Baixa-Chiado, em Lisboa



Legenda: A imagem acima apresenta um circuito de vendas do comércio ambulante e o trabalhador ambulante estrangeiro situado pelas imediações da Baixa-Chiado, em Lisboa. O ambulante está posicionado ao lado de suas mercadorias, organizadas sobre um pano no chão, em frente a um estabelecimento comercial lojista. A postura do trabalhador ambulante estrangeiro, aparentemente em momento de pausa, revela não a interrupção da atividade, mas uma forma de vigilância e controle do espaço, na qual a proximidade com a mercadoria garante prontidão para ação de recolhida dela. A localização na borda da via evidencia uma tática de ocupação que busca minimizar conflitos, ao mesmo tempo em que mantém acesso ao fluxo de pedestres. A justaposição entre o comércio formal lojista e o ambulante explicita a coexistência de diferentes formas de uso do espaço urbano, sustentadas por uma negociação contínua que permite a permanência do vendedor em condições de relativa estabilidade. **Fonte**: Pesquisa de campo, 2024. Org.: PIMENTEL, 2024.

Na cidade de Lisboa, nas regiões pesquisadas, não existiam editais institucionais que concedessem permissão formal para o exercício do comércio ambulante em áreas específicas da Baixa-Chiado. Inclusive, os relatos dos interlocutores vendedores ambulantes evidenciam que a atividade naquele local era considerada proibida. Ainda assim, muitos se arriscavam a deixar seus pontos de venda em outras localidades para se deslocarem até áreas com maior circulação de pedestres, onde as possibilidades de venda eram significativamente maiores.

Entre as duas cidades, foi possível identificar um elemento semelhante no circuito do comércio ambulante: a presença de grupos de vendedores ambulantes migrantes. Esses trabalhadores costumam transportar suas mercadorias, como brinquedos infantis, roupas para crianças, bolsas e réplicas de marcas, em panos que as envolvem, permitindo que sejam rapidamente recolhidas. Essa ação tática facilita o deslocamento pelo espaço urbano e possibilita uma reação mais rápida diante da aproximação das fiscalizações.

Na cidade de Lisboa, os grupos de ambulantes observados durante os meses de setembro e outubro de 2024, em sua maioria, são compostos por indivíduos estrangeiros. Durante o trabalho de campo, foi possível observar ambulantes oriundos de Bangladesh, Senegal, Equador e Bolívia. A observação no espaço urbano buscou evidenciar o trabalhador ambulante móvel como um fenômeno social de alcance global, que incorpora indivíduos inseridos em posições marginais do mercado de trabalho, os quais resistem e ocupam o espaço urbano como forma de garantir sua sobrevivência econômica. Nesse contexto, o "ambulante *estrangeiro*" pode ser compreendido como a figura de um indivíduo que circula constantemente pela cidade, ocupando uma posição de desviante ou *outsider*, ao escapar das tentativas cotidianas de controle e expulsão do espaço público.

A análise do regulamento municipal de Lisboa indica que o exercício da atividade ambulante está condicionado à atribuição de pontos fixos previamente definidos pela Câmara Municipal de Lisboa, sendo vedada a ocupação livre do espaço público. Em áreas centrais e altamente turistificadas, como a Baixa-Chiado e a Rua Augusta, essa lógica se traduz em um regime de forte restrição, no qual apenas um número reduzido de trabalhadores ambulantes licenciados, frequentemente associados a estruturas fixas ou a atividades consideradas tradicionais, tem autorização para operar. No entanto, a observação etnográfica realizada nessas mesmas áreas revela uma presença significativa de vendedores ambulantes não licenciados, que atuam de forma móvel, muitas vezes utilizando dispositivos precários, como mercadorias dispostas sobre panos no chão, facilmente recolhidas em situações de fiscalização.

Em Lisboa e Florianópolis, os grupos de trabalhadores ambulantes são organizados a partir de redes étnicas e migratórias, como no caso dos ambulantes de origem senegalesa e equatoriana. Em ambas as cidades, esses trabalhadores desenvolvem táticas semelhantes de ocupação do espaço urbano, baseadas na mobilidade constante, na circulação por áreas de intenso fluxo de pedestres e na utilização de dispositivos que permitem recolher rapidamente as mercadorias diante da aproximação da fiscalização. Nesse sentido, tanto em Lisboa quanto em Florianópolis foi possível observar a existência de circuitos próprios dessas economias ambulantes móveis, frequentemente associadas a mercados informais ou subterrâneos que se articulam às dinâmicas do turismo e da circulação urbana. Esses circuitos configuram formas específicas de inserção econômica para migrantes e outros grupos socialmente vulnerabilizados, revelando como o trabalhador ambulante se estrutura a partir de redes de solidariedade, táticas de sobrevivência e modos particulares de apropriação do espaço público nas cidades intermediárias.

Em 2023 em Florianópolis e, em 2024 em Lisboa, foi possível observar que a fiscalização policial sobre os circuitos ambulantes de rua se fazia presente de maneira constante nas duas cidades, sobretudo em áreas de intenso fluxo de pedestres e circulação turística. Essa presença recorrente de agentes de controle evidencia como o espaço urbano, especialmente em cidades fortemente integradas ao circuito turístico, é permanentemente monitorado e regulado, configurando um campo de disputas nos quais os estrangeiros, trabalhadores ambulantes e agentes institucionais negociam, tensionam e redefinem cotidianamente os limites de permanência e uso da cidade.

Na cidade de Florianópolis/SC, essas mobilidades táticas também foram observadas nas ruas próximas ao Mercado Público Municipal. Evidentemente, as duas cidades apresentam contextos históricos e socioeconômicos distintos, o que se reflete nas características específicas de seus circuitos ambulantes de rua. Nos espaços observados em Florianópolis, por exemplo, há a apropriação de determinados pontos de esquina que contam com estruturas de pequenas barracas, nas quais os próprios ambulantes se instalam com carrinhos de pipoca, churros ou com mercadorias como meias e toucas. Essa configuração permite certa fixação desses vendedores na paisagem urbana, associando-os a perfis considerados “ambulantes fixos” ou “ambulantes locais” no comércio de rua da cidade, dinâmica que não foi observada da mesma forma na cidade de Lisboa.

A comparação entre o Código de Posturas de Florianópolis e o Regulamento de Venda Ambulante do concelho de Lisboa evidencia dois modelos distintos de regulação do comércio ambulante, embora ambos se fundamentem na exigência de licenciamento e no controle do

uso do espaço público. Em Florianópolis, o exercício da atividade depende da obtenção de licença junto à Prefeitura, sendo que o não cumprimento das normas, como a ausência de autorização ou a irregularidade no exercício da atividade, implica a aplicação direta de sanções administrativas, como multa e apreensão de mercadorias. Trata-se, portanto, de um modelo que enfatiza a penalização da infração como principal mecanismo de ordenamento.

Já em Lisboa, o regulamento estabelece um sistema mais restritivo na própria entrada, uma vez que as licenças são atribuídas por meio de hasta pública e têm caráter precário, pessoal e intransmissível. Além disso, o exercício da atividade é limitado a locais fixos previamente definidos pela Câmara, configurando um regime de controle espacial. Embora também preveja sanções, incluindo multas, apreensão de bens, suspensão e cancelamento da licença, para casos como o exercício da atividade fora dos locais autorizados, o modelo lisboeta distingue-se por operar prioritariamente por meio da limitação do acesso ao espaço público, concentrando a legalidade das vendas ambulantes em um número reduzido de vendedores ambulantes. Dessa forma, enquanto Florianópolis atua, sobretudo através de um regime punitivo aplicado a posteriori à infração, Lisboa estrutura um regime seletivo e preventivo, no qual a exclusão se produz já no momento de acesso à atividade, sendo posteriormente reforçada por dispositivos de fiscalização e sanção.

Ainda assim, esse enquadramento normativo não impede a presença de trabalhadores ambulantes no espaço urbano, que continuam a ocupar áreas de circulação intensa por meio de práticas marcadas pela mobilidade, pela adaptação e pela constante leitura das condições situacionais. Desse modo, a permanência do ambulante, em ambas as cidades, não se dá de forma estável, mas por meio de ocupações transitórias e negociadas, que se realizam em "espaços intersticiais" (Rémy, 2015) de negociação nas cidades, isto é, nos intervalos e brechas deixados pelos dispositivos de controle. Assim, a presença ambulante no espaço, evidencia que, mesmo diante de um regime regulatório restritivo, o espaço urbano permanece como um campo relacional, no qual normas e práticas se confrontam e se ajustam continuamente, dando origem a formas provisórias de inserção que podem ser compreendidas como expressões de transação social.

CAPÍTULO 3: TRAJETÓRIAS, DISTINÇÕES E SENTIDOS DA INFORMALIDADE NO TRABALHO AMBULANTE

Neste capítulo 3, o foco analítico desloca-se para a compreensão dos sentidos atribuídos à informalidade a partir da perspectiva dos próprios trabalhadores ambulantes. Busca-se analisar os percursos sociais que conduzem à inserção na atividade, evidenciando como trajetórias marcadas por precariedade no mercado de trabalho formal, experiências migratórias e necessidades imediatas de sobrevivência conformam o ingresso na atividade ambulante. Ao explorar essas narrativas, evidencia-se que a informalidade não pode ser compreendida apenas como condição econômica, mas como prática social situada, atravessada por escolhas condicionadas, oportunidades e constrangimentos estruturais.

Além disso, destaca-se a heterogeneidade interna do universo dos trabalhadores ambulantes, com destaque para as distinções entre “ambulantes móveis” e “ambulantes fixos”, suas formas diferenciadas de inserção no espaço urbano e as relações que estabelecem entre si. A análise evidencia como essas diferenças produzem hierarquias, conflitos e fronteiras simbólicas no interior do próprio grupo, redefinindo posições de legitimidade e pertencimento. Por fim, ao abordar os impactos da pandemia da Covid-19 e a atuação de formas coletivas de organização, como associações de ambulantes, demonstram-se como esses trabalhadores mobilizam táticas de adaptação, resistência e negociação frente às transformações recentes nas dinâmicas urbanas e nas políticas de regulação do espaço público.

Por fim, a contextualização apresentada permitiu situar o fenômeno trabalhador ambulante no interior das transformações urbanas e econômicas associadas à expansão do turismo nas cidades de Florianópolis e Lisboa. Ao evidenciar os fluxos migratórios, o estudo etnográfico evidenciou as disputas pelo uso do espaço público e as estratégias institucionais de regulação, tornando possível compreender o cenário no qual os trabalhadores ambulantes constroem suas táticas de permanência na cidade.

3.1 Se tornar um ambulante

Uma das razões para se tornar vendedor ambulante, de acordo com alguns participantes da pesquisa, está relacionada a um sentimento de frustração em relação ao mercado de trabalho formal. Diante da escassez de oportunidades e da necessidade imediata de garantir a renda familiar, muitos indivíduos acabam recorrendo à atividade ambulante como uma forma de adaptação a outras possibilidades de obtenção de sustento. Nesse contexto, o *ambulante*

urbanus demonstra consciência das condições de precarização do trabalho e da limitação de oportunidades no mercado formal. Tornar-se vendedor ambulante, portanto, vai além de simplesmente "se virar como pode": para alguns trabalhadores, como Alice e Ale, trabalhar nas ruas representa também uma forma de romper com a subordinação patronal. A atividade ambulante surge, assim, como uma tática para contornar os baixos salários oferecidos pelo mercado de trabalho, que muitas vezes não acompanham o elevado custo de vida das cidades onde esses trabalhadores residem.

Um exemplo dessa trajetória pode ser observado no caso de Alice e de sua irmã. Após algumas experiências no mercado de trabalho formal, Alice, de 32 anos, e sua irmã, migrantes oriundas do estado da Paraíba, decidiram financiar um carrinho de churros para trabalhar no comércio ambulante na cidade de Florianópolis. Antes dessa decisão, Alice trabalhava como vendedora em uma loja, mas optou por tentar empreender no comércio de rua. Em uma de nossas conversas, a vendedora explicou a motivação que a levou a tomar essa decisão:

> A ideia veio ali na pandemia, no segundo ano da pandemia. Eu acabei perdendo o meu emprego no final do ano, na época eu trabalhava, perdi por questões bobas, não tinha nada a ver com a pandemia. Eles me falaram que eu não tinha me adequado a empresa, nem esperaram um tempo pra eu me adaptar. Eles não me davam nenhum treinamento, a empresa era muito desorganizada, então assim, eles não queriam gastar tempo. A empresa sempre está correta e arrumam um defeito pra colocar em você. Então, essa visão que as empresas têm de não valorizar o funcionário me fez repensar isso, principalmente pela desmotivação, porque em **muitas empresas não há oportunidade de crescimento, de aumentar o salário** (Alice, grifos meus, 2023).

Gabriela, de 55 anos, formada em Administração, não compreende seu ofício como uma iniciativa empreendedora. Para a vendedora, a principal motivação para se tornar ambulante nas ruas da cidade foi à dificuldade em conseguir um emprego com carteira assinada. Na época em que se encontrava desempregada, Gabriela não conseguia inserção no mercado de trabalho em sua área de formação e tampouco em outras ocupações que não exigiam ensino superior. Diante dessa situação, decidiu recorrer ao mercado informal como alternativa de geração de renda. Ao explicar sua trajetória, a vendedora relata:

> Eu trabalhei em escritório, mas daí eu fiquei com depressão e eu **não conseguia mais arrumar emprego**. Daí, eu procurava emprego, tipo assim, de faxina, aí eles não me davam emprego de faxina, porque eles falavam assim: "mas, você não tem experiência em carteira, e outra que faxina é pra quem não tem estudo e você tem estudo! Se eu te der emprego de faxina, eu estou tirando a vaga e a oportunidade de uma pessoa que não tem estudo nenhum, então você precisa aguardar a hora de chegar uma vaga". Daí que eu **não conseguia nem na minha área, nem em outra área**. Por isso, **eu acabei caindo na rua pra poder trabalhar! Eu tinha que dar meu jeito, uma maneira de sustentar!** Não conseguia em escritório, fui procurar de empregada, de faxina, não conseguia em nada. Se você tem estudo, é porque você

> tem estudo! Se você não tem estudo, a coisa fica complicada também! (Ambulante Gabriela, grifos meus, 2023).

A entrevista com a vendedora ambulante, que possui um ponto fixo em uma das ruas do comércio ambulante de Florianópolis, evidencia um sentimento de frustração em relação às barreiras de inserção no mercado de trabalho formal. A trajetória narrada por Gabriela demonstra como determinados critérios de qualificação e experiência profissional podem, paradoxalmente, funcionar como obstáculos tanto para o acesso a postos de trabalho compatíveis com a formação quanto para ocupações consideradas de menor exigência.

Quando iniciou suas atividades nas ruas da cidade, nos anos 2000, Gabriela vendia meias e ainda não possuía uma barraca fixa para expor suas mercadorias. Naquele período, segundo relata, a fiscalização municipal era mais intensa, obrigando os vendedores ambulantes a recolher rapidamente seus produtos e fugir para evitar apreensões. Alguns fiscais, entretanto, demonstravam certa flexibilidade. Gabriela recorda que, durante o período em que estava grávida, continuou trabalhando nas ruas carregando apenas uma mochila com suas mercadorias, situação na qual alguns agentes da fiscalização "aliviavam" diante de sua condição. Em outros momentos, porém, a atuação era mais rígida: ambulantes sem credenciamento eram perseguidos e, em determinadas ocasiões, tinham seus produtos confiscados durante operações de controle mais severas da política regulatória.

O relato de Gabriela evidencia as motivações que a levaram a se tornar vendedora ambulante, associadas às dificuldades de inserção no mercado de trabalho formal. Em um contexto marcado por crises recorrentes e pela escassez de oportunidades, mesmo indivíduos com formação e experiência profissional podem ser empurrados para atividades do mercado informal, realidade que atinge milhões de brasileiros.

As duas interlocutoras apresentam pontos de convergência em suas trajetórias, uma vez que ambas já estiveram inseridas no mercado de trabalho formal com carteira assinada. Em seus relatos, também ressaltam as dificuldades enfrentadas por mulheres em ocupações de baixa qualificação, especialmente no que se refere à limitação de oportunidades de crescimento profissional. Esse aspecto aparece de forma evidente na experiência de Alice, que trabalhava em uma rede de farmácias e relatou a ausência de perspectivas de progressão salarial e profissional dentro da empresa.

No caso da vendedora Gabriela, a ausência de assistência médica voltada à saúde mental no ambiente de trabalho resultou em sua demissão, agravando sua dificuldade de recolocação no mercado de trabalho, visto que as vagas compatíveis com sua formação eram escassas ou praticamente inexistentes. Gabriela relata que o trabalho nas ruas tornou-se sua

única fonte de renda, uma vez que, como mãe solo, precisava sustentar a família, composta por suas duas filhas e sua mãe.

Já a ambulante Alice demonstra uma perspectiva voltada ao empreendedorismo por meio de seu carrinho de churros. A sua decisão de empreender teve como objetivo criar um negócio que, "poderia dar certo", representando uma alternativa aos baixos salários oferecidos no mercado formal. No entanto, implementar o negócio nas ruas não se revelou uma tarefa simples, especialmente devido à complexidade burocrática e às normas institucionais que regem o trabalho no espaço público da cidade, explica:

> Quando eu comecei não foi muito difícil não, acho que **o mais difícil foi a parte burocrática**, vivemos num país em que tudo é muito difícil, as pessoas são difíceis, tudo muito difícil, a política é difícil. **Comprei meu carrinho financiado, porque eu tinha crédito**. Daí, eu pensei em colocar no Centro da cidade, foi essa ideia que eu tive, fiquei trabalhando um tempo e quando foi na pandemia ainda, eles não se importavam tanto com as pessoas trabalhando na pandemia. Isso também devido ao desemprego que estava bem alto, agora, eles estão com mais fiscalização, e **eles não lançaram ainda o edital para as pessoas se cadastrarem** e estarem trabalhando conforme a lei fala, aí eles **ficam nessa perseguição com quem está trabalhando na rua!** (Alice, grifos meus, 2023).

A interlocutora relatou as experiências vivenciadas ao colocar seu carrinho de churros nas ruas da cidade. Sua fala evidencia as dificuldades enfrentadas diante das normas estabelecidas pelos agentes responsáveis pela regulamentação da atividade ambulante no espaço urbano. Contudo, seu relato também demonstra que, em determinados períodos, a fiscalização pode apresentar certa flexibilidade, como ocorreu durante a pandemia mundial de Covid-19, em 2020. Nesse contexto, a emergência de saúde pública gerada pelo vírus pandêmico obrigou o fechamento de diversos estabelecimentos comerciais. As medidas de segurança, como o *lockdown*, provocaram a falência de muitos negócios e, consequentemente, contribuíram para o aumento do desemprego.

Tais tratativas negociáveis variam conforme o contexto político local, em razão da dependência dos arranjos estruturais, que não permanecem estagnados, mas se manifestam por meio de ações que refletem o dinamismo entre a cidade formal e a cidade informal. Essas ações são determinadas pelas relações sociais envolvidas e pelas políticas municipais implementadas, como, por exemplo, a divulgação, ou a ausência dela, dos editais de permissão para o trabalho ambulante nas ruas da cidade, os quais ainda hoje não apresentam uma regularidade anual. Esse cenário desencadeia desdobramentos que geram um ambiente de incerteza, podendo ampliar ou restringir oportunidades, dependendo das negociações estabelecidas entre os agentes envolvidos.

No trabalho de campo, observou-se que poucos ambulantes se reconheciam como empreendedores, destacando-se a “ambulante fixa” Alice e o “ambulante móvel” Ale, que se deslocava pelas ruas da cidade. A maioria dos entrevistados relatou que estavam nas ruas por necessidade, afirmando que precisavam “se virar como podiam” e que, por falta de alternativas, acabaram “caindo na rua”.

A expressão “acabei caindo na rua” também era utilizada para justificar as consequências de eventos que marcaram a trajetória de vida desses trabalhadores, como longos períodos de desemprego na busca por ocupações que exigiam qualificação específica, ou pela limitação de oportunidades decorrentes de baixa escolaridade e reduzidas perspectivas de crescimento profissional. Tal situação se exemplifica na trajetória da “ambulante fixa” Larissa, de 35 anos, que comercializa panos de prato no centro de Florianópolis.

Em uma das entrevistas, a ambulante relatou que, desde a infância, auxiliava a mãe na venda de cafés nas ruas. Quando criança, em sua cidade natal, no interior de Goiás, assumiu responsabilidades familiares devido à condição de mãe solo da mãe, desempenhando, assim, um papel de cuidadora e de suporte à manutenção do lar. Durante os períodos em que a mãe se dirigia ao trabalho, Larissa a acompanhava em sua rotina de ambulante nas ruas da cidade. Mesmo após a mudança de estado, mãe e filha continuam a trabalhar em suas respectivas barracas, situadas lado a lado em uma das esquinas próximas ao Mercado Municipal de Florianópolis.

A sua atuação como vendedora de panos de prato nas ruas está diretamente relacionada à sua trajetória de vida. Desde cedo, auxiliou a mãe em suas atividades de ambulante, o que comprometeu a continuidade de seus estudos. Além disso, compreende que o trabalho nas ruas sempre representou uma tática de “se virar como podia”. Larissa também relatou que, devido à doença de sua mãe, foi difícil adaptar-se aos horários rígidos de um emprego formal com carteira assinada.

Esses casos evidenciam situações de subcidadania vivenciadas pelos trabalhadores ambulantes enquanto atores sociais inseridos em uma “cidade informal”. Na perspectiva da gestão municipal, esses trabalhadores deveriam atuar de maneira a complementar a “cidade formal”. Contudo, na prática, existem diversas barreiras burocráticas para a obtenção de licenças que lhes permitam trabalhar nas ruas, as quais precisam ser constantemente negociadas ao longo de sua rotina diária.

A “ambulante fixa” Alice relatou ter sido abordada duas vezes pela fiscalização. A primeira ocorrência ocorreu quando alterou a posição de seu carrinho, deslocando-o para um local mais estratégico a fim de se proteger das chuvas de inverno. Como a licença concedida

delimita exatamente o ponto da rua que cada ambulante está autorizado a ocupar, a fiscalização chamou sua atenção, obrigando-a a retornar ao ponto original. Alice relatou em uma conversa informal, “voltei para o meu antigo espaço, lá a fiscalização não me incomodava tanto e, quando comecei a trabalhar, era no período da tarde, enquanto a fiscalização atuava mais pela manhã. Eu ficava mais tranquila, sabendo que eles não iriam aparecer” (Ambulante, 2023).

Figura 19: “Ambulantes fixas” com o seu carrinho de churros em frente ao terminal de ônibus do centro da cidade de Florianópolis.

Legenda: A imagem acima apresenta duas “ambulantes fixas” operando um carrinho estruturado de churros, evidenciando uma forma diferenciada de inserção no comércio urbano ambulante na cidade de Florianópolis. Diferentemente dos ambulantes que utilizam panos para exposição de mercadorias, observa-se aqui a presença de uma infraestrutura mais complexa, com equipamentos de preparo, identidade visual e organização fixa. Essa configuração sugere um maior grau de estabilidade e investimento, ao mesmo tempo em que reduz a mobilidade do trabalhador, tornando-o mais dependente do ponto ocupado. Nesse sentido, a imagem revela que o trabalho

ambulante não é homogêneo, mas composto por diferentes níveis de estruturação, nos quais variam as táticas de permanência, visibilidade e negociação com o espaço urbano. **Fonte**: Pesquisa de campo, 2023. Org.: PIMENTEL, 2023.

Na segunda abordagem da fiscalização municipal, Alice encontrava-se sem a licença para atuar como ambulante. Sua concorrente, vizinha de ponto, havia obtido a licença antes dela, mesmo sendo recém-chegada àquele espaço. Diante dessa situação, Alice questionou o líder da associação de ambulantes e os fiscais, afirmando: "Olha, eu trabalho aqui há muito tempo! Eu não tenho a licença e a colega que chegou depois de mim já conseguiu a licença, então eu vou falar com o chefe dos ambulantes [líder da associação dos ambulantes], que sabe que eu estou aqui há mais tempo que ela!".

Era bastante comum a ocorrência de arranjos pessoais nas negociações das permissões para trabalhar nas ruas. O diálogo de Alice com os fiscais evidenciou uma estratégia de questionamento dos trâmites burocráticos das licenças de trabalho. Essa situação demonstra que, na prática, há tratativas mais personalistas para obtenção da autorização para atuar como ambulante. Em alguns casos, novos trabalhadores conseguem a licença com mais facilidade do que aqueles que já atuam há mais tempo no mesmo ponto, levando os veteranos a recorrerem ao diálogo direto com os fiscais como forma de garantir sua permanência no espaço público.

Alice conseguiu permanecer em seu ponto de trabalho ambulante por meio de negociações diretas com os fiscais, "eles foram até a barraca da minha vizinha, conversaram com ela, do meu lado. Depois, voltaram ao meu ponto e informaram que eu poderia permanecer. Posteriormente, consegui uma licença, que não se trata de um alvará, e, desde então, nunca mais fui incomodada".

3.2 "Ambulantes móveis" e "ambulantes fixos"

Em Florianópolis, o comércio ambulante tem sido objeto de debate pelos gestores municipais há décadas, especialmente em períodos de crise, quando se intensificam os conflitos entre a administração do espaço central da cidade e os vendedores ambulantes. Nos grandes centros urbanos, a prática da venda ambulante, ou camelotagem, frequentemente está associada à comercialização de produtos piratas, o que confere um caráter estigmatizante à atividade. Nessa perspectiva, os ambulantes que atuam com produtos piratas são colocados em uma situação de ilegalidade praticamente inegociável, sem possibilidade formal de regularização junto aos órgãos competentes. Apesar disso, muitos conseguem operar nas ruas,

encontrando táticas de adaptação e negociação com os agentes fiscais, mantendo sua presença no espaço urbano em circuitos nômades mesmo diante da ausência de regulamentação oficial. Já para os vendedores ambulantes que comercializam mercadorias consideradas não pirateadas ou falsificadas, existe maior margem para negociações com as autoridades locais. Em alguns casos, com o objetivo de conter essa parcela emergente da economia informal nas ruas, são criados espaços como *shoppings* populares ou camelódromos. Essas políticas buscam gerir de forma regulatória o comércio ambulante, institucionalizando a informalidade ao confiná-la dentro de estruturas físicas, com o propósito de retirá-la do espaço público da cidade[48].

Essas iniciativas de enclausurar o trabalho informal ambulante, segundo o presidente da Câmara de Dirigentes Lojistas-CDL, não constituem soluções capazes de resolver a questão do desemprego nem de atender à crescente demanda por novas oportunidades de trabalho. Em entrevista, o representante relatou que a informalidade ambulante na cidade é um problema histórico. Hélio explicou que, há décadas, um prefeito teve a iniciativa de construir um camelódromo para realocar os vendedores das ruas. No entanto, em suas palavras, "se montou uma estrutura legal! Mas, daí vieram outros ambulantes e ocuparam os mesmos espaços, e, com o passar dos anos, os ambulantes continuaram: 'Olha, nós precisamos trabalhar!'".

Entre os anos de 2006 e 2014, a cidade passou a contar com dois camelódromos localizados na região central. O primeiro deles, o Camelódromo da Felipe Schmidt[49] em funcionamento desde 1990, e o segundo, o Camelódromo da Avenida Paulo Fontes, situado ao lado do terminal central de ônibus, que recebeu ambulantes realocados em decorrência de políticas de reurbanização. Em 2014, o Camelódromo da Felipe Schmidt foi fechado, permanecendo em operação apenas o Camelódromo da Avenida Paulo Fontes até os dias atuais (Silveira, 2010).

Por um lado, essa política regulatória considera que, ao retirar os ambulantes das ruas, eles deixam de se encontrar em uma situação ilícita. No entanto, na prática, essa medida

[48] Em muitos países do Sul Global há situações de crises entre ambulantes e a gestão municipal, um exemplo disso é o caso da cidade de Caracas, apresentado por Mathilde Gauvain (2006), no artigo "Les territoires de l'informel. Étude du commerce de rue à Caracas". A autora descreve que no ano de 2005 os ambulantes foram realojados em prédios privados nos shopping centers de El Cementerio, Quinta Crespo e San Martín, mas essas tentativas de enclausuramento do trabalho informal como maneira de integrá-lo na "cidade formal" não resolveu a questão. Neste caso, mesmo com as realocações, chegaram novos vendedores nas adjacências desses centros.

[49] Cf Ricardo F. da Silveira: Camelódromos de Florianópolis-Informalidade e marginalização nos espaços públicos (2010). O autor descreve que a prioridade da gestão municipal nas primeiras décadas de 1980 era a expulsão dos vendedores ambulantes do Largo da Alfândega, o que desencadeou muitos conflitos e enfrentamentos entre o poder público e os ambulantes, mas com a criação do Camelódromo novos grupos de ambulantes acabaram ocupando o Largo da Alfândega e as ruas adjacentes.

trouxe outros desafios para a gestão municipal, como o controle da venda de produtos piratas. Mesmo em espaços enclausurados, era comum que os ambulantes realocados continuassem a comercializar mercadorias piratas. Hélio, presidente da Câmara de Dirigentes Lojistas de Florianópolis, explica:

> O caminho que nós entendemos hoje é que os ambulantes devem trabalhar sim em seus pontos onde foram designados, os melhores pontos para os ambulantes trabalharem com os seus *mixers* de mercadorias nas ruas, porque essa é a melhor forma de poder a partir do momento que ele está legalizado e tem a segurança jurídica ele vai defender o entorno dele para que o ilegal não atrapalhe o negócio dele. Então, é melhor você conhecer quem está nesse espaço. **Demorou para serem reconhecidos, eles sofreram bastante, mas não estão livres de sofrerem, porque isso depende muito de quem assume a gestão pública e querem inventar a roda e isso dá conflito**[50].(Presidente da Câmara de Dirigentes Lojistas, grifos meus, 2023).

Na perspectiva do presidente da CDL, a política de regulação do espaço urbano deve ter como foco o combate à venda de mercadorias piratas. Segundo ele, essa prática prejudica a competitividade dos preços, uma vez que os comerciantes formais, com lojas físicas próximas ao comércio ambulante, acabam convivendo com a concorrência de produtos ilegais. O perfil de ambulante aceito para uma boa convivência com o comércio formal corresponde àqueles credenciados em pontos fixos, com seus *mixers* de mercadorias definidos pelas normas e regulamentos. Nesse sentido, a regulação do cadastramento de ambulantes fixos também atua como estratégia para afastar novos ambulantes considerados "invasores" do espaço, estabelecendo, assim, confiança entre o poder público e os vendedores já reconhecidos. Dessa forma, configura-se um modelo de política regulatória urbana que institucionaliza os ambulantes fixos credenciados e restringe a atuação de grupos de novos vendedores ou recém-chegados que não são credenciados, seja por opção ou por falta de alternativa – já que a demanda pelas vagas dos editais é maior do que a oferta.

Dessa forma, os vendedores ambulantes que permanecem por anos no mesmo ponto tornam-se parte integrante da paisagem urbana, assumindo um papel de integralidade social e transmitindo sensação de segurança e confiança às instituições e aos frequentadores do local. Qualquer iniciativa regulatória que proponha a remoção desses ambulantes tende a gerar conflitos no espaço público, repercutindo negativamente na opinião pública em relação às operações de fiscalização e fortalecendo a percepção do direito ao trabalho ambulante[51].

[50] Entrevista concedida em 14/02/23.

[51] Nas operações de fiscalização contra o comércio ilegal o coronel de segurança pública da cidade relatou em nossa entrevista que era muito comum o público que presenciava essas operações ficarem do lado dos ambulantes com gritos de apoio: "deixem eles trabalharem".

Portanto, a distinção entre “ambulantes móveis” e “ambulantes fixos” evidencia, portanto, diferentes formas de inserção na atividade ambulante de rua e distintas relações com os mecanismos de regulação do espaço urbano. Enquanto os “ambulantes fixos”, em alguns casos, conseguem estabelecer vínculos institucionais por meio de cadastros, licenças ou realocação em estruturas como camelódromos, os “ambulantes móveis” permanecem em uma posição mais instável, marcada pela ausência de regulamentação e pela constante necessidade de mobilidade como tática de permanência no espaço público.

Essas diferenças produzem hierarquias internas no universo do comércio ambulante e influenciam as percepções sociais e institucionais sobre quem pode ou não ocupar legitimamente as ruas da cidade. Desse modo, a gestão do comércio ambulante em Florianópolis revela um campo de disputas no qual interesses econômicos, políticas de ordenamento urbano e táticas de sobrevivência dos trabalhadores informais se entrelaçam, configurando formas diversas de apropriação e negociação do espaço urbano.

3.3 A pandemia do Covid-19 e a atuação da Associação dos Ambulantes

O momento de pós-pandemia de Covid-19, ocorrida em 2020, provocou uma crise na gestão municipal de Florianópolis. Os representantes institucionais perceberam um aumento de fluxo para a cidade, “outros lugares mais afetados, trouxeram mais gente pra cá, pra tentar ganhar a vida, aconteceu um aumento de fluxo de pessoas em função da Covid-19, não foi uma explosão, mas aumentou um pouco sim” (Presidente da CDL, 2023). Esse aumento de fluxo de pessoas exigiu um maior controle da gestão espacial, mas também demandou a prorrogação dos alvarás de credenciamento dos ambulantes que já estavam presentes nesses espaços, uma vez que muitos ambulantes possuíam licenças vencidas naquele ano. O último edital para regularização do trabalho ambulante nas ruas havia sido realizado em 2017, habilitando 94 pequenos[52] ambulantes de rua.

Nesses momentos de gestão de crises, a Associação dos Ambulantes de Florianópolis atua como mediadora, promovendo diálogo com os gestores públicos na tentativa de estabelecer acordos que garantam a permanência dos ambulantes em seus pontos de trabalho. Além disso, a associação participa de negociações relacionadas à ampliação da variedade de produtos comercializados e à extensão da vigência dos alvarás de funcionamento.

[52] Na manchete do jornal local ND+ anuncia o novo edital que estava sendo preparado no ano de 2022 pela SUSP com a manchete “Em 30 dias Florianópolis terá novo edital para o comércio ambulante”, link de acesso: Em 30 dias, Florianópolis terá novo edital para o comércio ambulante, acessado em 14/03/25.

O presidente da Associação é um vendedor “ambulante fixo” de morangos conhecido pelo apelido de Chocolate. José Nivaldo atua junto de sua esposa em um ponto fixo localizado no cruzamento da Rua Deodoro com a Conselheiro Mafra, no centro da cidade. Com 46 anos de idade e formação até a 8ª série, José Nivaldo trabalha há 20 anos como ambulante e desempenha papel político fundamental na representação dos interesses do grupo de ambulantes.

José Nivaldo e sua família migraram do estado do Maranhão em busca de melhor qualidade de vida. Em entrevistas informais, ele explicou que a Associação dos Ambulantes de Florianópolis foi fundada em 2012. Segundo José, a maioria dos ambulantes apresenta baixa escolaridade, muitos sendo semianalfabetos ou com pouca formação, e são, em sua maioria, pais e mães de família que merecem um tratamento digno e respeitoso. A Associação foi criada com o objetivo de obter reconhecimento junto ao poder público e facilitar a negociação entre as partes, conforme explicou:

> É uma **luta por reconhecimento** da classe dos ambulantes, a rua não existe sem os ambulantes, eles que dão vitalidade ao lugar. Eles **precisam de dignidade**, serem credenciados, dando um **resguardo jurídico ao trabalhador**, são pais e mães de família, precisam de renda, de garantir o sustento. Acontece que aqueles ambulantes que já venceram o seu credencial, a gente conseguiu com que eles tivessem mais um tempo para continuarem nas ruas atrás do sustento. Então, há um diálogo bom com a gente, é preciso dialogar! **São anos correndo nessa luta, para nos reconhecerem como trabalhadores**, O IBGE já reconhece (José Nivaldo, grifos meus, 2023).

A associação busca negociar com o poder público ajustes nas normas definidas pela (SUSP), instituição responsável pela fiscalização do trabalho ambulante nas ruas. Durante o período de pesquisa de campo, novas regras para concorrer aos editais estavam em processo de elaboração. Essas normas envolviam a participação da Secretaria de Segurança Pública do município e previam alterações na estrutura física das barracas, com o objetivo de padronizá-las e garantir uma estética uniforme, dentro de um modelo racional de utilização do espaço público.

Observa-se a existência de um perfil específico de ambulantes vinculados à Associação, os quais, por serem cadastrados pela Prefeitura, conseguem acessar canais formais de representação e diálogo com o poder público. No entanto, esse grupo não abrange a totalidade dos trabalhadores que atuam na área central, revelando a presença de diferentes formas de inserção na atividade ambulante. De um lado, há aqueles considerados em situação irregular, que operam à margem da regulamentação e, ao assumirem essa condição, passam a ocupar um lugar socialmente estigmatizado, tanto pela gestão municipal quanto pelos

ambulantes credenciados. Para esses trabalhadores, a autonomia na escolha das mercadorias comercializadas, inclusive produtos considerados ilícitos como as réplicas, está diretamente associada à aceitação de uma posição de desvio em relação às normas estabelecidas.

Emerge, assim, um grupo que tensiona essa dicotomia entre o que é lícito e ilícito, configurando um espaço intermediário de negociações. Trata-se de ambulantes que, embora não estejam formalmente regularizados no momento, muitas vezes em razão do vencimento da licença ou de entraves burocráticos, mantêm certo reconhecimento institucional e conseguem estabelecer negociações com o poder público. Como relatado pelo presidente da Associação, "há um diálogo razoável com o poder público, com reuniões mensais na Câmara Municipal, e, mesmo entre aqueles com licença vencida, há possibilidade de continuidade do trabalho mediante negociação com os fiscais até a abertura de novos editais" (2023). Esse cenário evidencia que, mais do que uma divisão rígida, a atividade ambulante é atravessada por arranjos flexíveis, nos quais a informalidade, a tolerância e a negociação produzem um campo híbrido de atuação, observa o líder da Associação:

> Há um **diálogo razoável com o poder público**, **duas reuniões mensais com a Câmara Municipal**, o edital vai ser construído depois do carnaval. Na nossa Associação dos Ambulantes existem os que são credenciados e os que estão com a licença vencida, mas eles seguem conseguindo trabalhar, até sair o edital há uma negociação com os fiscais. (Presidente da Associação dos Ambulantes, grifos meus, 2023).

Durante o trabalho de campo foi possível compreender as distinções entre os diversos tipos de situações dos grupos de ambulantes. Os ambulantes não cadastrados são considerados "invasores do espaço" tanto pela gestão municipal quanto por parte dos "ambulantes fixos". Esses "ambulantes móveis" considerados invasores carregam o estigma (Goffman, 2008) de "perturbar a atividade dos "vendedores fixos" cadastrados", pois, nas observações participantes era comum que os "ambulantes fixos" reclamassem que a presença dos trabalhadores não cadastrados atraía a atenção da fiscalização de forma negativa, prejudicando o trabalho de todos aqueles que dependem das ruas para sua subsistência.

Os "ambulantes móveis", assim como os "ambulantes fixos" não constituíam grupos homogêneos. Entre os "ambulantes móveis", destacavam-se diferentes perfis: estrangeiros que migraram para o Brasil em razão de crises econômicas e políticas, falta de oportunidades ou outros fatores, todos com o objetivo de construir uma vida melhor; brasileiros provenientes de outros estados que se mudaram para Florianópolis em busca de melhores condições; e, em menor proporção, ambulantes nativos da cidade, o que evidencia que a atividade ambulante é porta de entrada para aqueles que chegam de fora da cidade.

Os “ambulantes fixos” frequentemente especulavam sobre a origem e os recursos financeiros de grupos de “ambulantes móveis”, especialmente os estrangeiros, revelando não apenas uma curiosidade, mas também desconfianças e hierarquizações implícitas. Uma das interlocutoras expressa esse estranhamento ao afirmar: “A pessoa está vindo de um país que é só miséria e pobreza, fome, conseguiu vir de avião como? Eu não sei! Eu mesma não consigo ir daqui para São Paulo de avião, eu não tenho dinheiro para isso!”. Tal fala evidencia a construção de uma alteridade marcada por suspeita, na qual o Outro é percebido como enigmático e, de certa forma, deslocado das expectativas consideradas normativas.

Essa percepção pode ser problematizada à luz de Georg Simmel (2005), especialmente em sua formulação sobre a figura do *estrangeiro*. Para Simmel, o *estrangeiro* é simultaneamente próximo e distante: “está próximo na medida em que sentimos traços comuns de natureza social, nacional, ocupacional ou genericamente humana entre ele e nós. Está distante na medida em que estes traços comuns se estendem para além dele ou de nós [...]” (Simmel, 2005, p.186). No entanto, no caso observado, essa dimensão de proximidade é tensionada e, em certa medida, se contrapõem por narrativas que enfatizam a distância, produzindo uma fronteira simbólica entre “Nós” e “Eles”.

Do ponto de vista antropológico, essa dinâmica revela que a alteridade é construída situacionalmente. Embora compartilhem a mesma atividade, o comércio ambulante, o que poderia aproximar esses sujeitos em termos ocupacionais e de experiência urbana, os “ambulantes fixos” acionam marcadores de origem, nacionalidade e condição econômica para distanciar os “ambulantes móveis” estrangeiros. A figura do *estrangeiro* deixa de ser apenas aquele que circula e passa a ser também aquele sobre quem recaem suspeitas e projeções, reforçando desigualdades e disputas simbólicas no interior do próprio grupo.

Além disso, constatou-se uma distinção entre os “ambulantes fixos” ou “tradicionais” e os “ambulantes imigrantes”, refugiados ou não, provenientes de países do Sul Global. Esses últimos eram frequentemente percebidos como “espertalhões” que obtinham renda por meio de atividades contraventoras, como a pirataria. Havia, ainda, a ideia presente em alguns discursos institucionais de que quadrilhas estrangeiras tentariam dominar o território da cidade por meio da atividade ambulante, o que justificaria ações de repressão contra esses grupos, “quando veio esses imigrantes, principalmente nessas épocas [pós-pandemia], eles trabalharam muito para esse pessoal, essa quadrilha” (representante institucional, Florianópolis, 2023).

Os “ambulantes móveis” são frequentemente classificados como “invasores” do espaço urbano não em função de uma ocupação objetiva ilegal apenas, mas como resultado de

processos sociais de construção de legitimidade e pertencimento. Conforme observado no trabalho de campo, essa classificação é mobilizada tanto por agentes institucionais quanto por "ambulantes fixos", sendo associada à ausência de licenciamento, à mobilidade constante e à não conformidade com as normas de uso do espaço público. Além disso, a presença desses trabalhadores ambulantes é percebida como perturbadora da "ordem pública" e da atividade dos ambulantes estabelecidos, uma vez que sua atuação tende a intensificar a fiscalização e a produzir conflitos no espaço compartilhado. Nesse sentido, a noção de "invasão" não designa apenas uma condição jurídica, mas expressa uma forma de distinção social e espacial que opõe grupos considerados legítimos, como os "ambulantes fixos", àqueles percebidos como "de fora", frequentemente associados à informalidade, à mobilidade e à desordem urbana.

A ideia de grupos de "ambulantes invasores" do espaço urbano é mobilizada aqui como uma categoria de análise sociológica, pois foi possível observar essas relações a partir do "ponto de observação" localizado em uma das esquinas de maior concentração do comércio ambulante. As interações se estabelecem entre diferentes grupos de ambulantes e são diferenciadas pelos agentes institucionais a partir da origem dos trabalhadores, distinguindo-se entre os "fixos/locais" e os "migrantes/de fora". Para os "ambulantes fixos", existe a percepção de disputa pelo espaço, na qual todos os usuários deveriam respeitar uma ética de ocupação do espaço público. Conforme relatou uma das informantes-chave:

> Esses ambulantes que ficam aqui, **apenas no veraneio**, acabam chamando a atenção da polícia, e nós é quem pagamos o pato! **Acabam colocando a gente no mesmo balaio da confusão e não é assim que funciona! Porque eu sou daqui!** (Ambulante, grifos meus, 2023).

Durante as observações e diálogos realizados com os ambulantes, verificou-se que os ambulantes tradicionais, cadastrados pela Prefeitura, frequentemente reivindicavam o direito à ocupação do espaço urbano com base em seu pertencimento local. Essa reivindicação funcionava como uma forma de se diferenciar dos "ambulantes móveis", frequentemente considerados *outsiders* no contexto da cidade.

Conforme registrado nas anotações de campo, ao longo das semanas foi possível acompanhar a rotina dos "ambulantes móveis", sempre em constante deslocamento. Utilizando táticas de mobilidade, percorriam as ruas do comércio ambulante, subindo e descendo as vias, organizando-se em cruzamentos e mantendo presença frequente nessas áreas. Sua atuação no espaço era posicionada de maneira tática, situando-se entre os "ambulantes fixos" e o comércio formal da cidade.

Os momentos de fiscalização representavam preocupação constante para esses “ambulantes móveis”, sendo comum ouvirem relatos sobre apreensões de mercadorias. Diante disso, desenvolviam redes de apoio e compartilhamento de informações entre si. Observou-se também que os grupos de trabalhadores ambulantes locais ou fixos, apresentavam distinções dos demais grupos. Os grupos de ambulantes eram classificados pela gestão municipal como “ambulantes fixos” aqueles que eram os ambulantes que compõem o cenário urbano e estão fixos no espaço e, “ambulantes móveis”, os grupos de ambulantes que não possuíam fixidez na paisagem urbana.

Na etnografia urbana foi possível observar que o trabalho ambulante em Floripa, no ano de 2023, era representado por distintos grupos sociais, com diversos modos de atuação no espaço. Tanto a gestão municipal quanto os próprios ambulantes considerados “fixos ou locais” classificavam os “ambulantes móveis” de maneira distinta, reconhecendo diferenças entre fixos ou locais, móveis ou estrangeiros, cadastrados e não cadastrados – essas classificações definiam as suas posições no espaço da cidade, de que maneira ela seria negociada diariamente.

CAPÍTULO 4: ESPAÇO PÚBLICO E DINÂMICAS DE REGULAÇÃO

O Capítulo 4 analisa o espaço público da cidade de Florianópolis como uma arena relacional, na qual o trabalho ambulante se constitui a partir de tensões entre o poder público, o setor lojista e as táticas de sobrevivência dos trabalhadores. A atividade ambulante é compreendida não apenas como prática econômica, mas como fenômeno social inserido em disputas contínuas pelo uso e pela regulação do espaço urbano.

A gestão municipal historicamente tende a tratar o trabalhador ambulante como uma atividade provisória, associada a situações temporárias de vulnerabilidade. No entanto, os dados etnográficos apresentados nesta pesquisa evidenciam a permanência desse fenômeno na cidade, revelando uma ambiguidade entre a perspectiva institucional e a dinâmica de apropriação do espaço urbano pelos seus usuários.

Para fazer o gerenciamento dos conflitos espaciais, o poder público mobiliza dispositivos regulatórios, como o Código de Posturas, os editais de licenciamento e as práticas de fiscalização, com o objetivo de ordenar o espaço urbano e preservar a imagem ordeira da cidade turística. Ao mesmo tempo, essas ações são atravessadas por pressões dos lojistas do comércio formal, que atuam politicamente na demanda por maior controle sobre o trabalho ambulante, frequentemente interpretado como concorrência desleal.

Nesse cenário, o espaço público se configura como um campo de disputas simbólicas e materiais, no qual diferentes classificações sociais organizam a legitimidade da ocupação urbana. Destaca-se a distinção entre ambulantes considerados “fixos e locais” e aqueles percebidos como “recém-chegados” “móveis”, frequentemente associados à condição de *outsiders*, cuja presença tende a ser mais intensamente regulada e contestada.

Diante disso, o capítulo busca compreender como se estruturam as dinâmicas de regulação do espaço público e de que maneira os trabalhadores ambulantes respondem a essas formas de controle por meio das táticas de adaptação, negociação e permanência. Para tanto, são analisadas as perspectivas institucionais, os processos migratórios, os conflitos internos entre diferentes grupos sociais de trabalhadores ambulantes, os circuitos do trabalhador ambulante e o impasse entre o direito ao trabalho e o direito à cidade.

4.1 Os recém-chegados na cidade

Na cidade de Florianópolis observam-se grupos de trabalhadores ambulantes provenientes de outros países, como Senegal, Haiti, Peru e Equador, que atuam no trabalho

ambulante no espaço central do município. Parte significativa desses estrangeiros migrou para Florianópolis entre os anos de 2015 e 2017 (Silva; Rocha; D'Ávila, 2019), período marcado pela intensificação de novos fluxos migratórios internacionais para a região. Nesse contexto, alguns desses migrantes passaram a atuar como vendedores ambulantes em praias, praças e ruas da cidade, inserindo-se em atividades econômicas informais como estratégia tática de geração de renda.

Na região da Grande Florianópolis observa-se que parte desses migrantes encontra inserção econômica em atividades informais urbanas, particularmente no trabalho ambulante de rua. Em estudo etnográfico intitulado: *"*Pessoas e mundos em movimento: migrantes haitianos e senegaleses na região da Grande Florianópolis (SC)", Janaína Santos de Macedo (2019), analisa que migrantes haitianos e senegaleses passaram a atuar como vendedores ambulantes nas ruas da cidade, desenvolvendo modos táticos de sobrevivência baseadas na circulação pelo espaço urbano e na adaptação às dinâmicas do comércio informal.

Nesse cenário, o trabalho ambulante nas ruas da cidade configura-se como uma importante porta de entrada no mercado de trabalho para grupos migrantes recém-chegados, possibilitando formas flexíveis de geração de renda diante das dificuldades de inserção no mercado formal. A autora também destaca que esses trabalhadores frequentemente enfrentam ações de fiscalização e operações de retirada do comércio ambulante realizadas pelo poder público municipal, nas quais ambulantes de diferentes nacionalidades são removidos das ruas e têm suas mercadorias apreendidas, situação que, em alguns casos, levou migrantes a deixar a cidade devido à impossibilidade de manter despesas básicas, como o pagamento de aluguel, sem a renda proveniente dessa atividade (Macedo, 2019).

Há, portanto, uma relação histórica entre determinados grupos migrantes e a inserção no trabalho ambulante, a atividade econômica à qual muitos recém-chegados conseguem se adaptar com relativa rapidez. Nesse sentido, a sociologia de Georg Simmel (2005) contribui para compreender esse fenômeno ao analisar a vida cotidiana nas metrópoles e o lugar social ocupado pelo *estrangeiro*. Em seu ensaio sobre o *estrangeiro*, Simmel argumenta que a atividade comercial tende a constituir um dos principais espaços de inserção desses indivíduos, uma vez que o comércio apresenta maior permeabilidade à entrada de novos participantes. Simmel observa que "a esfera indicada para o estrangeiro, que se intromete como uma peça extra, por assim dizer, em um grupo no qual as posições econômicas, na verdade, já estão ocupadas, frequentemente se encontra nas atividades comerciais" (Simmel, 2005, p. 183).

Em relação a grupos étnico-raciais provenientes do continente africano, a pesquisa do antropólogo norte-americano Paul Stoller sobre a cidade de New York City descreve a atuação de ambulantes africanos estrangeiros que passaram a ocupar e dinamizar o comércio informal em algumas das principais avenidas da cidade, movimentando valores significativos nesse circuito econômico. A análise evidencia que esses trabalhadores desempenham papel relevante na constituição de mercados informais urbanos e nas disputas pelo uso do espaço público. Portanto, as dinâmicas observadas nesses contextos revelam que as disputas presentes nesses espaços urbanos também expressam dimensões simbólicas e políticas das relações espaciais. Conforme argumenta Stoller, tais relações evidenciam o "simbolismo das relações espaciais como uma ferramenta política poderosa, um lembrete contínuo do poder de alguém ou da impotência, das esperanças, dos desejos e do desespero e raiva"[53] (Stoller, 2002, p. 136).

Portanto, no caso da ocupação do espaço urbano nas ruas do Harlem por trabalhadores provenientes da África Ocidental, a presença de milhares de vendedores ambulantes foi frequentemente interpretada, por autoridades locais, setores empresariais e agentes políticos, como um obstáculo ao projeto de desenvolvimento econômico da região.

Nesse enquadramento, o trabalhador ambulante passou a ser associado a um suposto retrocesso urbano, o que justificaria, segundo esses atores, a necessidade de sua remoção ou controle. Por outro lado, do ponto de vista dos próprios trabalhadores ambulantes, essa atividade econômica informal está vinculada a práticas comerciais herdadas de gerações anteriores e amplamente normalizadas em seus contextos socioculturais. Nesse sentido, o comércio ambulante é compreendido como uma atividade aberta, flexível e potencialmente lucrativa, por meio da qual esses trabalhadores ocupam o espaço público para comercializar seus produtos e, simultaneamente, estabelecem redes de sociabilidade com turistas e residentes locais (Stoller, 2002).

Essas relações socioespaciais apresentam hierarquias e frequentemente se manifestam por meio de práticas autoritárias e, por vezes, violentas, como as expulsões de vendedores ambulantes dos espaços urbanos. Tais processos evidenciam conflitos em torno do uso do espaço público e mobilizam diferentes atores sociais, que buscam resistir a essas ações e encontrar brechas para negociações políticas que lhes permitam permanecer e continuar exercendo suas atividades econômicas. Sally Roever (2012) destaca que os despejos de

[53] Trecho traduzido por mim, "the symbolism of spatial relations can be a powerful political tool—a continuous reminder of one's power or of one's powerlessness, of one's hopes and desires and of one's despair and anger"(Stoller, 2002:136).

vendedores ambulantes constituem um fenômeno recorrente em diversas cidades do mundo. A investigação realizada durante três meses, em 2012, rastreou despejos de trabalhadores ambulantes em diferentes países e identificou pelo menos um caso por dia relatado na mídia de massa em língua inglesa e espanhola (Wego, 2012 apud Roever, 2016).

No caso da cidade de Florianópolis, conforme os agentes municipais, o poder público tende a enquadrar o trabalhador ambulante como uma atividade econômica de caráter provisório, sujeita à fiscalização e regulamentação por meio de permissões de trabalho que devem ser renovadas anualmente. No entanto, no cotidiano da vida social, os interlocutores que participaram dessa pesquisa tendem a compreender e exercer o trabalho ambulante como uma ocupação estável, configurando-o, na prática, como uma forma contínua de inserção econômica e de organização da vida cotidiana.

Diante dessas diferentes perspectivas, observa-se que o trabalho ambulante desempenhado por migrantes em Florianópolis deve ser compreendido não apenas como uma tática individual de sobrevivência econômica, mas como parte de processos mais amplos que articulam mobilidade migratória, dinâmicas do turismo urbano e políticas de regulação do espaço público. Em cidades do "*trade* turístico", onde o espaço urbano é frequentemente valorizado como recurso econômico e simbólico, a presença de trabalhadores ambulantes estrangeiros tende a ser simultaneamente funcional à economia local, ao dinamizar circuitos comerciais e ampliar a oferta de bens aos visitantes, e alvo de disputas políticas e institucionais que buscam disciplinar e ordenar esses usos do espaço.

No caso da cidade de Florianópolis evidencia-se como o trabalhador ambulante se constitui em um campo de negociação permanente entre trabalhadores estrangeiros, agentes do poder público e a atuação de diferentes interesses econômicos presentes na cidade, revelando as tensões entre práticas econômicas populares, políticas de controle urbano e táticas cotidianas de permanência no espaço urbano.

4.2 Trabalho ambulante na história da cidade de Florianópolis

O trabalho ambulante, contudo, não constitui um fenômeno recente nas cidades brasileiras, mas integra a própria história da formação urbana do país. Desde o período imperial, vendedores e vendedoras ambulantes ocupavam ruas, praças e mercados, desempenhando papel relevante no abastecimento cotidiano das vilas e cidades. No caso da antiga Vila de Nossa Senhora do Desterro, atual Florianópolis, destacavam-se as quitandeiras negras que comercializavam alimentos e outros produtos nas proximidades do primeiro

Mercado Público, evidenciando a presença histórica de trabalhadores informais na dinâmica econômica e social do espaço urbano.

Conforme Fabiane Popinigis (2012) em seu estudo *"*Aos pés dos pretos e pretas quitandeiras: experiências de trabalho e estratégias de vida em torno do primeiro Mercado Público de Desterro 1840-1890", essas trabalhadoras desempenhavam papel fundamental na dinâmica econômica local, participando ativamente do abastecimento cotidiano da cidade. Contudo, apesar de sua relevância para a economia urbana, as quitandeiras eram frequentemente retratadas pelas autoridades como um incômodo aos projetos de ordenamento urbano e à imagem de modernidade que se buscava construir para a cidade. Observa-se que, desde o século XIX, já se configurava uma tensão recorrente entre a presença histórica dos trabalhadores ambulantes, profundamente enraizada nas práticas econômicas populares, e as tentativas institucionais de disciplinar e controlar os usos do espaço público (Popinigis, 2012).

Esses acontecimentos históricos evidenciam os projetos políticos defendidos pelo militar e político Barão de Tramandaí 1787-1856, que buscavam restringir a presença das camadas empobrecidas na antiga Vila de Nossa Senhora do Desterro, então núcleo urbano que posteriormente se consolidaria como a cidade de Florianópolis. Tais iniciativas estavam associadas a estratégias de retomada e controle do espaço urbano por parte das elites locais. As fontes históricas indicam que a autonomia econômica e social desses grupos populares frequentemente era percebida como um incômodo pelas autoridades e setores dominantes da sociedade.

Nesse contexto, diferentes medidas foram adotadas com o objetivo de disciplinar e restringir a presença dessas populações nos espaços públicos e comerciais da cidade, entre elas o aumento de impostos e outras formas de regulação que dificultavam que lojas do primeiro Mercado Municipal fossem administradas por pessoas libertas e ex-escravizadas (Popinigis, 2012).

Dessa forma, a presença histórica de trabalhadores ambulantes na antiga Vila de Nossa Senhora do Desterro evidencia que as atividades comerciais informais constituem parte integrante da formação econômica e social das cidades brasileiras. Longe de representar apenas uma prática marginal ou circunstancial, o trabalho ambulante de rua tem se configurado, ao longo do tempo, como uma tática recorrente de inserção econômica para diferentes grupos sociais, especialmente aqueles situados em posições mais vulneráveis nas estruturas de trabalho e renda.

A análise da cidade de Florianópolis permite compreender como as disputas em torno do uso do espaço urbano e da regulação do comércio popular refletem dinâmicas mais amplas

da informalidade no Brasil, nas quais práticas econômicas populares convivem historicamente com tentativas institucionais de disciplinamento, controle e ordenamento do espaço público.

4.3 Venda ambulante nos circuitos das cidades

Na sociedade capitalista contemporânea diferentes formas de ocupação que não se enquadram nos marcos normativos do trabalho formal são frequentemente classificadas como atividades secundárias ou precárias. Contudo, tais práticas revelam modos de vida e de organização do trabalho que extrapolam os limites da chamada sociedade salarial. Essas atividades evidenciam a existência de circuitos econômicos e laborais que estruturam parte significativa da dinâmica urbana, especialmente em contextos marcados pela presença da informalidade. Nesse sentido, os comércios populares informais presentes nas cidades desenvolvem lógicas próprias de organização e funcionamento no espaço público, constituindo importantes suportes para a economia local. Além de desempenharem papel relevante no abastecimento cotidiano e na circulação de mercadorias, essas práticas contribuem para a vitalidade socioeconômica dos espaços urbanos.

Desse modo, compreender a ocupação dos espaços públicos por trabalhadores ambulantes apenas como uma atividade precária ou provisória pode limitar a análise de um fenômeno social historicamente marcado por grande diversidade de formas organizativas. Em diferentes sociedades, trabalhadores inseridos nesses circuitos econômicos têm construído diversas táticas de permanência e resistência frente a processos de regulamentação e repressão promovidos por agentes institucionais. A atividade ambulante e outras atividades informais devem ser analisadas como parte constitutiva das dinâmicas urbanas e das formas de inserção econômica de amplos segmentos da população.

O conceito de trabalho informal, nesse sentido, revela-se complexo, uma vez que assume diferentes denominações e interpretações utilizadas para descrever situações e processos específicos conforme a escala analítica e o contexto regional em que se inserem. A condição social dos vendedores ambulantes que ocupam áreas centrais do espaço urbano e exercem atividades econômicas por conta própria é frequentemente interpretada pelo poder público como um desvio em relação ao modelo dominante de inserção no mercado de trabalho.

Em alguns discursos institucionais, essa presença é associada a uma forma de resistência ou afastamento da chamada sociedade salarial, sobretudo quando ocorre em contextos nos quais determinados indicadores oficiais apontam para cenários de elevado nível

de emprego. No caso do estado de Santa Catarina, por exemplo, autoridades públicas frequentemente enfatizam indicadores econômicos que sugerem uma situação próxima ao pleno emprego, ao mesmo tempo em que se observa a expansão do número de trabalhadores ambulantes ocupando as ruas das cidades. Dessa forma, a informalidade contemporânea, pode assumir múltiplas configurações, abrangendo desde situações baseadas em contratos de trabalho atípicos até formas mais precárias de inserção econômica, incluindo atividades que, em determinados contextos, são consideradas ilícitas ou irregulares do ponto de vista legal (Noronha, 2003).

A Consolidação das Leis do Trabalho - CLT, instituída em 1943, representou um marco importante na história das relações de trabalho no Brasil. Entre seus principais objetivos estavam a melhoria das condições de trabalho e a regulamentação de direitos trabalhistas, como a instituição do salário-mínimo, a definição da jornada de trabalho de oito horas diárias, o direito às férias remuneradas, a formalização da carteira de trabalho, a previdência social e o descanso semanal remunerado. Desde então, um dos principais critérios que distingue o trabalho formal do informal no país é o vínculo empregatício registrado por meio da assinatura da carteira de trabalho, condição que garante ao trabalhador o acesso às proteções previstas na legislação trabalhista. Contudo, essa não é a realidade de uma parcela significativa da população brasileira. De acordo com o Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada - IPEA, indicou que em 2022 a informalidade era de 42,1 % da população ocupada no Brasil, afetando de maneira diferenciada homens e mulheres. Dados mais recentes, segundo o IBGE - Pesquisa Nacional por Amostragem de Domicílios Contínua - Pnad Contínua, no período do trimestre de novembro de 2025 a janeiro de 2026, evidenciam que a taxa de informalidade foi de 37,5% da população, o menor patamar desde 2020.

Dentro do chamado setor informal coexistem diferentes nichos e situações ocupacionais, que variam conforme os contextos sociais, econômicos e urbanos nos quais se desenvolvem. Nesse sentido, o trabalho ambulante pode ser compreendido como um fenômeno social complexo, uma vez que assume múltiplas formas de inserção no espaço urbano. De modo geral, esses trabalhadores atuam na oferta de bens e serviços voltados ao consumo imediato, estabelecendo suas atividades em ruas, praças e outros espaços públicos da cidade, tendo como principal clientela as pessoas que circulam cotidianamente por esses ambientes urbanos.

Dessa forma, a informalidade e a formalidade são compreendidas, neste trabalho, a partir de uma perspectiva não dualista, conforme proposto por Redento Recio e Iderlina Mateo-Babiano (2017). Nessa abordagem, os mercados formal e informal não são entendidos

como esferas separadas ou opostas, mas como dimensões interdependentes que se articulam e se complementam nas dinâmicas econômicas e sociais. Essa perspectiva enfatiza a forma como diferentes fatores estruturais se entrelaçam às ações coletivas e individuais dos agentes sociais, contribuindo para a produção simultânea de arranjos formais e informais, como destacam os autores, "the enmeshed perspective draws attention to how structural factors intersect with collective and individual agents, which arguably generate the formal and informal schemes[54] (Recio; Mateo-Babiano, 2017, p. 137).

Sob esse enfoque, os mercados informais podem ser entendidos como economias criativas, que se adaptam aos seus contextos históricos e econômicos. No Brasil, a compreensão popular e jurídica do mercado informal associa-o a práticas econômicas exercidas por pessoas sem registro formal de trabalho, ou seja, sem carteira assinada. Entre os vendedores ambulantes, por exemplo, muitas vezes ocorre criminalização devido à atuação em espaços públicos centrais, onde predomina a lógica jurídico-administrativa que busca controlar o uso do espaço urbano. Apesar das tentativas de expulsar esses grupos e limitar suas táticas de sobrevivência econômica, eles continuam a resistir e a adaptar suas práticas.

No caso específico das ambulantes Larissa e Carla, essa resistência inclui recorrer a empréstimos informais e muitas vezes ilegais, fornecidos por agiotas, indivíduos que emprestam dinheiro cobrando juros abusivos, sem qualquer regulamentação ou fiscalização. A ambulante Larissa explica:

> Eles **não dão nenhum empréstimo! Essas portas são muito fechadas para nós**. Eles dizem: "Ah, porque tem que ter nome limpo!". **Mas, tem pessoas que não tem o nome limpo!** Eu tenho a minha casa, o meu carro! Meu nome não está limpo! Então a gente precisa recorrer a outros meios para conseguir essas coisas. E **tem que pegar dinheiro, tipo, com agiota, com vários agiotas**. Eu consegui comprar agora o meu outro carro, mesmo assim o meu nome estava sujo. E eu primeiro fui em várias empresas , falei com várias pessoas e tive que falar: se vocês esperarem meu nome ficar limpo pra eu comprar, eu não vou comprar! Porque ou eu aumento o meu estoque para comprar o carro de vocês, ou eu fico sem comprar o carro. (Ambulante, grifos meus, 2023).

O relato de Larissa evidencia como os trabalhadores ambulantes desenvolvem suas táticas de sobrevivência diante de um mercado formal que frequentemente os exclui. A necessidade de recorrer a empréstimos informais ou buscar alternativas de financiamento reflete as restrições estruturais impostas pelo acesso desigual ao crédito.

---

[54] Trecho traduzido: "A perspectiva enredada chama a atenção para a forma como os fatores estruturais se cruzam com agentes coletivos e individuais, que geram, sem dúvida, os esquemas formais e informais" (Receio e Mateo-Babiano, 2017:137).

Durante a observação participante, a ambulante Carla apresentou um cartão de propaganda de um serviço privado de empréstimo. Nas ruas da cidade, era comum que pessoas circulassem diariamente distribuindo esses cartões aos ambulantes, oferecendo crédito rápido, porém com taxas de juros abusivas. Carla relatou que, por experiência própria, já precisou recorrer a esse tipo de empréstimo e, para quitar a dívida, teve que vender sua geladeira, uma vez que era cobrada diariamente por um agiota. Esse episódio evidencia como os trabalhadores ambulantes se veem obrigados a adotar outros tipos de empréstimos, em razão das barreiras de acesso ao crédito formal, revelando a tensão entre sua atividade econômica e as restrições estruturais do mercado.

Carla alterou significativamente sua forma de atuar no espaço público. Anteriormente, vendia seus produtos em portas de supermercados, praças e em frente a lojas, até que decidiu mudar de estratégia para evitar conflitos com fiscais e continuar trabalhando de forma sustentável**.** Segundo relatos da própria ambulante, ela passou a abordar diretamente os clientes na rua**,** carregando produtos na mão e oferecendo-os de forma ativa, ao invés de apenas expor mercadorias, conta:

> Eu **prefiro pegar algum produto na mão e oferecer na rua**, **trabalhar mais na abordagem, porque correr de fiscal é muito ruim!** Eu aprendi a trabalhar, a ter abordagem, a ter o meu dinheiro. Os meninos ambulantes ali do meio da rua [os ambulantes móveis], colocam o pano ali, estendem a mercadoria e ficam ali, não oferecem, não são vendedores, ficam bem parados. Você **precisa chamar o cliente**, Ale, por exemplo, perdeu tudo o que tinha várias vezes. Pra mim não dá certo isso, porque eu não sei, é tipo o tubarão e a sardinha (Ambulante Carla, grifos meus, 2023).

Do ponto de vista etnográfico e à luz do conceito de transação social (Rémy,2016), essa prática revela como os trabalhadores ambulantes participam de uma negociação contínua dentro dos "interstícios urbanos", ou seja, "espaços intermediários" são criados entre a formalidade regulatória e as táticas de adaptação dos grupos. A rua se configura como um espaço intermediário, onde a formalidade regulatória e as táticas de sobrevivência se encontram, e onde os sujeitos negociam, dia a dia, suas posições econômicas e sociais. Ao mencionar a concorrência, "tubarão e sardinha", Carla demonstra a hierarquia informal e a seletividade econômica presente nesses espaços: aqueles que desenvolvem técnicas eficazes de abordagem e gestão do risco conquistam estabilidade, enquanto outros, como Ale, ficam mais vulneráveis às perdas.

Portanto, a análise reforça que os espaços de informalidade urbana não são meramente ilegais, mas locais ativos de negociação social e econômica, nos quais práticas criativas e táticas individuais se entrelaçam com restrições estruturais. Assim, a rua deixa de ser apenas

um espaço de risco e exclusão, tornando-se um campo de negociação simbólica e material, onde os trabalhadores ambulantes constroem modos de subsistência adaptativos e resilientes frente à formalidade institucional.

4.4 Os grupos ambulantes heterogêneos e os conflitos no espaço

Conforme já apresentado nos capítulos anteriores, os trabalhadores ambulantes estão distribuídos pelo espaço urbano central da cidade de Florianópolis/SC: alguns se posicionam nas esquinas das ruas, outros nas proximidades do Mercado Municipal, e há aqueles que se deslocam pelas ruas mais movimentadas, próximas ao terminal central de ônibus.

Na presente pesquisa, desenvolvida para a tese, optou-se inicialmente por acompanhar a rotina de trabalho das vendedoras ambulantes Gabriela e Carla. Ambas possuem seus pontos fixos em esquinas definidas, mas, com o passar dos dias, foram identificados outros ambulantes que também comercializavam suas mercadorias nesses mesmos espaços. Esses cruzamentos de ruas são escolhidos pelos ambulantes, pois concentram grande fluxo de transeuntes e estão situados em frente ao terminal central de ônibus da cidade, tornando-se locais privilegiados para a circulação e visibilidade de suas mercadorias.

Os deslocamentos dos ambulantes móveis variam de acordo com o fluxo de transeuntes e a presença da fiscalização, uma vez que existem trechos das ruas onde a vigilância é mais constante. Alguns vendedores permanecem em um mesmo local por duas ou três horas antes de se deslocarem para outro ponto, seguindo uma lógica de circulação rápida que acompanha os fluxos de pedestres. A temporalidade constitui uma marcação importante de suas rotinas: há horários específicos para transitar de uma rua a outra, e, segundo os próprios ambulantes, nunca se deixam abater pelo baixo movimento, pois “é preciso ir onde as pessoas estão!”

A capacidade de adaptação desses trabalhadores está diretamente relacionada à observação e à interação com os potenciais clientes das ruas. Essa adaptação manifesta-se desde a organização das mercadorias expostas nas calçadas até a forma como abordam a clientela. De um dia para o outro, os ambulantes ajustam suas vendas conforme a demanda: trocam produtos, como morangos por panos de prato, ou panos de prato por guarda-chuvas; quando determinada mercadoria não tem saída, é necessário substituí-la. Esse dinamismo revela que o trabalho ambulante é uma prática de negociação contínua, em que mobilidade, temporalidade e criatividade são essenciais para a sobrevivência e para a adaptação às condições estruturais e sociais do espaço urbano.

No contexto brasileiro, o trabalho informal ambulante se manifesta de maneiras diversas, refletindo táticas distintas de inserção e circulação no meio urbano.

Os ambulantes se apresentam de formas variadas: alguns utilizam carrinhos de comida, barraquinhas com estruturas de madeira, lonas de plástico ou ferro desmontável, carrinhos de mão e carrinhos de transporte de mercadorias, enquanto outros organizam suas mercadorias sobre panos estendidos no chão. Além das diferenças estruturais, os trabalhadores também se distinguem pela maneira de se movimentar pela cidade. Com base nessas observações, esta pesquisa categorizou os ambulantes em dois tipos principais: “os ambulantes fixos”, que permanecem em um ponto específico, e os “ambulantes móveis”, que se deslocam continuamente seguindo o fluxo de transeuntes e as oportunidades de vendas.

Observa-se que os grupos sociais ambulantes são heterogêneos, o que contribui para a complexidade do fenômeno social do trabalho ambulante. Durante o trabalho de campo, em um espaço urbano coletivo próximo ao Mercado Municipal de Florianópolis, com o objetivo de coletar dados entre os meses de janeiro, fevereiro, março e setembro de 2023, especificamente nos cruzamentos das ruas Conselheiro Mafra com Jerônimo Coelho e Conselheiro Mafra com Deodoro. Nesses dois quadrantes centrais, encontram-se os vendedores “ambulantes fixos”, que mantêm seus pontos no mesmo local de forma contínua, utilizando barraquinhas com guarda-sóis ou carrinhos de transporte de mercadorias para expor seus produtos. Tais circuitos promovem outros espaços de comercialização de produtos entre o comércio formal lojista e os “ambulantes fixos” criam-se os espaços intermediários de transações econômicas momentâneas e situacionais dos distintos grupos de trabalhadores “ambulantes móveis”. A figura 20, a seguir, ilustra um dos circuitos de venda ambulante em um cruzamento de ruas, em Florianópolis. O ponto de observação apresenta os ambulantes móveis, estrangeiros e brasileiros, em um mesmo circuito com as suas mercadorias expostas na calçada.

Figura 20: Circuito de venda ambulante na cidade, Florianópolis.

Legenda: A imagem acima apresenta um espaço urbano no qual se sobrepõem diferentes formas de uso e apropriação, evidenciando uma organização que não é aleatória do circuito de venda ambulante na cidade de Florianópolis, mas socialmente produzida. Observa-se, de um lado, o comércio formal estabelecido — representado pelas lojas fixas e fachadas comerciais — e, de outro, a presença dos trabalhadores "ambulantes móveis", cujas mercadorias estão dispostas sobre panos no chão, marcando uma forma de ocupação mais flexível e provisória do espaço. Configura-se um espaço definido e relacional entre o comércio formal e o circuito ambulante, no qual se distinguem diferentes circuitos de atuação: os "ambulantes fixos", que tendem a ocupar pontos mais estáveis e os "ambulantes móveis", que operam a partir de uma lógica de constante deslocamento.

Estes últimos organizam suas mercadorias de maneira portátil — como se observa nos panos estendidos — permitindo que suas atividades sejam rapidamente montadas e desmontadas ao longo do dia, especialmente em resposta às dinâmicas de fiscalização. A cena acima apresenta, portanto, um espaço urbano estruturado por formas de coexistência tensionada, no qual os limites entre atividade comercial formal e informal não são rígidos, mas continuamente negociados na prática. A disposição dos ambulantes ao longo da via sugere uma ocupação tática de áreas de circulação intensa, sem, contudo, romper completamente com a ordem espacial estabelecida pelo comércio formal. Trata-se de uma presença que se insere nos interstícios da cidade, ocupando brechas e intervalos permitidos — ainda que de maneira instável — pelos dispositivos de controle urbano. **Fonte**: Pesquisa de campo, 2023. Org.: PIMENTEL, 2023.

Destaca-se que os “ambulantes estrangeiros móveis” constituem grupos de difícil acesso, pois se deslocam constantemente pela cidade, tornando quase inviável a inserção nesse universo. Durante o trabalho de campo, tive acesso a apenas breves conversas com alguns deles. Por esse motivo, os contatos mais próximos estabelecidos em campo, que permitiram acompanhar de forma consistente a rotina de trabalho, foram principalmente com grupos de “ambulantes fixos” e “ambulantes móveis” brasileiros. Portanto, nesses dois quadrantes centrais, encontram-se os trabalhadores e trabalhadoras “ambulantes fixos”, que permanecem em um mesmo ponto de forma contínua, utilizando barraquinhas com guarda-sóis ou carrinhos de transporte de mercadorias para expor seus produtos. As figuras 21 e 22, a seguir, ilustram dois tipos diferentes de barracas de venda da ambulante fixa no circuito de venda ambulante no espaço da cidade.

Figura 21: Ambulante com o seu carrinho de mercadorias na cidade, Florianópolis.

Legenda: A imagem acima apresenta uma vendedora "ambulante fixa" utilizando uma estrutura móvel composta por arara com rodas e cobertura, evidenciando uma forma intermediária entre o comércio ambulante tradicional e o comércio formal. A disposição vertical das mercadorias, semelhante à lógica de exposição das lojas, indica uma tática voltada à valorização dos produtos e à atração de clientes. Ao mesmo tempo, a presença de rodas na estrutura garante a mobilidade necessária para adaptação às condições do espaço urbano – de chegada e de saída, montagem e desmontagem da barraca. Essa configuração revela um nível mais estabilizado de inserção, no qual a atividade ambulante se aproxima de formas mais institucionalizadas de comércio, sem, contudo, perder sua característica fundamental de flexibilidade e adaptação. **Fonte**: Pesquisa de campo, 2023. Org.: PIMENTEL, 2023.

Figura 22: Ambulante com o seu carrinho de morangos no espaço urbano, Florianópolis.

Legenda: A imagem mostra o trabalhador "ambulante fixo" em sua banca de morangos em um dos cruzamentos de ruas na cidade de Florianópolis, embora apresente uma aparência de fixidez, a banca encontra-se apoiada sobre um carrinho com rodas, o que garante a possibilidade de deslocamento quando necessário. Essa característica evidencia uma tática fundamental da atividade ambulante: a combinação entre estabilidade e mobilidade, fixação e não fixação na paisagem. Ao mesmo tempo em que a estrutura permite uma ocupação mais consolidada do espaço, aproximando-se da lógica do comércio formal, a presença do carrinho assegura a adaptação às condições de circulação e montagem e desmontagem rápida. Dessa forma, a mobilidade não desaparece, mas é incorporada à própria estrutura da banca, revelando uma forma híbrida de inserção no espaço urbano. **Fonte**: Pesquisa de campo, 2023. Org.: PIMENTEL, 2023.

Figura 23: Ambulante comercializando panos de prato em seu carrinho no espaço urbano, Florianópolis.

Legenda: A imagem apresenta uma vendedora "ambulante fixa" que, embora utilize um carrinho com rodas para o transporte de suas mercadorias, estabelece um ponto fixo de venda no espaço urbano. Nesse caso, a mobilidade se configura como tática de comercialização em movimento, como recurso logístico que possibilita a chegada, a montagem e a eventual retirada da banca. A organização dos produtos e a interação direta com os clientes indicam uma forma de territorialização temporária, na qual o ambulante constrói um ponto de venda estável. Assim, a mobilidade permanece como uma possibilidade latente, acionada conforme as condições do ambiente, evidenciando a negociação contínua que sustenta a permanência no espaço urbano. **Fonte**: Pesquisa de campo, 2023. Org.: PIMENTEL, 2023.

Os vendedores “ambulantes móveis” se deslocam constantemente, atuando de forma transitória e adaptável. Alguns chegam a viajar temporariamente, inclusive para cidades vizinhas, aproveitando oportunidades de comércio em diferentes localidades. Esses trabalhadores podem possuir ou não barraquinhas desmontáveis; quando as possuem, a estrutura portátil permite armá-las em diversos pontos da cidade, especialmente para aproveitar o intenso fluxo de pessoas durante o verão.

Os “ambulantes móveis” mudam de rua, esquina ou até mesmo de bairro, como é o caso do vendedor de artesanato Cássio, demonstrando flexibilidade e capacidade de adaptação. Outro exemplo é o ambulante Ale, que, dependendo dos eventos e festividades, viaja para vender suas mercadorias em shows, festivais e outros eventos populares.

Os trabalhadores que não possuem barracas, lonas ou carrinhos estruturados carregam baldes e panos, que cumprem duas funções: além de servirem para transportar suas mercadorias, permitem organizar e expor os produtos estendidos no chão das ruas, adaptando-se às condições do espaço urbano e ao fluxo de clientes. As figuras 24, 25 e 26, a seguir, ilustram os circuitos de venda ambulante e as diferentes situações de trabalho ambulante com as suas infraestruturas distintas como: baldes, barracas de lona e carrinhos de transporte. Essas estruturas ajudam para dar auxilio e apoio aos seus produtos no espaço do centro histórico da cidade de Floripa.

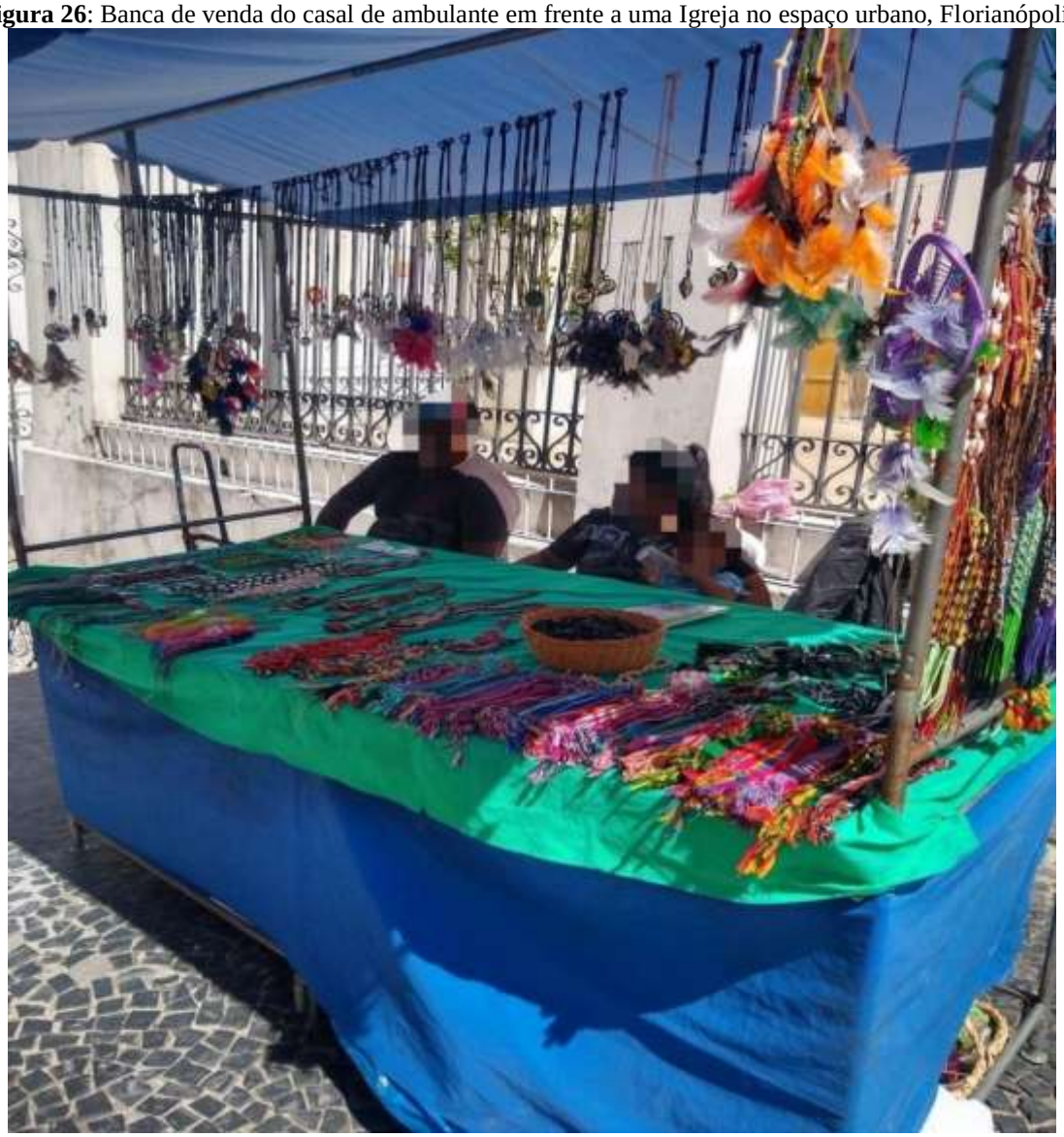
Figura 24: Circuito de venda ambulante em uma das ruas do centro da cidade, Florianópolis.

Legenda: A imagem acima mostra uma banca de venda de morangos organizada em caixas dispostas sobre uma estrutura móvel, ao fundo o Mercado Mucipal. O carrinho de transporte evidencia a construção de um ponto de venda que, embora aparente fixidez, mantém sua condição ambulante. A disposição linear das mercadorias cria uma frente de exposição contínua, aproximando-se da lógica do comércio formal. No entanto, a presença de uma base móvel indica que essa fixidez é apenas aparente, sendo sustentada por uma mobilidade que permite a montagem e desmontagem conforme as condições do espaço e situações de fiscalização.A coexistência com outros trabalhadores vendedores ambulantes ao longo da via reforça a ideia de um circuito ambulante coletivo de ocupação do espaço, no qual diferentes situações de trabalhadores ambulantes compartilham táticas semelhantes de permanência provisória no espaço urbano de Florianópolis. **Fonte**: Pesquisa de campo, 2023. Org.: PIMENTEL, 2023.

Figura 25: Ambulante vendendo sombrinha em dia de chuva em uma das ruas, Florianópolis

Legenda: A imagem acima registra o momento exato entre o trabalhador "ambulante móvel" e cliente, evidenciando a troca direta de mercadoria por dinheiro no espaço público. A comercialização de guarda-chuvas, produtos associados a necessidades imediatas, revela uma lógica de venda baseada na oportunidade e na resposta rápida às condições do ambiente. Diferentemente de outras formas de comércio ambulante que dependem de estruturas de exposição, observa-se aqui uma prática marcada pela mobilidade extrema e pela ausência de ponto fixo, o ambulante carrega as suas mercadorias em um balde e a venda ocorre no próprio fluxo urbano. A imagem explicita a dimensão mais direta da transação social, materializada na interação imediata entre os atores usuários do espaço urbano, sem mediações institucionais. **Fonte**: Pesquisa de campo, 2023. Org.: PIMENTEL, 2023.

Figura 26: Banca de venda do casal de ambulante em frente a uma Igreja no espaço urbano, Florianópolis.



Legenda: A imagem acima apresenta uma banca de venda ambulante de artesanatos indígenas, a banca é um exemplo de situação regularizada institucionalmente, ela está estruturada em frente a uma Igreja no espaço central da cidade de Florianópolis. A banca possui cobertura e organização espacial definida, aproximando-se das formas típicas de feiras urbanas. A disposição dos produtos, a presença de "ambulantes fixos" sentados e a delimitação do espaço indicam um nível elevado de estabilização da atividade, no qual a permanência no local se torna mais prolongada. Essa configuração sugere uma tática de legitimação por meio da aproximação estética e funcional com o comércio formal, reduzindo a percepção de irregularidade. A imagem mostra um estágio mais consolidado no qual a negociação com o espaço urbano permite uma ocupação mais estável e regularizada pela gestão municipal. **Fonte**: Pesquisa de campo, 2023. Org.: PIMENTEL, 2023.

Os "ambulantes móveis" observados no ponto de observação de uma das esquinas do centro da cidade de Florianópolis, apresentavam diferentes nacionalidades, incluindo brasileira, senegalesa, haitiana, peruana e equatoriana. Esses vendedores móveis mudam constantemente de ponto de venda, frequentemente comercializando mercadorias consideradas piratas ou falsificadas, o que atrai a atenção da fiscalização, que costuma

apreender esses produtos. Para se proteger, os ambulantes móveis costumam atuar em grupos, permitindo que fiquem atentos à presença de agentes de fiscalização.

É comum encontrá-los em outros bairros da cidade, especialmente em bairros com grande circulação de turistas, como a região das praias em Canasvieiras. No centro da cidade, os ambulantes estrangeiros estiveram mais presentes nos anos anteriores, a partir do ano de 2010 e, no contexto da pós-pandemia do covid-19. Entretanto, em consequência das expulsões diárias promovidas pela fiscalização policial voltada a ações de operações de combate as vendas de produtos considerados réplicas nos circuitos ambulantes da cidade, prática compreendida como ilícita pela gestão municipal, muitos ambulantes se afastaram da região central, deslocando-se para outros bairros de Florianópolis ou mesmo optando por migrar para outras cidades, ainda assim, observou-se distintos grupos de trabalhadores ambulantes, os “ambulantes estrangeiros móveis” e os “ambulantes locais”, que atuam há décadas nesse mesmo espaço, atuando na prática das vendas nesses circuitos ambulantes em áreas centrais, pelas proximidades do Mercado Municipal. As figuras 27, 28 e 29, a seguir, ilustram situações de rua em que os “ambulantes móveis” negociam suas mercadorias no espaço urbano da cidade, e ao mesmo tempo, precisam se deslocar provisoriamente para não perderem as suas mercadorias para a fiscalização.

Figura 27: “Ambulante móvel” estrangeiro comercializando seus produtos no espaço urbano, Florianópolis.

Legenda: A imagem apresentada acima, em diálogo com os relatos de campo, evidencia uma situação de trabalho ambulante onde o trabalhador “ambulante móvel” estrangeiro mostra suas mercadorias para a cliente que está segurando um cartão de crédito. A situação de rua demonstrada na foto mostra como acontece a ocupação da rua, marcada pela montagem e exposição de mercadorias em estruturas móveis, como panos estendidos no chão, que podem ser rapidamente recolhidos diante da aproximação da fiscalização. Essa prática revela uma forma específica de ocupação do espaço urbano baseada na impermanência e na adaptação contínua às condições do ambiente. Longe de representar uma simples transgressão às normas, essa dinâmica expressa um processo, no qual o trabalhador ambulante negocia, de maneira prática e situada, sua permanência no espaço público. Ao organizar suas mercadorias de forma que possam ser rapidamente deslocadas, o ambulante estabelece um arranjo provisório que permite conciliar a atividade econômica com os limites impostos pela regulação urbana. A cena observada ilustra como o espaço urbano é produzido por meio de ajustes contínuos entre diferentes atores, evidenciando que a ordem não se impõe de forma absoluta, mas se constrói em “espaços intermediários” na interação cotidiana entre conflito, tolerância e negociação. **Fonte**: Pesquisa de campo, 2023. Org.: PIMENTEL, 2023.

Figura 28: “Ambulantes móveis” (estrangeiro e brasileiro) em descolamento ao escapar das fiscalizações policiais, Florianópolis.

Legenda: A imagem acima apresenta dois vendedores “ambulantes móveis” de nacionalidades distintas — equatoriano e brasileira — em deslocamento em consequência das fiscalizações, os ambulantes estão carregando suas mercadorias em sacos, evidenciando a dimensão da mobilidade como elemento central neste tipo de situação ambulante. Nesse momento, a atividade comercial não está em execução, mas observa-se a circulação dos trabalhadores ambulantes pelo espaço urbano da cidade de Florianópolis, possivelmente relacionada à mudança de ponto, à necessidade de adaptação frente à fiscalização das viaturas policiais que frequentemente passam pelas ruas centrais da cidade. A ausência de uma estrutura de venda visível destaca o corpo como principal suporte da atividade, revelando uma forma de inserção marcada pela flexibilidade e pela capacidade de rápida reorganização. Assim, a mobilidade não se limita à venda, mas constitui uma dimensão fundamental da prática cotidiana do ambulante. **Fonte**: Pesquisa de campo, 2023. Org.: PIMENTEL, 2023.

Figura 29: “Ambulante móvel” estrangeira se preparando para deslocamento na paisagem urbana, Florianópolis.

Legenda: A imagem acima retrata o momento de retirada da “ambulante móvel” estrangeira do seu ponto de venda, a imagem evidencia como a ambulante organiza rapidamente sua mercadoria, amarrando sacolas e preparando-se para deixar o local. Esse gesto indica uma ação reativa diante da possibilidade de fiscalização, revelando uma mobilidade de caráter tático, voltada à evasão e à preservação da atividade. A ausência de estrutura fixa e as compactações dos produtos em volumes transportáveis demonstram a necessidade de constante prontidão, na qual o trabalho se desenvolve sob condições de instabilidade e vigilância. Nesse contexto, a permanência no espaço urbano torna-se intermitente, sendo continuamente negociada e interrompida conforme as dinâmicas de controle da gestão municipal da cidade de Florianópolis. **Fonte**: Pesquisa de campo, 2023. Org.: PIMENTEL, 2023.

Após a pandemia de Covid-19, alguns ambulantes relataram evitar frequentar o centro da cidade devido às fiscalizações intensificadas e aos casos de prisões. Entre esses trabalhadores, os ambulantes estrangeiros se mostraram os mais difíceis de acessar, configurando grupos de difícil acompanhamento de suas rotinas e, consequentemente, mais difíceis de estabelecer relações de confiança, em razão de seus deslocamentos constantes.

Durante o trabalho de campo, se estabeleceu apenas curtas conversas informais com três ambulantes móveis imigrantes: Pablo, Gabriel e Javier. Além de se deslocarem constantemente, inclusive mudando de cidade e região, esses grupos carregam o estigma de

desviantes ou burladores, pois comercializam produtos não autorizados pelas normas municipais.

Ao considerar o espaço público urbano de Florianópolis, região Sul do país, que apresenta uma formação histórica distinta do restante do território brasileiro[55], é importante observar que, nos últimos anos, tem sido ocupado majoritariamente por trabalhadores ambulantes não brancos. Nesse contexto, as violências simbólicas e físicas aplicadas por operações policiais, enquanto tentativas de expulsão e controle do espaço, configuram uma política de exclusão de corpos considerados indesejáveis no espaço público, demonstrando a articulação entre trabalho ambulante e o racismo institucional**.**

Em casos de confrontos entre agentes policiais e ambulantes haitianos e senegaleses, a sociedade civil posicionou-se contrariamente a essas práticas, gerando opinião pública crítica que condenou o uso de *spray* de pimenta e prisões abusivas. Esse movimento de mobilização em defesa dos trabalhadores ambulantes móveis repercutiu junto à população e levou o Secretário de Segurança Pública do município a repensar as estratégias de fiscalização do espaço urbano, conforme relatado em entrevista concedida, explica o Secretário:

> Porque **é um conflito péssimo para a cidade**, quando há essas fiscalizações, que infelizmente insistem em fazer a fiscalização de quem está vendendo na rua e quer fazer a apreensão e o público acaba sendo ao contrário, "deixa o coitadinho trabalhar" e tal, muita gente não sabe nem o que está acontecendo. **Então isso traz uma opinião pública muito negativa, quando acontecem essas apreensões de varejo tanto nas praias, quanto nos calçadões, esse reflexo é muito ruim!** A gente tem enaltecido eles a fazerem esse trabalho de apreensão lá! Não mais nas ruas, para evitar essa opinião pública negativa, porque isso afeta a região que isso acontece, as pessoas vão deixando de circular nessas regiões, porque tem conflito. **Isso é péssimo para quem tem o comércio estabelecido, e para os ambulantes também**.(Secretário de Segurança Pública Municipal, grifos meus, 2023).

O relato do Secretário expõe a interdependência entre normas institucionais e construção de opinião pública: a força policial, ao atuar de forma coercitiva, cria uma visibilidade do conflito que mobiliza solidariedade em favor dos ambulantes. Nesse sentido, o poder estatal se vê parcialmente limitado não apenas pelas leis, mas pelo cálculo político e social das repercussões, evidenciando que a regulação do espaço urbano é também negociação simbólica. Além disso, ao mencionar que os conflitos afetam a circulação nas regiões e prejudicam o comércio formal, o Secretário articula a dimensão econômica e urbana da fiscalização, reconhecendo que o espaço público é simultaneamente local de comércio formal,

[55]Segundo Fernando Henrique Cardoso e Octavio Ianni (1960), a região teve uma distinta "colonização estrangeira (principalmente, alemã, italiana e polonesa) nos moldes em que se processou, contribuiu para a elaboração de padrões de convivência racial diversos dos que prevaleceram nas zonas tradicionais". (Cardoso e Ianni, 1960,p26)

de informalidade e de disputa simbólica. A fala também sugere que o Estado, mesmo com poder coercitivo, precisa adaptar suas estratégias para manter legitimidade e minimizar efeitos negativos: uma forma de negociação estrutural e social, em que o controle estatal, a economia urbana e a opinião pública interagem.

Diversos conflitos envolvendo os trabalhadores ambulantes ocorreram ao longo dos anos. Em uma manchete do ano de 2014, o jornal anunciava: "Ambulantes ilegais: uma guerra perdida. Fiscalização vai por uma rua, camelôs vão pela outra e assim vamos vivendo em Florianópolis, cujo centro virou um verdadeiro mafuá"[56].

Essa cobertura evidencia a percepção de conflito contínuo entre fiscalização, ambulantes e o comércio de lojistas locais, retratando o centro da cidade como um espaço de disputa. Em dezembro de 2023[57], outro conflito trouxe à tona a estratégia de remoção dos ambulantes, destacando que comerciantes estabelecidos solicitavam medidas do poder público para a retirada desses trabalhadores ambulantes das ruas.

O conflito narrado pelas matérias jornalísticas evidencia uma tentativa de marginalização do trabalho ambulante. Na maioria das reportagens locais, os ambulantes são associados a grandes fornecedores de mercadorias pirateadas, conferindo ao discurso um tom estigmatizante e criminalizador, que reforça a ideia de ilegalidade como característica central do comércio ambulante na cidade.

As políticas espaciais mais repressivas e violentas empregadas pelas autoridades policiais foram gradualmente modificadas em função da repercussão negativa na opinião pública. Quando os ambulantes imigrantes eram tratados de maneira hostil e violenta, reagiam coletivamente, mobilizando resistência e visibilidade social. Esse modo de reação às ações repressivas provocou um desgaste institucional perante a sociedade civil, demonstrando como as práticas de fiscalização não apenas regulam o espaço urbano, mas também entram em tensão com a legitimidade social e política das autoridades, explica o presidente da Associação dos Ambulantes:

> Qualquer um aqui do Brasil precisa ser tratado com direitos, mas a gente percebia que se fossemos nós que fizesse aquilo, na mesma hora eles levariam tudo [as mercadorias]. Então existia um tratamento diferenciado entre nós e essa galera de fora. Ia gerar repercussão internacional, tiveram uns conflitos aí, eles não souberam resolver o problema, não sei, quem sabe criar uma feira? Colocar eles lá pra vender coisas! Aproveitaram a onda do problema dos imigrantes ambulantes para poder tirar todo mundo que trabalhava na rua, para aí, aí não! Eles aproveitaram a oportunidade de

[56] Link da matéria:Ambulantes ilegais: uma guerra perdida (ndmais.com.br), acesso em 24/09/24.

[57] Link da matéria: (1008) Centro de Florianópolis: comerciantes pedem ação contra o crescimento de ambulantes irregulares - YouTube, acessada em 24/09/24.

> colocar nós no mesmo saco do pessoal que estava aí ocupando as calçadas todas das ruas, pra dizer: aqui vocês não vão trabalhar mais! Como assim? Aqui é onde eu vivo, onde eu crio a minha família! Durmo, acordo e venho trabalhar todos os dias! Onde eu vivo e pago os meus impostos! Não mistura não! **Então a gente sofreu porque aquela grosseria que eles tinham conosco, aquela tolerância zero, eles não tinham com os imigrantes, porque se fizesse com um, todos iam pra cima!**(Presidente da Associação dos Ambulantes, grifos meus, 2023).

Dessa forma, observa-se que o espaço público urbano de Florianópolis constitui um espaço de tensão social, econômica e simbólica, em que o trabalho ambulante se entrelaça com desigualdades estruturais, racialização e políticas de controle institucional. A atuação repressiva das autoridades policiais e a criminalização midiática dos ambulantes revelam uma tentativa de marginalização, enquanto a resistência coletiva, especialmente de trabalhadores ambulantes imigrantes, expõe as contradições e limites dessas políticas. A interação entre fiscalização, opinião pública e mobilização social demonstra que a regulação do espaço urbano não se restringe à aplicação de normas, mas envolve uma constante negociação simbólica e material, na qual os trabalhadores ambulantes se posicionam como sujeitos ativos, capazes de exercer táticas de visibilidade, proteção e permanência no espaço, conforme as figuras 30 e 31, a seguir, ilustram as situações de rua vivenciadas pelos ambulantes e como eles se adaptam ao fluxo da cidade.

Figura 30: “Ambulante móvel” estrangeiro preparando a sua banca para as vendas no circuito ambulante da cidade, Florianópolis.

Legenda: A imagem apresenta um trabalhador “ambulante móvel” estrangeiro, de nacionalidade equatoriana, no momento de montagem de sua banca de venda em uma das ruas do centro da cidade de Florianópolis, pelas proximidades do Mercado Municipal, observado em amarelo, à direita. Na imagem retratada o ambulante está estendendo o pano e organizando as mercadorias diretamente no chão. Esse gesto evidencia a rápida reativação do ponto de venda, possivelmente após uma interrupção, revelando o caráter intermitente da ocupação do espaço urbano. A simplicidade da estrutura permite uma instalação ágil, demonstrando que a banca é produzida no próprio espaço e no tempo da ação. Nesse contexto, a atividade ambulante se configura como um processo cíclico, marcado por montagem, venda, retirada e retorno, no qual a mobilidade assume um papel central na adaptação às dinâmicas de controle e circulação. **Fonte**: Pesquisa de campo, 2023. Org.: PIMENTEL, 2023.

Figura 31: Ambulantes comercializando frutas e os seus clientes, Florianópolis.

Legenda: A imagem acima apresenta um momento de venda em curso no qual um grupo de clientes se reúne ao redor de dois trabalhadores ambulante, formando um núcleo de interação no espaço urbano. Mesmo com uma estrutura mínima, com um carrinho de mão a disposição das mercadorias e a concentração de pessoas produzem uma delimitação tática do espaço, configurando uma situação temporária de venda. A aglomeração atua como elemento de atração de clientes, atraindo novos consumidores e reforçando a visibilidade dos trabalhadores ambulantes. Nesse contexto, a transação econômica se articula a uma dimensão social mais ampla, na qual a interação, a observação e a negociação coletiva desempenham papel central na dinâmica do trabalhador ambulante. **Fonte**: Pesquisa de campo, 2023. Org.: PIMENTEL, 2023.

CAPÍTULO 5: REGULAÇÃO URBANA E ECONOMIA AMBULANTE: DESAFIOS, LIMITES E CAMINHOS DE INTEGRAÇÃO

O presente capítulo 5, retoma as discussões desenvolvidas ao longo da tese com o objetivo de analisar as formas de regulação do trabalho ambulante no espaço urbano, tomando como eixo central as tensões, os limites e as possibilidades de integração dessa atividade nas cidades investigadas. Ao partir das evidências empíricas apresentadas nos capítulos anteriores, que demonstraram a constituição de circuitos ambulantes nas cidades de Florianópolis e Lisboa, a heterogeneidade dos grupos sociais de trabalhadores e as dinâmicas situacionais de conflito e negociação com o poder público, busca-se, neste momento, refletir sobre os impasses que emergem na tentativa de ordenamento do espaço urbano em "cidades intermediárias" (Rémy, 2015) em contextos marcados pela centralidade do turismo.

Ao longo da análise, evidenciou-se que o trabalhador ambulante não pode ser compreendido exclusivamente a partir da oposição entre formalidade e informalidade, mas como parte de um campo relacional mais amplo, no qual se articulam interesses econômicos, dispositivos normativos e práticas cotidianas de resistência e adaptação no espaço urbano da cidade. O capítulo mobiliza o conceito de transação social (Rémy, 2016) como chave interpretativa para compreender como se produzem, no cotidiano urbano, arranjos provisórios que permitem a permanência desses trabalhadores no espaço público, ainda que sob condições instáveis e frequentemente tensionadas.

A partir dessa perspectiva, são analisadas as formas pelas quais o poder público, os agentes do comércio formal e os próprios trabalhadores ambulantes participam da construção dessas dinâmicas, evidenciando tanto os mecanismos de exclusão quanto as possibilidades de negociação e reconhecimento. O capítulo 5 estrutura-se, assim, em torno da discussão sobre o direito ao trabalho e o direito à cidade, explorando os conflitos, as manifestações, as táticas e as estratégias que emergem nesse campo de disputas, bem como os desafios e limites enfrentados pelas políticas de regulação. Por fim, busca-se refletir sobre possíveis caminhos para a integração do comércio ambulante na dinâmica urbana, considerando as especificidades de uma economia itinerante e os constrangimentos institucionais que a atravessam.

5.1 Espaço público nas cidades

O espaço público constitui um quadro central da esfera pública da vida social. Na Grécia Antiga, por exemplo, era nos espaços públicos que se exercia a participação

democrática, como debates políticos e assembleias. Neles se manifestava coletivamente a sociedade civil, seja por meio de passeatas, manifestações ou outras formas de engajamento social; assim, o espaço público pode ser compreendido como uma categoria fundamental para a vida em sociedade (Birkner; Mix, 2014, p.285). Na modernidade, os espaços públicos das grandes cidades frequentemente se transformam em palcos de acontecimentos históricos, políticos e manifestações culturais, tornando-se locais privilegiados de encontro e trocas sociais**.**

Compreende-se que o espaço público urbano assume uma forma dinâmica e relacional, ao mesmo tempo em que permanece regulado e fiscalizado. Os mecanismos regulatórios, estruturados por Códigos de Posturas e editais municipais, buscam organizar o uso coletivo e controlar práticas sociais do fenômeno trabalho ambulante. Entretanto, mesmo diante dessas tentativas institucionais de manter a ordem, o cotidiano da cidade é moldado pelos sujeitos que a ocupam, sendo o espaço público configurado pelas interações socioeconômicas que ocorrem nas ruas. Nesse sentido, o espaço público pode ser compreendido como campo de regulação e negociação, no qual as normas institucionais e as práticas cotidianas dos atores sociais entram em processo de transação social (Rémy, 2016).

Essas transações (Rémy, 2016), que se desenvolvem nas interfaces entre diferentes atores e instâncias sociais, envolvem tanto as práticas cotidianas dos sujeitos quanto os instrumentos institucionais de regulação do espaço urbano nas cidades brasileiras. Tais relações são frequentemente atravessadas por tensões e disputas, que, em determinados contextos, influenciam os caminhos da própria produção e reconfiguração do espaço urbano. Assim, neste estudo a sociologia do espaço interessa particularmente pelas situações de interação entre os sujeitos, nas quais normas, interesses, táticas e estratégias são continuamente negociados, ainda que muitas dessas negociações permaneçam implícitas nas práticas do cotidiano, como vimos nos capítulos anteriores.

Assim, compreende-se o espaço como uma categoria de análise sociológica para realizar a análise situacional dos grupos de vendedores ambulantes que atuam no espaço público da cidade de Florianópolis. O conceito proposto por Jean Rémy (2016), voltada à análise das práticas sociais no espaço, trouxe importantes contribuições para a compreensão da relação existente entre espaço e sociedade, isto é, entre o espaço físico e as práticas sociais. Nessa perspectiva, a cidade materializa a distribuição de atividades, populações e grupos sociais.

Rémy enfatiza a materialidade social do espaço, na qual os significados culturais se inscrevem e a partir da qual emergem as chamadas identidades socioespaciais (Rémy, 2015).

A abordagem permite refletir sobre as diferentes formas de apropriação no espaço urbano, analisando-as como dimensões estruturais das relações, essas dinâmicas envolvem múltiplos atores sociais, atravessadas por relações de poder que evidenciam desigualdades sociais.

Na sociedade brasileira, essas relações socioespaciais tendem a se organizar de maneira hierarquizada. O espaço privado remete ao universo familiar da casa, conforme elaborado por Roberto DaMatta em sua obra "A casa e a rua" (1997). Ao estabelecer o contraste entre público e privado, representados pelas categorias da casa e da rua, o autor propõe uma interpretação das formas pelas quais se estruturam as relações sociais no Brasil. A partir da análise dessas duas esferas fundamentais da vida social, DaMatta argumenta que a casa representa o espaço privado e afetivo, no qual o indivíduo dispõe de maior controle e autonomia. Em contraste, a rua aparece como o espaço público onde as hierarquias sociais se manifestam de forma mais direta e explícita, tornando os sujeitos mais expostos às normas, às regras coletivas e ao poder institucional.

Na rua, as hierarquias tornam-se mais explícitas e os sujeitos sociais ficam mais expostos às regras e ao controle social. Por essa razão, a rua é frequentemente compreendida como um espaço incerto e potencialmente imprevisível, no qual as desigualdades sociais se manifestam de forma mais evidente. Nas ruas, os indivíduos desenvolvem diferentes táticas para lidar com essas assimetrias e para negociar sua inserção na esfera pública. Muitas vezes, recorrem a formas de pessoalização das relações sociais, mobilizando vínculos, aproximações e negociações informais para enfrentar situações adversas.

Desse modo, as transações socioespaciais entre os sujeitos que se apropriam dos lugares coletivos apresentam hierarquias que se definem, em grande medida, a partir de suas trajetórias sociais (Rémy, 2001). Em contextos de conflito, as articulações coletivas podem reconfigurar as dinâmicas do jogo político, trazendo a esfera pública para o centro do debate e reverberando na formação de uma opinião pública capaz de influenciar as negociações com os agentes institucionais. Contudo, permanece a questão sobre até que ponto os interesses coletivos dos cidadãos urbanos são efetivamente considerados e colocados em prática nessas negociações.

Essa fronteira entre o coletivo e o íntimo é denominada por Jean Rémy como "espaços confusos" (Rémy, 2001). Trata-se de contextos que favorecem interações sociais plurais e incertas, nos quais diferentes formas de sociabilidade se desenvolvem de maneira aberta e dinâmica. Para o autor, essas sociabilidades emergem, sobretudo em espaços coletivos, onde a presença e o olhar do outro tornam-se elementos importantes para a construção da autoimagem dos indivíduos (Rémy, 2001, p. 25).

Contudo, devido à complexidade das categorias casa e rua, Rémy elaborou a noção de semiprivado e semipúblico compreendendo que a divisão privado e público não é nítido (Rémy, 2015), e que existem espaços de transição e sentidos sociais intermediários, como "semiprivado e semipúblico" (Rémy, 215, p.51).

Na relação dos ambulantes com a cidade e seus agentes institucionais, observaram-se dinâmicas que articulam a esfera pública e a esfera privada, especialmente nas negociações cotidianas com representantes do poder público como os fiscais. Esses agentes são contratados, sobretudo, durante o período de veraneio, quando a cidade registra um aumento expressivo no fluxo turístico e, consequentemente, maior número de trabalhadores ambulantes. Trata-se de uma interação marcada por ambiguidades, que oscila entre o distanciamento institucional e formas de aproximação pessoal, características dos chamados "espaços confusos" (Rémy, 2001). Nesse contexto, as abordagens podem variar de acordo com o ambulante e com o fiscal envolvido na situação, como relatou a ambulante Gabriela:

> Em qualquer profissão sempre tem aqueles que acham que é mais do que o outro, chegam querendo pisar, entendeu? Só que eu não vou falar desses que estão aí agora, porque esses, graças a Deus não me incomodam, e dos que eu vi chegando e fazendo abordagem, que eu vi de longe**, eu não vi ninguém sendo agressivo, ou com algum abuso de poder**. **Eles chegam, tomam, às vezes, nem tomam, mandam a pessoa se retirar, então está bem normal**. Eu acho que está normal, porque eu já trabalhei tendo que correr de fiscal, mas muitos sabem que a gente precisa trabalhar, que é mulher, que nem eu.(Ambulante Gabriela, grifos meus, 2023).

O relato da ambulante Gabriela evidencia que as abordagens da fiscalização não ocorrem de forma homogênea, variando conforme os agentes envolvidos e a situação concreta. A fala sugere que a aplicação das normas é permeada por avaliações morais e percepções sobre a condição dos trabalhadores, revelando um campo de interação marcado por ambiguidades e negociações implícitas. Essas situações ilustram aquilo que Jean Rémy (2001) denomina de "espaços confusos", nos quais as fronteiras entre regra institucional e práticas situacionais tornam-se mais flexíveis. A vendedora ambulante explica que os fiscais que atuam nessa região do centro da cidade estão presentes, sobretudo, para inibir a presença de "ambulantes novatos" que chegam ao mesmo espaço, "eles querem colar nos que já estão ali, porque pensam que são zonas mais liberadas para o trabalho ambulante, mas com fiscais conseguem inibir, um apoio em cada esquina". A fala da vendedora evidencia que a fiscalização não opera apenas como um instrumento de repressão, mas também como um mecanismo de regulação do uso do espaço urbano, contribuindo para organizar as chamadas "zonas nômades" da cidade. Nesse processo, estabelecem-se distinções entre ambulantes

considerados “estabelecidos” e aqueles vistos como “novatos”, o que acaba reforçando fronteiras informais de pertencimento e permanência no espaço público.

A atuação dos fiscais durante o período de veraneio pode ser compreendida como uma estratégia adotada pelos gestores municipais para inibir a apropriação do espaço urbano por ambulantes novatos que migram para a cidade e tentam se estabelecer nesses locais. Outra vendedora de rua, que trabalha com um carrinho de churros com a autorização formal para atuar naquele espaço[58], explicou que a intensidade da fiscalização depende, em grande medida, do tempo que o ambulante já permanece naquele mesmo ponto, “muitos empresários não querem a nossa presença, porque dizem que tiramos as vendas deles; então, a classe mais rica não quer o pessoal que trabalha na rua ocupando esse espaço público para vender” (Vendedora ambulante, 2023).

As transações sociais que se desenvolvem no espaço público da cidade de Florianópolis evidenciam que a ocupação desses lugares coletivos ocorre em um contexto marcado por conflitos e disputas, mas também por negociações. Na perspectiva da sociologia do espaço de Jean Rémy, “o espaço é um recurso que permite que os indivíduos e os grupos se afirmem e se comuniquem, levando em consideração a sua autonomia” (Rémy, 2016, p. 43). Nesse sentido, o espaço urbano constitui um campo no qual se expressam e se confrontam vontades individuais e coletivas. Assim, o comércio ambulante no espaço público apresenta-se como uma janela privilegiada para a análise das transações sociais estabelecidas entre os grupos de vendedores ambulantes e a gestão municipal da cidade.

Nesse quadro social, estão também envolvidos grupos econômicos dominantes que, em diferentes momentos articulam-se com instituições da esfera pública administrativa com o objetivo de intervir na gestão do espaço urbano, colocando em disputa quem pode e quem não pode ocupar o espaço público. Dessa forma, o espaço público torna-se uma categoria central de análise, na qual se desenvolvem negociações, conflitos, táticas e estratégias entre os diferentes atores sociais envolvidos na produção e regulação da cidade.

O presidente da CDL destacou que há por parte da entidade uma preocupação com a questão da legalidade no exercício do trabalho ambulante na cidade. Segundo o entrevistado, “é preciso estabelecer algumas condições para que o trabalho ambulante possa ser exercido”. Entre essas condições, menciona-se a definição de regras que restrinjam o *mix* de produtos comercializados pelos ambulantes, de modo a evitar conflitos com o comércio lojista local.

[58] Existem momentos do ano em que essas licenças provisórias vencem, nesses momentos, os ambulantes negociam com a fiscalização a sua permanência em seu ponto de venda.

Ao considerar as políticas que regulam o espaço público urbano, como os Códigos de Posturas Municipais, observa-se que esses instrumentos estabelecem normas sanitárias e padrões formais bastante rígidos, que frequentemente acabam restringindo ou excluindo grande parte dos trabalhadores ambulantes desses espaços. Essas medidas, ao priorizarem critérios estéticos e políticas de embelezamento urbano, tendem a reforçar práticas de ordenamento que limitam a presença do trabalho ambulante nas ruas. Diante dessas restrições, os ambulantes desenvolvem táticas para contornar suspensões de licenças e outras formas de controle institucional, mobilizando arranjos coletivos e práticas de adaptação que lhes permitem continuar atuando no espaço público.

5.2 O impasse: o direito ao trabalho e o direito à cidade

A presença do trabalhador ambulante nos espaços públicos na cidade coloca em evidência um conjunto de disputas sociais, políticas e econômicas em torno da apropriação e do uso desses espaços coletivos. Embora o espaço público seja frequentemente concebido como um bem comum destinado à circulação, ao encontro e à convivência social, ele também é objeto de regulamentações institucionais que procuram ordenar suas formas de ocupação. Nesse contexto, a atuação dos vendedores ambulantes revela tensões entre diferentes atores sociais, trabalhadores informais, comerciantes estabelecidos e agentes do poder público, que reivindicam, de maneiras distintas, o direito de utilizar o espaço urbano.

A presença de trabalhadores ambulantes nos espaços urbanos coletivos evidencia um dilema recorrente nas políticas urbanas, que envolve, de um lado, o direito ao trabalho e à sobrevivência desses trabalhadores e, de outro, as tentativas institucionais de regular, limitar ou mesmo restringir sua permanência nesses locais. Desse modo, a presença do trabalhador ambulante torna-se um ponto de tensão entre diferentes concepções sobre o uso do espaço público, revelando disputas em torno da legitimidade de sua ocupação e das formas de ordenamento da cidade.

O Secretário de segurança pública, em entrevista concedida, compreende que “há uma percepção por parte do poder público, de que há um limite do espaço público para acomodar essa atividade ambulante”. Desse modo, há algumas décadas, o poder público delimita as quantidades e as modalidades autorizadas de tipos de vendas ambulante na cidade de Florianópolis/SC.

Dessa forma, observa-se que, à medida que as políticas espaciais são implementadas pelos agentes institucionais com o objetivo de estabelecer uma “ordem” sobre práticas que

escapam às normas vigentes, essas mesmas políticas acabam também delimitando quem pode ou não permanecer na cidade. Em outras palavras, tais mecanismos regulatórios contribuem para definir quais grupos possuem legitimidade para ocupar o espaço urbano e quais são considerados indesejáveis ou passíveis de expulsão. Por outro lado, a presença persistente de ambulantes nos espaços públicos das cidades evidencia os limites dessas tentativas de regulação. Essa situação frequentemente resulta em conflitos, pois, enquanto o poder público busca ordenar e controlar o uso desses espaços, os ambulantes mobilizam táticas cotidianas de resistência para garantir sua permanência e possibilidade de trabalho no espaço urbano.

Kathryn Takabvirwa (2024), retrata os vendedores ambulantes nas ruas do Zimbabué, que estão cristalizados nesse espaço físico assumindo uma função socioeconômica importante na cidade, enquanto infraestruturas móveis, “as barracas de venda automática não apenas são uma prova visível e tangível da crise, mas também atestam a determinação das pessoas em se sustentar ao redor e apesar do Estado” (Takabvirwa, 2024, p.402). Assim, como em Florianópolis, os ambulantes atuam em uma zona ambígua entre tolerância e repressão. Apesar de serem frequentemente criminalizados ou reprimidos pelas autoridades municipais, eles se constituem como parte integrante das dinâmicas econômicas e sociais da cidade, a atividade, portanto, é um modo de sustento para muitas pessoas diante da falta de oportunidades no mercado de trabalho.

Nesse espaço urbano onde se desenvolvem as atividades ambulantes ocorrem os conflitos, para Simmel (1983), o conflito constitui uma forma de interação social destinada a resolver dualismos e divergências entre grupos ou interesses distintos. No caso analisado, observam-se momentos de ruptura que instalam as crises institucionais, nos quais a Associação dos Ambulantes se posiciona no jogo político, assumindo um papel ativo na defesa de uma causa coletiva: o direito ao trabalho e a contestação das normas que tratam o comércio ambulante apenas como uma atividade temporária.

Nesse contexto, observam-se diferentes forças político-econômicas que atuam na cidade e que são representadas por diversos atores presentes, como políticos locais, sindicatos, o aparato de segurança pública e a mídia local. Esses atores, representantes de distintos grupos de interesse, mobilizam capital político e simbólico, influenciando a formação da opinião pública e intervinda nos debates sobre o uso e a regulação do espaço urbano, seja por meio de pronunciamentos institucionais, seja por meio de sua presença em jornais e outros meios de comunicação.

Ao considerar a esfera da ação política, o centro da cidade configura-se como um verdadeiro palco da vida social, no qual se manifestam disputas, negociações e mobilizações coletivas

promovidas pelo grupo social dos vendedores ambulantes. Tais mobilizações podem ou não resultar na formulação de políticas públicas, no entanto evidencia-se a dinâmica desse jogo social, no qual diferentes atores movimentam suas estratégias e táticas para continuar a disputar posições e legitimidades no espaço urbano.

Quando se pensa nos espaços públicos urbanos no Brasil e em suas estruturas socioespaciais como processos em constante construção, a observação da rotina de uma rua, praça ou bairro revela como esses lugares orientam e organizam a vida cotidiana das pessoas. Em muitos casos, as fronteiras entre espaço público e espaço privado tornam-se difusas. Durante a observação participante realizada no cotidiano dos vendedores ambulantes, especialmente no quadrante central onde se concentram suas atividades, observou-se que a rotina de trabalho desses ambulantes se entrelaça com outras esferas da vida social que ultrapassam o âmbito estritamente econômico.

Nesse espaço público, ocorrem interações constantes entre os ambulantes e sua clientela, bem como trocas econômicas mediadas por táticas de aproximação e "conquista da clientela". Ao mesmo tempo, esse espaço também se torna lugar de outras práticas cotidianas: ali realizam suas refeições, organizam-se politicamente, convivem com seus filhos, constroem redes de sociabilidade e proteção e desenvolvem táticas para lidar com as ações de fiscalização. Trata-se, portanto, de um espaço no qual esses ambulantes desempenham múltiplos papéis sociais ao longo de sua rotina de trabalho nas ruas.

Entretanto, a ocupação desses espaços também envolve riscos e tensões, especialmente nas relações estabelecidas com os agentes responsáveis pela fiscalização municipal, como fiscais da prefeitura e agentes policiais. Assim, o permanecer e trabalhar nas ruas é constantemente atravessado por conflitos e pela possibilidade de intervenção institucional.

Diante desse cenário, apresenta-se a seguir um quadro de categorias analíticas elaboradas a partir das narrativas dos sujeitos entrevistados, que evidencia o conflito central desta pesquisa: a ocupação do espaço urbano pelos trabalhadores ambulantes versus a regulação e o controle institucional desse espaço**.**

Quadro 4: Estratégias institucionais VERSUS táticas de ocupação do espaço.

Táticas de ocupação do espaço urbano pelo comércio ambulante.	**Regulação e controle institucional.**
Apropriação criativa/adaptativa do espaço	Ambulante como um vendedor de mercadorias "ilícitas"
Táticas móveis de circulação	Operações conjuntas de agentes locais de repressão
Fixar e não-fixar a posição na paisagem urbana	Tentativa de controle burocrático por editais de permissão de trabalho
Escolha de pontos "quentes" de trabalho ambulante	Momentos de suspensão das permissões de trabalho
Ocupação de esquinas e cruzamentos	Controle da estética urbana
Ambulantes ocupando ruas e calçadas	Produção de certa "ordem pública" ao definir pontos que podem ser ocupados
Calcula o risco-benefício do local	Gestão define os pontos de vendas
O movimento de abrir o pano / recolher o pano	Fiscalizações relâmpagos durante o dia todo
Criação de "áreas nômades" na cidade pelos ambulantes móveis	Normas/regras que mudam conforme pressões políticas

Fonte: Pesquisa de campo, 2023. Org.: PIMENTEL, 2026.

O quadro 4 acima, apresenta as táticas dos ambulantes na ocupação do espaço urbano. Os seus diversos modos de apropriação do espaço em seus pontos de venda foram retratados nas imagens fotográficas, apresentando suas estruturas discretas na paisagem, permitindo suas táticas móveis de circulação pelo espaço. Essas táticas facilitam a chegada e a saída dos seus pontos de vendas na cidade. O que coloca os "ambulantes móveis" em uma situação de transitoriedade contínua no espaço devido às fiscalizações dos agentes que não permitem a comercialização de mercadorias consideradas pelos fiscais como "ilícitas". Nesse processo conflitivo, surgem medidas estratégicas que tentam regular a prática ambulante no espaço com objetivo de alcançar um controle da "ordem pública", de quem pode e quem não pode ocupar os espaços urbanos, essas estratégias institucionais funcionam como dispositivos de controle como os editais que mudam suas normas e regras conforme mudam as negociações e o contexto político local. Apesar disso, os ambulantes negociam a sua permanência nas situações pontuais que são articuladas no cotidiano da vida urbana ocupando ruas e calçadas.

5.3 Entre manifestações e negociações

A mídia local passou a registrar, no ano de 2018, de forma recorrente, o aumento da presença de trabalhadores ambulantes na região central de Florianópolis. Em uma reportagem

televisiva, destacava-se que, com o término da temporada de veraneio, parte significativa dos ambulantes que anteriormente atuavam nas praias deslocava-se para o centro da cidade, acompanhando a reconfiguração sazonal dos fluxos de consumo. A narrativa jornalística enfatizava a intensificação da ocupação do espaço público, apontando para situações em que a circulação de pedestres passava a disputar espaço com as mercadorias expostas nos calçadões. Ainda segundo a reportagem, a presença da fiscalização não era suficiente para impedir a continuidade da atividade, uma vez que os ambulantes adotavam táticas de retirada momentânea dos produtos diante da aproximação das viaturas, retomando rapidamente suas vendas após a saída dos agentes públicos.

No mesmo contexto, representantes do comércio formal, como a CDL atribuíam a permanência dos ambulantes no espaço a dois fatores principais: por um lado, a existência de demanda por parte dos consumidores, que alimentaria a dinâmica desse circuito econômico; por outro, a percepção de insuficiência das ações repressivas por parte do poder público (reportagem extraída do canal YouTube, 2018)[59].

Em termos institucionais, no ano de 2018, a Prefeitura de Florianópolis dispunha de um número reduzido de fiscais, cerca de 17 agentes fiscais, para atuar na regulação do uso do espaço urbano, o que limitava a efetividade das ações de controle, sobretudo em áreas de alta circulação, como o entorno do Mercado Público. Paralelamente, intensificaram-se as pressões por parte de comerciantes formais, que demandavam maior rigor na fiscalização e na contenção do comércio ambulante considerado irregular, especialmente entre aqueles que operavam sem autorização.

Esse cenário resultou na implementação de uma operação de fiscalização coordenada pelo poder público municipal, articulada também ao cumprimento de determinações do Ministério Público de Santa Catarina - MPSC, relacionadas à regularização das permissões de trabalho, muitas das quais se encontravam vencidas desde o final de 2017. Nesse processo, o descredenciamento de ambulantes foi operacionalizado por meio de edital público que redefiniu os critérios de autorização, incluindo a delimitação de um novo *mix* de mercadorias permitido para a atividade.

Em resposta a essas medidas, os trabalhadores ambulantes organizaram uma manifestação em frente à Prefeitura de Florianópolis, expressando insatisfação tanto com as decisões do Ministério Público quanto com as diretrizes adotadas pela administração municipal. As figuras 32 e 33, a seguir, ilustram a mobilização, que foi noticiada pela

[59] Link da reportagem do canal SBT na plataforma do YouTube, acessar: Vendedores ambulantes ilegais se concentram no centro de Florianópolis (youtube.com), acessado em 12/09/2024.

imprensa local sob a manchete: “Ambulantes ‘legais’ fazem manifestação contra decisão da Prefeitura de Florianópolis”, evidenciando que, mesmo entre aqueles formalmente autorizados, persistiam tensões e disputas em torno das condições de permanência no espaço urbano”[60].

Figura 32: Ambulantes protestam no espaço urbano da cidade, Florianópolis.

Legenda: A imagem apresenta uma manifestação de trabalhadores ambulantes, reunidos em um ato coletivo de reivindicação no espaço urbano. Os ambulantes estão portando cartazes com mensagens que enfatizam união, dignidade e respeito, os participantes tornam visível uma dimensão política frequentemente invisibilizada no cotidiano dessas atividades. Diferentemente das práticas individuais marcadas pela mobilidade e pela adaptação à fiscalização, a ação coletiva configura uma tática de afirmação e busca por reconhecimento. O espaço urbano deixa de ser apenas cenário de circulação e comércio, passando a se constituir como espaço de disputa, no qual os trabalhadores reivindicam legitimidade e direito à permanência. **Fonte**: Jornal ND+ notícias, 2018.

Figura 33: Ambulantes protestam segurando cartazes, Florianópolis.

[60] Matéria jornalística local *website* nd+ notícias com a manchete: Ambulantes "legais" fazem manifestação contra decisão da Prefeitura de Florianópolis (ndmais.com.br) acesso: 15/12/25.

Legenda: A imagem acima apresenta uma manifestação de ambulantes legalizados em frente a um edifício institucional, conforme registrado em matéria do portal ND+ (2018). Os participantes exibem cartazes que reivindicam dignidade, respeito e reconhecimento de sua condição de trabalhadores que pagam impostos e sustentam suas famílias. Diferentemente das práticas cotidianas marcadas pela mobilidade e adaptação à fiscalização, a ação coletiva torna visível o conflito com o poder público, evidenciando a disputa por regulamentação e permanência no espaço urbano. Nesse contexto, o trabalhador ambulante ultrapassa a dimensão econômica, assumindo também um caráter político, no qual os trabalhadores se organizam para reivindicar legitimidade e direitos. **Fonte**: ND+ (2018).

Imediatamente após a divulgação das medidas, a Associação dos Ambulantes da cidade reuniu seus associados sob a liderança de seu representante, José Nivaldo. Durante as negociações com a Prefeitura, o presidente da associação solicitou mais tempo para discutir a permanência dos ambulantes no espaço público. Na manifestação estavam presentes cerca de 80 vendedores e vendedoras ambulantes que trabalhavam de forma legalizada desde julho de 2013, quando o Decreto nº 11.864, publicado pelo então prefeito César Souza Júnior, lhes concedeu respaldo jurídico para exercer suas atividades no espaço urbano da cidade.

José Nivaldo, presidente da Associação, destacou que muitos dos ambulantes que atuam no centro da cidade possuem notas fiscais que comprovavam a origem de suas mercadorias, “somos pipoqueiros, vendedores de pano de prato e de meias, não comercializamos itens falsificados. Muitos trabalham como ambulantes há décadas e, agora, estão sendo descartados pela Prefeitura. Não conseguimos nem participar do processo de montar a licitação”. (Entrevista ao jornal local,17/05/2018).

Esse episódio que aconteceu no ano de 2018 evidencia como o trabalhador ambulante se insere em um campo de disputas que envolvem diferentes atores sociais e interesses na gestão do espaço urbano. A mobilização coletiva dos ambulantes diante das medidas estratégicas administrativas demonstra que esses trabalhadores não atuam apenas como

agentes econômicos, mas também como sujeitos políticos capazes de se organizar e reivindicar direitos.

Nesse sentido, o conflito observado pode ser interpretado à luz da perspectiva de Georg Simmel (1983), onde o conflito se configura como uma forma de interação social que revela tensões, mas também possibilita a reorganização das relações entre os grupos envolvidos. Ao mesmo tempo, essas disputas podem ser compreendidas como parte de um processo de transação social, conforme proposto por Jean Rémy (2016), no qual diferentes atores, ambulantes, comerciantes lojistas estabelecidos e poder público, negociam continuamente as condições de uso e ocupação do espaço urbano. Assim, as manifestações e negociações protagonizadas pelos ambulantes revelam que a regulação do espaço público não se dá apenas por meio de normas institucionais, mas também por meio de disputas, resistências e rearranjos que emergem da própria dinâmica social da cidade.

A Associação dos Ambulantes surgiu no ano de 2012. Naquele período, um pequeno grupo de vendedores ambulantes atuava nas proximidades do terminal de ônibus no centro da cidade, comercializando vales-transporte de papel. Naquele momento havia pouca fiscalização sobre a atividade, José Nivaldo afirma que, “ninguém estava nem aí pra gente naquela época”. Com o passar dos anos, entretanto, o sistema de vale-transporte em papel foi substituído por cartões eletrônicos, o que obrigou muitos desses trabalhadores a se adaptarem e a buscarem novos tipos de mercadorias para continuar atuando como trabalhador ambulante nas ruas.

A trajetória como ambulante de José Nivaldo, líder de Associação, teve início em 2001. O ambulante encontrava-se desempregado e precisava garantir a renda para sustentar sua família e educar seus dois filhos pequenos. Foi nesse contexto que decidiu iniciar suas atividades nas ruas da cidade, ingressando no trabalho ambulante como uma estratégia tática de sobrevivência diante das dificuldades de inserção no mercado de trabalho.

José relatou que no ano de 2012 era comum trabalhadores ambulantes perderam diversas mercadorias em decorrência das ações de fiscalização, devido à presença das fiscalizações relâmpago que eram realizadas com o apoio de policiais civis à paisana. Nessas operações, os agentes se aproximavam dos ambulantes disfarçados de clientes comuns, perguntando sobre as mercadorias disponíveis para venda. Após essa abordagem inicial, revelavam sua identidade e interrompiam a transação, o que frequentemente resultava na apreensão de todo o estoque que estava sendo comercializado no comércio ambulante naquele momento.

Foi nesse cenário de perdas e prejuízos que José Nivaldo, conhecido pelo apelido de “Chocolate”, tomou a iniciativa de criar a Associação dos Ambulantes. No início, muitos trabalhadores ambulantes fixos duvidaram que uma forma de representação política dos ambulantes pudesse trazer resultados concretos. Ainda assim, mesmo diante do pouco apoio inicial de seus colegas, o então futuro presidente da associação decidiu seguir com o projeto. Para isso, organizou a documentação necessária e iniciou os procedimentos burocráticos para formalizar a Associação dos Ambulantes, com o objetivo de constituí-la como uma instância de representação coletiva capaz de dialogar juridicamente e politicamente com o poder público.

Essa força política representativa da Associação dos Ambulantes resultou em algumas conquistas no campo das negociações institucionais, como a participação dos ambulantes em processos que envolvem tomadas de decisão que afetam diretamente o grupo do comércio ambulante. Entre essas participações, destaca-se a possibilidade de diálogo nas discussões sobre a elaboração dos editais de permissão de trabalho, instrumentos que regulam a atividade no espaço público da cidade.

Entretanto, até o cenário da pesquisa, o ano de 2023, ainda permanece marcado por embates e negociações, conforme relataram os ambulantes durante os meses em que foram acompanhados no trabalho de campo. Persistem dificuldades na elaboração e publicação dos novos editais de permissão para o trabalho ambulante, que, em tese, deveriam ser divulgados anualmente. No entanto, atrasos recorrentes nesses processos acabam abrindo margem para a intensificação das operações de fiscalização e para a ocorrência mais frequente de ações de retirada dos trabalhadores ambulantes das ruas.

Conclui-se que em determinados momentos, observa-se a abertura de canais de diálogo entre o poder público e os ambulantes; em outros, entretanto, as ações de fiscalização assumem um caráter mais coercitivo, resultando em conflitos mais intensos, como as operações de retirada dos ambulantes do espaço público. Essas ações costumam ocorrer, sobretudo, quando as permissões de trabalho concedidas por meio de editais municipais encontram-se vencidas, o que reforça a vulnerabilidade desses trabalhadores diante das intervenções institucionais.

A ambulante Gabriela relatou, em uma conversa informal, ter tomado conhecimento do projeto de revitalização da parte leste do centro da cidade durante uma reunião pública realizada no ano de 2022 com os ambulantes do centro da cidade. Nesse encontro, estiveram presentes representantes institucionais da Secretaria Municipal de Urbanismo, a CDL, e o

Secretário de segurança pública do município, ocasião em que foram discutidas possíveis intervenções urbanísticas e suas implicações para o uso do espaço público na região central.

A reunião ocorreu no antigo terminal urbano da cidade, nas proximidades da Praça XV no segundo semestre de 2021. Na ocasião, uma das principais preocupações manifestadas pelos ambulantes dizia respeito ao sistema de sorteio das vagas previstas no edital de credenciamento. Segundo relatou a ambulante Gabriela, havia incerteza quanto à possibilidade de permanência nos mesmos pontos de venda já ocupados há anos. Em suas palavras: “as pessoas não vão ter a sorte de tirar os seus próprios pontos. Tipo, que nem eu, que estou aqui há 20 anos, será que vou ter a sorte de cair no mesmo ponto? Entendeu?”. O questionamento evidencia a insegurança desses trabalhadores diante dos processos administrativos que redefinem a distribuição dos espaços de trabalho no comércio ambulante.

A reunião pautou a estratégia do poder público, que consistia em redistribuir os trabalhadores ambulantes para a parte leste do centro da cidade, área frequentemente considerada degradada e com baixo fluxo de pessoas. Por se tratar de uma região ainda situada no perímetro central, os gestores municipais acreditam que a presença dos ambulantes poderia contribuir para revitalizar o espaço urbano e “trazer vida” a essa porção do centro. A parte leste do centro é uma área que poderia ser mais bem aproveitada pelos habitantes, “o esvaziamento de áreas centrais é uma tendência em todas as cidades, há certo abandono dos espaços que levam a uma degradação do lugar” (Secretário de Segurança Municipal, 2023).

O Secretário argumenta que a presença dos ambulantes pode contribuir para a revitalização da área durante o período diurno, atraindo maior circulação de pessoas. Trata-se de uma questão que sensibiliza todos aqueles que utilizam esses espaços urbanos, por isso, a Prefeitura procura estabelecer diálogo com os comerciantes da região como forma de enfrentar o processo de decadência da área do centro leste. Ao mesmo tempo, busca construir uma relação de maior proximidade com os trabalhadores ambulantes, durante essas reuniões públicas, com o objetivo de regular sua presença e adequá-la às normas que orientam a política espacial da cidade.

Diante desse fenômeno social que envolve o trabalhador ambulante na cidade e a regulação municipal do espaço urbano, elaborei quadros de categorias analíticas, apresentados a seguir, a partir das observações diretas realizadas durante o trabalho de campo e da análise de conteúdo das narrativas tanto dos vendedores ambulantes quanto dos agentes institucionais. O objetivo é compreender a situação conflitiva que envolve o trabalho ambulante como uma disputa pública, na qual se confrontam, de um lado, as estratégias de regulação e controle do espaço por parte do poder público e, de outro, as táticas de

sobrevivência mobilizadas pelos ambulantes, que assumem formas táticas nas práticas cotidianas de ocupação e uso do espaço urbano.

Quadro 5: Conflito e as estratégias de sobrevivência como táticas cotidianas dos ambulantes.

CONFLITO E DISPUTA PÚBLICA	**ESTRATÉGIAS DE SOBREVIVÊNCIA**
Ambulante visto como "invasor" do espaço	Correr para evitar a fiscalização
Lojistas VS ambulantes	Circular para não ser capturado
Policiais como agentes de fronteira	Avistar sinais de repressão (viatura vindo, fiscais da prefeitura no verão)
Representantes institucionais disputando narrativas	Passar informações em rede ("tá vindo fiscalização")
Imprensa moldando opinião pública	Alternar mercadorias conforme clima / oportunidade
Crises de gestão associadas ao aumento de ambulantes	Diversificar produtos (morangos, sombrinhas, bonés etc.)
Protestos dos ambulantes contra normas	Redes de apoio entre ambulantes
Insegurança jurídica do trabalho ambulante	Adaptabilidade às crises

Fonte: Pesquisa de campo, 2023. Org.: PIMENTEL, 2026.

Quadro 6: Transações sociais e o conflito no campo público.

CONDIÇÕES	**AÇÕES/INTERAÇÕES**	**CONSEQUÊNCIAS**
Espaço urbano como arena de disputa	Manifestações/Negociações com gestores	Redefinição do problema público "ambulante"
Configuração institucional fragmentada (Prefeitura, CDL, MP, polícia)	Táticas de visibilidade/luta por direitos	Mudanças nas regras de gestão do espaço
Ambulantes como atores políticos emergentes	Disputas discursivas e midiáticas	Processos de reconhecimento/invisibilização

Fonte: Pesquisa de campo, 2023. Org.: PIMENTEL, 2026.

No caso específico da cidade de Florianópolis, as categorias analisadas, conforme apresentadas nos quadros anteriores, permitiram reorganizar os elementos identificados ao longo da etapa de investigação e da coleta de dados qualitativos. Esse procedimento teve como objetivo compreender como diferentes condições, tais como a regulação urbana, os conflitos em torno do uso do espaço público, a mobilidade tática dos ambulantes, as desigualdades sociais e a atividade turística da região, se articulam em um conjunto de processos que estruturam o cotidiano dos trabalhadores "ambulantes fixos" e "ambulantes móveis".

Dessa forma, os códigos abertos identificados nas narrativas dos sujeitos sociais permitiram não apenas organizar o material empírico, mas também explicar o processo social, revelando como o trabalho ambulante é continuamente produzido e reproduzido nas interfaces entre as políticas de gestão do espaço urbano, as práticas cotidianas dos trabalhadores e as tensões morais que atravessam a disputa pelo uso do espaço público.

5.4 Desafios e limitações da regulação de uma economia itinerante

A experiência das incursões na cidade de Lisboa possibilitou identificar que a atividade ambulante pode funcionar como uma porta de entrada no mercado de trabalho para populações imigrantes e trabalhadores inseridos em circuitos econômicos de trabalhos precarizados. Nos entornos da estação de metrô da Baixa-Chiado, na cidade de Lisboa, contrastam-se as galerias e lojas de marcas internacionais com o circuito de venda ambulante, caracterizado pela presença de vendedores estrangeiros que expõem suas mercadorias em panos pretos estendidas no chão das ruas, prática igualmente observada na Rua Augusta.

Nesse sentido, assim como nas entrevistas com os agentes institucionais da cidade de Florianópolis, observa-se um ponto de convergência em torno da ideia de migrar e do tipo de atividade ambulante exercida nesse "novo lugar". Nas cidades de Florianópolis/SC e de Lisboa/PT, a atividade ambulante se configura como uma porta de entrada para os recém-chegados.

Este trabalho procurou elementos para compreensão das interações entre o trabalho ambulante e as fronteiras entre formalidade e informalidade no contexto urbano. Considerando Florianópolis, uma cidade reconhecida como um dos destinos mais procurados por migrantes internos no Brasil (IBGE, 2025), tornou-se necessário situar a análise do trabalho informal nas relações com os processos migratórios locais, tanto internos quanto externos. Para os agentes institucionais, a presença de perfis diversos entre migrantes e a dinâmica turística da cidade configuram desafios específicos para a regulação do espaço público, demandando estratégias de governança capazes de lidar com a coexistência de múltiplos interesses socioeconômicos.

A diversidade de perfis entre os trabalhadores ambulantes dificulta a identificação de quais indivíduos realizam a atividade com fins de subsistência familiar e quais estão envolvidos em práticas irregulares, nas palavras do fiscal estadual, "fica difícil identificar quem dos ambulantes migrantes realmente precisa vender suas mercadorias para enviar

dinheiro para a sua família e quem está participando de alguma contravenção" (Fiscal Estadual, 2023).

A proteção do comércio lojista local em Florianópolis não constitui uma pauta recente e muito menos se restringi ao caso dos ambulantes que trabalham no centro da cidade. O relato do fiscal estadual evidencia que nos anos anteriores, os representantes institucionais em ação conjunta criaram uma proteção para o comércio lojista local, a formulação de estratégias voltadas ao combate às chamadas feirinhas do Brás, explicou o fiscal estadual, "é proibido proibir! Então nós fizemos dispositivos para dificultar isso, não tinha como proibir eles de montar a feirinha! (Presidente do CECOP, 2023)[61].

A organização dessas feiras seguia arranjos relativamente simples, nos quais os responsáveis buscavam apoio de instituições locais, como igrejas ou Centros de Tradições Gaúchas-CTGs, a fim de viabilizar sua realização em galpões ou espaços comunitários. No entanto, tais práticas eram negativamente avaliadas pelos agentes municipais, sobretudo em razão da comercialização de mercadorias consideradas irregulares, como produtos piratas e, em alguns casos, possivelmente oriundos de furtos. Na percepção dos fiscais e representantes do comércio local, essa dinâmica configurava uma forma de concorrência desleal, na medida em que desviava o consumo dos estabelecimentos formais da cidade. Argumentava-se que a circulação dessas mercadorias impactava diretamente o comércio lojista, contribuindo para a redução das vendas, o aumento da inadimplência em sistemas de crediário e, em última instância, para o fechamento de estabelecimentos, com efeitos negativos sobre a economia local e a coesão social em médio prazo.

Diante desse cenário, agentes municipais e estaduais passaram a articular estratégias de proteção ao comércio local, coordenando ações conjuntas e mobilizando diferentes instituições para levar suas demandas à Assembleia Legislativa do Estado de Santa Catarina - ALESC. Essa mobilização envolveu a Frente Parlamentar de Apoio ao Comércio Varejista, a Federação das Câmaras de Dirigentes Lojistas de Santa Catarina -FCDL-SC, e a Federação do Comércio de Bens, Serviços e Turismo - Fecomércio, configurando um movimento institucional voltado ao enfrentamento das feiras itinerantes. Segundo relato de um fiscal estadual, essa articulação buscou não apenas reforçar a defesa do comércio formal, mas também criar mecanismos legais capazes de inviabilizar economicamente a instalação dessas feiras no estado.

[61] Link de acesso a matéria jornalística: Agência ALESC | Frente apresenta pedidos para restringir feiras itinerantes em SC, acessado em 23/02/2026.

Nesse processo, foram desenvolvidas estratégias normativas que condicionavam a realização das feiras ao cumprimento de exigências previstas no Código de Defesa do Consumidor (Lei 8.078/1990), como a obrigatoriedade de manutenção de um posto de troca por um período de 180 dias. A medida, ao impor custos adicionais e responsabilidades contínuas aos organizadores, teria contribuído para desestimular a permanência dessas feiras em Santa Catarina, levando ao seu deslocamento para outros estados com menor nível de regulação. Assim, conforme evidenciado na entrevista com o presidente do Conselho Estadual de Combate à Pirataria-CECOP, a atuação articulada entre diferentes instâncias institucionais resultou na consolidação de um aparato legal e fiscal voltado à restrição dessas práticas no território catarinense.

O relato do presidente do Conselho Estadual de Combate à Pirataria-CECOP, evidencia a existência de uma articulação institucional entre o CECOP, a Federação do Comércio - Fecomércio, e a Câmara de Dirigentes Lojistas-CDL, com objetivo de formular estratégias voltadas ao combate das chamadas “Feirinhas do Brás”. Tais esforços incluíram a criação de um movimento legislativo e o estabelecimento de mecanismos normativos que tornaram economicamente inviável a instalação dessas feiras itinerantes em Santa Catarina, ao exigir, por exemplo, a manutenção de um posto de troca durante 180 dias, conforme previsto no Código de Defesa do Consumidor (Lei 8.078/1990).

A estratégia reflete, por um lado, a intenção do Estado de proteger os comerciantes locais e assegurar a regularidade do mercado formal. Por outro lado, o discurso do agente revela a construção de estigmas (Goffman, 2008) associados aos comerciantes provenientes de outras regiões, categorizando-os como contraventores e ilegítimos. Observa-se, assim, a produção de fronteiras entre os agentes locais e os “outsiders”, na qual os mecanismos institucionais se apresentam como dispositivos de controle sobre a circulação de mercadorias e atores considerados irregulares “de fora”, “quando o Coronel Araújo Gomes entrou na secretaria de segurança a meta dele era acabar com o comércio ilegal, dos que vendem mercadorias ilícitas, mas não acabou! Porque é difícil!” (Presidente do CECOP, 2023).

A criação desses dispositivos legais e administrativos funciona como um instrumento de regulação da economia informal itinerante, impondo barreiras à inserção de ambulantes externos e consolidando uma forma de proteção econômica e simbólica para os comerciantes lojistas locais. O relato do presidente do CECOP evidencia que tais medidas não apenas regulamentam o mercado, mas também produzem distinções sociais e categorizam os sujeitos em termos de legitimidade econômica e moral, reforçando a percepção de que a economia popular itinerante é frequentemente associada a práticas ilícitas.

A análise das entrevistas com os três gestores institucionais que atuam na regulação do espaço urbano indica que esses agentes percebem como função de suas instituições a organização do espaço urbano, buscando estabelecer uma forma de "ordem pública" por meio da proposição de leis e normas voltadas à formalização da atividade ambulante em espaços públicos da cidade. No entanto, para os vendedores ambulantes, tais mecanismos de regulação restringem a permanência e a atuação no espaço público, pois a institucionalização da atividade ambulante nas ruas implica uma redução potencial de renda.

As normas e restrições regulatórias impostas incluem limitações quanto ao tipo de mercadorias que podem ser comercializadas, bem como delimitações espaciais, determinando quais ruas, esquinas, praças e áreas de praia podem ser ocupadas. Essas regras reduzem a mobilidade tática dos ambulantes, restringindo sua capacidade de se deslocar para locais com maior fluxo de transeuntes e, consequentemente, afetando diretamente suas táticas de comercialização e sobrevivência econômica no espaço urbano.

Os editais formulados pela Secretaria de Urbanismo e Serviços Públicos -SUSP, em articulação com a Secretaria de Segurança Municipal e outras entidades, como a Câmara de Dirigentes Lojistas-CDL, e a Associação dos Ambulantes (fixos, locais, tradicionais), estabelecem mecanismos de regulação do comércio ambulante na cidade. Esses instrumentos visam, sobretudo, restringir a atuação de vendedores móveis que comercializam produtos piratas, por meio da definição de pontos específicos para a atuação ambulante, estabelecidos pela Prefeitura.

No caso dos produtos artesanais, quando o ambulante se inscreve na categoria correspondente prevista nos editais de concessão de venda ambulante, a comercialização é autorizada, pois, segundo a fiscalização estadual, tais produtos não configuram pirataria ou falsificação. Os editais funcionam como dispositivos institucionais que delimitam a legalidade da atividade, promovendo uma diferenciação entre práticas comerciais consideradas legítimas e ilegítimas.

No contexto da venda de produtos por trabalhadores ambulantes, os agentes institucionais compreendem que a regulação deve ser pautada por limites claros, estabelecidos pelo Código de Posturas do município, incluindo normas referentes à fiscalização sanitária, de modo a garantir o cumprimento das regras por parte dos vendedores ambulantes durante as inspeções diárias.

Além disso, a cidade não apenas atrai turistas, mas também migrantes que chegam em busca de melhores oportunidades no mercado de trabalho, tanto formal quanto informal, bem como de acesso a serviços essenciais, como educação, saúde e condições de vida adequadas.

Esse fluxo migratório constitui uma preocupação constante para as autoridades locais, especialmente durante a temporada de veraneio, quando o aumento de vendedores ambulantes provenientes de outras regiões intensifica a ocupação do espaço público. Conforme relato do fiscal estadual, a presença de migrantes em períodos sazonais é monitorada de forma a equilibrar a atividade econômica informal e a regulação urbana, explica o agente, "só que, se tu não fiscalizar no verão, muita gente vem de fora para vender no verão e ficam aqui e não voltam mais, por isso está aumentando muito os ambulantes no centro da cidade. (Presidente do CECOP, 2023).

A prática de venda de produtos considerados ilícitos pela gestão está associada aos ambulantes estrangeiros na cidade, o fiscal estadual compreende que existe uma cadeia de exploração no comércio ambulante envolvendo migrantes provenientes de outras cidades e países, os quais são recrutados por intermediários para revender mercadorias falsificadas. Muitos desses migrantes ingressam na cidade e passam a atuar imediatamente no comércio "ilegal" ambulante, compondo grupos que mesclam brasileiros e imigrantes de diferentes nacionalidades, o representante da CDL, pondera, "equatorianos chegaram, depois, senegaleses e haitianos, quando vieram esses imigrantes, eles trabalharam muito para esse pessoal, essa quadrilha, hoje é mesclado, brasileiros e imigrantes".

O envolvimento com o trabalho ambulante varia entre os grupos étnicos estrangeiros que chegaram à cidade de Floripa, migrações provenientes do Senegal e de alguns países da América Latina, como Bolívia, na compreensão do Secretário, tendem a apresentar maior intensidade de participação na atividade do trabalho ambulante, enquanto migrantes venezuelanos são menos presentes nesse tipo de atividade. Ademais, grupos bolivianos demonstram padrões de organização comunitária mais estruturados, com redes de apoio mútuo, o que influencia a forma como se inserem no mercado ambulante, observou o secretário, "como os bolivianos, que traz outra perspectiva, porque tem uma noção de comunidade mais sólida, um apoio mútuo mais sólido, e assim por diante" (Secretário de Segurança Pública, 2023).

Mais recentemente, poucos venezuelanos se envolvem com o trabalho ambulante, com mais intensidade os que migram do Senegal e alguns grupos de ambulantes advindos de países da América Latina, observou o Secretário, "como os bolivianos, que traz outra perspectiva, porque tem uma noção de comunidade mais sólida, um apoio mútuo mais sólido, e assim por diante" (Secretário de Segurança Pública Municipal, 2023).

Diante de conflitos espaciais decorrentes das fiscalizações, o Secretário Municipal optou por reduzir operações policiais que priorizavam apreensões em massa dos produtos

comercializados por migrantes ambulantes, considerando a repercussão negativa na mídia e a opinião pública em relação aos vendedores. Conforme o Secretário de Segurança Pública Municipal de Florianópolis, o trabalhador ambulante poderia ser repensado como um segmento de negócios mais estruturado, formalizado e integrado à economia local, em vez de ser tratado predominantemente sob uma perspectiva de controle ou assistencialismo, em suas palavras, “por que o comércio ambulante não pode ser um segmento mais organizado, formalizado, aceito a partir de uma visão de negócio e não de assistencialismo?”(2023).

Entretanto, os próprios ambulantes manifestam preocupações em relação às dificuldades e barreiras que a institucionalização da atividade pode implicar. Segundo o líder da Associação dos Ambulantes, embora haja diálogo com as instituições municipais, essas interações são frequentemente permeadas por obstáculos e estigmatizações, dificultando a construção de relações mais equitativas entre agentes reguladores e trabalhadores informais, observa Chocolate, “não é só chegar lá e reclamar, mas tentar diante do que eles apontavam de errado, sempre tentar mostrar uma saída, mostrar o trabalhador como um trabalhador que precisa ser valorizado como um pai de família” (Presidente da Associação, 2023).

As reuniões com os representantes institucionais acontecem mensalmente, nelas existe uma tentativa de amenizar o conflito e elaborar normas e regras que estejam mais alinhadas com a prática social do trabalhador ambulante, explica José, “fomos dialogando, abrindo espaços, conversando, dialogando. Claro, não foi fácil. Mas, devagar a gente foi indo, alguém foi nos ouvindo, prefeito, secretário, vereadores (Presidente da Associação, 2023). A principal reivindicação política do grupo é o reconhecimento da dignidade do trabalho no espaço urbano, de forma a integrar os ambulantes como trabalhadores legítimos, e não como invasores ou ilegais. As medidas institucionais, por sua vez, buscam proteger o comércio formal local e mediar conflitos, mas podem, simultaneamente, intensificar disputas pelo direito ao trabalho em áreas públicas.

Neste contexto, a presente tese constata a necessidade de um Programa de Integração e Inclusão do Comércio Ambulante, concebido como uma política pública voltada ao reconhecimento e à regulamentação do comércio ambulante na cidade de Florianópolis/SC. O programa objetiva integrar os trabalhadores ambulantes à economia local e ao espaço urbano, contribuindo para a mediação de conflitos e a harmonização entre interesses públicos, comércio formal e atividade informal.

As estratégias municipais voltadas à regulação do comércio ambulante geram uma série de efeitos sociais, tais como precarização do trabalho, deslocamentos forçados, atuação nas margens do espaço urbano, conflitos recorrentes e a produção do que se pode conceituar

como “áreas de sombra normativa”. Este termo, formulado analiticamente neste estudo, refere-se a contextos em que determinadas práticas sociais,como o trabalhador ambulante, operam em zonas de ambiguidade jurídica, caracterizadas por não serem totalmente legais nem completamente proibidas. Essas áreas emergem em razão da aplicação seletiva da lei, da existência de normas contraditórias ou da tolerância administrativa informal, configurando regimes de incerteza jurídica permanente.

A análise empírica evidencia que tais áreas não representam ausência absoluta de regulação, mas sim uma presença desigual, ambivalente e negociada do poder público, em que os processos sociais complexos que estruturam a ação dos sujeitos se desenvolvem em meio à incerteza normativa. Entre os fatores que contribuem para a formação dessas áreas destacam-se: a permanência de ambulantes em pontos específicos por anos sem licença formal; a fiscalização periódica e sazonal, intensificada durante a alta temporada e ausente em outros períodos; apreensões seletivas com tolerância diferenciada a determinados grupos de trabalhadores ambulantes; distinção de tratamento entre “ambulantes locais ou fixos” e aqueles considerados “ambulantes móveis” ou “outsiders”; e alterações nas normas em resposta a mobilizações ou pressões de comerciantes formais por meio de dispositivos legais.

Dessa forma, a noção de “áreas de sombra normativa” oferece um instrumento analítico para compreender a complexidade das relações entre regulação institucional, ação social dos sujeitos e a dinâmica do trabalho informal no espaço urbano, evidenciando como normas, práticas e negociações estruturam o trabalho ambulante de forma simultaneamente regulada e flexível.

O conflito em questão evidencia que a presença de ambulantes no espaço urbano não deve ser interpretada apenas como um “problema a ser resolvido”, mas como um fenômeno social inserido em uma dinâmica contínua de ajustes e tensões entre interesses diversos. Conforme discutido por Jean Rémy (2005), a ordem urbana não emerge da plena conciliação desses interesses, mas sim de sua coexistência conflitiva, mediada por transações sociais provisórias. Nesse contexto, o comércio ambulante não persiste independentemente do Estado, mas em relação direta com ele. A alternância entre repressão e tolerância produz um modelo de regulação no qual diferentes interesses econômicos e políticos se ajustam mutuamente, configurando um equilíbrio provisório e dinâmico no espaço urbano.

No caso analisado, o município busca ordenar e estetizar o espaço público, a economia do turismo demanda fluidez e consumo, os lojistas reivindicam proteção ao comércio formal, e os ambulantes atuam em zonas marginais da normativa como táticas de sobrevivência. A impossibilidade de estabelecer um equilíbrio estável entre esses interesses não resulta em

desorganização do espaço urbano, mas na produção de áreas de sombra normativa, nas quais a regulação ocorre por meio de tolerâncias situacionais, repressões pontuais, negociações informais, deslocamentos táticos e redefinições constantes das normas, como evidenciado pelas alterações recorrentes nos editais de licitação.

Trata-se, portanto, de um regime de "desequilíbrio dinâmico" (Rémy, 2005), em que a gestão do espaço substitui a busca por soluções definitivas, sendo continuamente reconfigurada diante do surgimento de novas tensões. Nesse contexto, as políticas públicas voltadas ao comércio ambulante, além de promoverem ordenamento, também podem gerar efeitos adversos, como intensificação da precariedade e ampliação das fronteiras da ilegalidade. Tal fenômeno é particularmente perceptível em Florianópolis, onde a atividade ambulante é tolerada em períodos de menor fluxo turístico, mas reprimida durante a alta temporada, quando a cidade busca consolidar sua imagem enquanto destino turístico formal.

Além disso, a persistência do trabalhador ambulante no espaço urbano deve ser compreendida à luz da historicidade da economia popular no Brasil, cuja reprodução precede os atuais dispositivos regulatórios e expressam formas duráveis de inserção econômica de grupos subalternizados, reiteradamente tensionados, mas não eliminados, pela administração municipal e regulação do espaço urbano da cidade. No caso da cidade de Floripa, as instituições e os agentes públicos tratam os ambulantes ora como sujeitos próximos, quando são incorporados discursivamente como parte da "cultura local" ou da economia informal tolerada, ora como corpos estranhos à ordem urbana, acionando práticas de afastamento, fiscalização e remoção. Essa oscilação produz um estado de instabilidade relacional, no qual o ambulante nunca sabe se será integrado ou expulso do espaço.

O conceito de transação social, desenvolvimento pelo sociólogo Jean Rémy (2016), contribui para essa análise compreendendo a cidade como um espaço de negociação permanente, no qual as distâncias não se limitam à dimensão física, mas incluem também dimensões simbólicas e institucionais. Em Florianópolis, os relatos de campo coletados, transcritos e analisados de forma qualitativa mostram que os ambulantes são mantidos em uma posição de "proximidade controlada", ou seja, suficientemente próximos para atender às necessidades do consumo urbano, mas suficientemente distantes para não ameaçar os projetos de cidade baseados na valorização imobiliária, no turismo seletivo e na estética da ordem.

5.5 Possíveis saídas para a integração do comércio ambulante na cidade

Os relatos coletados e analisados no trabalho de campo revelam a adaptabilidade dos ambulantes como uma tática central de sobrevivência. Essa adaptabilidade se manifesta na mobilidade constante, na mudança de produtos, horários e locais de trabalho, bem como na capacidade de compreender as estruturas e mecanismos de regulação e fiscalização como, por exemplo, ler rapidamente o humor da fiscalização e as dinâmicas do espaço urbano para tomar uma decisão. No entanto, essa adaptabilidade deve ser analisada menos como atributo individual e mais como resultado das condições estruturais de desigualdade que restringem as alternativas de inserção econômica disponíveis.

A necessidade permanente de adaptação deixa sequelas profundas nos indivíduos. Os relatos dos interlocutores que participaram da pesquisa apontam para o desgaste físico, emocional e simbólico provocado pela incerteza cotidiana, pelo medo da repressão e pela ausência de garantias mínimas de estabilidade de seus direitos enquanto cidadãos. A adaptabilidade, nesse sentido, não é uma escolha livre, mas uma imposição decorrente da precariedade e da luta pela sobrevivência humana em um contexto urbano excludente.

Nesse sentido, do ponto de vista do pensamento senso comum existem dois mundos diferentes do universo do trabalho formal/informal, porém, na prática social tais circuitos ambulantes ou áreas nômades centrais urbanas complementam as prestações de serviços e funcionam como uma alternativa para quem precisa “se virar como dá”, como alguns dos interlocutores relataram: grupos de aposentados, mulheres chefes de família, desempregados, migrantes. A escassez de oferta de emprego formal na cidade não seria apenas a única justificativa para a ação dos ambulantes, conforme a expressão usada dos interlocutores, de “cair na rua para trabalhar”, mas também uma saída para driblar os salários baixos que, segundo os ambulantes Mogine, Ale, Larissa e Carla, “um salário-mínimo não paga nem meu aluguel!”.

Sob essa perspectiva, o trabalho ambulante não pode ser analisado apenas como uma atividade econômica informal, mas como uma expressão concreta das desigualdades sociais e do modo como a cidade administra vidas consideradas excedentes. A capacidade de adaptação, embora permita a continuidade da existência material, também evidencia os limites de uma cidade que incorpora esses sujeitos sociais apenas de forma provisória, condicional e subordinada.

Dessa forma, indago: como administrar daqui pra frente esse fenômeno social urbano? A proposta da elaboração de um plano municipal com objetivo de integrar esses trabalhadores ambulantes na cidade viesse a colaborar na garantia de condições dignas de trabalho e uma mediação de conflitos entre os ambulantes e os comerciantes lojistas.

Porém, é necessário ter em vista que, é preciso reconhecer os diferentes tipos de perfis de ambulantes tanto os fixos, quanto os móveis, (migrantes internos e externos, vendedores sazonais/itinerantes, os locais/tradicionais) de forma que o município atenda as demandas específicas desses grupos através de uma participação política representativa de seus grupos distintos.

Tais regulamentos institucionais devem ser elaborados respeitando à temporalidade (alta temporada) e às dinâmicas móveis dos trabalhadores não-fixos, de forma que, os grupos mais vulneráveis, sejam mais assistidos por uma equipe de assistencialismo municipal que orientem e forneçam ferramentas para a promoção de uma inclusão na sociedade catarinense, já que os editais de permissões de trabalho para a venda ambulante não conseguem incluir todos que se inscrevem, e muitas vezes, como observado nas análises das entrevistas dos ambulantes móveis, muitos não se inscrevem devido a pouca lucratividade dos produtos permitidos à venda no espaço público da cidade, preferindo assim, atuarem pelas margens, vendendo mercadorias considerada ilícitas na compreensão dos agentes municipais – aquelas que estão fora do *mix* delimitado pela gestão.

Nesse sentido, constata-se a necessidade de implementação de um sistema de autorização diferenciado em relação às licenças atualmente existentes, prevendo a criação de autorizações móveis ou rotativas, renovadas a cada temporada de verão. O mecanismo de regulação poderia simplificar o processo por meio da concessão de permissões provisórias ou micro licenças.

Essas autorizações deveriam ser analisadas com base em critérios socioeconômicos, prevendo cotas específicas para trabalhadores em áreas designadas de convivência urbana, como praças, determinadas ruas e calçadões. Além disso, seria necessário estabelecer regras claras quanto aos horários de funcionamento e às condições de infraestrutura, de modo a garantir maior previsibilidade e reduzir conflitos no uso do espaço público.

Os depósitos de mercadorias deveriam ser controlados pelo município que daria um apoio de infraestrutura garantindo assim também alguns pontos de água, descarte e banheiro para os trabalhadores ambulantes.

A organização de feiras semanais à céu aberto também poderiam ser um espaço de trabalho ambulante, como a Feira da Ladra na cidade de Lisboa que consegue unir o comércio popular com lazer. A Feira da Ladra é considerada como o mais antigo mercado de rua de Lisboa, acontecendo duas vezes por semana (terças e sábados), no campo de Santa Clara, no bairro de São Vicente. É um mercado livre, heterogêneo, de segunda mão, antiguidades, artesanato, roupas usadas e objetos diversos. A Feira da Ladra é um dos exemplos de sucesso

na questão da regulação do espaço urbano para fins de trabalho ambulante, onde a Câmara Municipal de Lisboa ordena e regula sem sufocar a cultura da feira.

O exemplo da Feira da Ladra, em Lisboa, nos ensina que permitir a permanência de mercados populares fortalece a vitalidade urbana onde existe a figura do ambulante regulado em feira fixa ou periódica. A gestão da cidade de Florianópolis poderia propor um plano de integração dos circuitos de ambulantes como parte da economia urbana, não como um "problema". A experiência demonstra que a regulação institucional desses mercados permite conciliar o funcionamento do comércio popular com o uso coletivo do espaço urbano, reduzindo conflitos e favorecendo formas mais estáveis de convivência entre diferentes usos da cidade.

A feira demonstra que o comércio ambulante pode coexistir com interesses turísticos e políticas urbanas, desde que o Estado adote instrumentos de ordenamento proporcionais, flexíveis e dialógicos. A experiência lisboeta revela que a informalidade, quando reconhecida e incorporada, deixa de ser tratada como ameaça e passa a compor a vitalidade urbana, em oposição ao modelo higienista e excludente frequentemente aplicado nas cidades brasileiras.

A formulação de uma política pública voltada à criação de um sistema de crédito específico para trabalhadores ambulantes poderia constituir um instrumento de formalização gradual da atividade, evitando os obstáculos associados a processos rígidos e excludentes de regularização. Os dados de campo indicam que parte dos interlocutores recorre a empréstimos informais, frequentemente junto a agiotas, para financiar a aquisição de mercadorias, em razão de restrições de acesso ao sistema financeiro formal decorrentes de endividamento ou restrições cadastrais. Nesse contexto, a implementação de mecanismos institucionais de microcrédito ou financiamento acessível poderia ampliar as possibilidades de inserção econômica desses trabalhadores, ao mesmo tempo em que favoreceria processos progressivos de formalização e integração à economia urbana regulada.

Como vimos anteriormente, a ilha de Florianópolis, reconhecida nacional e internacionalmente pelo seu elevado potencial turístico (Ministério do Turismo do Brasil, 2025), recebe anualmente centenas de milhares de visitantes atraídos por suas praias, belezas naturais, patrimônio cultural e múltiplos eventos sazonais. Essa dinâmica turística intensa não apenas molda a economia local, como também reconfigura o uso e a disputa pelo espaço urbano, sobretudo nas áreas litorâneas e centrais da cidade. Torna-se plenamente possível, e desejável, construir uma política pública que integre o trabalhador ambulante à paisagem turística da cidade, reconhecendo esses trabalhadores como parte legítima da economia de serviços que sustenta o fluxo de visitantes. A gestão municipal poderia estruturar os

balneários com infraestruturas adequadas para o trabalho ambulante, como áreas de sombra, pontos de água, sanitários, rotas de circulação definidas e espaços regulados para venda, garantindo ordenamento sem recorrer à exclusão. Ao invés de atuar unicamente com políticas repressivas de expulsões diárias de ambulantes das praias, praças e espaços públicos de maneira em geral, uma política planejada pode transformá-los em agentes complementares da experiência turística, fortalecendo a economia local e promovendo uma convivência mais equilibrada entre trabalhadores ambulantes e lojistas.

Essa política traduziria em prática os achados da etnografia: a mobilidade dos ambulantes não é mero desvio, mas uma tática adaptativa que resiste aos moldes da racionalidade institucional, portanto, a regulação da atividade econômica popular deve ser flexível e mediada, e não exclusivamente repressiva.

Conclui-se que esses achados etnográficos são inesgotáveis e não possuem fim, o que deixa um campo aberto de possibilidades e novas propostas que venham a contribuir com uma sociedade mais justa e digna para trabalhadoras e trabalhadores ambulantes do Brasil e do mundo.

No caso deste específico contexto situacional, da cidade de Florianópolis, as condições que estão imersos os ambulantes, em uma cidade turística, com apelo a revitalizações e políticas de repressão espacial com suas normativas municipais restritivas nas áreas centrais da cidade, especialmente em período de alta temporada, impõem aos ambulantes reações táticas de mobilidade, negociações e adaptações constantes, aquilo que Rémy (2005) denomina de “desequilíbrio dinâmico” é justamente essa condição instável, mas funcional na qual a ordem social se mantém não apesar do conflito, mas através dele, ou seja, uma forma de organização social caracterizada pela coexistência de tensões, conflitos e contradições permanentes, que não conduzem ao colapso da ordem, mas constituem o próprio motor de produção e a reprodução das desigualdades por meio de ajustamentos, negociações e compromissos instáveis.

CONCLUSÕES

Podemos concluir que nas interpretações dos gestores há uma leitura institucional que tende a deslocar a explicação do fenômeno do trabalhador ambulante na cidade de Florianópolis para a esfera das escolhas individuais dos trabalhadores, minimizando fatores estruturais relacionados às desigualdades sociais, às trajetórias migratórias e às barreiras de inserção no mercado de trabalho formal. Assim, o aumento do número de ambulantes na cidade passa a ser compreendida não como o resultado de processos socioeconômicos mais amplos e sim como consequência de táticas individuais de busca por renda, o que contribui para reforçar a percepção de que a ocupação do espaço público por esses trabalhadores ambulantes constitui um problema de gestão urbana.

As narrativas dos interlocutores indicam que, no início de suas trajetórias, esses trabalhadores ambulantes mobilizam táticas de inserção marcadas pela necessidade de "se virar como dava", recorrendo, por vezes, à comercialização de produtos como CDs falsificados. Essa expressão nativa revela menos uma adesão voluntária à ilegalidade e mais uma forma de adaptação às restrições estruturais de acesso ao mercado formal de trabalho. Em contraposição, os agentes de fiscalização tendem a interpretar esse processo como uma trajetória de aproximação progressiva com práticas ilícitas, afirmando que "chega uma hora que [o ambulante] começa a comprar coisas ilícitas" (Fiscal Estadual, 2023). As distintas leituras dos sentidos da prática ambulante evidenciam um descompasso entre as experiências vividas pelos trabalhadores ambulantes e a classificação institucional que os enquadra como "desviantes", contribuindo para a produção de estigmas e para a legitimação de práticas de controle e repressão no espaço urbano.

Em alguns momentos, nas entrevistas institucionais, esses discursos chegam a classificar os ambulantes como "bandidos", ao passo que, no cotidiano urbano, são frequentemente definidos como "invasores do espaço" aqueles que chegam à estação do verão na cidade para trabalhar como ambulantes. Além disso, as falas dos "ambulantes fixos" revelam suspeitas sobre a legitimidade de determinados grupos "de fora", sugerindo uma construção social marcada pela desconfiança e pela percepção de que os "ambulantes estrangeiros móveis" operam à margem das regras institucionais estabelecidas, ocupando espaços de ruas de maneiras indevidas chamando a atenção da fiscalização.

A presente tese teve como objetivo compreender como o trabalhador ambulante se configura e se organiza em cidades do "*trade* turístico", tomando como campo empírico a cidade de Florianópolis e, de forma ampliada, a observação do fenômeno na cidade de Lisboa.

Ao longo da investigação, buscou-se analisar as dinâmicas sociais, econômicas e institucionais que atravessam a presença dos trabalhadores ambulantes no espaço urbano, com ênfase nas tensões, disputas e negociações que estruturam o uso da cidade. Conforme demonstrado ao longo dos capítulos, o fenômeno do trabalho ambulante não pode ser reduzido a uma compreensão simplificada ancorada na dicotomia entre formalidade e informalidade, mas deve ser compreendido como parte de um campo relacional complexo, no qual diferentes atores disputam, negociam e reconfiguram continuamente os usos do espaço urbano.

A hipótese central desta tese, de que o trabalho ambulante se constitui em um espaço intermediário de negociação entre vendedores ambulantes e o poder público, configurando um campo de "transações sociais" (Rémy, 2016), foi observada a partir da análise empírica e teórica desenvolvida inspirada na noção de "transação social" de Jean Rémy (2016). A pesquisa demonstrou que o espaço urbano não se organiza exclusivamente por meio de regras fixas e normativas, mas por meio de ajustes práticos, provisórios e situacionais entre atores que ocupam posições desiguais na estrutura social. Portanto, a presença dos trabalhadores ambulantes no espaço público não se dá apenas como resultado de uma condição à margem, mas como efeito de negociações permanentes que tornam possível sua permanência, ainda que instável, na cidade.

Ao analisar Florianópolis e Lisboa como cidades inseridas no circuito do turismo, evidenciou-se que ambas podem ser compreendidas como "cidades intermediárias", no sentido proposto por Rémy (2015). Trata-se de espaços urbanos que não ocupam o lugar das grandes metrópoles globais, mas que desempenham um papel fundamental na articulação de fluxos locais, nacionais e internacionais. Nessas cidades, a intensificação da circulação de pessoas, mercadorias e capitais, produz um cenário de forte pressão sobre o uso do espaço público, tornando-o objeto de disputas constantes. É nesse contexto que o trabalho ambulante emerge como prática social diretamente vinculada aos fluxos urbanos, inserindo-se nos interstícios da cidade e aproveitando as oportunidades geradas pela concentração de consumidores.

A análise permitiu identificar que, apesar das diferenças institucionais e históricas, ambas as cidades compartilham dinâmicas semelhantes no que se refere à presença de trabalhadores ambulantes estrangeiros. Esses ambulantes estrangeiros se inserem em circuitos econômicos marcados pela mobilidade, pela flexibilidade e pela instabilidade, desenvolvendo táticas cotidianas para garantir sua permanência, mesmo que transitória, no espaço urbano. Nessa perspectiva, o conceito de Michel de Certeau (2001) sobre as "táticas" do cotidiano

mostrou-se fundamental para compreender as práticas desses sujeitos. Os ambulantes, especialmente os chamados “ambulantes móveis”, operam por meio de táticas que lhes permitem escapar, contornar e negociar com os dispositivos de controle institucional. Montar e desmontar rapidamente suas mercadorias, deslocar-se conforme a presença da fiscalização e ocupar temporariamente determinados pontos da cidade são exemplos dessas práticas que revelam uma forma de agir situada, criativa e adaptativa.

Essas táticas evidenciam que o espaço urbano não é apenas produzido pelas estratégias do poder, expressas nas normas, códigos e dispositivos de regulação, mas também pelas práticas ordinárias dos sujeitos que o habitam. Assim, os trabalhadores ambulantes não apenas ocupam o espaço, mas o produzem ativamente, redefinindo seus usos e significados no cotidiano. Essa produção do espaço, no entanto, ocorre em condições de desigualdade, uma vez que os ambulantes estão submetidos a mecanismos de controle que limitam sua permanência e os colocam em situação de constante instabilidade.

É nesse ponto que a contribuição de Simmel (2005) se torna central para a interpretação sociológica do fenômeno. A figura do trabalhador ambulante e, especialmente o ambulante estrangeiro, aproxima-se da noção simmeliana do “estrangeiro”, caracterizado por uma posição simultânea de proximidade e distância. Esses sujeitos estão fisicamente presentes na cidade, participam das dinâmicas econômicas e interagem com outros atores urbanos, mas não são plenamente incorporados às estruturas institucionais e sociais. Sua presença é tolerada em determinados momentos e rejeitada em outros, evidenciando uma forma ambígua de pertencimento.

No caso da figura do trabalhador ambulante estrangeiro observado, tanto em Florianópolis quanto em Lisboa, essa condição se torna ainda mais evidente. Esses trabalhadores ambulantes ocupam uma posição marcada pela mobilidade espacial e pela inserção precária no mercado de trabalho, sendo frequentemente associados à informalidade e à venda de produtos ilícitos na visão institucional. No entanto, sua atuação é fundamental para a dinâmica econômica das cidades, especialmente em contextos turísticos, nos quais a oferta de produtos e serviços informais atende a demandas específicas dos consumidores. Assim, esses sujeitos encarnam uma forma de inserção urbana que desafia as fronteiras rígidas entre inclusão e exclusão, revelando a complexidade das relações sociais no espaço urbano contemporâneo.

As observações evidenciaram ainda que a regulação do trabalho ambulante nas cidades analisadas opera por meio de diferentes lógicas. Em Florianópolis, observa-se uma atuação mais punitiva, baseada em ações de fiscalização e repressão a posteriori. Já em

Lisboa, o modelo tende a ser mais restritivo na entrada, limitando previamente o acesso ao espaço urbano por meio de licenças e critérios seletivos. Apesar dessas diferenças, ambos os modelos produzem efeitos semelhantes: a exclusão de determinados grupos e a concentração da legalidade em um número restrito de trabalhadores autorizados. Assim, como demonstrado ao longo da tese, tais mecanismos não são suficientes para eliminar a presença dos ambulantes do espaço da cidade, eles continuam a ocupar o espaço por meio de práticas informais e negociações cotidianas.

O que se observa não é a ausência de regulação, mas a coexistência de múltiplos regimes de regulação, formais e informais, que se sobrepõem e se tensionam no cotidiano urbano. É nesse entrelaçamento que se produzem os chamados espaços intermediários, nos quais as normas são reinterpretadas, negociadas e, por vezes, subvertidas. Esses espaços não são fixos, mas situacionais, emergindo das interações concretas entre os atores sociais.

A análise das manifestações, conflitos e disputas em torno do trabalhador ambulante no espaço revelou ainda que o espaço urbano é uma arena política, na qual diferentes interesses são mobilizados. De um lado, comerciantes formais e agentes institucionais buscam impor uma lógica de ordenamento baseada na legalidade, na estética urbana e na proteção do mercado formal. De outro, os trabalhadores ambulantes reivindicam o direito ao trabalho e à cidade, mobilizando táticas de resistência e organização coletiva. Essas disputas evidenciam que o espaço urbano não é neutro, mas atravessado por relações de poder que definem quem pode permanecer, onde e sob quais condições.

Durante as análises da investigação evidencia-se que a presença dos trabalhadores ambulantes tensiona diretamente os modelos de regulação urbana baseados na exclusão e na tentativa de homogeneização dos usos do espaço público. Longe de se configurar apenas como um problema a ser eliminado pela gestão, o trabalho ambulante revela os limites dessas políticas ao persistir por meio de práticas cotidianas de adaptação, negociação e disputa. Ao ocupar de forma contínua, ainda que instável, os interstícios da cidade, os ambulantes tornam visível que o espaço urbano é produzido por relações sociais em permanente negociação, nas quais diferentes atores reivindicam, de forma desigual, o direito de permanecer, trabalhar e circular.

Por fim, esta tese afirma que o trabalhador ambulante, em cidades do "*trade* turístico", constitui-se como uma forma de inserção econômica e social mediada por processos de transação social, nos quais se articulam conflito, negociação e adaptação. Essa inserção ocorre em espaços intermediários, produzidos no cotidiano das interações entre trabalhadores, poder público e demais atores urbanos. Ao mesmo tempo, a figura do

ambulante, especialmente do ambulante estrangeiro, revela as contradições das cidades contemporâneas, marcadas por intensos fluxos de pessoas e pela coexistência de proximidade e distância nas relações sociais.

Assim, ao articular as contribuições de Jean Rémy (2016), Georg Simmel (2005) e Michel de Certeau (2001) demonstra-se que compreender o trabalhador ambulante urbano exige deslocar o olhar das categorias rígidas e reconhecer a cidade como um espaço vivo, produzido por práticas, conflitos e negociações permanentes. É nesse movimento que se afirma, portanto, a tese central deste trabalho: o trabalho ambulante não é um fenômeno marginal nem um resquício em desaparecimento, mas uma dimensão constitutiva das cidades contemporâneas, especialmente daquelas inseridas nos circuitos do "*trade* turístico", nas quais os fluxos intensos de pessoas e mercadorias atraem e produzem novos grupos recém-chegados em circuitos de trabalho na cidade, promovendo novos sentidos de pertencimento e, por fim, novas disputas que não se esgotam as possibilidades dos novos arranjos sociais, políticos e econômicos.

REFERÊNCIAS

BECKER, Howard S**. Truques da Escrita**: para começar e terminar teses, livros e artigos. Tradução de Denise Bottmann. São Paulo: Editora Jorge Zahar, 2015.

BECKER, Howard. **Inventer chemin faisant** : comment j'ai écrit *Les Mondes de l'art* », *in* MERCURE D. (dir.), *L'Analyse du social. Les modes d'explication*, Les Presses de l'université Laval, Québec, p. 57-73, 2005.

BIRKNER, Nina, MIX, York-Gothart. **Qu`est-ce que l`espace public?** Histoire du mot et du concept. Dans Dix-huitième siècle Éditions Société Française d'Étude du Dix-Huitième Siècle n. 46, p. 285 à 307, 2014.

CARDOSO, Antônio Dimas; VAZ, Domingos (org.). **Cidades, escalas e transações**. Ribeirão (Portugal): Edições Húmus, 2022.

CAVALCANTI, L; OLIVEIRA, T.; SILVA, S. L. **Relatório Anual OBMigra 2023** - OBMigra 10 anos: Pesquisa, Dados e Contribuições para Políticas.Série Migrações. Observatório das Migrações Internacionais; Ministério da Justiça e Segurança Pública/ Conselho Nacional de Imigração e Coordenação Geral de Imigração Laboral. Brasília, DF: OBMigra, 2023

CARDOSO; Fernando Henrique, IANNI Octávio. **Cor e mobilidade social em Florianópolis.** Aspectos das relações entre negros e brancos numa comunidade do Brasil Meridional. Companhia Editora Nacional São Paulo, 1960.

CARDOSO JR., José Celso. **Crise e desregulação do trabalho no Brasil**. Tempo Social; Rev. Sociol. USP, S. Paulo, 13(2): 31-59, novembro de 2001.

CERTEAU, Michel de. **A Invenção do Cotidiano**. Artes de Fazer. Editora: Vozes. 6 edição. Petrópolis, 2001.

COUTINHO, Maria Fontes de Azevedo. **A venda ambulante na cidade de Lisboa:** Entre a tradição e o empreendedorismo dos novos ambulantes. Dissertação defendida no departamento de antropologia no Instituto Universitário de Lisboa - IUL. Escola de Ciências Sociais e Humanas, 2016.

DA MATTA, Roberto, **A casa e a rua**: Espaço, Cidadania, Mulher e Morte no Brasil, 5ª edição Rio de Janeiro:Rocco, 1997.

DA MATTA, Roberto. **O ofício de etnólogo**, ou como ter anthropological blues. In Nunes E. (org) A aventura sociológica, Rio de Janeiro, Zahar, 1978.

ECKERT, C.; ROCHA, A. L. C. da. **Etnografia***:* Saberes e Práticas. ILUMINURAS, Porto Alegre, v. 9, n. 21, 2008. DOI: 10.22456/1984-1191.9301. Disponível em: https://seer.ufrgs.br/index.php/iluminuras/article/view/9301. Acesso em: 2 jul. 2025.

GONÇALVES, T. C. **O Ibam e a formação de técnicos para o planejamento urbano no Brasil:** a experiência do Cemuam. Dissertação (Mestrado em Planejamento Urbano e

Regional) – Instituto de Pesquisa e Planejamento Urbano e Regional, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2015.

GOFFMAN, E. **Estigma:** notas sobre a manipulação da identidade deteriorada. 4 ed. Rio de Janeiro: LTC, 2008.

JOSEPH, Isaac. **Paisagens urbanas, coisas públicas**. *Caderno CRH,* Salvador, v. 12, n. 30, p. 1-12, 1999.

LÉVY, Edmond. **Privé et public dans la Grèce antique**. In: Villes en parallèle, n°32-34, décembre 2001. La ville aujourd'hui entre public et privé. pp. 19-22;

LEFEBVRE, Henri. **O direito à cidade.** Tradução Rubens Eduardo Frias. São Paulo: Editora Centauro, 2001.

MAGNANI, José Guilherme C. **"De perto e de dentro:** notas para uma etnografia urbana". Revista Brasileira de Ciências Sociais, v. 17, n. 49, 2002, p. 11-29.

MAGNANI, José Guilherme C. **DA PERIFERIA AO CENTRO**: PEDAÇOS & TRAJETOS. Revista de Antropologia. São Paulo, USP, 1992, v. 35, p. 191-203.

MACHADO. Rosana Pinheiro, Ana Luiza Carvalho. **A Garantia Soy yo:** etnografia das práticas comerciais entre camelôs e sacoleiros nas cidades de Porto Alegre (Brasil) e Ciudad del Lest (Paraguai). Dissertação apresentada no programa de pós-graduação em antropologia social da Universidade Federal do Rio Grande do Sul para obtenção do título de mestre. Porto Alegre, 2004.

MAMIGONIAN, Beatriz Gallotti; VIDAL, Joseane Zimmermann (orgs.). **História diversa:** africanos e afrodescendentes na ilha de Santa Catarina. Florianópolis: Ed. da UFSC, 2013.

MONNET, J. **Le commerce de rue, ambulant ou informel et ses rapports avec la métropolisation**: une ébauche de modélisation." Autrepart 39: 93–109. https://doi.org/10.3917/autr.039.0093, 2006 b.

MINAYO, Maria Cecília de Souza (org.). **Pesquisa Social**. *Teoria, método e criatividade*. 18 ed. Petrópolis: Vozes, 2001.

NORONHA, Eduardo G. **Informal, ilegal e injusto:** percepções de mercado de trabalho no Brasil". Revista Brasileira de Ciências Sociais, São Paulo: vol. 18, nº 53, out. 2003.

PINK, Sarah. **Doing Visual Ethnography**. 2. ed. London: Sage, 2007.

PIRES, Lenin. **Esculhamba, mas não esculacha!** Uma etnografia dos usos urbanos dos trens da Central do Brasil. Niterói: EdUFF, 2011.

POPINIGIS, Fabiane. **"Aos pés dos pretos e pretas quitandeiras":** Experiências de trabalho e estratégias de vida em torno do primeiro Mercado Público de Desterro (Florianópolis) e seus arredores 1840-1890. Afro-Ásia [Internet]. 2012;(46):193–226.

REDENTO B. Recio, MATEO-BABIANO Iderlina, ROITMAN Sonia. **Revisiting policy epistemologies on urban informality:** Towards a post-dualist view, Cities, Volume 61, 2017, Pages 136-143, ISSN 0264-2751, https://doi.org/10.1016/j.cit.

RÉMY e VOYÉ. Jean, Liliane. **Espaços e transações sociais**. Ed. Unijui; Montes Claros/MG: Ed. Unimontes, 2016.

RÉMY, Jean. **Privé/public :** entre pratiques et représentations. In: Villes en parallèle, n°32-34, décembre. La villeaujourd'hui entre public et privé, 2001, pp. 23-29.

RÉMY, Jean. **L'espace, un objet central de la sociologie.** https://doi.org/10.3917/eres.remy.2015.01, 2015.

RÉMY, Jean. **Négociations et transaction sociale**. Négociations, no 3(1), 81-95. https://doi.org/10.3917/neg.003.0081, 2005.

ROEVER, Sally**. Informal Trade Meets Informal Governance***:* Street Vendors and Legal Reform in India, South Africa, and Peru. Cityscape , Vol. 18, No. 1, Contesting the Streets, pp. 27-46 Published by: US Department of Housing and Urban Development Stable URL: https://www.jstor.org/stable/10.2307/26328239, 2016.

RABOSSI, Fernando. **Nas ruas de ciudad del lest:** vidas e vendas num mercado de fronteira.Tese de doutorado apresentada ao programa de pós graduação em antropologia social, Museu Nacional, Rio de Janeiro, 2004.

SANTOS, F. M. dos, & Pereira, R. M. F. do A. **Análise histórico-espacial do setor hoteleiro no núcleo urbano central de Florianópolis-SC.** Geosul, 23(46), 2008, 115–135.

SANTOS, Ivan Fagundes Pinho dos et al. **Gestão de qualidade no trade turístico:** modelo de excelência da gestão aplicado em destinos indutores do turismo. In: SEMINÁRIOS EM ADMINISTRAÇÃO (SEMEAD), 15., 2012. Anais, São Paulo: FEA/USP, 2012.

SILVA K de S, Silveira HM da, Muller J. **Santa Catarina no roteiro das diásporas:** os novos imigrantes africanos em Florianópolis. Rev katálysis [Internet]. 2018 May;21(2):281–92. Available from: https://doi.org/10.1590/1982-02592018v21n2p281

SILVA, Karine de Souza; ROCHA, Carolina Nunes Miranda Carasek da; D'AVILA, Lucas. **Invisibilizados na Ilha do Desterro:** os novos fluxos de imigrantes e refugiados em Florianópolis. Revista Eletrônica do Curso de Direito da UFSM, Santa Maria, v. 15, n. 1, p. e33488, 2020. Disponível em: https://periodicos.ufsm.br/revistadireito/article/view/33488

SILVEIRA, Marcos Aurélio Tarlombani da; RODRIGUES, Adyr Balastreri. **Urbanização turística no Brasil:** um foco em Florianópolis (Santa Catarina)**.** Via Tourism, 2015.

STRAUSS, Anselm, CORBIN, Juliet. **Pesquisa Qualitativa**: Técnicas e Procedimentos Para o Desenvolvimento de Teoria Fundamentada; tradução: Luciane de Oliveira da Rocha. 2ª edição, Porto Alegre: Artmed, 2008.

SIMMEL, Georg. **A natureza Sociológica do Conflito**. In: MORAES FILHO, Evaristo de (Org.). Coleção Grande Cientistas Sociais. Ática, São Paulo, 1983.

SIMMEL, Georg. **As grandes cidades e a vida do espírito**, *1903*. Mana volume 11, n. 2, Rio de janeiro. Oct. 2005.

SIMMEL, Georg. **O estrangeiro**. RBSE. Vol. 4, nº 12, 2005. 21

STOLLER, Paul. **Money has no smell**:The Africanization of New York City, 2002.

SUGAI, Maria Inês. **Segregação silenciosa***:* investimentos públicos e distribuição sócio-espacial na área conurbada de Florianópolis. 2002. Tese (Doutorado) – Universidade de São Paulo, São Paulo, 2002.

TAKABVIRWA, Takabvirwa. **Make Shift Street Vendors as Mobile Infrastructure in Zimbabwe.** University of Chicago Press. ISNN 0011-3204, Vol 65, No 3 (uchicago.edu), 2024.

VELHO, Gilberto. **Observando o familiar.** In: NUNES, Edson de Oliveira (org.). A aventura sociológica. Rio de Janeiro: Zahar, 1978.

WHITE, William Foote. Treino em observação participante In: **Sociedade de Esquina**. Street Corner Society. A estrutura social de uma área urbana pobre e degradada. Ed., 2005.